



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNO ADRIANO BARROS ALVES

A REPARTIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO:
estrutura administrativa, *projeto de modernização* e canteiros de obras (1837-1850)

RECIFE

2021

BRUNO ADRIANO BARROS ALVES

A REPARTIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO:
estrutura administrativa, *projeto de modernização* e canteiros de obras (1837-1850)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas

RECIFE

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- A474r Alves, Bruno Adriano Barros.
 A Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco : estrutura administrativa, projeto de modernização e canteiros de obras (1837-1850) / Bruno Adriano Barros Alves. – 2021.
 164 f. : il. ; 30 cm.
- Orientadora: Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.
 Inclui referências.
1. Pernambuco - História. 2. Gestão pública. 3. Pernambuco. Repartição das Obras Públicas. 4. Canteiro de obras. 5. Boa Vista, Francisco do Rego Barros, barão de, 1802-1870. I. Rosas, Suzana Cavani (Orientadora). II. Título.

981.34 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-029)



BRUNO ADRIANO BARROS ALVES

**A REPARTIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO:
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, *PROJETO DE MODERNIZAÇÃO* E CANTEIROS
DE OBRAS (1837-1850)**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **09/02/2021**

BANCA EXAMINADORA

[Participação por videoconferência](#)

Profa. Dra. Suzana Cavani Rosas

Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino

Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

[Participação por videoconferência](#)

Prof. Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara

Membro Titular Externo (UPE)

*Aos meus pais, Marcos e Adriana,
pois sem os seus cuidados e apoio
eu nada seria*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, meu alicerce ao longo de toda a vida. Mas também a meus pais, Marcos e Adriana, espelhos para mim e essenciais em minha formação humana, bem como minha irmã (Brenda), primos, tios, avós e demais familiares. Com toda certeza não teria chegado até aqui sem todo esse apoio, carinho, amor.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, com destaque para a pessoa de Sandra Regina, responsável por cuidar de nós discentes e de todos os professores com enorme carinho e empatia.

A minha orientadora Dr.^a Suzana Cavani Rosas, pela qual tenho grande afeto e admiração. Ela, que é dona de uma das gargalhadas mais prazerosas de se ouvir pelos corredores do CFCH, foi muito importante em seus apontamentos, contribuído sobremaneira para o desenvolvimento deste trabalho. Meu muito obrigado pela paciência, dedicação e empatia nesses tempos conturbados.

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

Aos funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, em especial Hildo Leal da Rosa, pela responsabilidade, sabedoria e resiliência com que cuidam do maior acervo documental de Pernambuco.

A todos os funcionários do CFCH, pessoas capazes de arrancar um sorriso mesmo nos dias mais difíceis.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Prof. Dr. Cristiano Christillino e Prof. Dr. Bruno Câmara, que com densa leitura e intervenções pertinentes colaboraram demasiadamente com o andamento da pesquisa.

Aos meus muitos amigos e companheiros de vida acadêmica, Maria Barbarella, Déborah, Rafael, Damião, Aline, Deylla, Josenildo, Emanuel, Alícia Alves, Alícia Araújo, Henrique, Mary, Rafa Nascimento, Val, Mércia, Grazi, Rafa (madrinha), Milena, Luísa, Vivi, Lara e muitos outros. Entre estes Gabriel Medeiros, cuja amizade e companheirismo migrou da graduação para o mestrado, quando dividimos casa, comida e boas conversas. Em tempos de pandemia e “pandemônio” não teria mantido resquícios de saúde mental sem vocês meus amigos. Meu muito obrigado!

A minha melhor amiga e companheira Analu Moreno. Obrigado por todo apoio emocional, por todo amor, empatia e paciência. Você é um ser de luz!

Aos professores do PPGH, em especial Carlos Miranda, Regina Guimarães Neto, Pablo Porfírio, Christine Dabat e Cristiano Christillino.

Ao meu mentor e amigo Bruno Câmara, do qual venho recebendo apoio, incentivos e puxões de orelhas desde 2015. O carinho, admiração e sentimento de gratidão que tenho por você é inenarrável.

Por fim, agradeço a todos os professores e historiadores que se dedicam ou se dedicaram a lutar contra o obscurantismo. Permanecemos resilientes.

*Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão*

(“O operário em construção”, Vinicius de Moraes)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é desenvolver um estudo sobre a Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco (ROP), entre 1837 e 1850, contemplando três aspectos: estrutura administrativa, *projeto de modernização* e canteiros de obras. Em 1837, Francisco do Rego Barros (Barão da Boa Vista) assumiu a presidência da província, em um contexto marcado pela forte presença de conservadores nos cargos administrativos. A historiografia aponta que a partir deste momento diversas obras públicas, como pontes, estradas, obras de higienização, abastecimento de água, etc., visando o melhoramento, foram protagonizadas pelo governo provincial. Algo central para a viabilização desse *projeto de modernização*, segundo os conservadores ligados ao governo do barão, era o aperfeiçoamento da mão de obra presente nos canteiros. É possível encontrar nessa época diversos estrangeiros labutando no ramo das edificações, especialmente engenheiros franceses e operários alemães. Contudo, ao chegar no Brasil estes imigrantes se depararam com condições de vida e labuta bastante precárias, além de um clima bastante hostil por parte de muitos brasileiros. O clima de tensão se acentuou após 1842, pois uma cisão entre os liberais acarretou no surgimento do “Partido Nacional Pernambucano”, pejorativamente chamado de *Praieiro*, que adotou um forte discurso antiestrangeirista. A complexidade dos canteiros de obras também se dava pela presença massiva de diversas “categorias” de trabalhadores, como escravos, nacionais livres, libertos, presos ferreiros, etc. Nesse sentido, o trabalho busca refletir sobre as relações de poder presentes no bojo da ROP em meio a esta conjuntura marcada por embates políticos, disputas por empregos e uma organização do trabalho pautada nas relações escravistas daquele Pernambuco oitocentista.

Palavras-chave: Província de Pernambuco. Repartição de Obras Públicas. Projeto de modernização. Canteiros de obras.

ABSTRACT

This work aims to develop a study on the Repartition of Public Projects of the Province of Pernambuco (RPP), between 1837 and 1850, embracing three aspects: administrative structure, modernization project, and worksites. In 1837, Francisco do Rego Barros (Barão da Boa Vista) took over the province presidency, in a context marked by the strong presence of conservators in administrative positions. The historiography indicates that from this moment, several public works, like highways, bridges, sanitization projects, water supply, etc., aiming for improvements, were prioritized by the provincial government. A central concern to the feasibility of this modernization project, according to the conservatives associated with the baron government, was the improvement of the labor present in the worksites. It is possible to find in this period various foreigners laboring in edification field, especially French engineer and German workmen. However, upon arrival in Brazil, these immigrants encountered precarious life and labor conditions, beyond a considerable hostile climate from many Brazilians. The tense atmosphere enhanced after 1842, since a division between the liberals resulted in the advent of the “Pernambucan National Party”, pejoratively denominated as *Praieiro*, which adopted a strong speech against foreigners. The complexity of the worksites was also given by the massive presence of diverse “categories” of workers, like slaves, free nationals, released, Prisoners under penal labor, etc. For that matter, the work endeavors to reflect on the power relations present in the RPP amidst this scenario marked by policy conflicts, battles for jobs, and a work organization guided by slavery relations of that 19th Pernambuco.

Keywords: Province of Pernambuco. Repartition of Public Projects. Modernization Project. Worksites.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Divisão dos trabalhos na Repartição de Obras Públicas	52
Quadro 2 - Algumas mudanças na divisão dos trabalhos da Repartição de Obras Públicas ..	53

LISTA DE ABREVIATURAS

ALP	Assembleia Legislativa de Pernambuco.
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.
BND	Biblioteca Nacional Digital.
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
CRL	Center For Research Libraries
ROP	Repartição de Obras Públicas.
RSF	Recife and San Francisco Railway

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A REPARTIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO: GESTÃO PÚBLICA URBANA E PROJETO DE MODERNIZAÇÃO (1837-1844)	24
2.1	A gestão pública urbana e o conturbado período regencial	26
2.1.1	Entre o município e a província: as reformas regenciais e a gestão pública urbana (1831-1837).....	28
2.2	A Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco (1822-1837).....	35
2.2.1	A busca pela <i>racionalidade técnica</i>	36
2.3	Consertando essa máquina malmontada: o governo do barão e os melhoramentos urbanos.....	43
2.3.1	As carências infraestruturais e o plano geral de melhoramentos	45
2.3.2	Do auge ao súbito declínio: a política de <i>reorganização do futuro</i>	48
3	ENTRE BARONISTAS E PRAIEIROS: CONFLITOS EM TORNO DA REPARTIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1842-1850)	57
3.1	A paixão estrangeirista em questão: a criação do partido <i>praieiro</i> e os primeiros conflitos em torno da ROP	59
3.1.1	Conchave, cisão e ascensão: o núcleo político da <i>Praia</i>	60
3.1.2	Um novo regulamento para a repartição: a política do barão na boca da imprensa panfletária.....	68
3.2	<i>Quando todos os bichos sahem da concha: a intensificação dos conflitos e a escalada ao poder</i>.....	76
3.2.1	A ROP nas eleições de 1844	77
3.2.2	Quando os embates extrapolavam os jornais	83
3.3	O domínio da <i>Praia</i> e o desmonte na ROP (1844-1848)	94
3.3.1	As reformas da <i>Praia</i> e o fim da <i>paixão estrangeirista</i>	95
3.3.2	A radicalização dos conflitos: a Insurreição <i>Praieira</i>	102
4	AS SANGUEXUGAS ESTRANGEIRAS DA REPARTIÇÃO E A DINÂMICA DOS CANTEIROS DE OBRAS NO TEMPO DA MODERNIZAÇÃO	106
4.1	Entre a <i>moralidade</i>, a precariedade e o fracasso: o engajamento da Companhia de Operários Alemães	109
4.1.1	O contrato, a viagem, a chegada.....	111

4.1.2	As direções de Augusto Kersting e Capitão João Pedro: precariedade, frustração e debandada geral.....	116
4.2	O moderno mercado das edificações: dinâmica, trabalho, resistência e sociabilidade.....	126
4.2.1	Os caminhos das empreitadas	130
4.2.2	<i>Diligentes, robustos e espertos</i> : os negros de ganho e os canteiros de obras da Província de Pernambuco	142
4.2.3	Era a cadeia que agenciava o trabalho: o engajamento de calcetas nos canteiros de obras da Província de Pernambuco	148
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS E FONTES.....	158

1 INTRODUÇÃO

Em 1840, José Lúcio Correia, homem de confiança do então Presidente da Província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros (Barão, depois Conde da Boa Vista), estava procurando engenheiros capacitados para engajar na Repartição de Obras Públicas (ROP). Segundo Cláudia Poncioni, Gustave Coriolis, diretor pedagógico da *École Polytechnique de Paris*, uma das instituições que mais formava engenheiros de pontes e calçadas na França, indicou o nome de Louis-Léger Vauthier¹. Na época, Vauthier trabalhava em Vannes, hoje comuna francesa administrada pela Bretanha, porém, não titubeou em aceitar o convite inesperado, iniciando a sua travessia rumo ao Brasil em 17 de julho de 1840. Na época, o engenheiro tinha pouco mais de 25 anos de idade, um homem maduro para os padrões do século XIX.

Desde que chegou ao Havre, porto que ficava 176 km a Oeste de Paris, Vauthier deu início a uma prática cotidiana de registrar suas impressões, seus anseios, a sua ótica sobre o outro. No entanto, diferentemente de muitos viajantes contemporâneos, ele não escreveu o diário com o intuito de publica-lo. De acordo com Poncioni, o caderno dormiu nos arquivos de sua família até ser vendido². O escritor Paulo Prado, que o comprou, presenteou Gilberto Freyre com o manuscrito em 1930. Freyre logo se apaixonou pelo diário e publicou a sua tradução com o auxílio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1940.

No mesmo ano, Freyre também publicou o *Um engenheiro francês no Brasil*. O livro acompanha a trajetória de Vauthier em Pernambuco, mas também destaca as relações entre a França e o Brasil na primeira metade do século XIX e a pertinência da ROP para o entendimento do conturbado contexto sociopolítico das décadas de 1830 e 1840.

A historiografia que se utilizou de passagens do diário de Vauthier para analisar um ou outro objeto de pesquisa é relativamente extensa. Todavia, são poucos os trabalhos que se dedicaram a estudar a fundo a ROP. Dentro da historiografia da Insurreição *Praieria*, conflito que fecha o ciclo das rebeliões liberais no Nordeste, uma das historiadoras que mais enfatizou a importância desta instituição para o contexto sociopolítico da época foi Izabel Marson.

Em *O Império do Progresso* (1987), a autora coloca a ROP como ponto nevrálgico dos debates políticos empreendidos por *baronistas* e *praieiros* em torno da administração provincial. O governo do barão, que a partir de 1837 buscou transformar a cidade do Recife em

¹ PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. Recife: CEPE, 2010, pp. 331-333.

² Ibid., p. 53.

uma urbecosmopolita e moderna capaz de atrair investidores estrangeiros, via melhoramentos urbanos, remodelou a ROP e a colocou no centro de sua política de “reorganização do futuro”³. Insatisfeitos com as decisões *exclusivistas*, políticos e trabalhadores urbanos compactuaram para enfraquecer a política *estrangeirista* do barão que, especialmente a partir de 1840, passou a engajar mais e mais trabalhadores estrangeiros para o mercado das edificações e dificultou a participação de pequenos e médios proprietários na hasta pública.

Um dos estrangeiros mais atacados pela oposição durante o governo *baronista* foi justamente Vauthier. A imprensa política ficou no encalço dos engenheiros imigrantes da ROP principalmente após maio de 1842, quando a publicação de um novo regulamento provocou a demissão de funcionários antigos da instituição e a elevação de Vauthier ao *status* de chefe. Na observação de John D. French, os funcionários públicos, categoria por muito tempo negligenciada pela historiografia, constituem um objeto de pesquisa muito pertinente, haja visto sua quantidade e o papel representativo que são forçados a exercer como símbolos de ineficiência, corrupção e prepotência governamental⁴. No entanto, Gilberto Freyre, um dos maiores defensores da conduta do engenheiro francês em Pernambuco, não relaciona Vauthier a nenhum desses estigmas. Em sua ótica, as críticas ao engenheiro eram movidas por sentimento de inveja dos brasileiros ou retaliação ao presidente⁵. Outros estudos, todavia, apontam que essas relações eram muito mais complexas.

Desde finais da década de 1980, a historiografia enfatiza que os movimentos insurrecionais da década de 1840 não são apêndices da Europa, nem tampouco a nossa revolução burguesa “fracassada”. Na ótica de Marcus Carvalho e Bruno Câmara, Barbosa Lima Sobrinho, Nancy Naro e Izabel Marson demonstraram que a *praieira* foi um movimento particular, uma disputa entre duas facções oligárquicas pelo poder local. Entretanto, a análise das manifestações de rua, ainda que em uma perspectiva muito diferente das preconizadas por Caio Prado Júnior, Amaro Quintas, Edison Carneiro e muitos outros estudiosos entusiasmados com a implantação do socialismo no Brasil, merece atenção⁶. Assim, trabalhos mais recentes voltaram a destacar a mobilização de artesãos e outros trabalhadores urbanos na *Praieira*, sob a ótica da história *vista de baixo*.

³ BND, O Diário Novo, 12 de setembro de 1842.

⁴ FRENCH, John D. *A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão crítica*. In: História-Unisinos, v. 6, n. 6, 2002, p. 17.

⁵ FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940, p. 129.

⁶ CARVALHO, Marcus J. M. de.; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *A Rebelião Praieira*. In: DANTAS, Monica (org). *Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 359.

Nessa proposição, outras faces do chamado *projeto de modernização* podem ser contempladas. De fato, o plano geral de melhoramentos urbanos do barão buscou, por intermédio de sua positividade, esconder seu caráter *exclusivista*. Contudo, o ápice dessa política esbarrou na criação do chamado partido *praieiro* em finais de 1842. Catalisando inúmeros descontentamentos da “classe artística”, a oposição conseguiu minar a hegemonia das famílias Rego Barros-Cavalcanti, cerrando fileiras nos cargos públicos e na corrida eleitoral. Todavia, a “população” possuía os seus próprios interesses, agenciando-os conforme a oferta de benesses. Tanto que muitos artífices que haviam apoiado os *praieiros* nas eleições primárias de 1844, segundo Marcelo Mac Cord, mudaram de lado após o não cumprimento das promessas de campanha, negociando mercês com os *baronistas*⁷.

É importante também destacar que o *projeto de modernização* modificou as relações de poder em todos os âmbitos. Se o jogo político ganhou ares de dramaticidade, os canteiros de obras experimentaram uma transformação inédita em sua dinâmica. Os canteiros de obras espalhados pela cidade e região circunvizinha receberam muitos trabalhadores estrangeiros, como pedreiros, mestres de obra, serralheiros, carpinteiros, marceneiros, pintores, piconeiros⁸; principalmente trabalhadores ligados a Companhia de Operários Alemães, comandada pelo engenheiro Augusto Kersting⁹. Para além dos estrangeiros, nos canteiros da ROP também trabalhavam nacionais livres, libertos, escravos, presos ferrepeados, entre outros. É instigante pensar na relação entre do Estado, como “patrão”, e esse mundo do trabalho.

Nesse sentido, o presente trabalho, cuja inspiração surgiu da leitura do diário de Louis-Léger Vauthier, mas percorreu por muitos outros caminhos, desenvolve nas linhas que se seguem um estudo sobre a Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco em três aspectos: estrutura administrativa, *projeto de modernização* e canteiros de obras. Acreditamos que um recorte institucional como o deste estudo de caso pode nos proporcionar uma maior compreensão acerca das nuances sociopolíticas das décadas de 1830 e, especialmente, 1840. Escolhemos como marco cronológico o ano de 1837, porque é neste momento que o barão assume a presidência de Pernambuco e inicia o seu plano geral de melhoramentos urbanos, dando um novo *status* a ROP. Assim, concluímos nosso recorte temporal no ano de 1850,

⁷ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, pp. 91-92.

⁸ Que trabalha com picadas. O termo, no século XIX, diz respeito aos trabalhadores que abriam espaços (trilhas, estradas) no mato e/ou em terrenos tortuosos com “facões” e picaretas.

⁹ AULER, Guilherme. *A companhia de operários 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial, 1959, pp. 23-39.

quando a Insurreição *Praieira* chega a seu fim e Pernambuco presencia a formação de uma nova conjuntura política, repercutindo inclusive na ROP.

Estudar uma instituição como a ROP demanda muito esforço e um certo exercício do pensar historiográfico. Entre meados do século XIX e boa parte do século XX a tradicional história política, voltada aos grandes eventos, personagens e conflitos, ao Estado como detentor do poder e relacionada ao sentimento nacional, predominou nas diretrizes da produção do conhecimento histórico. O positivismo e, posteriormente, a escola metódica, tentou afastar a disciplina em construção da filosofia da história. Conforme Peter Burke, a busca por um maior grau de cientificidade à luz das ciências exatas e biológicas levou a história a se aproximar do campo de estudo político, pois o Estado, especialmente no século XIX, se utilizou desta ciência em construção para dar apoio a formação da memória, sentimento de pertença, unidade nacional¹⁰. Todavia, a crítica mais sistematizada a esta história “tradicional”, “oficial” e a serviço do Estado, realizada sobretudo por outras ciências sociais, reverberou na constituição de outras vertentes historiográficas e perspectivas teórico-metodológicas. Entre estas, a dos *Annales*.

Na observação de Faustino Cavalcante Neto, a história deslocou seu foco de análise para aspectos relativos à atividade humana, como a economia e as relações sociais. A contraposição à história “tradicional” levou, nesse sentido, ao afastamento dos estudos sobre a história política¹¹. Para René Rémond, a história é sempre de um tempo, por isso gerações de historiadores se sucedem, mas não são iguais. Dessa maneira, o período pós-guerra influenciou historiadores e historiadoras a considerar as estruturas duráveis em detrimento aos acidentes de conjuntura, comportamentos coletivos às iniciativas individuais: “factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência”¹².

Não há, no entanto, como resumir esse embate ao choque de duas concepções epistemológicas opostas. René Rémond, por exemplo, acredita que a própria natureza da realidade estava em discussão, visto que a política passou a ser considerada uma coisa pequena na superfície do real¹³. Assim, o olhar sobre o campo político não foi predominante durante a

¹⁰ BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 17.

¹¹ CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. *Nova história política e considerações sobre os conceitos de cultura política e representações*. In Revista do Departamento de História da UFPE, Recife, v. 4, n. 4, 2005, p. 95.

¹² RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 18.

¹³ *Ibidem*.

primeira e segunda geração dos *Annales*. Porém, Faustino Cavalcante Neto nos conta que dentro do interior da chamada terceira geração dos *Annales*, mais especificamente em meados da década de 1970, a história política reassumiu um lugar de evidência dentro da produção historiográfica¹⁴. A renovação da história política, conforme René Rémond, foi estimulada pelo contato com outras ciências sociais e campos do saber científico. Se por um lado historiadores como Jacques Le Goff, Peter Burke e outros destacaram a pertinência da Sociologia e Antropologia para a criação de uma nova representação do tempo histórico, como disse José Carlos Reis¹⁵, René Rémond também destacou a pertinência do direito público, psicologia social, psicanálise, linguística, matemática, informática, cartografia, ciência política e da noção de representação para a constituição do que hoje é conhecido como nova história política¹⁶.

Nessa proposição, a renovada história política corroboraria com as críticas direcionadas a história política tradicional em uma perspectiva interdisciplinar e atenta as demandas da história *vista de baixo* e de outras concepções de poder que não se resumem ao Estado. Segundo Faustino Cavalcante Neto, a nova história política se dedica a estudar a ação dos homens no campo político, analisando tramas políticas, representações, recorrências ao simbólico, identidades, emoções, etc. Seria um “redimensionamento do estudo em torno do poder”¹⁷. Dessa maneira, esta perspectiva historiográfica que engloba os micropoderes presentes na vida cotidiana e os aspectos simbólicos e representativos tem um potencial de contribuição sobremaneira para a produção historiográfica que se dedica a estudar instituições como as repartições públicas do Brasil oitocentista. Não falo somente em termos de interação entre instância administrativa e poderes políticos locais ou gerais, mas também no que diz respeito as relações de poder presentes no bojo da própria instituição. Uma outra possibilidade, certamente mais delicada, mas muito interessante, mora no entendimento de *cultura política*. A reflexão sobre a articulação de ideologias, crenças, valores, símbolos, vocabulário, etc., nesse sentido, pode ser bem interessante para localizar o papel da ROP dentro dessa conturbada conjuntura sociopolítica da época do *projeto de modernização*, que colocava em xeque diferentes concepções de governo e até de *civilização*.

Acerca do estudo sobre a vida e labuta dos inúmeros trabalhadores estrangeiros, nacionais livres, libertos, escravos, calcetas, etc., engajados nos canteiros de obras da ROP e do mercado das edificações como um todo, vale ressaltar que as mudanças preconizadas pelas

¹⁴ CAVALCANTE NETO, 2005, p. 96.

¹⁵ REIS, José Carlos. *A escola dos annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 15.

¹⁶ RÉMOND, 2003, pp. 29-31.

¹⁷ CAVALCANTE NETO, op. cit., p. 98.

escolas históricas na segunda metade do século XIX, especialmente a anglo-saxã, foram muito pertinentes para a introdução de novos olhares sobre a história do trabalho.

Até a década de 1980, a maior parte dos historiadores que se dedicavam a estudar a história do trabalho no Brasil costumava iniciar suas análises a partir do final do século XIX ou primeiras décadas do século XX. Para esses pesquisadores, a figura do trabalhador escravo não tinha vez. Segundo Silvia H. Lara, a exclusão era acentuada pelos debates existentes sobre a substituição do escravo (negro) pelo trabalhador livre (branco, imigrante). Nesse sentido, a historiografia voltada à “transição” tendeu a estabelecer uma teoria explicativa para a passagem do sistema escravista (realizado por seres destituídos de personalidade, de cultura), para o universo do trabalho livre assalariado (passível de protagonismo, sujeito histórico)¹⁸.

Certamente, mudanças historiográficas observadas nas últimas duas décadas do século XX modificaram a visão dos historiadores em torno das experiências de escravos, libertos e homens livres pobres ao longo da escravidão, assim como do processo de conquista da liberdade. As pesquisas realizadas sob uma nova abordagem, a *história social do trabalho*, possibilitaram a renovação dos estudos acerca do trabalho no Brasil oitocentista, refletindo sobre a experiência individual e coletiva desse universo de trabalhadores e trabalhadoras.

No entanto, há diversas ambiguidades a respeito da denominação *história social do trabalho*. Nem toda história do trabalho necessariamente aborda os objetos da mesma maneira. Até a década de 1980, as obras majoritariamente analisavam a sociedade por intermédio de determinações estruturais em perspectivas dicotômicas, proposta que se afasta ligeiramente das noções contemporâneas da chamada *história social do trabalho*. Tomando por exemplo a *história cultural*, Silvia Petersen lembra que outrora este campo acabou abarcando, erroneamente, todos os trabalhos que se dedicavam ao estudo da cultura, como se o tema definisse o campo, não a abordagem¹⁹. Nessa proposição, o tema “trabalho” não devia definir a *história social do trabalho*, mas sim a abordagem que dele é feita.

Fortemente influenciada pela historiografia inglesa, como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, a *história social do trabalho* é uma das maneiras possíveis de se pensar a história a partir da perspectiva dos trabalhadores, entendendo não só as mais diversas relações de trabalho como também a experiência desses sujeitos. Diferentemente da tradicional história do

¹⁸ LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto História*, São Paulo, v. 16, out. 1998, pp. 26-27.

¹⁹ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011, São Paulo. Anais., p. 03. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548858767_09abf763510398619e992fbb6e99ffe4.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

trabalho, essa nova abordagem busca também sair do ambiente de labuta, das fábricas, das instituições e adentrar no universo cultural dessas pessoas.

Sob a ótica da *história vista de baixo*, um leque de possibilidades surgiu para os historiadores. Objetos antes negligenciados por esses pesquisadores ganharam voz, bem como outros abordados demasiadamente receberam novas indagações. Nessa proposição, historiadores voltados à *história social do trabalho* se dedicam a estudar a organização dos trabalhadores, movimentos sociais, movimentos migratórios, cotidiano dos trabalhadores e suas condições e práticas de lazer, saúde, cultura, classe, gênero, a relação dos trabalhadores com instituições e espaços públicos, além da sua atuação política frente a questões de sobrevivência e melhores condições de trabalho, etc.

No que se refere às fontes, essa gama de objetos proporcionou aos historiadores uma ampliação do repertório. Com o intuito de entender as experiências e narrar trajetórias, as fontes “tradicionais” não deixaram de ser utilizadas, porém, uma leva de documentos se tornou passível de investigação. Segundo Silvia Petersen, a imprensa não perdeu a sua importância, mas a legislação e os processos judiciais constituem uma vertente promissora²⁰. Documentos oriundos de empresas, fábricas e instituições públicas e particulares também oferecem várias possibilidades aos historiadores que se dedicam a estudar essa vertente ao longo da História. Nesse sentido, abordamos a complexa Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco, especialmente no último capítulo desta dissertação, pelo prisma da *história social do trabalho*.

Assim, o presente trabalho surgiu da análise de diversas fontes. Dentro da documentação da própria Repartição de Obras Públicas, presente na coleção *Obras Públicas* do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), existem orçamentos e relatórios de engenheiros, fiscais e outros administradores da instituição. Também é possível encontrar neste acervo os pontos dos funcionários, seus respectivos vencimentos e prognósticos cotidianos referentes ao andamento das diversas obras empreitadas nas décadas de 1830 e 1840. A riqueza de detalhes desses materiais nos possibilitou analisar a estrutura administrativa e entender o dia a dia desses trabalhadores nos canteiros de obras da ROP.

Para além deste arquivo, também utilizamos exaustivamente os jornais da época, disponibilizados tanto pela Biblioteca Nacional, com sua Hemeroteca Digital, quanto pelo acervo digital da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Dentre os periódicos, o *Diário de Pernambuco*, *Tipografia União* e o *Diário Novo*, *Tipografia Imparcial*, se destacam. No

²⁰ PETERSEN, 2011, p. 06.

âmbito político, estes dois grandes jornais travaram uma intensa batalha na década de 1840. O *Diário de Pernambuco*, também conhecido jocosamente pela oposição como *Diário Velho*, representava boa parte dos interesses *baronistas*; enquanto o *Diário Novo*, maior periódico de oposição, estava ligado aos *praieiros*. A estes dois grandes jornais, se somam folhas médias e pequenas, mas igualmente importantes, como *O Lidador*, *O Artilheiro*, *O Nazareno*, *O Artista*, *O Guarda Nacional*, entre outros.

No entanto, é importante lembrar que esses periódicos não serviram apenas para observar e interpretar as disputas entre *baronistas* e *praieiros* em torno do poder local. Tão pertinente quanto é o engajamento político da “classe artística” que buscava melhores condições de labuta em meio a conjuntura sociopolítica dos anos que antecederam a Insurreição *Praieira*. Os jornais também estão repletos de anúncios de compra, venda e aluguel, importantes para a compreensão da oferta e procura de empregos na construção civil e mercado de obras públicas. Esses anúncios ainda viabilizam a identificação de empreiteiros engajados no sistema de arrematação de obras públicas da província. Também encontramos muitos anúncios de fuga de escravizados que trabalhavam no ramo das edificações, cuja descrição nos permite refletir e entender, ainda que pouco, a experiência desses trabalhadores e suas práticas de sobrevivência.

Em relação a documentação oficial, utilizamos neste trabalho a *Collecção das Leis do Imperio do Brasil*, com o intuito observar as nuances da gestão pública urbana entre 1824 e 1842; as *Leis Provinciais de Pernambuco*, responsáveis por nos informar sobre algumas das atribuições da ROP, ainda que em papel; os *Relatórios Provinciais*, pois, ainda que exijam um exame cuidadoso e crítico, oferecem uma contribuição importante a respeito do trato dos presidentes de província com as obras públicas; *Ofícios* de governo, publicados em sua maioria também nos periódicos; o Fundo da *Companhia de Operários Alemães*, responsável por descrever a situação dos 195 artífices engajados na ROP a partir de 1839; e a série *Obras Públicas* já citada anteriormente.

Também faz parte do arcabouço documental dessa dissertação o diário pessoal de Louis-Léger Vauthier, que contém narrativas interessantes acerca das relações de trabalho no seio administrativo da ROP, bem como dos problemas cotidianos do difícil ramo das edificações, e o panfleto intitulado *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia*, escrito por José Thomaz Nabuco de Araújo e publicado anonimamente pela *Tipografia União* em 1847.

Por fim, é necessário enfatizar que a construção do presente trabalho foi auxiliada por um vasto número de artigos, dissertações, teses e livros. A princípio, destaco os livros *Um*

engenheiro francês no Brasil e Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil, escritos por Gilberto Freyre e Cláudia Poncioni, respectivamente; a tese de Silvio Mendes Zancheti, intitulada *O Estado e a cidade do Recife, 1822-1889*; o livro *O Império do Progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*, escrito por Izabel Marson; e os diversos artigos e livros publicados nas últimas décadas pelo historiador pernambucano Marcus J. M. de Carvalho. No entanto, lembro que igualmente significante são as contribuições de diversos outros historiadores citados ao longo desta dissertação.

A presente dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *A Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco: gestão pública urbana e “projeto de modernização” (1837-1844)*, analisaremos as mudanças ocorridas na gestão pública urbana entre a chegada da coroa portuguesa em 1808 e as reformas empreitadas durante o período regencial, devido a pertinência dessas questões para o processo de criação e consolidação da ROP no seio administrativo provincial. Nesse sentido, decidimos abordar as legislações de cunho nacional, provincial e municipal no que concerne às obras públicas, entendendo o impacto principalmente das reformas liberais da década de 1830 para a institucionalização da repartição. Depois, discorro sobre a criação da ROP e a introdução do chamado *projeto de modernização*, responsável por reformular a instituição e prover diversos melhoramentos urbanos na província entre 1837 e 1844.

No segundo capítulo, *Entre baronistas e praieiros: conflitos em torno da Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco (1842-1850)*, busco entender a cisão liberal de 1842, que deu “origem” ao chamado partido *praieiro*, e os embates entre estes opositores e os *baronistas*, como eram conhecidos os aliados e defensores de Francisco do Rego Barros, entre 1842 e 1850. Acreditamos que a ROP é parte crucial destes conflitos, pois o projeto de governo *baronista* concentrou boa parte de suas energias naquela instituição e, conseqüentemente, a oposição a escolheu como um de seus principais alvos, tecendo-lhe diversas críticas, especialmente após a introdução do regulamento de 25 de maio de 1842. Também tenho por intenção discorrer sobre o chamado *estrangeirismo* e *exclusivismo* do barão, duas das acusações mais presentes na imprensa *praieira* e na “boca” da “classe artística” e de todos os pernambucanos insatisfeitos com o governo *baronista*. No capítulo ainda discutiremos a intensificação dos conflitos a partir das eleições de 1844, o desmonte da ROP protagonizado pelos *praieiros* no poder e os movimentos insurrecionais de 1848 e 1849.

No terceiro e último capítulo, *As sanguexugas estrangeiras da repartição e a dinâmica dos canteiros de obras no tempo da modernização*, analiso o engajamento de técnicos e engenheiros estrangeiros, especialmente da Companhia de Operários Alemães e corpo de engenheiros franceses, para o *projeto de modernização* empreitado pelos conservadores a partir de 1837, bem como o impacto dessa empreitada para o mercado das edificações, tanto no que diz respeito ao sistema de arrematações em hasta pública, quanto no que se refere aos canteiros de obras espalhados pelo Recife e região circunvizinha. Apesar da existência de um debate na época em torno da necessidade de morigeração e substituição da mão de obra cativa pela livre e assalariada, essa *paixão estrangeirista* do barão acabou não agradando a todos, especialmente pequenos e médios proprietários que perderam espaço na hasta pública após a publicação de um novo regulamento para a ROP. Esse conflito de interesses interferiu na dinâmica dos trabalhos ora potencializando, ora enfraquecendo o mercado das edificações, reverberando inclusive nos trabalhadores que ganhavam a vida ou laboravam compulsoriamente nesses canteiros. Nesse sentido, também abordo neste capítulo o universo das diversas categorias de trabalhadores que labutavam no ramo das edificações, refletindo sobre as condições de trabalho (vestimentas, alimentação, salários, jornadas de trabalho, doenças, morte, etc.) e as estratégias de resistência e sobrevivência (fugas, reivindicações, liberdades, etc.). Dessa forma, procurei descrever, na medida do possível, as relações de trabalho, o cotidiano, enfim, a experiência dessas pessoas distintas em termos culturais e jurídicos, mas muito semelhantes em termos de precariedade do trabalho.

2 A REPARTIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO: GESTÃO PÚBLICA URBANA E *PROJETO DE MODERNIZAÇÃO* (1837-1844)

Mesmo após a independência, o Brasil possuía poucos núcleos urbanos, uma herança do período colonial. Essa tese é evidenciada pelas pautas cada vez mais presentes no quesito melhoramentos urbanos a partir da década de 1820. Os moldes organizacionais da política portuguesa em relação às “aglomerações urbanas” coloniais eram demasiadamente burocráticos. Assim, a constituição de vilas e cidades era constantemente regularizada e restringida pelo poder colonial. De acordo com Maria Angela de Almeida Souza, a organização espacial de pequenas cidades estava sob a responsabilidade dos donatários, mas eram subordinadas aos termos centralizadores das *Cartas de Doação* e *Forais*, que sufocavam a expansão municipalista no Brasil, embora não impedissem que as Câmaras Municipais exercessem um papel fundamental na organização política brasileira e no ordenamento das cidades (obras públicas, estabelecimento de posturas, fixação de taxas, etc.)²¹.

Silvio Mendes Zancheti divide este processo de gestão urbana portuguesa no Brasil em dois momentos distintos. O primeiro se refere ao início da colonização e se destaca por possuir uma política de centralização administrativa nos aspectos econômicos e fiscais, políticos e jurídicos, todavia descentralizante e liberal quanto a questões de cunho individual, como conquistas de territórios e formação de assentamentos urbanos. Dessa forma, a constituição de vilas e povoados era de responsabilidade administrativa dos donatários, enquanto a coroa se preocupava com o estabelecimento das cidades²².

Já o segundo, é relacionado a finais do século XVII, quando até mesmo a constituição de vilas e cidades se tornou responsabilidade única da coroa. Segundo Zancheti, alguns fatores contribuem para essa mudança administrativa: a ascensão de d. João IV (1640-1665), a “Restauração Portuguesa”, o abalo causado pela invasão holandesa no Nordeste brasileiro, entre outros. O sistema perduraria até a chegada da coroa portuguesa em 1808, incorporando uma economia centralizada na administração, limitadora do comércio interno e asfixiante na política fiscal²³. Nesse sentido, essa estrutura de ocupação territorial baseada no latifúndio e assentada

²¹ SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Posturas do Recife imperial*. 2002, 312f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2002, p. 74.

²² ZANCHETI, Sílvio Mendes. *O Estado e a cidade do Recife, 1822-1889*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1989, p. 08. Sobre este trabalho faço aqui um adendo: as citações presentes em texto correspondem a uma versão da tese que foi digitada por alguém cujo nome não tenho conhecimento, mas segue fielmente as palavras de Zancheti. Entretanto, possivelmente as páginas referenciadas aqui não correspondem com exatidão à publicação original. Não consegui durante a pesquisa ter contato direto com o autor, que hoje encontra-se aposentado de suas atividades acadêmicas, nem tampouco com o material em sua melhor edição, devido a sua raridade e pouca disponibilidade.

²³ Ibidem.

sobre um complicado e precário sistema de comunicação e transporte, consolidou uma prática social e produtiva bastante independente, sob comando dos habitantes das fazendas.

Como verdadeiros “núcleos do poder estatal”, as vilas e cidades, apesar de regionalizadas, sem complexidade econômica e à mercê de agentes econômicos privilegiados no sistema de representação política, eram também centros de coletas de impostos e, quando litorâneas, fundamentais no processo de escoamento da produção para o mercado externo. Nessa proposição, a força política do município é parte importante da administração portuguesa centralizada na colônia, o que transformava a Câmara Municipal em um poderoso instrumento de introdução das elites agrárias no seio da burocracia portuguesa, cuja tradição relacionava-a de maneira direta ao Rei. Pelo poder das Câmaras Municipais, a cidade colonial se consolidou como centro político, locus da administração, burocracia, representação política e formação ideológica. De acordo com Zancheti, uma das consequências dessa incorporação foi a conservação do aspecto rural das cidades interioranas, observado ainda no oitocentos, de maneira predominante e em todas as províncias²⁴.

Até então as Câmaras Municipais eram responsáveis, conforme Zancheti, pelos cuidados com a utilização do solo, pela delimitação das áreas urbanas (e de suas respectivas normas de edificação), pela manutenção das infraestruturas (pontes e estradas acima de tudo), regulamentação de profissões artesanais e manufatureiras, conduta social e representação política, repressão e policiamento, abastecimento alimentício e, por fim, conquista de áreas ditas “virgens” do território²⁵. Concomitantemente à chegada da coroa portuguesa (1808) e de seu aparelho burocrático e administrativo no Brasil, as competências das Câmaras Municipais foram modificadas. É bem conhecido pela historiografia que a abertura dos portos às nações amigas dinamizou as relações econômicas da colônia, inviabilizando a conservação das antigas responsabilidades das Câmaras. Assim, é possível perceber diversas alterações especialmente no trato com a gestão pública urbana. Se antes a construção e manutenção das obras era de responsabilidade das Câmaras, as primeiras décadas do século XIX redirecionaram essas competências para os arsenais de Guerra e Marinha, além de outras esferas do poder público. Segundo José Murilo de Carvalho, os poderes dos desembargadores no início do século XIX, por exemplo, eram grandes a ponto de opinarem até nas obras públicas²⁶.

²⁴ ZANCHETI, 1989, pp. 10-11.

²⁵ Ibid., p. 13.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 174.

Na ótica de Zancheti, inicia-se aí “a montagem de uma administração urbana, onde o espaço urbano, o espaço público, começa a ser objeto de intervenção de aparelhos especializados do estado”²⁷. Essa quebra do exclusivismo metropolitano viabilizou outras formas de aplicação dos capitais por parte de diversos produtores. Entre estes investimentos, o ramo das obras públicas se destaca, sobretudo em finais da década de 1830. Junto a este novo mercado os moldes administrativos da gestão pública urbana foram bastante modificados entre 1808 e 1834, mexendo com as relações entre as instâncias administrativas e os poderes imperiais, provinciais e municipais; além do olhar estético, artístico, econômico e social sob a infraestrutura urbana. Assim, as administrações públicas provinciais de todo o Império passaram a criar departamentos ou repartições responsáveis por cuidar da gestão urbana precipuamente das capitais.

O presente capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro **(2.1)** versa sobre as mudanças nos moldes da gestão pública urbana ocorridas na primeira metade do século XIX. Escolhi como caminho a análise das legislações que orientaram boa parte das tomadas de decisões do governo geral, provincial e municipal entre 1824 e 1842, com ênfase nas reformas liberais da década de 1830 e posterior “regresso” revisionista. Já no segundo **(2.2)**, discorro sobre a criação e consolidação institucional da Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco e o impacto dos embates reformistas na gestão pública urbana pernambucana. Por fim, no terceiro ponto **(2.3)**, descrevo o processo de reformulação da Repartição de Obras Públicas junto ao *projeto de modernização* via melhoramentos urbanos empreitado sob a presidência de Francisco do Rego Barros (Barão, depois Conde da Boa Vista) entre 1837 e 1844.

2.1 A gestão pública urbana e o conturbado período regencial

Para além das disposições da Câmara, a chegada da coroa portuguesa também intensificou o interesse das elites nacionais em participar da política imperial. Segundo José Murilo de Carvalho, as elites que seguiam a tradição da magistratura de Coimbra já se movimentavam em torno da autonomia desde 1808, flertando com a possibilidade de rompimento com d. João VI. Durante o processo de independência (1822), essa mesma elite treinada exerceu influência sobre a constituição do Estado Nacional, todavia, a aproximação esvaziou em contrapartida o poder de decisão das elites localizadas no chamado “Norte” do

²⁷ ZANCHETI, 1989, p. 14.

Império, causando descontentamentos²⁸. Marcus Carvalho nos conta que essas disputas políticas provocaram, entre 1817 e 1848, diversos movimentos insurrecionais em todo o Império, sobretudo no Norte²⁹.

Após o retorno de d. João VI a Portugal, o seu filho d. Pedro assumiu o trono, com a missão de tornar o Brasil independente. No entanto, a chamada “revolução” do 7 de abril de 1831³⁰ marcou a retirada nada amistosa do então imperador brasileiro. D. Pedro I, após muita pressão política e popular abdicou de seu trono, deixando-o nas mãos de seu filho d. Pedro II, na época com apenas 5 anos de idade. Entre as razões para a abdicação estavam a problemática proclamação de independência e a Constituição de 1824. Maria Angela de Almeida Souza afirma que d. Pedro buscou em Benjamin Constant inspiração para instituir, para além do Executivo, Legislativo e Judiciário, o poder Moderador³¹. Arelado ao executivo, o quarto poder se tornou determinante nas decisões tomadas pelo governo imperial. De acordo com José Murilo de Carvalho, apesar de sempre criticado pela oposição, que se revezava entre as três grandes facções políticas do Império, *caramurus*, *moderados* e *exaltados*, o poder moderador era aclamado por quem estava no poder³².

A abdicação deu início ao chamado período regencial, momento onde a política brasileira exerceu não só forte protagonismo, como também promoveu inflamados embates políticos. Na observação de José Murilo de Carvalho, o período regencial pode ser dividido em duas partes: a primeira (1831 a 1837), é marcada pela liderança dos liberais *moderados*, após o afastamento dos liberais *exaltados*; já a segunda (1837 a 1840), pelo controle dos conservadores, chamados pejorativamente de *caramurus*³³. As reformas ocorridas nesse momento, especialmente a introdução do ato adicional de 1834 e lei de interpretação (1840), impactaram diretamente nos moldes organizacionais da gestão pública urbana e, conseqüentemente, na estrutura administrativa dos departamentos e repartições de obras públicas de todas as províncias.

²⁸ CARVALHO, 2008, pp. 32-34.

²⁹ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, pp. 05-10.

³⁰ Há uma intensa discussão na historiografia acerca da utilização do termo “revolução” em torno dos movimentos do 7 de abril. Para Marcus Carvalho (2018, p. 129), “Chamar de ‘revolução’ a queda de d. Pedro I no dia 7 de abril de 1831 é um anacronismo explícito que os historiadores há muito deixaram de empregar”. Parte da influência da utilização do termo “revolução”, neste contexto, se deu pelo emprego sem aspas por Joaquim Nabuco em *Um Estadista no Império*.

³¹ SOUZA, 2002, pp. 99-100.

³² CARVALHO, José Murilo de. *As marcas do período*. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord). *A construção nacional 1830-1889*, v.2. Col. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012b, p. 27.

³³ Idem. *A vida política*. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord). *A construção nacional 1830-1889*, v.2. Col. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012a, p. 87.

Para Marcello Basile, as disputas regenciais ganhariam ares difusos especialmente em 1835, pois as identidades políticas das três facções, que nunca foram bem definidas, se fragmentaram em acordos e novas coalisões. Assim, são esboçadas duas novas facções: o *regresso* e o *progresso*. Ao lado do *regresso*, grandes políticos *ex-moderados*, como Bernardo de Vasconcellos, Carneiro Leão, Rodrigues Torres, etc.; além de conservadores como Pedro de Araújo Lima e Miguel Calmon. Já ao *progresso*, se alinham Antônio de Abreu, Manoel Castro e Silva, Souza Martins, José Thomaz Nabuco de Araújo e outros³⁴. Ilmar de Mattos nos lembra que liberais e conservadores eram muito parecidos em termos sociais e econômicos: ricos proprietários, fazendeiros abastados, negociantes de grosso trato, grandes magistrados, ou representantes da classe senhorial³⁵. Por esta razão, segundo o autor, Hollanda Cavalcanti afirmava na época que não havia “nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder”³⁶.

O período regencial também foi marcado por diversos movimentos de rua, que acirravam as tensões sociais e políticas. Aproximadamente vinte levantes ocorreram pelas províncias do Império na década de 1830, marcados principalmente por antilusitanismo. O ressentimento com os estrangeiros, apesar de antigo, continuou a aparecer na década seguinte em Pernambuco com a perseguição a trabalhadores engajados nas obras públicas, bem como com os chamados “mata-marinheiros”, cujo detalhes discutiremos no capítulo seguinte.

Por fim, no período regencial ainda ocorre um amplo debate em torno das atribuições dos poderes municipais, provinciais e imperiais; consequentemente, sobre as instituições públicas e os moldes organizacionais da gestão urbana. Assim, no início da década de 1830 diversos projetos são redigidos, submetidos e analisados pelos regentes, deputados e senadores, com o intuito de definir o pacto federativo e fragilizar aspectos herdados do antigo regime.

2.1.1 Entre o município e a província: as reformas regenciais e a gestão pública urbana (1831-1837)

³⁴ BASILE, Marcello. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial. Vol. II (1831-1870)*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 64.

³⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987, p. 109. Na ótica de Ilmar de Mattos (1987, pp. 106-107), *saquarema* era uma denominação dada aos protegidos pelas autoridades conservadoras, que começava no Rio de Janeiro, mas se estendia aos adeptos do partido espalhados pelo Império. Já “luzia” era uma denominação pejorativa dada aos liberais mineiros derrotados nos movimentos insurrecionais de 1842, após a revisão das reformas constitucionais empreitadas pelos liberais *moderados* e *exaltados* nos anos iniciais da década de 1830. Posteriormente o título também foi estendido aos apoiadores dos liberais no Império.

³⁶ Ibid., p. 103.

Dentre os projetos apresentados pelos liberais *moderados* entre 1831 e 1837 se destaca a reforma constitucional. Após conseguir a promulgação em 29 de novembro de 1832 do novo Código do Processo Criminal, que instituiu a Guarda Nacional, ampliou os poderes dos juízes de paz, criou os cargos de juízes municipais e introduziu o *habeas corpus*, foi a vez dos liberais travarem uma disputa com os conservadores em torno da aprovação de um ato adicional à Constituição de 1824. Segundo Marcello Basile, o chamado projeto “Miranda Ribeiro” (membro da comissão dos *moderados* que redigiu a proposta) previa, entre outras questões, que o Império se tornaria uma monarquia federativa e que haveria uma supressão do Poder Moderador, do Conselho de Estado e do mandato vitalício do Senado. A iniciativa também pretendia criar Assembleias Legislativas Provinciais, cargos do executivo nos municípios, dividir as rendas públicas entre nacionais e provinciais e alterar a Regência de Trina para Una, com direito a vice regente e eleições organizadas pelas Assembleias Provinciais³⁷.

Apesar de rechaçado por uma parcela dos *moderados* e majoritariamente pelos *caramurus*, o projeto foi aprovado e enviado ao Senado em 13 de outubro de 1831. Todavia, mesmo com a aprovação da Câmara, o texto sofreu muitos abalos no Senado. De acordo com Marcello Basile, foram rejeitadas as seguintes propostas: a adoção de uma monarquia federativa, a mudança da Regência Trina para Uma, a autonomia municipal, a alteração do direito de veto do monarca e o fim da vitaliciedade do Senado, do Poder Moderador e do Conselho de Estado³⁸. Em resumo: uma derrota completa.

Insatisfeitos com o fracasso no Senado, que em sua maioria era composto por políticos *caramurus*, alguns *moderados* organizaram um golpe. Entretanto, a tentativa de Feijó e companhia não foi só falha como pertinente para a desestabilização da facção, que se viu naquele momento mais dividida que nunca. Mudanças estratégicas eram necessárias. Para Basile, somente algumas mudanças no projeto e uma nova aliança com políticos *caramurus* viabilizaria a aprovação da reforma. Destarte, o projeto foi revisado e somente a troca da Regência Trina por Uma e o fim dos Conselhos de Estado em detrimento às Assembleias Provinciais permaneceram no texto³⁹. Aprovado pelo Senado, o ato adicional foi promulgado em 12 de agosto de 1834.

Uma das mudanças mais significativas foi a criação das Assembleias Provinciais. Estes órgãos tinham por função legislar sobre vários assuntos, como a fixação da despesa provincial e municipal, a criação e manutenção de impostos provinciais, repartição da contribuição direta

³⁷ BASILE, 2018, pp. 76-78.

³⁸ Ibid., pp. 76-79.

³⁹ Ibid., pp. 80-81.

pelos municípios, a fiscalização das rendas e das despesas municipais e provinciais, a nomeação de funcionários públicos, do policiamento e da segurança pública, instrução pública e obras públicas⁴⁰. No que diz respeito a Província de Pernambuco, é bem verdade que uma Repartição de Obras Públicas já havia sido criada pela Junta do Governo Provisório Provincial, mas foi a incorporação dessa instituição ao conjunto administrativo provincial que viabilizou a execução desses trabalhos no ramo das edificações. Dessa maneira, o ato adicional pode não ter transformado o país em uma monarquia federativa, mas descentralizou significativamente a administração pública, viabilizando empreitadas como aquela realizada pelos conservadores em Pernambuco, conforme veremos no próximo capítulo.

A primeira metade do oitocentos é marcada por um debate: descentralização *versus* centralização. O elemento principal nessa disputa política é a definição dos moldes administrativos do Estado Nacional brasileiro, questão pertinente para a manutenção do sistema escravista, da unidade nacional e economia imperial. Centralistas e federalistas travaram batalhas durante meses, anos, tentando concretizar os seus respectivos planos de governo. Segundo Miriam Dolhnikoff, Antônio Feijó, Nicolau de Campos Vergueiro e Francisco de Paula Souza articularam o plano correspondente aos anseios compartilhados pela maior parte dos grupos provinciais, seduzidos pelas possibilidades fornecidas pela autonomia política e econômica⁴¹. As reformas sancionadas entre 1832 e 1834 são os principais argumentos de sua tese. Para a autora, a descentralização alcançada pela criação das Assembleias Provinciais, com sua autonomia tributária (ainda que limitada) e domínio sobre a esfera municipal, não foi totalmente derrotada nem com o chamado “Regresso” (1837-1840).

Iniciado em 1837 com a ascensão dos conservadores na política nacional, o “Regresso” culminou na Lei de Interpretação do Ato Adicional em 1840, responsável, conforme uma parcela significativa da historiografia, por reavivar o caráter centralizador das instâncias administrativas provinciais. Porém, para Dolhnikoff, esse momento não representou um retorno para 1824, mas um novo pacto em torno das questões federalistas⁴². Contudo, apesar da autora limitar o ocaso da Insurreição *Praieira* a disputas internas pelo poder, essas mudanças administrativas impactaram direta ou indiretamente na distribuição de cargos e benesses,

⁴⁰ Ato Adicional de 1834, Art. 10: “Compete às mesmas Assembleias legislar: [...] 5ª – Sobre a fixação das despesas municipais e provinciais, e os impostos para ela necessários, contando que estes não prejudiquem as imposições gerais do Estado. As Câmaras poderão propor os meios de ocorrer as despesas, dos seus Municípios” (Collecção das Leis do Imperio do Brasil – 1834, p. 15, v. 1.).

⁴¹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 28.

⁴² *Ibid.*, pp. 66-78.

viabilizando a introdução de um projeto *modernizador* pautado em melhoramentos materiais e acirrando disputas internas em razão do controle das ações na província.

Ademais, outras atribuições discutidas pelas facções no período regencial foram as dos presidentes de província. Debates das décadas de 1820 e 1830 evidenciam um grande receio por parte dos liberais reformistas em torno do poder centralizador dos presidentes. Para Andréa Slemian, o controle da ação presidencial, a priori, se deu pela implementação de uma “instância de representação dos povos”. Dessa maneira, a aprovação das Assembleias Legislativas Provinciais sob o clamor de uma maior autonomia legislativa em relação à Corte, abriu caminho para a aprovação de um regimento que visava regulamentar as atribuições dos presidentes de província no mesmo ano. Para a felicidade dos opositores, na ótica da autora, o regimento reforçou o papel do presidente como uma das principais autoridades nas províncias, ainda que muitas vezes limitada aos designios da política local e da própria Assembleia Provincial⁴³.

Na observação de Zancheti, o poder dos presidentes, apesar de enfraquecido pela força das Assembleias Provinciais, ganhou novos ares a partir de 1842, quando um melhor balizamento das instancias administrativas favoreceu o controle imperial sob a figura do executivo na província⁴⁴. Não à toa Francisco do Rego Barros aproveitou esse momento para implementar diversas reformas administrativas na Província de Pernambuco, como um novo e polêmico regulamento para as obras públicas.

Dessa forma, as províncias passaram a exercer o direito de eleger representantes, formulando legislações próprias. Entretanto, a relação manteve-se alicerçada com a Corte, pois a execução das tarefas administrativas deveria ser realizada pelos presidentes que, por sua vez, dependiam de nomeação imperial.

No que concerne aos municípios, o ato adicional de 1834 foi fundamental para consolidar a dependência orçamentária e financeira do poder local em relação as Assembleias Provinciais. O enfraquecimento do poder municipal é progressivo e tem como um dos pontos chaves a Constituição de 1824. De acordo com Zancheti, a Constituição praticamente indefine as suas competências devido ao “tema potencialmente explosivo” que era o poder local na época⁴⁵. Dessa maneira, somente em 1828 a montagem da máquina administrativa responsável pelas ações e regulações do espaço urbano ganhou contornos nítidos.

⁴³ SLEMIAN, Andréa. “*Delegados do chefe da nação*”: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). São Paulo, v. __, n. 6, 2007, pp. 21-22.

⁴⁴ ZANCHETI, 1989, p. 23.

⁴⁵ Ibid., p. 24.

Entretanto, a legislação de 1828 limitou o município a uma instância meramente administrativa, retirando-lhe os poderes sob o judiciário e o tratando como um jovem que necessita da supervisão de adultos (províncias, Império) para sobreviver. Segundo Zancheti, o maior sentido da legislação de 1828 era minimizar as atividades políticas e o inflamar dos interesses particulares, bem como das classes subalternas. Diferentemente do período colonial, quando uma ligação direta entre a Câmara Municipal e o Rei construía um pacto em prol da manutenção do estatuto colonial, a independência adicionou um intermediário nessa relação: a província. Articulação que colocara em muitos momentos a própria instituição monárquica em risco⁴⁶.

Este risco não foi visto com bons olhos pelos regressistas, que não observaram de maneira passiva o perigo que representava o federalismo exacerbado. Após 1834, os debates e movimentos nos âmbitos do Parlamento, da imprensa e das ruas são impulsionados pelos opositores resistentes às mudanças promovidas pela regência *moderada*, culminando na revisão das reformas promovidas pelos liberais nessa conturbada década de 1830.

A crise se instalou no governo *moderado* desde a vitória de Diogo Feijó sobre o *caramuru* Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque nas eleições regenciais. De acordo com Paulo Cadena, Feijó não foi bem aceito por grande parte da elite política desde 1835, especialmente por já ter acumulado vários desafetos com parlamentares ainda quando Ministro da Justiça, devido a sua postura dita “ditatorial”⁴⁷. Para piorar, a onda de grandes revoltas que combatera ferrenhamente ainda quando ministro voltara com tudo em 1835, principalmente por conta das reformas. Para Marcello Basile, esses elementos contribuíram significativamente para o enfraquecimento da política *moderada*, que perdeu espaço para a oposição revisionista⁴⁸.

Como regente, Feijó continuou a entrar em conflitos com deputados e senadores, desprezando inclusive boa parte das sugestões da Assembleia Geral. Um dos deputados mais incomodados com a postura de Feijó foi Hollanda Cavalcanti. Paulo Cadena nos conta que Feijó não deixaria barato: com o falecimento de Bento Barroso Pereira, Senador do Império, foi aberta a disputa por uma vaga. A família Cavalcanti conseguiu lançar dois bons nomes: Hollanda e Francisco. No entanto, dentro de uma lista tríplice, o ressentido Feijó escolheu Araújo Lima, nome que menos o havia incomodado entre 1835 e 1837. Araújo Lima, entretanto,

⁴⁶ ZANCHETI, 1989, p. 25.

⁴⁷ CADENA, Paulo H. F. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)*. 2011, 188f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, p. 108.

⁴⁸ BASILE, 2018, pp. 84-86.

mal entrou no Senado e já mudou de figura. Não resistindo as pressões, Feijó abandonou a regência e escolheu Araújo Lima para substituí-lo⁴⁹. A saída de Feijó representou a subida dos conservadores ao poder, viabilizando a implementação de reformas revisionistas.

Marcello Basile afirma que haviam projetos regressistas em tramitação na Assembleia antes mesmo da saída de Feijó, porém, o novo projeto de interpretação do ato adicional, que visava desacelerar os impulsos provinciais, só foi levado adiante pela legislatura seguinte. Daquele modo, no dia 26 de junho de 1838 o texto foi aprovado na Câmara e, após um longo tempo de negociação no Senado, sancionado em 12 de maio de 1840⁵⁰. A Lei de Interpretação do Ato Adicional modificou diversos artigos da legislação de 1834, bem como acrescentou novas proposições.

Miriam Dolhnikoff, minimiza as revoltas, motins e demais levantes ocorridos após a promulgação do ato adicional de 1834. Em sua observação, boa parte desses movimentos não foram protagonizados por elites provinciais insatisfeitas com o governo central, mas sim por trabalhadores livres pobres e escravos, categorias pouco contempladas pelas reformas liberais. Em defesa da tese de que as elites provinciais viam nas reformas liberais um alento, afirma que exceto a Farroupilha, nenhuma outra revolta teria sido fruto de desavenças entre uma elite provincial e o governo central⁵¹.

Dessa maneira, para a Dolhnikoff, nem mesmo os conservadores reivindicavam uma revisão total das reformas liberais, mas sim alguns pontos que se mostraram problemáticos na prática, principalmente no que concerne ao judiciário: para pôr fim ao caos e à anarquia, as reformas revisionistas almejavam “retirar das Assembleias Provinciais o direito de intervir no funcionamento da magistratura e limitar o poder dos juízes de paz, transferindo suas atribuições para funcionários nomeados pelo governo central”⁵². A tese da historiadora é de que o “pacto federativo” em si não estaria em jogo, mas os moldes relacionais entre a província e o centro, sobremaneira no que se refere aos empregos públicos e o judiciário. Posição bastante polêmica e criticada pelos historiadores que seguem as linhas de pensamento de José M. de Carvalho ou Ilmar de Mattos, entre outros.

A lei de interpretação possuía apenas oito artigos. O primeiro alterava a competência das Assembleias de legislar sobre a polícia judiciária; o segundo as impedia de legislar sobre empregos estabelecidos por leis gerais; o terceiro versava sobre os empregos gerais, proibindo

⁴⁹ CADENA, 2011, pp. 115-118.

⁵⁰ BASILE, 2018, pp. 87-88.

⁵¹ DOLHNIKOFF, 2005, p. 126.

⁵² Ibid., pp. 129-130.

a Assembleia de nomear, suspender ou demitir empregados gerais; o quarto, o quinto e o sexto diziam respeito a limitação das competências das Assembleias no que concerne à magistratura; o sétimo versava sobre o poder de veto dos presidentes de províncias, que agora poderiam suspender uma lei aprovada em Assembleia e depois remete-la a decisão dos deputados gerais; já o oitavo, afirmava que as leis provinciais que forem opostas a interpretação dada não estão revogadas pela promulgação da nova lei, “sem que expressamente o sejam por actos do Poder Legislativo Geral”⁵³.

De acordo com Zancheti, após a reforma a administração municipal ficou com as seguintes responsabilidades: “criação de normas urbanísticas e construtivas; saúde pública; assistência social; política social e a regulamentação das normas de trabalho urbano; oferta de garantias à propriedade privada”⁵⁴. Contudo, manteve-se subordinada ao poder legislativo, de modo a inviabilizar a execução de diversas funções, principalmente pela conservação do artigo referente a dependência de aprovação orçamentária prevista no décimo artigo (inciso cinco) da lei de 1834⁵⁵. Deste modo, a manutenção da forma tutelada da administração municipal, no que diz respeito a gestão pública urbana, é a principal responsável pelo enfraquecimento de organismos e repartições públicas. Como é o caso da ROP da Província de Pernambuco, que era responsável pela gerência do espaço e dos problemas urbanos, mas andava em frangalhos até 1837.

Dessa forma, a administração municipal, mesmo com seu amplo leque de competências, foi financeiramente estrangulada, impossibilitada de executar funções estabelecidas pelas legislações imperiais. A incapacidade de produzir receitas ou obter um maior orçamento e autonomia via Assembleias, na ótica de Zancheti, impedia que estruturas administrativas especializadas fossem criadas, redirecionando então as responsabilidades institucionais aos poderes provinciais, que desde 1835 já buscavam assumir as tarefas concernentes a gestão urbana⁵⁶.

Assim, as Repartições de Obras Públicas, que surgiram basicamente nas capitais, onde a esfera municipal mais sofria com a constante falta de autonomia financeira e administrativa, tinham como principal função prover as infraestruturas produtivas regionais e gerir os espaços

⁵³ Lei de n. 05 de 12 de maio de 1840 (Lei de Interpretação do Ato Adicional). Collecção das Leis do Imperio do Brasil.

⁵⁴ ZANCHETI, 1989, pp. 25-26.

⁵⁵ Ato Adicional de 1834, Art. 10: “Compete às mesmas Assembleias legislar: [...] 5ª – Sobre a fixação das despesas municipais e provinciais, e os impostos para ela necessários, contando que estes não prejudiquem as imposições gerais do Estado. As Câmaras poderão propor os meios de ocorrer as despesas, dos seus Municípios” (Collecção das Leis do Imperio do Brasil – 1834, p. 15, v. 1.).

⁵⁶ ZANCHETI, op. cit., p. 26.

urbanos, especialmente nas capitais provinciais. A centralização administrativa imperial, consolidada na década de 1840, assentou estes moldes de gestão urbana. Com devidas exceções, boa parte da roupagem dos melhoramentos materiais esteve limitada a subordinação das províncias ao governo geral.

Em Pernambuco, porém, disputas internas por cargos políticos, administrativos e por arrematações em hasta pública, especialmente após a introdução do plano geral de melhoramentos urbanos, dinamizaram os moldes de gestão pública urbana. Ao mesmo passo que Francisco do Rego Barros consolidou a ROP junto ao conjunto administrativo provincial, devido as disposições do ato adicional de 1834 e apoio maioritário dos deputados da Assembleia Provincial, em um momento marcado pela moderação, também pôs em prática o seu projeto *exclusivista* a partir da publicação do regulamento de 25 de maio de 1842 sob a influência das leis regressistas de 1840 e 1842, que haviam fortalecido o poder executivo nas províncias. Quando a balança do poder pendeu para os liberais *praieiros*, no entanto, Antonio Pinto Chichorro da Gama fez valer-se da mesma prerrogativa do poder executivo para desmontar parte da estrutura administrativa criada pelo barão e se aproveitar de outras a seu favor.

2.2 A Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco (1822-1837)

Entre 1834 e 1844, a Repartição de Obras Públicas (ROP) passou por um período de organização institucional e adaptação ao conjunto administrativo provincial. De acordo com Zancheti, uma repartição de obras existia na província desde 1822, contudo, possuía uma atuação muito limitada, se restringindo a cuidar da manutenção e reparo de pontes, estradas e edifícios públicos, especialmente no Recife. Com um aparato administrativo precário e uma falta de “racionalidade técnica” a execução da maior parte destes serviços dependia de arrematadores atrelados à política local⁵⁷.

Esta primeira iniciativa não obteve êxito, tanto que foi interrompida em 1830, passando as suas respectivas funções para a Câmara Municipal. Segundo Maria Angela de Almeida Souza, a década de 1830 representa um marco no âmbito das posturas municipais do Recife, principalmente no que se refere ao embelezamento do espaço físico da cidade⁵⁸. A submissão do poder municipal à província, mediante as legislações de 1828 e 1834, provocou intensas alterações nos moldes administrativos das obras públicas, modificando a execução dos

⁵⁷ ZANCHETI, 1989, p. 77.

⁵⁸ SOUZA, 2002, pp. 179-180.

trabalhos a partir da incorporação da ROP ao poder provincial. Entretanto, somente a introdução de um corpo técnico de operários e engenheiros viabilizaria a execução dos primeiros trabalhos.

2.2.1 A busca pela *racionalidade técnica*

Uma das primeiras atitudes tomadas pela Câmara Municipal a respeito da chamada “qualificação técnica dos trabalhadores” foi a contratação, autorizada pela Lei de 1º de outubro de 1828, do Major João Bloem, engenheiro alemão que já havia realizado algumas obras na província, para a direção dos trabalhos. João Bloem, sargento-mor dos engenheiros, foi contratado para exercer a função de “Encarregado da Architectura da Cidade” em 1830, com o vencimento calculado em 300\$000 réis anuais. Entre as suas atribuições, se destacam o levantamento das plantas necessárias, o alinhamento das ruas e edifícios e a criação de novos arruamentos. Para Gilberto Freyre, o engajamento do engenheiro alemão foi muito importante, sobretudo pelo “furor reformista” que apresentava em seus trabalhos, algo totalmente diferente da condução considerada “incompetente” da Câmara Municipal do Recife⁵⁹.

O major João Bloem é apresentado em um ofício de 15 de fevereiro de 1831 pelo *Diário de Pernambuco* como diretor da “Colônia de Santa Amélia”⁶⁰, comunidade que possuía centenas de colonos, em maioria de nacionalidade germânica, e se localizava nas matas do Catucá. O mesmo periódico também nos conta que os colonos estavam sofrendo bastante com a presença de “negros fugidos” desde o momento que se fixaram no local. Os moradores eram constantemente ameaçados, inclusive com armas de fogo. Como solução, os responsáveis solicitavam ao governo provincial o envio de 12 homens de tropa para acompanharem o Major Bloem numa expedição às redondezas da mata, em uma caçada para encontrar e capturar negros fugidos e escondidos nos arredores da Cova da Onça⁶¹.

De acordo com Marcus Carvalho, a presença dos “negros fugidos” estava relacionada à recente destruição de um quilombo que existia por aquelas matas. Liderado por “Malunguinho”, entidade misteriosa, de origem difusa e que ganhou forte relevância no catimbó

⁵⁹ FREYRE, 1940, pp. 92-95.

⁶⁰ Segundo Marcus Carvalho (1996, pp. 423-424), em 1828 um grupo de alemães que viajava para o sul do Brasil foi abandonado ainda em uma praia no Rio Grande do Norte, sendo levados posteriormente até o Recife. Chegando a Pernambuco foram mandados para uma colônia agrícola de nome “Cova da Onça”, que ficava doze quilômetros a oeste do Recife. Era intenção do governo usar aquela presença para afastar os escravos rebeldes que se localizavam nas matas do Catucá. A comunidade foi batizada oficialmente de “Colônia Santa Amélia” e recebeu mercenários alemães em 1830, além de outras 200 pessoas para morar e cultivar café, mandioca, entre outros gêneros. Ao grupo, que era formado por 103 imigrantes de origem germânica, além de outras pessoas deslocadas para lá, se somaram mais dezenas de soldados alemães desmobilizados após o fiasco da guerra da Cisplatina. Em finais de 1831, o número de colonos estabelecidos na “Colônia de Santa Amélia” chegou a aproximadamente 750.

⁶¹ BND, *Diário de Pernambuco*, 15 de fevereiro de 1831.

pernambucano na posteridade, o quilombo incomodava o governo provincial desde 1817, quando diversos escravos aproveitaram o caos provocado pelas manobras insurrecionais da revolução pernambucana e se entocaram nas matas do Catucá. Em 1830, o quilombo já havia sido destruído, mas as matas continuavam a abrigar diversos fugitivos da justiça, gerando conflitos com a comunidade assentada naquele local⁶².

Depois deste curto parêntese, voltemos a falar dos trabalhos executados pela direção de João Bloem. Segundo Maria Angela de Almeida Souza, as posturas municipais da década de 1830 indicam que uma das maiores preocupações da Câmara Municipal do Recife era de fato o traçado urbano, problema que remonta à época colonial e incomodara não só Bloem como também outros engenheiros que o sucederam⁶³. O desenho torto e desorganizado das ruas era uma preocupação estética, mas também de logística e saúde. Dentre os engenheiros incomodados com o traçado urbano, destaco o francês Vauthier. Engajado no corpo de engenheiros da ROP em 1840 para resolver, entre outras coisas, este mesmo problema, Vauthier anota em uma de suas primeiras observações em diário sobre o Recife que havia um “[...] aspecto bastante estranho do porto [...] De um lado o recife onde se quebram as ondas; do outro, em quase toda a sua extensão, praias de areia ou casas construídas de modo desordenado”⁶⁴.

Este maçante estético era partilhado pela elite pernambucana. O traçado não era bem visto, principalmente para as pessoas conectadas com a cultura europeia, entendida como superior e exemplo a ser seguido pelos países que vislumbravam o *progresso*. Zancheti destaca que até então o traçado viário era produzido de maneira espontânea e desorganizada, atrapalhando a circulação do ar, a logística de transporte até o porto e os padrões estéticos almejados pelos cidadãos ditos *civilizados*⁶⁵. Assim, um dos primeiros desafios a serem enfrentados pela administração pública urbana foi o da ausência de uma norma “racionalizadora”, pauta bastante presente nas posturas municipais.

Todavia, pensar e criar posturas municipais era bem mais simples do que as aplicar. Ainda mais por se tratar de práticas administrativas que buscavam interferir na propriedade imobiliária, tema que gerava grande resistência social⁶⁶. Para completar, a Câmara Municipal do Recife carecia não só de autoridade, de poder de mando, como também de recursos

⁶² CARVALHO, Marcus J. M. de. *O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco*. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 407-411.

⁶³ SOUZA, 2002, p. 153.

⁶⁴ Diário de L.-L.V., anotação de 21 de setembro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

⁶⁵ ZANCHETI, 1989, p. 77.

⁶⁶ Ibidem.

financeiros, sobretudo após a legislação de 1828. Para Williams Andrade de Souza, até mesmo o exercício da função de seu engenheiro era dificultado pelas relações conturbadas com o poder provincial, visto que João Bloem constantemente era realocado para a executar outras empreitadas na província, prejudicando os já problemáticos serviços da Câmara⁶⁷.

O ato adicional de 1834 atribuiu às Assembleias Provinciais diversas competências, reduzindo as Câmaras Municipais a meras executoras das suas deliberações, bem como das ordens presidenciais. Na observação de Maria Angela de Almeida Souza, até mesmo a competência das Câmaras de propor posturas policiais era constantemente interferida pelos Conselhos de Estado e posteriormente pelas Assembleias Provinciais⁶⁸.

Para a autora, boa parte das dificuldades enfrentadas pelas Câmaras eram causadas pelo contínuo desprestígio das municipalidades, que só cresceu durante a década de 1830. A dependência desses órgãos aos poderes provinciais provocou diversos atritos entre as partes, bem como impossibilitou a execução de alguns planos referentes a gestão pública urbana da cidade do Recife⁶⁹. Assim, a Câmara foi obrigada a finalmente abdicar das obrigações para com as obras públicas, sob alegação de falta de condições materiais e humanas para tocar os trabalhos.

Melhoramentos urbanos eram essenciais para o crescimento da província, principalmente de sua capital em plena ascensão econômica e demográfica. De acordo com Raimundo Arrais, o domínio das terras alagadas e o crescimento das áreas ao redor do Recife, que pode ser observada pelos diversos anúncios de jornais sobre desmembramentos de engenhos e pelos anúncios de compra e venda de sítios, elucidam essa questão⁷⁰. Marcus Carvalho ainda acrescenta que tanto nos “arredores” do Recife, quanto na província inteira, não existiam outros núcleos urbanos que atraíssem a mão de obra livre e liberta. Até mesmo Goiana e Olinda perdiam pessoas para o Recife⁷¹.

Era nítido para a Assembleia Provincial que alguma atitude deveria ser tomada para abarcar, entre outras coisas, esse crescimento demográfico. Segundo Zancheti, é assim que, pela influência do ato adicional, em 4 de novembro de 1834 é restaurada a Repartição de Obras Públicas no interior da administração provincial, sob chefia do engenheiro Firmino Herculano

⁶⁷ SOUZA, Williams Andrade de. *Administração, normatização e civilidade: a Câmara Municipal do Recife e o governo da cidade (1829-1849)*. 2012, 178f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, pp. 85-86.

⁶⁸ SOUZA, 2002, p. 116.

⁶⁹ Ibid., p. 117.

⁷⁰ ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004, p. 118.

⁷¹ CARVALHO, 2010, p. 75.

de Moraes Âncora, Tenente Coronel do corpo de engenheiros que estava ligado ao ramo das obras públicas desde 1822⁷².

Maria Angela de Almeida Souza nos conta que desde o século XVI os engenheiros militares formados pelos Arsenais desempenhavam um papel importante no planejamento das cidades coloniais. Para a autora, o envolvimento desses profissionais estava atrelado ao ideário urbanista renascentista que associava, no plano conceitual e físico, o perímetro fortificado da cidade com o traçado interior. A construção de fortificações era uma condição importante para a fundação de cidades e esses engenheiros acabavam envolvidos nas duas tarefas. Dessa maneira, a necessidade de fundação de cidades coloniais, mas também de mecanismos de defesa no urbano, levou a Coroa portuguesa a valorizar e coordenar de perto a formação desses profissionais, algo que reforçava o prestígio alcançado por eles⁷³. Assim, a atuação de engenheiros militares foi de uma importância sobremaneira para a estruturação das cidades brasileiras, visto que além de construir fortalezas e fortes, esses profissionais, como Firmino Âncora, foram importantes para a edificação de prédios públicos, edifícios religiosos, pontes, estradas e afins.

Sobre a restauração da ROP dentro do conjunto administrativo provincial, vale ressaltar que a prioridade conferida aos melhoramentos materiais a partir de 1834 pode ser observada já nas primeiras leis da Assembleia Provincial. A lei de nº 2 de 1835, por exemplo, traz consigo já em seu primeiro artigo a necessidade urgente de se elaborar plantas, planos e orçamentos de obras essenciais para o melhoramento do porto do Recife. A lei também autoriza a contratação de um bom engenheiro hidráulico nacional ou estrangeiro para orçar, planejar e executar as obras⁷⁴. Maria Angela de Almeida Souza afirma que no mesmo ano ainda são regulamentados os padrões de largura e linearidade das estradas provinciais, municipais e particulares. A Assembleia Provincial ainda delegava aos municípios o provimento de melhorias nas estradas já existentes, além da abertura de novas vias e canais de navegação, encanamento de rios, entre outras obras de utilidade municipal⁷⁵.

Criada em 1835, a Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco redefine o desenho geográfico, político e jurídico do município do Recife. Contudo, na observação da autora, o início foi bastante complicado e nem mesmo o discurso de Manoel de Carvalho Paes

⁷² ZANCHETI, 1989, p. 77; APEJE. Ofício da Junta Provisória do Governo da Província de Pernambuco ao Sargento Real do Corpo de Engenheiros, Firmino Herculano de Moraes, 09 de maio de 1822, Recife.

⁷³ SOUZA, 2002, p. 72.

⁷⁴ Lei n.º 2 de 30 de maio de 1835 (APEJE. Leis Provinciais de Pernambuco, ano de 1835-1836, pp. 04-05).

⁷⁵ SOUZA, op. cit., p. 133.

de Andrade (presidente na época) sobre a necessidade de modernização infraestrutural e estética facilitou a elaboração e execução de um plano de ação por parte da ROP⁷⁶.

Somente a partir de 1836 é que o mapeamento das necessidades infraestruturais e os primeiros planos de execução começam a ser postos em prática, dando início às atividades. Entretanto, apesar de importante no quesito processual e organizacional, o ano de 1835 não foi marcado pela execução dos trabalhos. Havia um certo “marasmo” nos anos iniciais da ROP, alimentado pela pouca presença de pressões populares em torno dos melhoramentos materiais. Quando algo surgia nos periódicos da década de 1830, por exemplo, estava normalmente sujeito mais a pretensões políticas que quaisquer outras coisas.

Segundo Zancheti, esse período de baixa efetividade, que perdurou até 1836, pode ser explicado por alguns pontos. O primeiro diz respeito ao lento processo de reestruturação e adaptação às diretrizes do ato adicional de 1834 por parte da administração provincial. O impasse havia atrasado o processo de institucionalização da ROP, algo primordial para os caminhos que se seguiram após as leis provinciais de 1835. Para que a repartição se tornasse ativa, deveria antes de mais nada se tornar uma instituição importante no seio da administração pública provincial. Já o segundo, está relacionado tanto às dificuldades impostas pela burocratização das relações entre a Assembleia Provincial e o núcleo dirigente da ROP, no que se refere às definições orçamentárias, quanto às dificuldades de realização de um diagnóstico e um plano de atuação mais preciso das demandas provinciais⁷⁷.

O terceiro ponto se refere às difíceis relações entre o setor público e os particulares no quesito financiamento das obras⁷⁸. Até então não haviam legislações que pusessem limitar ou regular essas relações. Muito pelo contrário, para Maria Angela de Almeida Souza: “a prática de outorgar a execução de obras públicas a arrematantes já vinha do período colonial”⁷⁹. Desde meados do século XVIII já existiam no Recife muitos empreiteiros dedicados ao ramo das edificações, tanto de obras civis, como religiosas, ganhando bastante dinheiro e influência com esses investimentos. No século XIX, essa prática não só se perpetuou como foi intensificada. Especialmente após 1831, quando muitos “empreendedores do tráfico” alocaram parte de seus capitais nos projetos de melhoramentos urbanos espalhados pelo império.

Numa Constituição de caráter liberal, os empreiteiros se tornaram um grupo econômico importante, participando bastante da vida política provincial e municipal. Para

⁷⁶ SOUZA, 2002, p. 135.

⁷⁷ ZANCHETI, 1989, p. 78.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ SOUZA, op. cit., p. 139.

Maria Angela de Almeida Souza a condição de arrematante exigia apenas um grande número de escravos para a execução dos trabalhos e garantias de cumprimento dos contratos⁸⁰. Ou seja: grande poder aquisitivo e ligações clientelares.

A participação desses empresários no mercado das edificações não era somente um projeto local, mas uma indicação imperial. De acordo com o art. 47 das “Funções da Câmara” da lei de 1º de outubro de 1828, as Câmaras Municipais deveriam priorizar na execução das obras os chamados “pregões”, as empreitadas de arrematantes que se oferecessem pelo menor preço. Somente se estes não se posicionassem ou não fossem suficientes é que as Câmaras deveriam intervir e executar os trabalhos por meio de jornais⁸¹.

Dessa maneira, conforme Zancheti, somente ao Estado caberia delimitar o grau de participação desses indivíduos, assim como seus respectivos papéis na organização da ROP⁸². Contudo, a hasta pública era essencial para o ramo das edificações, por isso o regimento da ROP autorizava, junto à presidência, ao menos duas formas de execução e financiamento dos trabalhos: a) na primeira, a própria repartição se responsabilizaria (com os seus empregados) pela execução das obras, com dinheiro público; b) já na segunda, haveria um grande diálogo com o setor privado (empreiteiros, arrematantes) tanto no que se refere ao material humano, quanto no planejamento orçamentário com seus honorários, jornais e materiais necessários⁸³. A segunda foi a mais constante, com os chamados contratos de arrematação.

O quarto ponto citado por Zancheti versa sobre a polêmica falta de mão de obra “qualificada” no mercado das obras públicas e na administração e direção dos trabalhos. A falta de tradição e de um corpo de profissionais, de técnicos que proporcionassem uma maior “racionalidade técnica” para a gerência das obras era algo fundamental e inexistente até esse momento. A ROP também não possuía trabalhadores especializados para elaborar o diagnóstico infraestrutural da província⁸⁴.

Devido a esta ausência, diversas tentativas de arregimentação de trabalhadores dentro e fora do país ocorreram em finais da década de 1830, bem como a formação de alguns grupos de investidores em prol de solucionar os problemas de abastecimento de água potável, como a chamada Companhia do Beberibe, formada em 1838, mas consolidada apenas em 1848. Dentre os operários que chegaram estavam os da Companhia de Operários Alemães, engajados em

⁸⁰ SOUZA, 2002, p. 139.

⁸¹ Lei de 1º de outubro de 1828 (Atos do Poder Legislativo). Collecção das Leis do Imperio do Brasil

⁸² ZANCHETI, 1989, p. 78.

⁸³ Falla recitada pelo Exm. Presidente Francisco do Rego Barros em razão da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 1 de março de 1838, “Obras Públicas”, p. 34 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

⁸⁴ ZANCHETI, op. cit., p. 78.

1839 para atuar em diversas obras executadas na província naquele momento. Posteriormente, outros engenheiros foram engajados nos trabalhos da ROP. Entre eles o engenheiro francês, mas radicado no país, Jules Boyer, contratado em finais da década de 1830 para chefiar os trabalhos da repartição. Boyer foi responsável por um plano de melhoramentos que incluía a construção de um Cais e a canalização dos rios Beberibe e Camaragibe como pautas centrais da administração urbana. Segundo Gilberto Freyre:

Boyer fora “o memorável fazedor do Caes do Collegio”, em 1837, Caes que com três anos de existência se arruinaria, “precisando de hum grande reparo”, enquanto o Caes dos trapiches do Sr. Angelo Francisco Carneiro⁸⁵, “feito cá pelos nossos officiaes”, resistia magnificamente às águas e ao tempo.⁸⁶

O Sr. Boyer não foi bem recepcionado na administração das obras públicas. Para Vauthier, Boyer, assim como ele, havia sofrido perseguição e ameaças até demitir-se. Como consta, as intimidações ocorreram durante a condução das obras do Cais de Santo Antônio e do aqueduto (projeto de canalização dos rios Beberibe e Camaragibe) e foram feitas através de um emissário representante das “pessoas que exploram, por meio de seus negros, o transporte de água em canoas”⁸⁷. Um ofício publicado no *Diário de Pernambuco* do dia 20 de novembro de 1838 comunica aos donos de madeiras, canoas e pedras que removessem em um prazo de dez dias todos os objetos do local de construção do aqueduto⁸⁸. Todavia, a resistência era grande: até o dia 29 de novembro nada havia sido feito. Nem mesmo a pena de remoção às custas facilitou a vida de Boyer⁸⁹. Pressionado, alguns anos depois Boyer pediu o seu desligamento, anunciado em 16 de maio de 1840 pelo *Diário de Pernambuco*⁹⁰.

Entretanto um artigo de título *A engenharia entre nós*, assinado pelo pseudônimo “O Philopatria” e publicado pelo *Diário de Pernambuco* de 16 de novembro de 1841, retorna a falar sobre diversas as falhas cometidas pelo engenheiro Boyer. Na observação do articulista, ele recebia bastante dinheiro para executar péssimas obras, fazendo ainda questão de omitir os orçamentos e prestação de contas. Para “O Philopatria”, as obras executadas pelo Major Bloem,

⁸⁵ De acordo com Aline E. de Biase Albuquerque (2016, p. 22), Angello Francisco Carneiro nasceu em Lisboa em 25 de maio de 1791, foi um dos mais renomados traficantes de escravos, iniciando sua carreira de comerciante ainda na década de 1810. Posteriormente, Angello Carneiro se tornou um importante investidor no ramo das obras públicas, se relacionando intrinsecamente com a política local. Segundo Marcus Carvalho (2010, p. 107), ele era um dos poucos negociantes que possuía fortuna avaliada em mais de 50 contos em Pernambuco, conforme informações do consulado.

⁸⁶ FREYRE, 1940, p. 102.

⁸⁷ Diário de L.-L.V., anotação de 01 de outubro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

⁸⁸ BND, Diário de Pernambuco, 20 de novembro de 1838.

⁸⁹ Idem, 29 de novembro de 1838.

⁹⁰ Idem, 16 de maio de 1840.

Jules Boyes, Louis-Léger Vauthier e outros estrangeiros poderiam ser concebidas por engenheiros nacionais, como Firmino Âncora e outros⁹¹.

A chegada da Companhia de Operários, a organização da Companhia do Beberibe e a remodelação da ROP aconteceram durante a presidência de Francisco do Rego Barros. Nomeado por Araújo Lima em 1837, o barão foi responsável trazer para o centro de seu plano de governo os melhoramentos urbanos e, por consequência, a ROP. Para Maria Angela de Almeida Souza, o governo de Rego Barros representou para a instituição um fortalecimento sem precedentes, especialmente após a aprovação da lei de nº 53 de 19 de abril de 1838, que autorizou a contratação de “engenheiros hábeis” para o corpo de trabalhadores da repartição⁹². O objetivo era claro: organizar o que Vauthier chamou de *máquina malmontada*⁹³.

2.3 Consertando essa *máquina malmontada*: o governo do barão e os melhoramentos urbanos

Segundo Raimundo Arrais, na década de 1830 a elite do Recife assistia ao desenvolvimento alcançado por outros países com a intensificação da revolução industrial e a propagação de um “símbolo pairando acima da vontade dos homens”: o *progresso*. Assim, a possibilidade de alcançar o estado de perfeição, a própria *civilização*, por intermédio dos melhoramentos urbanos, causou brilho nos olhos. Nesse momento, cidades emblemáticas, como Paris e Londres, se destacavam no cenário internacional como centros de uma estrutura de exploração de classes operárias, massas camponesas e populações em situação colonial⁹⁴. Estes núcleos urbanos serviram de inspiração para diversos projetos que almejavam o *progresso*, a *modernização* e a “verdadeira” *civilização*.

Para José Lapa, a proposição de novas ideias e ideais como os da *modernidade* levavam à mudança de comportamento. A linguagem, o discurso dos agentes de inteligência, as soluções arquitetônicas, o desenho, as ressignificações de espaços públicos e privados, novas práticas de conservação, preservação e cuidados em geral com a saúde, quase tudo passava a corroborar, ou ao menos tentar representar, esse projeto. A *modernidade* de meados do século XIX, no entanto, estava relacionada a racionalidade burguesa que, conforme o autor, se estendia pelo econômico, social, político e cultural, reverberando nas apreensões estéticas, nos costumes, sob as condições particulares de um país “do terceiro mundo” e

⁹¹ BND, Diário de Pernambuco, 16 de novembro de 1841.

⁹² SOUZA, 2002, p. 140.

⁹³ Diário de L.-L.V., anotação de 01 de outubro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

⁹⁴ ARRAIS, 2004, pp. 12-13.

socioeconomicamente dependente de um sistema escravista⁹⁵. A gestão pública urbana das cidades, dessa maneira, é um elemento importante nessa trama, visto que os centros urbanos deveriam possuir antes de mais nada uma função pedagógica em torno dos preceitos da *civilidade*.

Raimundo Arrais nos conta que nesse momento administradores, historiadores, médicos, padres, entre outros, buscavam transmitir diversas mensagens por intermédio dos modelos arquitetônicos, das mensagens gravadas em mármore, das escolhas dos títulos das ruas, praças e afins⁹⁶. Sob o lema “ordem pública e salubridade”, os encarregados de inserir os mecanismos pedagógicos das cidades exploravam todos os veículos de comunicação existentes nas edificações, nos espaços públicos urbanos. Para o autor, mesmo os críticos que enxergavam no *progresso* a possibilidade de miséria em massa ainda apostavam no poder infinito da indústria como caminho para a construção de utopias. E o *progresso* vinha de fora, dos grandes centros industriais, chegava por intermédio dos portos⁹⁷. Assim, o anseio por transformar a cidade do Recife em uma verdadeira capital, a luz dos grandes centros modernos, estabelecendo um sistema de comunicação que envolveria ao menos mais quatro províncias pelas estradas e caminhos marítimos, motivou a elite provincial a investir recursos na produção de bens simbólicos oriundos dos melhoramentos materiais.

O desejo pelo alcance desses objetivos orientou diversas mudanças no trato com a gestão pública urbana na Província de Pernambuco durante a década de 1830. Todavia, é o ano de 1837 que marca a subida do gabinete conservador ao poder imperial, a escolha de Francisco do Rego Barros para a presidência da província, onde permaneceu até 1844, e, por conseguinte, a política de “reorganização do futuro”, que era guiada tanto pelos preceitos do *progresso*, quanto pela resolução de problemas infraestruturais necessários ao desenvolvimento da província.

O projeto modernizante do barão trouxe consigo diversas discussões para Pernambuco em torno do *progresso* e do futuro da província. As reformas urbanas empreitadas desde a década de 1830 visavam transformar a cidade do Recife numa “cosmopolita” capaz de atrair diversos investidores estrangeiros. Entretanto, para o alcance desses objetivos uma série de problemas deveriam ser enfrentados, vários deles dependentes de um processo de institucionalização e modernização da gestão pública urbana. Segundo Marcelo Mac Cord, as

⁹⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, pp. 17-19.

⁹⁶ ARRAIS, 2004, pp. 13-14.

⁹⁷ Ibid., p. 178.

soluções para este impasse não foram procuradas no Brasil, mas, assim como os germes ideológicos do *progresso*, na Europa⁹⁸. O governo de Rego Barros é marcado pela presença constante de estrangeiros, tanto no seio administrativo da ROP, quanto em seus canteiros e em outras áreas de labuta. Com o auxílio destes trabalhadores o governo do barão, entre 1837 e 1844, abriu diversas ruas, encanou a água, construiu edifícios, buscou uma maior higienização urbana, etc. No entanto, este mesmo *estrangeirismo* serviu de munição para a oposição sobretudo a partir de 1842, conforme veremos no capítulo seguinte.

Nesse sentido, a administração de Rego Barros é fundamental para o desenvolvimento da ROP, acima de tudo pela instituição ser dependente da vontade política dos presidentes de província. Rego Barros era o primeiro e talvez o único na história da Província de Pernambuco a colocar como centro de seu projeto de governo os melhoramentos urbanos.

2.3.1 As carências infraestruturais e o plano geral de melhoramentos

Na observação de Gilberto Freyre, o *projeto de modernização* por intermédio de melhoramentos urbanos surgiu primeiramente pela necessidade de um melhor sistema de comunicação via estradas, pauta bastante pertinente na época. De acordo com o autor, Vauthier registrou em uma de suas anotações que a dificuldade da comunicação gerava uma alternância negativa que influenciava até no preço dos gêneros⁹⁹. A resolução passava acima de tudo pela construção de estradas para o interior.

Desde 1834 havia um projeto de expansão, porém pouco havia sido feito. Quais as razões? Vauthier deixa algumas pistas. Na década de 1840, ao intensificar os trabalhos viários, o engenheiro percebeu uma forte resistência de alguns particulares a este “systema moderno de communicações”, principalmente de senhores de engenho ligados à produção de açúcar. Somente após muita negociação os proprietários cederam e perceberam os possíveis benefícios dos melhoramentos para o sistema de escoamento da produção. Freyre afirma que o escoamento de alguns locais na mata Sul, por exemplo, não podia avançar pelo mar com facilidade devido a topografia do espaço das águas. Um sistema via estradas ajudaria significativamente a ligar a subzona de canaviais salpicados de casas-grandes e de engenhos, além de vilas e povoações, ao Recife¹⁰⁰.

Todavia, a construção viária esbarrou em diversos obstáculos durante os anos que se seguiram, como o da desapropriação por utilidade pública. Na ótica de Maria Angela de

⁹⁸ MAC CORD, 2012, p. 69.

⁹⁹ FREYRE, 1940, pp. 117-118.

¹⁰⁰ Ibidem.

Almeida Souza, somente em 1844, com a Lei n.º 129, são estabelecidos os moldes de desapropriação por utilidade pública, municipal ou provincial, e definidos as condições de expropriação, consolidando a competência outorgada pelo décimo artigo, inciso terceiro, do Ato Adicional de 1834¹⁰¹.

Outras necessidades também se destacavam nos debates da década de 1830. A capital de Pernambuco, assim como a das demais províncias, possuía diversos problemas oriundos dos poucos serviços básicos, como abastecimento de água potável, esgoto, iluminação pública e transporte público. Vanessa de Castro, por exemplo, diz que as estruturas das habitações do centro do Recife eram muito problemáticas. Nessa proposição, os edificadores, quando não se aproveitavam da parede vizinha para economizar materiais e serviços, costumavam não deixar muito espaço para a circulação do ar, algo necessário para a preservação da saúde do ambiente segundo os higienistas da época¹⁰².

Os higienistas também criticavam as cozinhas das casas, em razão da grande produção de fumaça, assim como a falta de água encanada, sistema de esgoto e latrinas. Conforme Vanessa de Castro, a sujeira produzida pelos habitantes na época era eliminada das mais variadas formas, uma menos higiênica que a outra. Cabia principalmente aos escravos a responsabilidade de se livrar dos dejetos armazenados pelos seus senhores nos chamados “tigres”, tonéis e barricas de madeira repletos de fezes e urina que eram despejados nas praias e rios durante a noite. Esses problemas contribuíam bastante para o constante surgimento de doenças, de epidemias como a febre amarela, cólera, entre outras¹⁰³. O engenheiro Vauthier, para exemplificar alguns destes problemas, relata em seu diário ter sido acometido por diversas enfermidades relacionadas a estas doenças¹⁰⁴. Contudo, para os médicos higienistas o “ar do Recife” era o grande responsável pelos problemas de salubridade.

¹⁰¹ SOUZA, 2002, pp. 142-143; Lei n.º 129 de 4 de maio de 1844. (APEJE. Leis Provinciais de Pernambuco, ano de 1844, pp. 13-19).

¹⁰² CASTRO, Vanessa de. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, pp. 47-48.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Diário de L.-L.V., anotação de 11 de novembro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

Estudos científicos sobre o “ar do Recife” foram iniciados na década de 1840, primeiro pelo Dr. João Loudon¹⁰⁵ e depois pelo Dr. Moraes Sarmiento¹⁰⁶. De acordo com Raimundo Arrais, a Sociedade de Medicina de Pernambuco dirigiu desde 1841 seus esforços ao conhecimento dos problemas de salubridade do Recife, buscando estabelecer a “constituição médica” da cidade. Suas pesquisas buscavam entender a relação entre o “ar do Recife” e as enfermidades que atingiam constantemente os habitantes da capital. O estudo se dedicava a análise da temperatura, do regime de ventos, do nível de umidade de atmosfera, etc. Outro aspecto significativo era a má circulação dos chamados ventos benéficos, impedidos de circular por conta do desalinhamento das ruas e das irregularidades presentes nas edificações¹⁰⁷.

Foi da Sociedade de Medicina que os principais protagonistas das políticas higienistas saíram. O Dr. Maciel Monteiro, descrito por Vauthier como o homem mais inteligente que encontrou no Brasil¹⁰⁸, por exemplo, presidiu a instituição em seus primórdios. Posteriormente foi criado o Conselho Geral de Salubridade, que atuou de 1845 até 1855 quando foi substituído pela Comissão de Higiene Pública¹⁰⁹. Esta organização orientou inclusive o ramo das edificações após 1850, visando cuidar da saúde pública, das aglomerações e da divisão do “ar” entre a população que crescia exponencialmente.

A arborização da cidade era vista como uma aliada fundamental no combate aos efeitos do péssimo ar do Recife. No entanto, somente em 1840 a Câmara Municipal do Recife deu início ao processo de arborização com as trinta nogueiras de Bancoul recém chegadas do jardim botânico de Olinda e plantadas nas proximidades do cais do Colégio. A iniciativa que também buscava embelezar a cidade e combater as altas temperaturas, acentuadas pelo calçamento das ruas, todavia, não agradou toda a população. Segundo Laura da Hora, árvores eram constantemente arrancadas dos logradouros públicos, mesmo as que serviam para repousar após

¹⁰⁵ O Dr. inglês João Loudon contribuiu fortemente com a formação da Sociedade de Medicina de Pernambuco, falecendo em 1843 devido a complicações intestinais e forte diarreia. Instigado perseguidor das “meteorologias”, Loudon, conforme os “Annaes da Medicina Pernambucana” de 1843, morreu por teimosia. Segundo consta, o Dr. abdicou dos tratamentos normalmente realizados no Brasil, buscando se curar por métodos ingleses. A partir de 17 de junho de 1843 são publicanos leilões de seus pertences nos periódicos pernambucanos – (BND, Annaes da Medicina Pernambucana (PE), 1843, p. 162 – Edição 00004; BND, Diário de Pernambuco, 17 de junho de 1843).

¹⁰⁶ Nasceu em 1804 em Coimbra, diploma: Faculdade de Medicina de Paris. Chegou junto a Vauthier em 1840, foi médico pessoal de Rego Barros e participou da fundação da Sociedade de Medicina de Pernambuco. Atuou muito na epidemia de febre amarela (1850). É associado as obras de saneamento de Vauthier e ocupante da primeira cátedra de Ciências Naturais do Ginásio pernambucano, além de membro fundador dos *Anais de Medicina Pernambucana* (PONCIONI, 2012, p. 61 [nota de rodapé]).

¹⁰⁷ ARRAIS, 2004, pp. 163-165.

¹⁰⁸ Diário de L.-L.V., anotação de 29 de outubro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

¹⁰⁹ ARRAIS, op. cit., pp. 163-165.

um árduo trabalho ou geravam sombra para aliviar o calor. Para a autora, a falta de conscientização sobre a importância de preservar a natureza presente no espaço público contribuía muito para estes episódios, visto que a população só respeitaria um “novo” elemento no espaço quando compreendesse e acreditasse nos benefícios¹¹⁰.

O projeto modernizador do barão se espelhava nas principais cidades em termos urbanísticos da Europa, especialmente francesas. De acordo com Zancheti, a busca pelo afastamento da “desordem colonial”, presente no processo de consolidação da independência, na formação do Estado Nacional e à luz do cenário internacional cativou categoricamente a parcela da elite provincial organizada em torno do governo conservador e beneficiada diretamente com o mercado das edificações¹¹¹. Nesse sentido, os melhoramentos materiais se tornaram sinônimo de *progresso*, de *modernidade* e desenvolvimento econômico.

Em sua primeira mensagem dirigida a Assembleia Provincial em 1837, Rego Barros diagnosticou os problemas econômicos e infraestruturais a serem enfrentados, elaborando um plano de ação. O programa de ação do barão, conforme o autor, definiu algumas obras como prioritárias: criação de uma rede de estradas entre a zona canavieira e o porto da cidade do Recife; diversas melhorias no porto; criação de redes de serviços públicos urbanos visando melhorar as condições de moradia e saúde pública; alinhamento do traçado urbano da cidade; estabelecimento de normas de edificação; construção de edificações modernas para o estabelecimento das repartições e outras instituições; além de “equipamentos culturais” para o serviço público¹¹².

Entretanto, mesmo com toda a vontade política Rego Barros não podia tocar os trabalhos sem o apoio dos deputados provinciais e de um corpo técnico “qualificado”. Assim, para concretizar o seu plano de tornar a província “rica, moral ilustrada e cristã”, via melhoramentos urbanos, o barão reforçou seu desejo na abertura da Assembleia Provincial do ano seguinte, quando solicitou apoio parlamentar e de particulares em prol de seus objetivos¹¹³.

2.3.2 Do auge ao súbito declínio: a política de *reorganização do futuro*

¹¹⁰ HORA, Laura Patrícia da. “*A praça é do povo como o céu é do condor*”: arborização no Recife no século XIX (1840-1880). 2015, 191f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, p. 143.

¹¹¹ ZANCHETI, 1989, pp. 79-80.

¹¹² Ibid., p. 80.

¹¹³ Falla recitada pelo Exm. Presidente Francisco do Rego Barros em razão da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 1 de março de 1838, p. 01 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

A partir de 1838, há uma intensificação pela busca de condições materiais e humanas para viabilizar os trabalhos da ROP. Segundo Zancheti, uma das primeiras atitudes do governo provincial em prol deste objetivo foi a criação de um imposto interno, uma “décima urbana”, em formato de imposto predial. Todavia, o imposto não era suficiente para concretizar os planos administrativos da repartição, pois a instituição carecia de trabalhadores experientes para os canteiros, além de um aparato técnico e administrativo na direção dos trabalhos¹¹⁴. Nesse sentido, o barão solicitou autorização a Assembleia para contratar técnicos e operários estrangeiros, sob a justificativa de não ter encontrado trabalhadores qualificados no restante do país.

Para o presidente, a contratação destes trabalhadores era pertinente para a execução de seu projeto de governo. De acordo com a sua fala na abertura da Assembleia Provincial em março de 1838, os funcionários da repartição, ainda que ostentassem a melhor vontade de cumprir os seus deveres não possuíam um desempenho satisfatório. Em sua ótica, faltava aos trabalhadores conhecimento técnico, algo necessário ao exercício das funções¹¹⁵, mas que só poderia ser encontrado fora do Brasil. Ainda não haviam nomes, mas uma parte do endereço.

Apesar de permanecer sendo utilizada durante todo o governo do barão, a mão de obra cativa era vista como desqualificada e incapaz de concretizar o projeto de melhoramentos urbanos arquitetado pelos conservadores. O crescimento da oferta de mão de obra livre nacional e estrangeira na província acentuava esse quadro. Ainda mais quando os artífices da Companhia de Operários Alemães aportaram em Pernambuco e passaram a cerrar fileiras no mercado das edificações.

Em 21 de julho de 1839 aportaram em Pernambuco 195 operários alemães, entre pedreiros, mestres de obra, serralheiros, carpinteiros, marceneiros, pintores, piconeiros, entre outros, comandados a princípio pelo engenheiro Augusto Kersting¹¹⁶ e depois pelo Capitão João Pedro¹¹⁷. A priori, o engajamento da Companhia de Operários representava um “desafogo” para

¹¹⁴ ZANCHETI, 1989, pp. 80-81.

¹¹⁵ Falla recitada pelo Exm. Presidente Francisco do Rego Barros em razão da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 1 de março de 1838, “Obras Públicas”, pp. 34-35 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

¹¹⁶ Relatório apresentado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, sessão ordinária de 1839 ao exm.o presidente da província, Francisco do Rego Barros, p. 12 [Typ. de Santos & Companhia, 1841].

¹¹⁷ Comandante do Corpo dos Voluntários e antigo oficial das tropas do duque de Bragança durante a guerra civil portuguesa.

os canteiros de obras, bem como mais uma estratégia política em benefício dos ideais de *moralização* e *civilização* dos trabalhadores¹¹⁸.

Posteriormente, foi a vez de chegar ao Recife alguns franceses para compor o corpo de engenheiros da ROP. Os primeiros engajados foram Henri-Auguste Milet¹¹⁹, Pierre-Victor Boulitreau¹²⁰ e Louis-Léger Vauthier. Vauthier foi contratado para chefiar o corpo dos engenheiros, mas já com a promessa de que nos próximos anos assumiria a direção da repartição, concretizada em 1842. Depois, se uniram mais três franceses ao corpo de engenheiros: Joseph Jean-Jacques Morel, Florian Désiré Portier e Louis Férol Buessard, ambos auxiliaram a ROP mesmo após a demissão de Vauthier em 1846.

A chegada destes trabalhadores encheu os olhos de muitos políticos alinhados à política do barão. Entretanto, este engajamento não foi visto dessa forma por diversos seguimentos da sociedade pernambucana. As críticas ao chamado *estrangeirismo* do barão foram intensificadas especialmente após 1842, quando uma cisão entre os liberais modificou o panorama político da província.

De início, os engenheiros cuidaram da fiscalização de algumas obras já iniciadas, além do planejamento de outras novas. Vauthier buscou organizar a Repartição de Obras Públicas semelhantemente a proposta metodológica administrativa francesa, sob o lema “homogeneidade, unidade e hierarquia”. Segundo Cláudia Poncioni, a parceria entre o público e o privado buscava seguir moldes semelhantes: “O Estado assegura as infraestruturas onerosas: compra de terrenos, construção de pontes, túneis, vias. As companhias privadas obtêm a exploração das linhas, após construírem as superestruturas (trilhos, estações, sinalização)”¹²¹. Algo ora pouco próximo, ora muito distante do sistema de arrematações existente no Império brasileiro.

O ímpeto francês de energizar os trabalhos incomodou muitos funcionários mais antigos da repartição, como o engenheiro em chefe da ROP, Firmino Âncora. O engenheiro

¹¹⁸ O engajamento foi facilitado pelo Dr. Luiz de Carvalho Paes de Andrada, representante brasileiro na Europa - Relatório apresentado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, sessão ordinária de 1839 ao exm.o presidente da província, Francisco do Rego Barros, p. 12 [Typ. de Santos & Companhia, 1841].

¹¹⁹ Natural de Paris, negociante. “Parece ter sido um daqueles filhos de boa família que, após alguma aventura desastrosa, teria sido enviado a um país distante como punição pela própria família”. Torna-se engenheiro civil e posteriormente senhor de engenho ao se casar com uma jovem da família Cavalcanti. Convertido ao fourierismo analisou e escreveu muito sobre a situação socioeconômica do Brasil. Escreveu diversas obras como: *O quebrakilos e a crise da lavoura*, *Le Brésil pendant la guerre du Paraguay (1865-1870)*. Morreu em 1898 no Recife atropelado e esmagado por um trem. Cf. PONCIONI, 2010, p. 77 (nota de rodapé).

¹²⁰ Pierre-Victor Boulitreau prestava serviços militares como “conducteur” no Serviço de Obras Públicas da Bretanha quando foi recomendado por Vauthier para fazer parte do projeto de melhoramento urbano da Província de Pernambuco. No Brasil Boulitreau foi um dos companheiros mais próximos a Vauthier, protagonizando a execução de diversas obras.

¹²¹ PONCIONI, op. cit., p. 328.

brasileiro demonstrava certo apego aos processos burocratizados da administração e revelava, na ótica de Zancheti, uma falta de iniciativa decorrente da sua prática administrativa ligada ao passado, além de não possuir uma “clara compreensão do programa do projeto político do presidente”¹²². Possivelmente, a “compreensão do programa” era um problema, mas não o único, nem o principal.

A chegada dos engenheiros franceses na administração da repartição modificou as relações de poder até então existentes, causando conflitos. Estes embates começavam no setor administrativo da ROP, mas resvalavam até no presidente. Em 3 de novembro de 1840, Vauthier se dirigiu até o palácio para se explicar ao barão acerca das queixas do Sr. Figueiredo¹²³. De acordo com o ajudante de engenheiros, Vauthier não teria dado provas de confiança ao “cavalheiro”, pois teria virado um ofício sobre a mesa para que ele não visse. Além do mais, Vauthier não lhe cumprimentava com a “devida cortesia”. Irritado, o engenheiro francês registra em seu diário que o Sr. Figueiredo era preguiçoso, estúpido, vaidoso e um “verme”¹²⁴. Todavia, o barão o acalmou e assegurou-lhe que nada aconteceria. Nesse sentido, a posição firme e inabalável de Firmino Âncora também pode ser compreendida como uma clara tentativa de frenagem do protagonismo dessa nova leva de estrangeiros na instituição que ele exercia forte influência desde a década de 1820.

Entretanto, a resistência oferecida por Firmino Âncora resultou em sua demissão em 1843, dando lugar a nada mais nada menos que o chefe do corpo de engenheiros: Vauthier. Ele assumiu a repartição em um momento bastante conturbado, repleto de rupturas políticas e diversas críticas ao *exclusivismo* partidário do presidente no que se refere aos empregos públicos e as benesses oriundas das instâncias administrativas. A ROP, apesar de intensificar os trabalhos, precisou lidar com constantes denúncias de corrupção e difamação de seus empregados estrangeiros.

Malgrado as circunstâncias, Vauthier continuou a empreender um ritmo bastante diferenciado nos trabalhos da repartição. Isso porque a sua nomeação para a direção dos trabalhos aconteceu junto a incorporação de um novo regulamento, datado de 25 de maio de 1842, que substituiu o antigo de 10 de agosto de 1835. Esta alteração não foi bem vista principalmente pela oposição liberal, sendo tema de diversas denúncias especialmente no *Diário Novo*, maior periódico de oposição.

¹²² ZANCHETI, 1989, p. 81.

¹²³ Possivelmente, se tratava do ajudante de engenheiro Joaquim de Fonseca Soares de Figueiredo. Cf. FREYRE, 1940, pp. 141-142.

¹²⁴ Diário de L.-L.V., anotação de 03 de novembro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

Segundo Poncioni, a partir de 25 de maio de 1842 a ROP chefiada por Vauthier se tornou menos burocrática, mais eficiente, mais padronizada e possuidora de um corpo regular de funcionários administrativos e operários, minimizando bastante os efeitos da descentralização ocasionada pelos empreiteiros. Assim, os investidores financiavam as obras, pagando diretamente a província, e depois recebiam o retorno através de impostos como taxas e pedágios, encargos para os usuários das estradas, etc., algo semelhante ao que acontecia nos departamentos de obras públicas franceses que o engenheiro já havia trabalhado¹²⁵. Ou ao menos era o que se desenhava no papel.

Com o novo regulamento em prática, uma das primeiras preocupações da repartição era para com as estradas que ligavam as áreas produtoras de açúcar às zonas portuárias. Zancheti afirma que para viabilizar os trabalhos Vauthier teceu algumas condições de execução: a) que as obras antes mesmo de iniciadas fossem planejadas segundo critérios claros; b) que existisse recursos financeiros suficientes; c) junto aos materiais uma boa mão de obra, um corpo de técnicos; d) por último, que a presidência fornecesse autonomia a instituição e servisse de escudo para os obstáculos colocados pelos interesses privados¹²⁶.

As estradas eram um problema provincial antigo. Até 1834 inexistiam quaisquer estradas na província e os transportes terrestres se movimentavam em meio a trilhas e caminhos, dificultando bastante o escoamento da produção. O diagnóstico elaborado pela repartição junto ao governo já havia deixado claro a impossibilidade de recorrer na época a meios de transportes ferroviários. Assim, Vauthier resolve continuar os trabalhos iniciados por João Bloem na década de 1830: as estradas de Pau D'alto e Madalena/Caxangá.

Quadro 1 - Divisão dos trabalhos na Repartição de Obras Públicas¹²⁷.

A. Kersting:	Serviço da estrada de St. Antônio;
P.-V. Boulitreau:	Direção das obras do Teatro de Santa Isabel, dos trabalhos urbanos e diversas obras nas vizinhanças de Recife;
F. D. Portier:	Direção das obras da estrada do Norte, estudos do Porto do Recife e reparos nos arrecifes artificiais.

¹²⁵ PONCIONI, 2010, pp. 344-345.

¹²⁶ ZANCHETI, 1989, p. 82.

¹²⁷ Quadro construído com base na divisão feita por Gilberto Freyre (1940), pp. 120-122.

J. J.-J. Morel:	Direção das obras da estrada do Sul, da Ponte do Recife e outras obras nos arredores.
L. F. Buessard:	A direção dos trabalhos na estrada de Pau D'Alho.
H.-A. Milet:	Ficou responsável por trabalhos gerais para o mapa da província, na cadeia de Limoeiro e o “tampamento do arrombo de Santa Teresa”.

É possível perceber no quadro precedente que o corpo de engenheiros foi organizado conforme a principal demanda. Dentre as demais obras executadas pela instituição também se destaca o Teatro de Santa Isabel, edificação signo da *modernização* e do *progresso civilizatório*, pela arte, cultura e lazer propagado, mas que não foi vista dessa forma por toda a sociedade pernambucana. A construção do edifício localizado no bairro de Santo Antônio, entre a Rua do Sol e a “Praça da República”, nas proximidades do Palácio do Campo das Princesas, gerou muita polêmica. Gilberto Freyre nos conta que os artistas mais antigos criticavam o modelo exterior afrancesado e defendiam constantemente o modelo rotineiro e colonial. Discussão acentuada quando uma das paredes internas ruíu em 18 de julho de 1842¹²⁸.

No que concerne a fiscalização dos trabalhos, após o falecimento do engenheiro alemão Augusto Kersting em 1842, ocorreram algumas mudanças:

Quadro 2 - Algumas mudanças na divisão dos trabalhos da Repartição de Obras Públicas¹²⁹.

P.-V. Boulitreau:	Continuou na direção das obras do Teatro de Santa Isabel (Sem mudanças).
F. D. Portier:	Direção das obras da estrada do Norte, estudos do Porto do Recife e reparos nos arrecifes artificiais (Sem mudanças).

¹²⁸ FREYRE, 1940, p. 125.

¹²⁹ Quadro construído com base na divisão feita por Gilberto Freyre (op. cit.), pp. 120-122.

J. J.-J. Morel:	Direção das obras da Ponte suspensa de Caxangá e alguns reparos na estrada de St. Antônio (Mudanças).
L. F. Buessard:	A direção dos trabalhos na estrada de Pau D'Alho e auxílio a Morel na estrada de St. Antônio (Mudanças).
H.-A. Milet:	Direção da estrada do Sul (Mudanças).

As responsabilidades pelas obras na estrada de Santo Antônio foram divididas entre os engenheiros civis Morel e Buessard. Milet passou a assumir os trabalhos organizados por Morel antes do falecimento de Kersting, dando fim a sua supervisão as obras anteriores. Já Portier e Boulitreau continuaram a dirigir os mesmos trabalhos, considerados essenciais para os planos arquitetados pelo governo provincial.

Em um país que gerava receitas brutas principalmente com importações e exportações e marcado por constantes interesses privados conectados ao poder público, de fato não seria prioridade uma prática administrativa voltada a reflexões acerca de problemas sociais. A carência de mão de obra qualificada, mesmo com as contratações, também era um empecilho. Outro problema era gerado pela utilização de terras privadas para obras públicas. Na ótica de Zancheti, o ponto de maior sucesso realmente foi a construção das estradas, pois interesses comuns unificavam parte significativa da elite¹³⁰.

Contudo, as escolhas da administração provincial junto a ROP do desenho das estradas geravam bastante polêmica. Muitos opositores se queixavam das delimitações e escolhas “técnicas” dos funcionários da repartição, acusando a administração de tracejar as estradas conforme interesses particulares de seus arrematantes e aliados políticos. Há vários desses debates nos periódicos da época.

A manutenção da escravidão é outra questão pertinente, pois ligada estritamente ao controle de cargos públicos. Ao alijar em muitas instâncias uma certa fração da elite econômica, Rego Barros acabou por facilitar a organização de uma forte oposição que logo escolheu as obras públicas como tema central das críticas. Não faltou vontade política para promover os

¹³⁰ ZANCHETI, 1989, p. 83.

melhoramentos urbanos ao barão, porém, os seus adversários foram incansáveis, sobretudo após 1842.

Para Izabel Marson, se até então a administração *baronista* conseguia lidar bem com a oposição, abrindo espaço para bacharéis liberais, etc., a partir da cisão de 1842 uma conciliação se tornou quase impossível¹³¹. Os debates saíam do âmbito parlamentar para a imprensa e da imprensa para as ruas, até o fim da Insurreição *Praieira* e posterior renegociação. O ataque dava-se em duas frentes: os salários dos técnicos estrangeiros e a pertinência e qualidade das obras realizadas na Capital. Em especial, as críticas eram dirigidas às novas construções de edifícios públicos, cujo centro das atenções era o Teatro de Santa Isabel. Segundo Zancheti: “pela primeira vez na administração provincial os ‘melhoramentos materiais’ tornaram-se opção principal de um programa de governo e tema central de debate político”¹³².

Apesar de realizar diversos melhoramentos no plano material, o projeto modernizante da ROP acabou por não ser concretizado. Nem mesmo o incessante apoio da presidência e de boa parte da Assembleia Provincial foram suficientes para consolidar o protagonismo da instituição, especialmente após a saída do barão da presidência em 1844. Para piorar, a administração seguinte inviabilizou a continuação dos trabalhos, levando a repartição ao ostracismo.

As prioridades governamentais do governo do barão, especialmente no que concerne às obras públicas, foram eliminadas sob a presidência de Antonio Pinto Chichorro da Gama. Para Maria Angela de Almeida, a eclosão da Insurreição *Praieira* em 1848 também gerou insegurança entre os agentes econômicos que movimentavam o capital provincial, trazendo problemas para a economia urbana do Recife¹³³. De acordo com Zancheti, o último relatório de Vauthier antes de sua demissão sintetiza muitas das dificuldades enfrentadas pela repartição e elenca a descentralização administrativa da ROP como o principal fator de atraso nos melhoramentos¹³⁴.

Nesse sentido, o *projeto de modernização* se encerrou com a saída de seu maior idealizador: Francisco do Rego Barros. Na ótica de Zancheti, apesar de servir de marco

¹³¹ MARSON, Izabel Andrade. *Monarquia, empreendimentos e revolução: entre o laissez-faire e a proteção à “indústria nacional” – origens da Revolução Praieira*. In MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. (org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 195.

¹³² ZANCHETI, 1989, p. 79.

¹³³ SOUZA, 2002, pp. 143-144.

¹³⁴ ZANCHETI, op. cit., p. 85.

referencial para futuras administrações que deram importância as questões infraestruturais, o plano geral de melhoramentos urbanos não deixou uma “herança significativa para as administrações seguintes”¹³⁵.

Todavia, talvez não tenha pensado o autor na possibilidade deste “marco referencial” ser justamente a própria “herança significativa”. Algumas atitudes tomadas por engenheiros que sucederam Vauthier na instituição denotam essa questão, assim como o aproveitamento de seus traçados viários urbanos e interioranos para as futuras estradas de ferro que se seguiram. Possivelmente, o maior distanciamento para com os ideais de Louis-Léger Vauthier e de seus apoiadores tenha sido os constantes processos de descentralização que se advieram.

¹³⁵ ZANCHETTI, 1989, p. 85.

3 ENTRE *BARONISTAS* E *PRAIEIROS*: CONFLITOS EM TORNO DA REPARTIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (1842-1850)

Em 16 de novembro de 1841, o *Diário de Pernambuco* publicou um artigo intitulado *A engenharia entre nós*. O texto, assinado por “O Philopatria”, tinha como principal alvo a condução dos trabalhos na Repartição de Obras Públicas (ROP). Segundo o articulista, aquela instituição estava infestada de estrangeiros aproveitadores e desqualificados. O governo provincial era conivente com estes “aventureiros espertalhões”, dando-lhes soldos, gratificações e outras vantagens. O “Philopatria” argumenta que o planejamento das obras poderia muito bem ser concebido por engenheiros nacionais, pois “de ordinário só vem para o Brasil o que na Europa não tem gasto”, o que não tem serventia. O articulista rejeitava os estrangeiros sob a justificativa de que a maioria tinha dos brasileiros uma ideia muito mesquinha, de homens pouco acima dos selvagens. E, em defesa dos artífices nacionais, exemplificava estragos causados por estrangeiros em terras pernambucanas, citando arquitetos, engenheiros e artífices que haviam feito péssimos trabalhos em Recife e Olinda¹³⁶.

Uma semana depois, o engenheiro Vauthier, maior alvo das críticas, respondeu o insulto. Em texto direto, ostentava as suas qualificações, bem como as de seus companheiros franceses, exaltando os atributos da *École Polytechnique de Paris*, que o formou. Ainda destacava que na França existiam diversas ofertas de trabalho, não vindo ele para o Recife por falta de oportunidade ou competência. Já os seus companheiros, de acordo com ele, estavam auxiliando nas obras marítimas do *Departamento de Morbrian*, na França, antes de virem a Pernambuco. Exceto um que “achava-se ocupado nas da cidade de Paris”¹³⁷.

Vaidoso que era, como ressalta Gilberto Freyre, Vauthier não deixaria de responder tais insultos. Se aproveitando do pouco conhecimento do “Philopatria” a respeito de seu passado, bem como dos demais estrangeiros, omite que não passava de um engenheiro-aspirante em seu último trabalho na França. Inclusive, o que se achava ocupado nas da cidade de Paris, Henri-Auguste Milet, não era engenheiro, mas negociante. No registro de Vauthier, Milet estava atolado em dívidas em Pernambuco e pediu a seu amigo, que não havia conhecido em Paris, mas a bordo do navio¹³⁸, que intercedesse em seu favor a um dos mais renomados traficantes

¹³⁶ BND, *Diário de Pernambuco*, 16 de novembro de 1841.

¹³⁷ Idem, 25 de novembro de 1841.

¹³⁸ Vauthier conheceu Milet a bordo do *Armorique*, navio que fazia rota de Pernambuco ao Porto de Havre, na França. Os dois franceses a princípio não se deram bem, conforme narra Vauthier em 2 de setembro de 1840, mas depois se tornaram bons amigos no Brasil, mesmo após o seu retorno (1846) (*Diário de L.-L.V. anotações de 2 de setembro de 1840*. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010).

de escravos da época, Angello Carneiro¹³⁹, para que o contratasse como médico da carga de escravos¹⁴⁰.

As anotações posteriores não trazem o desfecho dessa história, o que sabemos é que não demorou muito para Milet receber uma proposta de contrato, mas da ROP. Com a indicação de Vauthier e munido pelo artigo sexto da lei provincial de 12 de junho de 1835¹⁴¹, Rego Barros autorizou a contratação de Milet para o cargo de engenheiro assistente da repartição. O emprego aliviou as finanças do agora engenheiro Milet e o livrou de um árduo trabalho no Atlântico.

Vauthier, desde que aportou teve de conviver diariamente com denúncias e difamações, além de conflitos internos na repartição. No entanto, a situação piorou consideravelmente a partir de 25 de maio de 1842, quando a ROP ganhou um novo regulamento e ele se tornou chefe¹⁴². Com o cargo mais alto, Vauthier passou a personificar o governo do barão dentro de um dos órgãos mais importantes da sua política de “reorganização do futuro”. O novo regulamento paulatinamente minou o espaço de funcionários antigos na instituição, levando posteriormente à demissão personagens ilustres, como o antigo Inspetor Geral Firmino Âncora, que, segundo Izabel Marson, deu adeus a repartição em 26 de maio de 1843¹⁴³.

De acordo com a autora, o engrandecimento do Estado em detrimento aos direitos liberais dos cidadãos, ou a retórica criada em cima deste discurso, propiciou aos *praieiros* as armas e munições necessárias para o enfrentamento do governo *baronista*. Concomitantemente, os elementos que caracterizavam tudo o que era mais detestável para os liberais: o absolutismo, o *estrangeirismo*, o feudalismo, o regressismo, etc., foram utilizados como argumentos para o partido em formação¹⁴⁴. Dentro da batalha travada entre *praieiros* e *baronistas* em torno da administração provincial, a ROP se destaca como uma das maiores arenas. É justamente sobre essa complexa conjuntura sociopolítica que o presente capítulo reflete.

¹³⁹ Sobre o traficante Angello Carneiro, Cf. ALBUQUERQUE, Aline E. de Biase. *De “Angelo dos retalhos” a Visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858)*. 2016, 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

¹⁴⁰ Diário de L.-L.V., anotações de 03 e 04 de novembro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

¹⁴¹ Art. 6º: “Na falta de Officiaes Engenheiros, á quem se encarregarem as Commissões indicadas no Art. precedente, fica auctorizado o mesmo Presidente à empregar quaesquer pessoas nacionaes, ou estrangeiros, que tenham a precisa indoneidade. Não sendo taes pessoas Officiaes de Linha, terão os vencimentos correspondentes à 2º Tenente de Engenheiros em diligencia activa: os Officiaes de Linha porém terão aquelles vencimentos, que corresponderem às suas Patentes na forma das Leis existentes” – APEJE, Col. Leis Provinciais, v. 01, Lei nº. 9, 12 de junho de 1835.

¹⁴² BND, Diário de Pernambuco, 30 de março de 1842.

¹⁴³ MARSON, 1987, p. 220.

¹⁴⁴ Ibid., p. 224.

O presente capítulo foi dividido em três grandes tópicos. No primeiro **(3.1)** discorro sobre a cisão liberal de 1842 que levou a oposição a criar o chamado partido *praieiro* e os primeiros conflitos em torno da criação de um novo regulamento para a ROP. O novo regulamento ajudou a fortalecer o discurso do *exclusivismo* e do *estrangeirismo* tão disseminado desde o início da década de 1840. No segundo **(3.2)** analiso a radicalização dos conflitos a partir da chegada das eleições de 1844. O ano de 1844 é pertinente para entendermos a conjuntura sociopolítica da década de 1840, pois marca o enfraquecimento da hegemonia Rego Barros-Cavalcanti em Pernambuco, a mudança de gabinete na Corte e a ascensão do partido *praieiro* ao poder. Por último **(3.3)**, descrevo o chamado “domínio da *Praia*”, quando Chichorro da Gama foi nomeado para a presidência e provocou uma grande inversão política na província. O seu governo é marcado por uma forte desarticulação da máquina administrativa *baronista*, tendo a ROP como um de seus principais alvos. As atitudes dos *praieiros* culminaram primeiro na chamada “revolta” ou “revolução” *guabiru* e depois nos movimentos insurrecionais de 1848 e 1849.

3.1 A paixão estrangeirista em questão: a criação do Partido *Praieiro* e os primeiros conflitos em torno da ROP

Entre 1842 e 1843, a ala liberal insatisfeita com o governo de Francisco do Rego Barros decidiu formar um novo partido na província: o “Partido Nacional de Pernambuco”, pejorativamente chamado de *praieiro*. Segundo Marcus Carvalho e Bruno Câmara, há fortes indícios de que o apelido surgiu devido a tipografia responsável por imprimir o *Diário Novo*, principal periódico do partido, se localizar na rua da Praia, em frente ao Capibaribe¹⁴⁵. As praias e rios recebiam diariamente toneladas de dejetos das casas, carregados nos “tigres” pelos escravos, por isso a associação.

Dentro do núcleo do partido podemos encontrar deputados que permeavam entre os moderados, como Vilella Tavares e Muniz Tavares, e entre os conservadores, como Nunes Machado, Urbano Sabino e Peixoto de Brito. Igualmente importante era a presença de Luiz Inácio Ribeiro Roma, proprietário da *Tipografia Imparcial* e irmão de José Inácio de Abreu e Lima, e de Antonio da Costa Rego Monteiro. Na observação de Izabel Marson, todos se articularam em prol de um objetivo em comum: fazer frente ao governo de Francisco do Rego Barros e sua rede clientelar¹⁴⁶.

¹⁴⁵ CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 366.

¹⁴⁶ MARSON, 1987, p. 190.

Entretanto, o núcleo partidário da *Praia* não conquistou espaço político na província somente em 1842. De acordo com Marson, boa parte havia crescido junto a regência de Araújo Lima (1837) e os movimentos de oposição às reformas empreitadas pelos liberais na década de 1830. Como magistrados que eram, Nunes, Sabino, Peixoto e Vilella viram na revisão conservadora do Código do Processo uma grande oportunidade de ascensão política¹⁴⁷. Nesse sentido, uma aliança com os *guabirus*¹⁴⁸, como eram chamados os políticos liberais e conservadores que orbitavam em torno das famílias Rego Barros e Cavalcanti de Albuquerque, não parecia uma má ideia.

A fluidez e o dinamismo das posições políticas do Brasil oitocentista já são bem conhecidos pela historiografia brasileira. Todavia, entre finais da década de 1830 e início da década de 1840 essas posições eram muito mais turvas: forças conservadoras e moderadas ocupavam o poder quase que simultaneamente, por intermédio de relações muito complexas.

3.1.1 Conchave, cisão e ascensão: o núcleo político da *Praia*

Os descendentes do coronel Suassuna, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, organizaram o Partido Conservador em Pernambuco junto a outras famílias abastadas da província, como os Rego Barros e os Barreto. Para Marson, a aproximação dos Cavalcanti com Pedro de Araújo Lima, especialmente após ser escolhido para a regência, atraiu vários magistrados ligados a elite proprietária e ao comércio para o partido. Entre eles, expoentes do Partido Conservador em Pernambuco, como Nabuco de Araújo e Figueira de Mello, mas também Nunes, Sabino e companhia¹⁴⁹.

Marcus Carvalho e Bruno Câmara nos contam que Nunes Machado, por exemplo, se tornou chefe de polícia sob o governo de Manoel de Carvalho em 1834, depois ganhou espaço na Assembleia e na magistratura durante a presidência de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (um dos filhos do coronel Suassuna)¹⁵⁰. Segundo Marcus Carvalho, Francisco era uma espécie de “Vice-Presidente da Província permanente”, ocupando o cargo por diversas vezes entre 1826 e 1844, além da presidência em 1835 e 1837¹⁵¹.

Araújo Lima foi um importante aliado na consolidação da hegemonia Cavalcanti em Pernambuco. Uma vez regente, promoveu ao Senado tanto Hollanda, representante do Partido

¹⁴⁷ MARSON, 1987, pp. 189-191.

¹⁴⁸ “O guabiru, um ratinho sorrateiro, ladrão e esperto: engana, rouba sorrateiramente, foge e esconde-se” (MARSON, op. cit., p. 40).

¹⁴⁹ Ibid., pp. 192-193.

¹⁵⁰ CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 364.

¹⁵¹ CARVALHO, 2010, p. 49.

Liberal, quanto Francisco, representante do Partido Conservador. Assim, independentemente do gabinete ministerial, os Cavalcanti estavam bem representados. Na observação de Carvalho e Câmara, por isso na época um versinho ganhou fama: “quem viver em Pernambuco, há de estar desenganado, ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado”¹⁵².

Nesse sentido, entre meados da década de 1830 a 1844 a Província de Pernambuco contou com uma grande proximidade entre liberais e conservadores, produzindo escolhas presidenciais de consenso. Em 1837, Araújo Lima designou Francisco do Rego Barros, irmão do Ministro da Guerra, Sebastião do Rego Barros, e primo de Hollanda, para a presidência da província. De acordo com Carvalho e Câmara, antes representante Cavalcanti, aos poucos Rego Barros ganhou protagonismo dentro do poder local, sendo um importante articulador e conciliador político¹⁵³. A proximidade de Rego Barros com os liberais aumentou a partir da ascensão de Hollanda no governo geral. Para Izabel Marson, somente uma boa relação com Hollanda poderia garantir apoio dos grandes proprietários de Pernambuco aos seus projetos¹⁵⁴. Este momento, porém, não representou o início do protagonismo Cavalcanti na província, que era bem mais antigo, mas o auge do que Paulo Cadena chamou de enfeudamento da política pernambucana¹⁵⁵.

Araújo Lima organizou o programa do regresso em Pernambuco aos moldes fluminenses, alijando proprietários empreendedores, magistrados e negociantes de grosso trato (boa parte portugueses). Ao empreitar reformas centralizadoras acreditava poder alcançar a plenitude do *progresso*, do desenvolvimento urbano e da modernização econômica. Segundo Marson, a operação se encaminhou bem, pelo menos até os liberais se articularem em torno da maioria de d. Pedro II. De maneira ardilosa, os liberais conseguiram fazer com que os conservadores votassem contra o que mais defendiam: o poder monárquico. Todavia, nem mesmo as fraudes eleitorais, aspecto presente em todas as eleições, e a manobra interrompeu o ímpeto regressista, apoiado inclusive por Nunes, Peixoto, Sabino e outros magistrados supracitados¹⁵⁶.

Dessa maneira, os bacharéis engajados na oposição *praieira* que haviam ascendido entre os governos Francisco (1835-1837) e Rego Barros (1837-1842), foram não só coniventes, como também protagonistas de diversas pautas conservadoras, tanto na província quanto no governo geral. Na ótica de Marson, como exímios defensores das leis revisionais, Nunes e

¹⁵² CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 364.

¹⁵³ Ibid., p. 365.

¹⁵⁴ MARSON, 1987, pp. 193-196.

¹⁵⁵ CADENA, 2011, p. 121.

¹⁵⁶ MARSON, op. cit., pp. 198-201.

companhia se colocaram contra os movimentos insurrecionais do Pará, bem como de Minas Gerais e São Paulo em 1842, diferentemente do que afirmou Figueira de Mello em sua *Crônica da Rebelião Praieira 1848 e 1849*. Na especificidade pernambucana, um conchave entre liberais e conservadores possibilitava o alinhamento de interesses mútuos dentro de uma conjuntura política aparentemente desfavorável, algo inimaginável em Minas Gerais e São Paulo. Em torno da lei e da moderação, os bacharéis foram adeptos das pautas regressistas até 1842. Entretanto, as reformas empreitadas pelos centralistas acabaram respingando nos interesses particulares desses magistrados, que meses depois se aliaram aos derrotados de 1842 na constituição de uma oposição legal aos conservadores¹⁵⁷.

De acordo com Paulo Cadena, o conchave entre liberais e conservadores na província em 1838 possibilitou a primeira eleição de Nunes e Peixoto à Assembleia Geral. Já em 1839 e 1841, foi a vez de Urbano Sabino substituir Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque na Assembleia¹⁵⁸. Todavia, nos conta Marson que em 1842 a máquina eleitoral montada por Rego Barros e Hollanda inviabilizou a sucesso destes políticos nas eleições para novos juízes de paz. Para piorar a situação, nem a distribuição dos cargos de delegado e subdelegado, fundamentais nas eleições ocorridas após a reforma do Código do Processo, favoreceram Nunes, Sabino e companhia¹⁵⁹.

Segundo Carvalho e Câmara, após a promulgação das leis reacionárias de 1841 a 1842, as eleições se organizavam da seguinte maneira: a chave para a vitória era guardada na mesa de qualificação, responsável por decidir quem era votante e quem era eleitor, presidida pelos juízes de paz. Era de responsabilidade do presidente e do ministro da Justiça, indicações imperiais, a vigilância final sobre as urnas e o controle sobre votantes e eleitores mediante o designo de delegados e subdelegados de polícia, além de guardas nacionais e outros oficiais. Quando essa articulação não era suficiente para garantir os resultados, mandavam-se ainda milícias comandadas por oficiais de primeira linha¹⁶⁰.

Malgrado a situação, em 1843 Nunes Machado e Urbano Sabino acusaram Rego Barros e Hollanda de sabotarem as suas indicações para os cargos legislativos e distribuírem entre os seus todos os cargos possíveis. Marson entende que este boicote se deu por represálias relacionadas a um conflito anterior: Nunes, Peixoto, Sabino e outros fizeram propaganda negativa na Corte acerca da permanência de Rego Barros na presidência de Pernambuco¹⁶¹.

¹⁵⁷ MARSON, 1987, pp. 196-204.

¹⁵⁸ CADENA, 2011, p. 141.

¹⁵⁹ MARSON, op. cit., p. 204.

¹⁶⁰ CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 361.

¹⁶¹ MARSON, op. cit., p. 205.

Os desentendimentos de 1842 e 1843 inauguraram um caminho sem volta para o núcleo fundador do partido. O ringue principal: a imprensa. Se de um lado a oposição alimentava seus discursos no *Diário Novo*, publicado pela *Tipografia Imparcial*, no *O Guarda Nacional*, entre outros; os *guabirus* se defendiam pelo *Diário de Pernambuco*, publicado pela *Tipografia União*, pertencente a Manoel Figueiroa de Faria, bem como por periódicos menores, como *O Artilheiro*, etc. Assim, a experiência colhida pela atuação sob tutela dos agora “inimigos da pátria” serviu para juntar todos os elementos vistos como retrógrados em um desenho do perfil oligárquico e reacionário de Rego Barros e companhia¹⁶².

A criação de um partido desligado às duas tradicionais agremiações só foi possível devido ao grande número de deputados e funcionários públicos prejudicados pela ação baronesa nas eleições de 1842. A retórica *praieira* conseguiu contrapor o governo do barão ao alijar e comprar a briga de muitos desses prejudicados e descontentes com a então administração. A injustiça, a corrupção e o *estrangeirismo*, temas recorrentes nos periódicos mesmo antes da cisão, foram outros elementos que ganharam destaque no discurso dos opositores, angariando adeptos insatisfeitos com a falta de empregos. Para Izabel Marson, a incorporação dessa retórica, no entanto, levou a imprensa *baronista* a taxar os opositores de “revolucionaristas”, comparando-os aos rebeldes e oportunistas de Minas e São Paulo (1842) e aos confederados de 1824. Os *praieiros* se defendiam dos estigmas se colocando sempre a favor da ordem e se afastando os ideais mineiros e sorocabanos¹⁶³.

Segundo Marcus Carvalho e Bruno Câmara, o partido *praieiro* possuía profundas raízes oligárquicas, capazes inclusive de impedir o monopólio eleitoreiro mediante a utilização de ferramentas verossimilhantes de força e coerção¹⁶⁴. Entretanto, o núcleo do partido não almejava a princípio radicalizar os embates políticos: Nunes, Sabino, Peixoto e demais não só estavam empenhados na preservação da lei e da ordem, como também possuíam uma base de apoiadores desinteressada em grandes rupturas, desmantelamentos institucionais. Para Marson, os *praieiros* almejavam, na verdade, promover reformas e adquirir protagonismo no jogo político que se modificava¹⁶⁵.

A autora também nos conta que no centro da discussão do partido estavam mudanças promovidas pelo governo: reativação de impostos internos, implantação do livre cambismo, promoção da imigração estrangeira e regulamentação da propriedade fundiária. Nesse sentido,

¹⁶² MARSON, 1987, pp. 205-206.

¹⁶³ Ibid., pp. 206-208.

¹⁶⁴ CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 362.

¹⁶⁵ MARSON, op. cit., p. 227.

a década de 1840 é marcada pelo auxílio compulsório dos cidadãos nos projetos que visavam elevar o patamar da nação mediante arrocho tributário, algo que gerava insatisfações, além de acusações de “despotismo” e “regressismo” por parte dos opositores¹⁶⁶. Nunes e companhia acreditavam que uma forte agitação dos ânimos provinciais poderia chamar a atenção do ministério quanto à impopularidade de Rego Barros na província, causando a sua demissão. No entanto, a troca do gabinete geral de 1842 não favoreceu os interesses *praieiros*, não dando outra alternativa ao partido senão minar paulatinamente o poderio *guabiru* na província até adquirir força política e adeptos.

Por intermédio de um discurso agressivo, os *praieiros* buscaram criar até as eleições de 1844 um ambiente eleitoral favorável para cerrar fileiras dos conservadores e implementar reformas. Todavia, para vencer as eleições, Marson nos lembra que o partido precisava ir à caça do maior número de votos primários, localizados em meio aos caixeiros, artesãos, soldados de tropa e funcionários públicos, na cidade do Recife¹⁶⁷. Assim, a heterogeneidade do partido contava com a participação de diversos comerciantes de pequeno e médio trato da rua da Praia, tradicional ponto de comércio a retalho, bem como de grandes proprietários (que buscavam cercear o predomínio Cavalcante na província), funcionários públicos prejudicados com as reformas *baronista* e muitos trabalhadores urbanos, como artesãos e artífices incomodados com a concorrência estrangeira.

Segundo Amaro Quintas, a situação do brasileiro desprovido de riqueza era angustiante, havendo praticamente duas opções: viver enfeudado no domínio do “gótico castelo”, como batizara Miguel do Sacramento Lopes Gama a oligarquia Rego Barros-Cavalcanti no seu *Sete de Setembro*, ou se dedicar ao comércio e sofrer com o predomínio estrangeiro nos negócios¹⁶⁸. Mesmo aos que almejavam empregos públicos ou simplesmente jornadas diárias de trabalho no ramo das obras públicas a vida não seria fácil a partir de 1837. Se por um lado o *projeto de modernização* intensificou o mercado de obras, o engajamento contínuo de artífices estrangeiros dificultou a inserção de muitos trabalhadores nacionais nas empreitadas decorrentes.

De acordo com Marson, os *praieiros* denunciavam diariamente também o *exclusivismo* do barão, que não só alijava grande parcela de seus aliados nos cargos públicos, como também articulava deliberações em Assembleia Provincial para que algumas pessoas pudessem

¹⁶⁶ MARSON, 1987, pp. 208-211.

¹⁶⁷ Ibid., pp. 227-228.

¹⁶⁸ QUINTAS, Amaro. *O sentido social da revolução praieira*. 5ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1977, pp. 05-07.

acumular vários cargos¹⁶⁹. Para exemplificar, uma denúncia do *Diário Novo* de 14 de agosto de 1844 enfatizava que o doutor Felipe Neri Ferreira, que já desempenhava as funções de tesoureiro da Fazenda, vereador do Recife, comandante de batalhão na Guarda Nacional e subdelegado, era candidato a juiz de paz do 1º distrito da freguesia de Santo Antônio. Segundo consta, o Sr. Neri não conseguia exercer nem as funções de vereador por falta de tempo e ainda queria o cargo de juiz de paz: “basta que seja thesoureiro, e commandante de corpo; vereador já é muito; sub-delegado é demasiado, e juiz de paz... é escanda-lo”¹⁷⁰. Nabuco de Araújo é outro exemplo conhecido pela historiografia: na época era juiz do crime do Recife e deputado nas esferas provincial e geral.

Assim, a oposição *praieira* aos poucos foi aglutinando em nome da nação descontentamentos díspares e contraditórios, somando ao seu movimento artesãos, artífices nacionais e ricos proprietários de engenho. Para Marson, a aliança com proprietários do interior possibilitou aos *praieiros* conseguir diversos cargos de influência administrativa, como juízes de paz, camaristas e deputados, devido ao grande número de moradores e agregados trazidos com eles para as eleições, tanto para vigiar fraudes, quanto para registrar sua dissidência. O papel dos votantes primários urbanos era fundamental nesse processo, pois artífices e demais concidadãos faziam número não só entre os votantes como também nas demonstrações de rua; exemplificado nos festejos à subida do gabinete liberal em 1844¹⁷¹.

Para a autora, o partido *praieiro* inaugurou um procedimento político bastante eficiente. Ao se aproximar de cidadãos marginalizados pela política conservadora desde 1834, agitou os ânimos em demonstrações de rua, abaixo assinados e representações, além de constituir um eleitorado significativo para as eleições que se sucederam¹⁷². Nessa proposição, essa aproximação com a “populaça” serviu de munição para os *guabirus*, que deslegitimavam as iniciativas do partido, relacionando-os às “classes ignorantes”, perigosas para a monarquia.

É bem conhecido pela historiografia a pertinência da chamada “nacionalização do comércio a retalho” para o programa *praieiro*, entretanto, ainda há muito o que se discutir a respeito das relações entre o partido e os artífices nacionais insatisfeitos com a política *estrangeirista* do barão. A ROP, instituição que mais se fortaleceu com o governo conservador, concentra parte significativa dos embates entre *guabirus* e *praieiros* na década de 1840. Entre

¹⁶⁹ MARSON, 1987, p. 216; APEJE, Assembleia Legislativa Provincial. Regulamento 120, de 31 de janeiro de 1842.

¹⁷⁰ BND, O Diário Novo, 14 de agosto de 1844. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

¹⁷¹ MARSON, op. cit., pp. 228-229.

¹⁷² Ibid., pp. 230-231.

1842 e 1844, o *Diário Novo*, periódico oficial do partido, publicou junto a outros médios e pequenos veículos de imprensa diversas críticas e denúncias à condução dos trabalhos na ROP, destacando a necessidade de se proteger a “causa nacional”.

A imprensa em todo o Brasil ganhou força no contexto da década de 1830, tanto no âmbito geral, quanto local. A mobilização da opinião pública é algo emergente neste momento, pois se tornou fundamental para as eleições. Era a arena onde os debates ocorriam de maneira mais ampla, pela facilidade do anonimato e a relativa liberdade de expressão. Segundo Marcello Basile, os periódicos e panfletos, “foram os grandes responsáveis pela produção e difusão da cultura política, ultrapassando até a barreira do analfabetismo” mediante a leitura em voz alta de diversos impressos ao público¹⁷³.

Em Pernambuco não seria diferente. Luiz do Nascimento observa que, apesar da criação do *Diário de Pernambuco*, conhecido jocosamente pela oposição como *Diário Velho*, ser datada de 1825, é na década de 1830 que outras tipografias começam a produzir e imprimir suas folhas, ampliando o debate político em todas as esferas¹⁷⁴. Contudo, o que se entendia por liberdade de expressão e liberdade de imprensa na época, se difere ligeiramente das concepções contemporâneas. Assim, a manifestação pública de opiniões, mesmo com a ferramenta do anonimato, necessitava de grande articulação não só política como jurídica.

Eram constantes as acusações e os processos relacionados ao dito abuso de liberdade de imprensa. Processo que poderia atingir o diretor do jornal, o correspondente, geralmente omitido por pseudônimos, e até o impressor dos periódicos. Para Izabel Marson, os impressores sofriam as maiores consequências jurídicas, por isso normalmente serviam de “testas-de-ferro” da imprensa política, resolvendo as complicações com a polícia. Nesse sentido, era comum entre os organizadores dos jornais a presença de advogados e outras autoridades ligadas ao poder judiciário. Magistrados e políticos, como Nunes, Lopes Neto e Vilella, eram os mais atuantes na imprensa *praieira*; enquanto Nabuco de Araújo, Maciel Monteiro e Figueira de Mello se dedicavam à imprensa *guabiru*¹⁷⁵.

Entretanto, por diversas vezes as coisas saíam do controle. Marson nos lembra que os momentos próximos às eleições implantavam uma espécie de “estado de beligerância”, alterando as atividades tipográficas e pondo em risco até a sobrevivência física. Ironicamente, o principal objetivo da imprensa política era justamente abusar da liberdade de imprensa,

¹⁷³ BASILE, 2018, p. 65.

¹⁷⁴ NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Vol. II (1829-1900)*. Recife: Imprensa Universitária (UFPE), 1966, p. 11.

¹⁷⁵ MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Ed. Moderna, 1980, pp. 47-48.

ultrapassando as regras pré-estabelecidas pelo poder vigente e se utilizando de todos os meios possíveis para descredibilizar a imagem política e moral destes homens¹⁷⁶.

A autora também enfatiza que a imprensa era mais direcionada a capital do que o interior da província e que os votos eram censitários: o votante participava das eleições primárias para escolher os eleitores provinciais e estes se responsabilizavam por decidir os deputados e senadores¹⁷⁷. Todavia, mesmo com a forte coerção pela violência, presente principalmente nas eleições primárias, os jornais possuíam um papel importante ao atingir o público votante composto por empregados públicos, guarda-livros, bacharéis, clérigos, primeiros-caixeiros, mestres-artesãos, marinheiros, etc.

Assim, é possível perceber nos periódicos de oposição a constituição de um discurso em prol das categorias afetadas pela política *estrangeirista* do barão. Entretanto, é importante destacar que o interesse *praieiro* em relação ao mercado das obras públicas não pode ser reduzido à defesa da “causa nacional”. De fato, angariar estes adeptos era fundamental para as eleições, mas o ímpeto *praieiro* era bem menos patriótico do que se imagina. Desqualificar a condução dos trabalhos da repartição era uma estratégia para minar o poderio *guabiru* na província, mas também conquistar espaço em uma das instancias administrativas mais importantes do governo. Segundo Marcus Carvalho e Bruno Câmara, as disputas em torno da repartição foram fundamentais para o fim da política conciliatória do barão. O estopim teria sido a suspeita negação do acesso aos contratos oferecidos pela ROP após a introdução de um novo regulamento, em 25 de maio de 1842¹⁷⁸.

Para Izabel Marson, as obras públicas também eram – como até hoje – uma importante arma de propaganda eleitoral na imprensa, servindo para dar a medida do bom administrador, tanto que *praieiros* e *guabirus* enumeram em seus jornais as realizações de seus chefes políticos no ramo das edificações¹⁷⁹. Nabuco de Araújo, por exemplo, chegou a acusar em 1847 o então presidente Chichorro da Gama de tentar se promover por meio de inaugurações de obras impossíveis de serem completadas durante a sua administração, como o Colégio dos Órfãos e o novo Hospital. Não se tratava de otimismo, nem de ignorância, mas de vaidade e discurso político: ainda que houvesse uma só pedra no terreno, o evento consolidaria o seu nome na história de Pernambuco¹⁸⁰.

¹⁷⁶ MARSON, 1980, pp. 50-53.

¹⁷⁷ Ibid., p. 54.

¹⁷⁸ CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 365.

¹⁷⁹ MARSON, op. cit., p. 83.

¹⁸⁰ ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia*. Recife: Typografia União, 1847, pp. 27-29.

No entanto, ao utilizar a construção de diversas obras públicas para se promover, o barão teria de pagar um preço. O pagamento, porém, foi bastante parcelado, gradativo e com juros altíssimos entre 1842 e 1844. As principais denúncias giravam em torno da introdução do novo regulamento em maio de 1842, que para a oposição permitia todos os tipos de prevaricação¹⁸¹. Na ótica do partido, o regulamento havia sido criado para beneficiar os aliados da oligarquia Rego Barros-Cavalcanti, assim como os trabalhadores estrangeiros. Era mais uma demonstração do *exclusivismo* e *estrangeirismo* do barão¹⁸².

3.1.2 Um novo regulamento para a repartição (1842): a política do barão na boca da imprensa panfletária

A oposição ao *estrangeirismo* não era meramente discursiva. A reformulação da ROP dinamizou os espaços de investimento na província, potencializando o mercado das edificações, tão lucrativo para artífices e pequenos proprietários que inseriam seus escravos no ramo. Contudo, para Marson, a positividade da eficiência, do dinamismo dos trabalhos, por fim, da *modernização*, buscava esconder o seu caráter elitista e *exclusivista*¹⁸³. A forte presença da mão de obra estrangeira aumentou a concorrência no ramo das edificações, prejudicando artífices nacionais, assim como alguns arrematantes que dependiam da inserção de seus batalhões de escravos nas obras públicas.

A prioridade destinada a estrada de Escada, bem como de outras áreas de escoamento da produção, também dava indícios que os maiores beneficiados pela modernização provincial não eram os profissionais liberais, nem os negociantes de baixo pecúlio. Na ótica da historiadora, a introdução de melhorias técnicas e infraestruturais buscava fortalecer os grandes e tradicionais proprietários pernambucanos, além de negociantes de grosso trato como os portugueses que orbitavam em torno das grandes arrematações em hasta pública¹⁸⁴.

O protagonismo estrangeiro na repartição também representava para a oposição a exclusão de sua presença em uma das maiores instâncias da administração provincial, onde circulava muito dinheiro. Assim, é possível, especialmente a partir de 1842, observar diversas práticas e estratégias políticas sendo costuradas por governistas e opositores na imprensa política.

¹⁸¹ BND, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

¹⁸² Idem, 19 de dezembro de 1842.

¹⁸³ MARSON, 1987, p. 221.

¹⁸⁴ Ibid., p. 222.

Mesmo publicando o novo regulamento apenas em 1842, Rego Barros já dava sinais desde 1840 de que iria promover uma remodelação na repartição. Na ótica do presidente, o antigo regulamento de 10 de agosto de 1835 provocava alguns inconvenientes no núcleo administrativo da instituição¹⁸⁵. Porém, nada havia sido feito. Pelo menos não até março do ano seguinte, quando o barão anunciou algumas disposições para assegurar a ordem e se adaptar a chegada dos engenheiros franceses¹⁸⁶. Todavia, Firmino Âncora, funcionário mais resistente à chegada dos engenheiros franceses, atrapalhou a elaboração do projeto, barrando algumas das disposições, conforme narra Vauthier irritado em seu diário¹⁸⁷. Apesar da resistência, Rego Barros ainda conseguiu nomear Vauthier ao cargo de chefe do corpo de engenheiros, quando passou a protagonizar boa parte das obras administradas pela repartição.

O cargo, porém, não era suficiente para que Vauthier imprimisse um ritmo diferenciado nos trabalhos da ROP, nem tampouco cumpria as promessas feitas ainda na Europa. A fim de concretizar os seus planos, Rego Barros finalmente comunica aos deputados que o tão prometido novo regulamento estava pronto e que seria entregue o quanto antes¹⁸⁸. O texto, publicado em 25 de maio de 1842, se tornou um prato cheio para a oposição, especialmente após a consolidação do partido *praieiro* na corrida eleitoral.

Segundo um comunicado assinado por “W” e publicado pelo *Diário Novo* em 1842, o intuito da reforma nunca foi corrigir inconvenientes administrativos da repartição, mas lançar Vauthier à chefia e demitir funcionários não submissos aos desejos obscuros do barão e de sua “paixão estrangeirista”. Para a oposição, a constante difamação da instituição era uma das táticas utilizadas pelos conservadores para justificarem legalmente seus interesses particulares e *exclusivistas*. A troca de funcionários, nesse sentido, não era consequência, mas a razão da reforma¹⁸⁹.

As relações entre Vauthier, os engenheiros franceses e os demais empregados da repartição sempre foram muito complicadas, sobretudo com Firmino Âncora. Vauthier não se deu bem com o inspetor desde a sua primeira visita a repartição. Na observação do engenheiro francês, Âncora tinha um “ar dissimulado e pesadão”, além de uma expressão melancólica que,

¹⁸⁵ Relatório que á Assembleia Legislativa de Pernambuco, apresentou na sessão ordinaria de 1840 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Francisco de Rego Barros, 1 de março de 1840, p. 10 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

¹⁸⁶ Idem, pp. 08-09.

¹⁸⁷ Diário de L.-L.V., anotação de 24 de março de 1841. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

¹⁸⁸ Relatório que á Assembléa Legislativa de Pernambuco, apresentou na sessão ordinaria de 1842 o exmo barão de Boa Vista, presidente da mesma provincia, 1 de março de 1842, p. 19 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

¹⁸⁹ BND, O Diário Novo, 19 de dezembro de 1842.

ironicamente, o comovia. Em sua observação, a melancolia era fruto da inveja, da insatisfação de ver-se suplantado por um moço de apenas 25 anos¹⁹⁰.

O próprio Sr. Firmino, única mola ativa e útil dessa máquina malmontada, pode rezear que minha chegada aqui provoque a sua ruína e, de fato, assim teria ocorrido se eu pessoalmente não me tivesse interessado por ele e procurado um jeito de encaixá-lo em minha organização¹⁹¹.

Essa passagem possibilita a interpretação de que Vauthier, ainda que não chefiasse a repartição, sabia que em algum momento isso aconteceria. Contudo, encaixar Âncora em sua organização não seria fácil. Em 27 de setembro, Vauthier narra em seu diário que rolavam alguns burburinhos na repartição depois de sua chegada, alimentados principalmente por Firmino Âncora¹⁹². A perseguição, na ótica de Vauthier, não era novidade, pois já haviam forçado o Sr. Boyer a demitir-se alguns meses atrás. Quais as razões para tanta resistência? Havia, como tantos falam, pessoas dentro da repartição que roubavam horivelmente os cofres do governo? Por esta razão os funcionários mais antigos, especialmente Âncora, estariam se opondo a diminuição da burocracia na repartição? – Em tom especulativo, Vauthier reflete sobre estas questões em seu diário¹⁹³.

Se por um lado Vauthier acreditava que a antiga burocracia favorecia a corrupção, a oposição era convicta do contrário. Um outro comunicado, também publicado pelo *Diário Novo*, afirmava que a desburocratização promovida pelo novo regulamento havia levado a repartição para os caminhos do anarquismo e da prevaricação. Segundo o texto, a ROP, que na época possuía um dos maiores orçamentos da “mirrada” Tesouraria Provincial, tinha piorado espantosamente após a precipitada reforma. Posteriormente, narra ironicamente a ocupação dos cargos pelos personagens “d’alta categoria” da Europa, lamentando a demissão do ilustre Firmino Âncora. Para o autor, a nova roupagem da repartição podia ser definida da seguinte forma: um sistema de total independência por parte dos “sapiientísimos Francezes”, sob apoio incondicional do presidente¹⁹⁴.

De acordo com o articulista, com o regulamento de 1835 era possível compreender bem as atribuições de cada um dos empregados, bem como seus respectivos vencimentos. Nem um único empregado ignorava as suas obrigações, executando-as com a maior facilidade. Diferentemente do novo, que nada mais era que um testemunho autêntico da grande miséria

¹⁹⁰ Diário de L.-L.V., anotação de 21 de setembro (em referência ao dia 10) de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

¹⁹¹ Ibid., anotação de 01 de outubro de 1840.

¹⁹² Ibid., anotação de 27 de setembro de 1840.

¹⁹³ Ibid., anotação de 01 de outubro de 1840.

¹⁹⁴ BND, O Diário Novo, 25 de dezembro de 1842.

administrativa. Em tom de denúncia, afirma que o novo regimento era repleto de descrições vagas, dando bastante poder de decisão ao presidente. Um dos primeiros artigos do regulamento, por exemplo, versava que a administração das obras públicas deveria ser composta por um engenheiro em chefe, um inspetor geral e engenheiros e empregados que fossem necessários para o andamento dos trabalhos. Para o articulista, a desburocratização do documento oferecia aos presidentes a facilidade de empregar quem quisesse na repartição, assim como excluir quem não se curvasse cegamente¹⁹⁵.

No tocante a fiscalização do dinheiro público, o articulista destacava que a nova administração da ROP não cumpria a orientação da lei do orçamento provincial do ano financeiro 1838-1839, que obrigava a repartição a apresentar de três em três meses os orçamentos e despesas das obras executadas por intermédio dos periódicos. Jogando para a plateia, encerrava seu texto perguntando aos leitores se haviam lido alguma prestação de contas sequer daquela repartição após as reformas empreitadas pelo barão¹⁹⁶.

Alguns meses depois, o correspondente, que agora assinava por “W”, retornou a criticar as reformas promovidas pelo regulamento de 25 de maio de 1842. Para ele, a ROP, maior das misérias da atual administração, ao abrir as portas a todos os aliados pretendentes a cargos públicos estava sobrecarregando as rendas provinciais sem fiscalização alguma. Como argumento, descreve que Vauthier facilmente pegava na tesouraria a soma de até 900\$000 réis, sob o pretexto de despesas miúdas. E o pior: sem fiador idôneo. Nesse sentido, haveriam intenções sinistras no desejo de aprovação deste regulamento, bem como um desejo de vingança por parte dos engenheiros estrangeiros, sob tutela de um patronato escandaloso do presidente¹⁹⁷.

O comunicado também destacava a conduta do barão no que diz respeito aos processos de arrematação de obras. Segundo “W”, era estranho e complicado Rego Barros se humilhar para conseguir suprir o déficit do cofre provincial com o financiamento de particulares. Para o articulista, o presidente deveria simplesmente manifestar em Assembleia a quantia total das somas recebidas, para que a mesma pudesse decretar o restante. Esse tipo de financiamento, pouco fiscalizado e dependente de relações particulares do presidente, ocasionava todos os tipos de dependências físicas e morais. Assim, o reconhecimento, a gratidão, a troca de favores, enfraquecia a vigilância e possibilitava o desacatamento. Ainda mais estranho, para “W”, eram

¹⁹⁵ BND, O Diário Novo, 25 de dezembro de 1842.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Idem, 18 de março de 1843.

os diferentes níveis de reconhecimento para com os empreiteiros. Francisco Oliveiras¹⁹⁸, por exemplo, como grande financista das obras do Teatro de Santa Isabel ostentava menções honrosas nos ofícios, enquanto homens interessados em investir na *moralização* das classes sujeitas ao crime (prisão e casa de correção) eram omitidos¹⁹⁹.

Quem não se omitiam eram os defensores do barão. Em 20 de março de 1843, dois dias após o último comunicado assinado por “W”, o *Diário de Pernambuco* publicou uma resposta anônima às edições 113 e 116 do *Diário Novo*, correspondentes aos comunicados de 19 e ao 25 de dezembro de 1842, respectivamente. Depois de chamar o crítico de “Pigmeo W”, o articulista *baronista* explorou vários problemas em seus argumentos, especialmente no que se refere ao conhecimento das legislações provinciais e diretrizes da própria reforma. Lembrava a “W” que ele esquecera de mencionar que o tão exaltado regulamento de 10 de agosto de 1835 nunca tinha sido aprovado, possibilitando ao poder executivo que o reformasse enquanto não tivesse força de lei. Para ele, mais perigoso que redigir um novo regimento e leva-lo à Assembleia, era manter-se coordenado por simples regulamentos governamentais²⁰⁰.

Sobre as denúncias de perseguição, o governista defendia que nenhuma demissão era fruto de vingança ou silenciamento. E que não caberia, como parecia sugerir “W”, a Assembleia Provincial investigar e julgar os casos: onde já se viu uma Assembleia que, em vez de ocupar-se das leis, se responsabilizasse por analisar mudanças nos empregados de uma ordem tão inferior? – Questiona o *baronista*. No que diz respeito a prestação de contas, nega a afirmação do *Diário Novo* de que somente antes da reforma se faziam publicações sobre as despesas da repartição. E ainda acrescenta que os moldes de prestação de contas eram ineficientes, pois apenas dizia-se “no trimestre passado despendeu-se tanto com materiaes para tal obra, etc.”, mas não se deixava claro como o dinheiro entrava ou saía, nem o que era mais caro ou barato²⁰¹.

A respeito da nomeação de Vauthier para a chefia da ROP, destacava que não havia nenhum regulamento que limitasse a engenheiros nacionais a função de dirigir os trabalhos da instituição. Assim, a administração das obras públicas legalmente foi passada a Vauthier depois da demissão do Sr. Firmino Âncora e, suprimindo a necessidade de um inspetor, foi nomeado o Sr. José de Barros para o cargo. O Sr. José de Barros seria de fato inspetor, não outro diretor, algo que por defeito do regulamento de 10 de agosto de 1835 se confundia. Contrapondo a

¹⁹⁸ Sobre o traficante Francisco Antonio de Oliveira, Cf. GOMES, Amanda Barlavento. *A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820-1855)*. 2016, 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

¹⁹⁹ BND, O Diário Novo, 18 de março de 1843.

²⁰⁰ BND, Diário de Pernambuco, 20 de março de 1843.

²⁰¹ Ibidem.

acusação de “W”, também afirmava que o barão não havia reformulado a repartição para encaixar Vauthier, ou demitir o Sr. Firmino, mas para retirar confusões que haviam na administração das obras públicas, regular os serviços e fiscalizar melhor as despesas²⁰².

O antigo regulamento, na ótica do governista, reunia no administrador fiscal funções incompatíveis: mandava-o fazer as despesas, fiscaliza-las e determinar os pagamentos. Semelhantemente, alocava no inspetor geral a responsabilidade de administrar, inspecionar e fiscalizar as próprias obras. A partir da reforma, os engenheiros dirigiam as obras, mas não as fiscalizavam. Nessa proposição, os engenheiros orçamentavam e atestavam os fornecedores dos materiais ao engenheiro em chefe; este, por sua vez, conferia e encaminhava até o inspetor fiscal, que não dirigia obra alguma, nem tampouco fazia compras ou decretava pagamentos. Munido de “imparcialidade”, o inspetor fiscal daria um título, um selo, e a solicitação seria levada até a Tesouraria Provincial, que conferiria o título com os documentos e só depois deliberaria os pagamentos²⁰³.

Em tom de sarcasmo, provocava “W”, pedindo-lhe que elaborasse uma forma mais eficiente de fiscalização; do contrário, que reconhecesse que os novos moldes de fiscalização eram melhores que os precedentes. Segundo o articulista, a fiscalização do antigo e indefensável regulamento de 1835 funcionava da seguinte forma: enquanto a tesouraria só ficava sabendo dos pedidos, o administrador fiscal fazia os ajustes, as despesas, decretava os pagamentos e fiscalizava os documentos que ele próprio exigia e “santificava”. E, diferentemente das quantias de 900\$000 réis retiradas pelo Sr. Vauthier na tesouraria, conforme “W”, o antigo regulamento viabilizava a tratativa em contos de réis. O novo regulamento, nesse sentido, evitava que a retirada desses valores indispensáveis para o dia a dia dos trabalhos fosse feita de maneira descontrolada e arbitrária. Para o governista, “W” faltava repetidamente com a verdade em suas publicações, tática inerente à oposição²⁰⁴.

Acerca da nomeação dos empregados, argumenta que a única diferença entre os regulamentos é que enquanto o antigo enumerava alguns funcionários, encerrando com “e mais empregados, que forem necessários”, o art. 2 do regulamento atual estabelecia disposição semelhante, mas nomeava apenas os empregados principais, arregimentando os demais de acordo com a necessidade do serviço. O autor reconhece que o antigo regulamento não havia sido escrito por pessoas que ostentavam más intenções, todavia, os problemas cotidianos da

²⁰² BND, Diário de Pernambuco, 20 de março de 1843.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem.

repartição exigiam novas proposições. Se o novo regulamento não completava perfeitamente a obra, ao menos a aperfeiçoava²⁰⁵.

Por fim, encerra seu comunicado reafirmando que Firmino Âncora não havia sido demitido para dar espaço aos estrangeiros na repartição, mas pela sua conduta. De acordo com o autor, Âncora havia orçado algumas obras e gastado o quadruplo do orçamento aprovado, por isso recebeu a sua carta de demissão. Assim, não era este senhor tão necessário ao engrandecimento da província, conforme afirmara “W”, nem tampouco à fiscalização das despesas das obras públicas. Nesse sentido, a exaltação do Sr. Firmino Âncora era exagerada e inexata²⁰⁶.

Na semana seguinte, “W” retornou a *Tipografia Imparcial* com um novo comunicado. O intuito? Rebater as afirmações publicadas anonimamente pelo *Diário de Pernambuco* de 22 de março de 1843. Depois de minimizar as declarações do governista no que se refere a não aprovação em Assembleia do antigo regulamento, “W” alegava que o barão afrontava seus antecessores ao promover uma reforma tão arbitrária²⁰⁷. Com a intenção clara de sensibilizar os leitores, ainda recriara um diálogo que ao seu ver representava os verdadeiros sentimentos do barão:

[...] os, ex-presidente, não sabeis fazer regulamento [...] o q’publicaste, para nada presta, só tem servido para favorecer as dilapidações, empecer o serviço, e acabrunhar a Provincia. – E vos Snra. Assembleia, não cumpris com o vosso dever, vossa existência he inutil; tendes ha tanto tempo, em vosso hum regulamento informe, que faz a desgraça da vossa Patria, é [e] dormis, nada decedis, mostrando-vos dest’arte interessada nos males que dahi partem [...] ²⁰⁸.

Em relação aos empregados da repartição, “W” disse que nunca desejou que a Assembleia cumprisse a função de julgar as prevaricações, como afirmara o comunicado do *Diário de Pernambuco*. Ainda questionava: pedir para que os inconvenientes práticos de uma repartição sejam publicados significa que se busca apenas acusar os seus empregados, ou que se entende que casos como estes deveriam ser abolidos, visto o desrespeito às leis? Para “W”, a repartição estava em maus bocados, pois para demitir os que não se curvassem aos caprichos, não era preciso prova alguma: “elle demitte quando bem l he apraz, como muitas vezes tem feito”²⁰⁹.

²⁰⁵ BND, *Diário de Pernambuco*, 20 de março de 1843.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ BND, *O Diário Novo*, 28 de março de 1843.

²⁰⁸ Ibidem. Obs. Grifos meus.

²⁰⁹ Ibidem.

Em sua ótica, tão estranho quanto as demissões era a súbita ascensão de Vauthier à chefia da repartição. Pedia então para que o *baronista* apontasse alguma lei que permitisse a um estrangeiro não naturalizado chefiar alguma repartição; no entanto, lembrava – sarcasticamente – que aquele governo não necessitava de leis para promover qualquer tipo de mudança. Cético quanto a afirmação de que Âncora não teria sido demitido para beneficiar os engenheiros estrangeiros, dava por fim um recado aos defensores do presidente: “contra a evidencia physica, e moral, cahem por terra todos os argumentos”²¹⁰.

Acerca da estrutura fiscal do antigo regulamento, último tópico discutido em seu comunicado, afirmava que havia inverdades no discurso promovido pelo *baronista*. Após uma descrição minuciosa do sistema fiscal do antigo regulamento, “W” reverteu a sentença publicada pelo *Diário de Pernambuco*, que havia afirmado que o antigo regulamento favorecia a corrupção do erário público. Em sua observação, os novos moldes administrativos centralizados nas mãos do barão e de seu estrangeiro predileto, fragilizavam o controle fiscal sobre os enormes valores despendidos pela instituição no mercado das edificações, facilitando a prevaricação²¹¹.

Outra questão apontada por “W”, em um comunicado posterior, versava que outro grande problema fiscal da repartição morava na feria²¹² dos trabalhadores. Segundo consta, após a reforma a feria dos canteiros ficou a cargo dos engenheiros, um problema grave, pois não havia sequer um almoxarife para observar se os pagamentos estavam sendo feitos da maneira correta. Na mesma correspondência ainda acusava o barão de exercer em Pernambuco um desgoverno, autoritário e tirânico, pois não se importava nem em dar satisfações aos empregados substituídos; como quando afastou o Sr. Amaro Francisco de Moura como se o mesmo, devido a seus problemas de saúde, tivesse simplesmente morrido²¹³.

Para *O Artilheiro*, eram mesmo as obras públicas e o engajamento de trabalhadores estrangeiros os principais “cavalos de batalha” da oposição²¹⁴. Oposição que não media esforços em rebater todas as publicações que defendiam a conduta do barão em torno da ROP. De acordo com o “Inrepido”, o barão, que não demonstrava nenhum respeito para com os empregados que significassem algum tipo de empecilho a sua política *estrangeirista*²¹⁵, havia

²¹⁰ BND, O Diário Novo, 28 de março de 1843.

²¹¹ Ibidem.

²¹² Neste contexto, “feria” diz respeito a ação fiscal de conferir a lista de trabalhadores da ROP e entregar os respectivos vencimentos.

²¹³ BND, O Diário Novo, 7 de abril de 1843.

²¹⁴ BND, O Artilheiro, 16 de janeiro de 1843.

²¹⁵ BND, O Diário Novo, 20 de janeiro de 1843.

transformado a instituição em “têta” de muita gente²¹⁶. As denúncias, todavia, se intensificariam em 1844, pois na proximidade das eleições “todos os bichos sahem da concha”²¹⁷.

3.2 Quando todos os bichos sahem da concha: a intensificação dos conflitos e a escalada ao poder

Desde 1842 o partido *praieiro* tentava minar a hegemonia Rego Barros-Cavalcanti, contudo, o apoio do gabinete conservador de Honório H. C. Leão ao presidente havia sugado temporariamente as esperanças do novo partido. Situação que mudou em 1844, pois conflitos entre o gabinete de Honório e o imperador abriram espaço para outros aspirantes ao poder disputarem cargos e protagonismo tanto na esfera provincial, quanto geral. Em nenhuma província a luta foi tão intensa como em Pernambuco. Assim, o novo gabinete teve de intervir a favor da conciliação, alijando interesses *praieiros*, mas também agrados de Hollanda Cavalcanti e companhia. Para Izabel Marson, o estratagema ocasionou um impasse, com os dois grupos disputando benefícios e cargos²¹⁸.

Pressionado, o barão pediu que a Câmara Municipal do Recife chamasse o seu 1º Vice-Presidente para o substituir, sob a alegação de problemas de saúde. De acordo com Manoel Cavalcanti Jr., no dia 16 de abril, o então Ministro do Império, José Carlos Pereira de Almeida Torres, dirigiu um ofício ao barão informando-lhe que d. Pedro II havia aceitado o pedido de demissão. Porém, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, irmão de Hollanda, só ficou no cargo por 16 dias, pois o aviso imperial de 9 de abril não permitia mais que os deputados ficassem à frente de governos provinciais. Assim, o 3º Vice-Presidente, Izidro Francisco de Paula Mesquita e Silva, adepto da política do barão, assumiu por pouco mais de um mês²¹⁹.

Para a infelicidade *guabiru*, a pressão do partido *praieiro* surtiu efeito na Corte. Preocupados com a manutenção dos cargos de juiz de paz e de polícia, segundo Cavalcanti Jr., o partido insistiu para que o novo gabinete nomeasse alguém mais adequado às demandas do ministério liberal²²⁰. Nesse sentido, em 6 de junho de 1844 Joaquim Marcelino de Brito tomou posse do cargo de Presidente da Província de Pernambuco. Para Izabel Marson, a estratégia dos

²¹⁶ BND, O Diário Novo, 21 de junho de 1844.

²¹⁷ BND, Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1844.

²¹⁸ MARSON, 1987, pp. 233-235.

²¹⁹ CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. *Praieiros, guabirus e “população”: as eleições gerais de 1844 no Recife*. 2001, 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, pp. 66-67.

²²⁰ Ibid., pp. 67-69.

liberais da Corte era conservar o poder nas mãos de pessoas ligadas a Hollanda, mas também ceder em contrapartida alguns cargos importantes ao partido *praieiro*²²¹. Apesar da conquista, os *praieiros* permaneceram lutando por protagonismo e garantias de vitórias nas eleições de 1844.

Para o partido, com a chegada de Marcelino de Brito a imprensa política com seu “poder irresistível” conseguira finalmente destruir os oligarcas e fortificar a facção que realmente era amiga da monarquia e da constituição. Em regozijo, o *Diário Novo* exaltava a possibilidade de uma parceria vitoriosa com o novo presidente, declarando acreditar que a sua índole não era corruptível como a do barão. Todavia, alertava que para seguir as diretrizes do gabinete de 2 de fevereiro, o presidente precisava antes de mais nada desmontar a máquina administrativa *quabiru*²²².

A imprensa *baronista* também não tratava Marcelino de Brito como inimigo, mas buscava leva-lo a empreender uma polícia moderada, contrária a qualquer tipo de inversão política. Nesse cabo de guerra, os conservadores demonstraram possuir mais força, pois a resistência do novo presidente em redistribuir cargos de polícia diminuiu paulatinamente a paciência do partido. O péssimo diálogo com os *praieiros* com o novo presidente gerou a oportunidade perfeita para os conservadores reestabelecerem o controle da província. O partido, no entanto, não deixaria barato.

3.2.1 A ROP nas eleições de 1844

Para a ROP, a saída de Rego Barros representava o rompimento de um dos seus alicerces principais e nem mesmo a articulação dos conservadores com o novo presidente facilitaria a continuação dos trabalhos. Vauthier, principal afetado pela demissão, antes mesmo de se tornar chefe já temia pelo impacto que a saída do barão significaria para o andamento dos trabalhos da repartição.

Em janeiro 1841, quando boatos circularam de que Rego Barros não duraria muito tempo no cargo, Vauthier ficou apavorado. O engenheiro descreveu em seu diário que Clémentine de Vareilles, esposa do Dr. José Joaquim de Moraes Sarmento, havia o confirmado que os boatos eram verdadeiros, pois o próprio presidente tinha comentado a respeito com o seu marido, dizendo-lhe que não ficaria mais nem três meses no governo²²³. Preocupado, no dia

²²¹ MARSON, 1987, pp. 235-237.

²²² BND, O Diário Novo, 7 de junho de 1844.

²²³ Diário de L.-L.V., anotação de 13 de janeiro de 1841. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

seguinte Vauthier se dirigiu até o barão, para quem sabe fisgar alguma confissão por meio de indiretas²²⁴. Sem sucesso, passou a procurar a segunda via de seu contrato, sobretudo após ser alertado pelo *Monsieur* Barrère, cônsul francês – e inimigo pessoal de Rego Barros –, de que em uma possível saída poderia ser passado para trás²²⁵. Em finais de março de 1841, os boatos se concretizaram: o barão deixou o cargo temporariamente e deu lugar ao “vice-presidente permanente”, Francisco. Posteriormente, Manoel de Souza Teixeira, na época presidente da Câmara Municipal do Recife, assumiu interinamente o cargo até o retorno do barão²²⁶.

Não surpreende o temor que Vauthier tinha de uma nova saída do barão. Ainda em 1841, quando Rego Barros se ausentou do cargo durante alguns meses, o engenheiro registrou algumas dificuldades no andamento dos trabalhos devido a postura do novo presidente²²⁷. Se em época de conciliação a ausência de Rego Barros já atrapalhava os trabalhos, em 1844 representava uma fragilização sem precedentes. Cientes disto, ambos os lados assediavam Marcelino de Brito desde sua chegada, almejando igualmente cargos de polícia ou qualquer outro que oferecesse impacto nas eleições.

Os *praieiros* receberam Marcelino de Brito de braços abertos, se colocando a favor de pautas liberais na Corte e enfatizando o seu apreço pela ordem e poder monárquico. A oposição pretendia pressionar Brito a criar uma máquina administrativa condizente com o ministério liberal, desarticulando parte da estrutura montada pelos *guabirus*. De maneira mais direta, na imprensa se pedia a demissão maciça dos aliados da Boa Vista, pondo abaixo o *estrangeirismo* preconizado pelo governo anterior. Segundo Izabel Marson, os *praieiros* buscavam justamente o que Marcelino de Brito foi orientado a não fazer: a inversão da balança política²²⁸.

Não coincidentemente, “W”, pseudônimo bastante conhecido pelos defensores do barão, retornou à ativa em agosto de 1844, quando publicou um artigo enorme no *Diário Novo* com diversas críticas às reformas empreitadas pelos conservadores na ROP. A intenção era clara: combater o *estrangeirismo* da repartição, personificado na figura de Vauthier, e restaurar as antigas disposições do regulamento de 10 de agosto de 1835. Com este objetivo, a oposição expôs todos os males que a administração do barão havia suscitado, especialmente nas obras públicas²²⁹.

²²⁴ Diário de L.-L.V., anotação de 13 de janeiro de 1841. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

²²⁵ Ibid., anotação de 16 de janeiro de 1841.

²²⁶ Ibid., anotação de 05 de abril de 1841.

²²⁷ Ibid., anotação de 05 de junho de 1841.

²²⁸ MARSON, 1987, pp. 235-237.

²²⁹ BND, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

De acordo com “W”, o corpo de engenheiros, que antes da introdução dos “sapietes” franceses era formado por cinco engenheiros nacionais e um outro de origem alemã, agora possuía seis engenheiros²³⁰, que trabalhavam como meros serventes de estradas, sendo cinco dos quais carentes de estudos profissionais significativos e um último de profissão muito diversa. Cinco dos contratados haviam chegado com a soma de 178\$160 réis mensais, pagos pontualmente e com preferência a todos os demais empregados da administração provincial. Já Vauthier, ganhava três vezes mais. Por ser chefe do corpo de engenheiros, seu salário era de 420\$000 réis mensais. Para “W”, era assustador um simples engenheiro receber salário equivalente a um primeiro magistrado ou presidente de província. Presidente que, conforme “W”, recebia por lei apenas 333\$000 réis mensais, um quarto a menos que o jovem engenheiro²³¹.

Na ótica da oposição, era difícil acreditar que o presidente, mesmo com a autorização em Assembleia, oferecesse um salário deste nível a um engenheiro. Pior ainda, para o *Diário Novo*, era aumentar arbitrariamente as despesas dos cofres públicos em 716\$166 réis mensais a troco de nada. Se antes da reforma a repartição despendia com todos os empregados a soma de 810\$164 réis mensais, após o novo regulamento, mesmo com a morte do engenheiro alemão e demissão de outros quatro, a despesa alcançava 1:526\$330 réis; sem contar gastos com funcionários avulsos, que recebiam quantias significativas nas “ferias” sem ostentar título algum²³².

Segundo “W”, os novos valores recebidos pelos empregados da repartição inseriam outro significado na prevaricação: se antes os funcionários se aproveitavam de brechas estruturais para compensar baixos ordenados, agora eles eram movidos pela pura e simples ambição insaciável, “falta de brio”, de “educação sisuda”, de moralidade. A imoralidade dos aproveitadores podia ser observada no acúmulo de riquezas, no luxo desmensurado, nas relações com ricos proprietários, na aproximação com elementos que levam o ser humano a prevaricação, ao furto²³³.

Posteriormente, o articulista se dedicava a atrair a atenção do então presidente Marcelino de Brito para a conduta de Vauthier na repartição. Antes de mais nada, questionava o fato de Vauthier não ter se dignado a responder nenhuma das denúncias feitas pelo *Diário Novo*, pergunta que já havia sido feita por outra publicação no mês anterior assinada por

²³⁰ Louis-Léger Vauthier, Pierre-Victor Boulitreau, Florian Désiré Portier, Joseph Jean-Jacques Morel, Louis Férrol Buessard e Henri-Auguste Milet.

²³¹ BND, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

²³² Ibidem.

²³³ Ibidem.

“Vôte”²³⁴. Depois, enalteceu a reprovação do novo orçamento remetido por Vauthier ao presidente. Para “W”, o texto representava por si só um “corpo de delicto” e, se aprovado, deveria levar o engenheiro à pena de galés²³⁵.

Uma das intenções de Vauthier com o orçamento era acrescentar ao número das “sanguexugas estrangeiras” o mestre carpina e alemão Zacher, com salário equivalente a 1:200\$000 réis anuais. Uma outra, era gratificar com mais 560\$000 réis um outro estrangeiro que já recebia 1:000\$000 réis e, não contente, também pretendia conseguir com a presidência a renovação de um crédito de 4:500\$000 e outro de 3:000\$000 réis em prol de reparos da “extraordinaria ponte suspensa”²³⁶. Na observação do *Diário Novo*, somente a sua mania de “despender loucamente” justificaria tais pedidos²³⁷.

O partido *praieiro* acreditava que uma forte mobilização política por intermédio especialmente da imprensa poderia pressionar o novo presidente a ponto de finalmente cercar os escândalos da reformulada repartição, retirando-lhe o “veo, com que ainda se encobrem as malversações”. Ou seja: extinguir o regulamento de 1842 e demitir o engenheiro em chefe que havia redigido o novo regulamento e “manipulado” seu protetor para que o assinasse sem ler. Somente um retorno às disposições do antigo regulamento restauraria a paz administrativa e daria alento aos cofres públicos²³⁸.

Três dias depois, outro texto anônimo, assinado por “amigo do barão”, publicou no *Diário de Pernambuco* um comunicado em sua defesa. Segundo consta, de fato Vauthier havia sido contratado pela quantia de 420\$000 réis mensais, porém, a responsabilidade era do Sr. Manoel de Souza Teixeira, político que presidiu temporariamente a província entre fevereiro e novembro de 1841. Se competia ao Sr. Souza recepcionar e o dispensar caso o considerasse notoriamente lesivo, não havia razões para condenar Rego Barros pela renovação de seu contrato²³⁹.

A proposição, todavia, não condiz inteiramente com a realidade. Vauthier aportou em Pernambuco ainda em setembro de 1840, sob a administração do barão, não em fevereiro de 1841. De fato, Vauthier não renovou o seu contrato assim que chegou à província, mas, conforme Gilberto Freyre, já estava apalavrado e servindo por comando do barão desde então²⁴⁰.

²³⁴ BND, O Diário Novo, 13 de julho de 1844.

²³⁵ Idem, 16 de agosto de 1844.

²³⁶ Provavelmente se tratava do Mestre Pedreiro alemão André Wilmer.

²³⁷ BND, O Diário Novo, 16 de agosto de 1844.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ BND, Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1844.

²⁴⁰ FREYRE, 1940, pp. 104-105.

Concomitantemente, as anotações de Vauthier em seu diário pessoal mencionam que ele havia se encontrado com o barão ainda nos primeiros dias de sua chegada: “O senhor de Rego Barros não me deu a impressão de ser um homem superior. Eu esperava uma inteligência mais fina, porém, não modos tão afáveis e um ar tão cordial”²⁴¹.

A oposição também não deixaria esse equívoco passar despercebido. Outro comunicado publicado pelo *Diário Novo*, assinado dessa vez por “Y”, acusava o *baronista* de abusar da mentira em sua defesa. Segundo “Y”, a edição de número 196 do *Diário de Pernambuco*²⁴² atestava que Vauthier havia desembarcado em Pernambuco numa terça feira 8 de setembro de 1840, quando o Sr. Souza Teixeira ainda não era administrador, mas sim Rego Barros²⁴³. A data também condiz com as anotações de Vauthier referentes ao 8 de setembro, quando descreve as suas primeiras impressões sobre o litoral pernambucano²⁴⁴.

Em relação aos altos salários dos empregados estrangeiros da repartição, o comunicado do *Diário de Pernambuco* argumenta que ninguém de tamanha competência viria ao Brasil por vencimentos menores que os oferecidos. Cita como exemplo o engajamento de um engenheiro alemão para chefiar o departamento de obras públicas, junto a outros engenheiros assistentes, por parte do “muito econômico” presidente da Bahia. De acordo com o *baronista*, se pagava por lá mais que 400\$000 réis mensais. Em tom de provocação, ainda pedia para que “W” pesquisasse em todas as províncias do Império o nome de algum engenheiro estrangeiro habilitado que aceitava valores contratuais abaixo dos oferecidos em Pernambuco e Bahia²⁴⁵.

Sobre a renovação do contrato de Vauthier, sugere que “W” tentasse censurar também a Assembleia, pois foi não só conivente, como entusiasta da negociação. Já no que diz respeito aos aumentos dos gastos mensais com a repartição, o autor lembrava ao opositor que havia muita diferença entre o que se fazia, em termos de obras e qualidade no serviço, antes e depois do regulamento. Ao seu ver, não existia nenhuma possibilidade de comparação entre os trabalhos da repartição reformada e os “toscos trabalhos” da antiga repartição. Para o *baronista*, “W” fingia se importar com o antigo regulamento, mas tudo que almejava era ressuscitar os empregados precedentes e a confusão que havia na fiscalização²⁴⁶.

²⁴¹ Diário de L.-L.V., anotação de 21 de setembro de 1840 (em referência aos primeiros dias de sua chegada). In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

²⁴² BND, Diário de Pernambuco, 9 de setembro de 1840.

²⁴³ BND, O Diário Novo, 21 de agosto de 1844.

²⁴⁴ Diário de L.-L.V., anotação de 21 de setembro de 1840 (em referência aos primeiros dias de sua chegada). In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

²⁴⁵ BND, Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1844.

²⁴⁶ Ibidem.

Por fim, afirmava que “W” era desonesto ao mencionar os valores solicitados por Vauthier no recente orçamento levado à presidência. Segundo o *baronista*, era bem sabido pela população pernambucana que as cheias destruíam periodicamente as pontes do Recife. A ponte suspensa na travessia do rio Capibaribe, por exemplo, precisava de ornamentos de prevenção, para impedir que uma das principais estradas que passava por lá prejudicasse o comércio e a indústria da província. Nesse sentido, a solicitação de créditos adicionais não era passível de “pena de galés”, nem ultraje algum à administração provincial²⁴⁷.

Em resposta, “W” subiu o tom. “Estupefato”, o autor questionava como alguém tão irresponsável poderia se manter à frente de um cargo tão importante. Confessou que de início acreditou que o Sr. Brito coibiria as afrontas de Vauthier, contudo, se mostrou decepcionado com a conivência do presidente, especialmente após uma suposta intercessão do barão em nome dele. O mesmo barão que havia consentido, conforme “W”, um orçamento de 878\$840 réis para Vauthier explorar o interior da província e elaborar um mapa topográfico do território pernambucano pouco antes de deixar a presidência. Valor considerado absurdo, injustificável, imprudente, uma verdadeira “ladroeira”²⁴⁸.

Os embates aqui destacados não são eventos isolados. Segundo Izabel Marson, o *Diário Novo* adotou um misto de discurso religioso com a política salvacionista da *Praia* para reforçar o engajamento de seus adeptos na proximidade das eleições, além de conquistar novos votantes de boa-fé, patriotismo e *moralidade*²⁴⁹. A intenção era clara: transformar os *guabirus* na antítese a ser combatida, uma questão de vida e morte²⁵⁰. Na ótica do partido, meia dúzia de *guabirus* controlaria as eleições com esperteza, caso o “indiferentismo” dos concidadãos retornasse a aparecer. Nesse sentido, quem fosse a favor da “causa da nação” deveria se atentar para todos os males da administração *guabiru*: “unaõ-se os patriotas, desponhão-se a servir um dia a seu paiz, que o triunfo da liberdade será infalível”²⁵¹. Marson acrescenta que somente a força do “altar da pátria”, que eram as igrejas em agosto de 1844, poderia afastar dos pernambucanos o perigo representado pelo regressismo²⁵².

Para além do engajamento de adeptos, os *praieiros* pretendiam conquistar cargos relevantes para a constituição de uma máquina eleitoral favorável. De acordo com Marson, o partido já havia conseguido a nomeação de Afonso Ferreira à chefia da polícia. Contudo, a

²⁴⁷ BND, Diário de Pernambuco, 19 de agosto de 1844.

²⁴⁸ BND, O Diário Novo, 25 de outubro de 1844.

²⁴⁹ MARSON, 1987, pp. 240-241.

²⁵⁰ BND, O Diário Novo, 28 de junho de 1844.

²⁵¹ Ibidem.

²⁵² MARSON, op. cit., pp. 240-241.

oficialidade, bem como a maioria dos integrantes da polícia, possuía relações clientelares com a administração *baronista*. A vantagem da *Praia*? A ocupação dos cargos de juizes de paz. Entretanto, para garantir o sucesso das eleições, a conquista de cargos de política era fundamental. Apesar da resistência do presidente às investidas *praieiras*, os *guabirus* tentaram se assegurar da vitória por meio de um plano audacioso: subdividir os três maiores colégios eleitorais da província, Recife, Olinda e Goiana, e coloca-los sob jurisdição de novos juizes, fragmentando o eleitorado *praieiro*. No entanto, munido pelo decreto de 28 de junho de 1830, que determinava que as eleições em novos distritos deviam ser presididas pelos juizes em exercício, Marcelino de Brito vetou o projeto²⁵³. O veto acabou por representar a derrota *guabiru* nas eleições de 1844.

É importante mencionar, porém, que os conflitos entre *guabirus* e *praieiros* não se limitavam aos periódicos, nem tampouco aos trâmites legais da política. A imprensa panfletária, apesar de utilizada para promover o sistema e as relações de poder vigentes, acabava por também inflamar outros seguimentos da sociedade, extrapolando a barreira imposta pelos papéis e ameaçando a segurança em torno das instituições e de todo o funcionalismo público.

Assim, as eleições de 1844 e 1845 foram marcadas por violência mútua: ameaças, prisões, roubos e assassinatos, tudo que pudesse de alguma forma contribuir com os seus interesses individuais e partidários. A conjuntura das eleições de 1844 é fundamental para a compreensão dos movimentos insurrecionais de 1848, pois aguçou a rivalidade entre as facções locais e reavivou conflitos pessoais de longa data.

3.2.2 Quando os embates extrapolavam os jornais

A insatisfação dos trabalhadores livres com o predomínio estrangeiro na província pode até ter sido potencializada pelos *praieiros*, mas o partido não a inventou. Segundo Marcus Carvalho, a população livre que vivia entre os três bairros do Recife cresceu 85% na comparação entre os censos de 1828 e 1856. O número de habitantes, entre livres e escravizados, homens e mulheres, saltou de 25.678 para 40.977 em pouco menos de duas décadas. Apesar das contagens não serem tão precisas, as duas estimativas nos dão uma noção do quanto a cidade do Recife inchou durante esses anos²⁵⁴.

Uma das explicações para este inchaço é a migração do interior para a capital. A administração provincial atraía um contingente significativo de pessoas interessadas em

²⁵³ MARSON, 1987, pp. 237-239.

²⁵⁴ CARVALHO, 2010, pp. 73-74.

conseguir cargos públicos. Para Carvalho, é bem verdade que o valor recebido nesses empregos era baixo, salve exceções. Contudo, tão ou mais importante que o salário era a posição social e as rendas indiretas que eram recebidas por intermédio de comissões, taxas e até subornos²⁵⁵.

Porém, Carvalho também nos conta que essa “carga humana” não era suportada pelo Recife, levando muitas pessoas desempregadas a vagar pelas ruas. Se para Antônio Pedro de Figueiredo, mestiço, de origem pobre e um dos homens mais lúcidos de sua época, além de principal articulador da revista *O Progresso*, a pobreza resultava do latifúndio e da escravidão, os brasileiros pobres jogavam a culpa nos estrangeiros, sobretudo portugueses, que “tomavam” todos os empregos e monopolizavam, por exemplo, o comércio a retalho. A sugestão nada delicada era de que os portugueses solteiros fossem expulsos da província²⁵⁶.

Nem mesmo a política de “reorganização do futuro” do barão, que neste momento intensificou o mercado das edificações e promoveu melhorias infraestruturais para abarcar as necessidades do desenvolvimento demográfico da capital, foi suficiente para igualar a oferta de trabalho com o número de braços ociosos, de barrigas vazias. No entanto, um dos cargos mais solicitados na ROP era o de inspetor de obras.

A brecha contida na legislação de 10 de junho de 1835 permitia a contratação de leigos para o cargo, ainda que a preferência fosse de engenheiros formados. Como narrado anteriormente, Milet já havia sido engajado na repartição pela mesma brecha. Ciente desta possibilidade, quem possuía relações clientelares com os políticos influentes no governo tentava conseguir a nomeação. Na observação de Manoel Cavalcanti Jr., um dos casos mais extremos foi o de João Baptista Diniz, que se agarrou a uma promessa de emprego feita pelo então vice-presidente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Depois de muita insistência, João foi indicado para inspecionar os trabalhos na estrada de Pau d’Alho²⁵⁷. A situação, que já era complicada, piorou consideravelmente com a chegada de diversos trabalhadores estrangeiros para a ROP. Segundo Bruno Câmara, só na comarca do Recife residiam cerca de mil duzentos e dezenove estrangeiros. É bem verdade que nem todos estavam ligados às artes úteis ou aos trabalhos artesanais, mas uma parcela significativa de imigrantes cerrava fileiras com os artistas nacionais na capital²⁵⁸.

²⁵⁵ CARVALHO, 2010, p. 80.

²⁵⁶ Ibid., pp. 81-83.

²⁵⁷ CAVALCANTI JR., 2001, p. 31.

²⁵⁸ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *Trabalho livre no Brasil imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira*. 2005, 203f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, p. 95.

A falta de recursos levou muita gente a aceitar níveis salariais muito inferiores aos padrões da capital. Muitos empregadores se aproveitavam dessa situação, aumentando a precarização do trabalho urbano. Em 1836, quando a ROP estava à procura de um intérprete para Thomas Wood, engenheiro inglês responsável pela abertura de poços artesianos em Goiana, uma das regras para o engajamento era o menor preço²⁵⁹. No dia a dia, até mesmo quem oferecia o seu trabalho se atentava a essa questão, como uma senhora que se propunha no *Diário de Pernambuco* a ensinar meninas a ler, escrever, contar, cozinhar e bordar pelo menor preço possível²⁶⁰.

Na ótica de Raimundo Arrais, a elite pernambucana também nunca viu inteiramente a presença estrangeira com bons olhos, mesmo acreditando que a força braçal e o sangue viessem a contribuir com o desenvolvimento técnico, econômico e moral da província. Contudo, essa desconfiança não tolheu o pensamento de parte da “oligarquia” Rego Barros-Cavalcanti que acreditava nos benefícios de uma empreitada como essa²⁶¹. Se colocar contra o *estrangeirismo*, para a oposição, se tornou um objetivo claro, com discurso pré-escrito. Para minar o poderio hegemônico do “gótico castelo” era preciso se colocar a favor da “causa nacional”, da preservação da ordem social, contra o regressismo do barão e todas as suas práticas reacionárias.

Atenta a isto, a imprensa política não se dedicou apenas a criticar o engajamento de técnicos e artífices estrangeiros, mas também a dar voz aos artistas nacionais que sofriam com a concorrência de caixeiros portugueses no comércio a retalho e alemães e portugueses no ramo das edificações. Para Marson, ao opor a liberdade da nação ao autoritarismo e a centralização *guabiru*, os *praieiros* pareciam querer reproduzir temáticas liberais da década de 1820²⁶².

Os artífices nacionais sofriam com a perda do monopólio no ramo das edificações desde o fim das antigas corporações de ofícios, com a Constituição de 1824. Na parte mais negra da cidade, Marcelo Mac Cord nos conta sobre a fundação da Irmandade de São José do Ribamar, formada a princípio por mestres oficiais e aprendizes que lidavam com madeira em meados do século XVIII. Entre a década de 1770 e o ano de 1824 a irmandade usufruiu das benesses oferecidas pelas corporações de ofício, porém, as mudanças constitucionais exigiram que os artistas se reinventassem, ainda que mantivessem práticas e costumes culturais tradicionais. Assim, a irmandade que até então possuía escravos matriculados procurou se adaptar às demandas do *progresso*, principalmente após a modernização empreitada pelos

²⁵⁹ BND, *Diário de Pernambuco*, 29 de julho de 1836

²⁶⁰ Idem, 4 de agosto de 1842.

²⁶¹ ARRAIS, 2004, pp. 191-193.

²⁶² MARSON, 1987, p. 226.

guabirus no poder²⁶³. Para ser bem vista pela sociedade, a irmandade deixou o elemento cativo de lado, pois ser livre e brasileiro marcava uma posição importante na luta pela proteção e por espaço no difícil mercado das obras públicas.

De acordo com o Mac Cord, a elaboração de um “Novo Compromisso”, redigido em 1838, mas sancionado apenas em 1840, reposicionou os irmãos ao lado da ideologia do *progresso*. Contudo, a política do barão, que havia posto em discussão política a categoria “atraso”, relacionando-a aos privilégios artísticos e seus processos restritivos de aprendizagem, descentralizou o ensino das artes mecânicas, até então protagonizado por irmandades como a de São José do Ribamar em suas oficinas, tendas e canteiros. É neste momento que a Companhia de Operários Alemães, que aportou em Pernambuco no ano de 1839, passou a exercer um papel fundamental no ensino de diversos ofícios, “moralizando” a população interessada no mercado em expansão e tomando os lugares outrora ocupados pelos confrades. Para o autor, “o ensino das artes mecânicas ao público mais amplo representaria a proletarização dos ofícios mecânicos e o golpe final sobre a prerrogativa dos mestres”²⁶⁴.

A publicação do regulamento de 1842 acentuou este quadro, diminuindo consideravelmente o papel dos trabalhadores nacionais no seio administrativo da ROP, que já não pertencia a irmandades como a de São José, bem como em seus canteiros de obras. Segundo Mac Cord, em resposta, os confrades criaram uma “Sociedade”, regulada por um novo estatuto e repleta de rupturas. A princípio os associados procuraram se dissociar da escravidão, depois limitaram a participação de mulheres, excluíram os estrangeiros (com exceções aos talentosos Francisco Manoel Beranger e Julião Beranger, pai e filho respectivamente) e rejuvenesceram o quadro de matriculados²⁶⁵. Todavia, as mudanças não inseriram os artífices de maneira automática no *projeto de modernização*.

Se para os conservadores a “Sociedade” estava aquém do *progresso*, o discurso da oposição ia de encontro ao desejo dos artífices. Assim, os confrades enxergaram nos embates políticos a oportunidade de barganhar benefícios sociais e um maior protagonismo no mercado das edificações. Se por um lado a aliança dos artífices com os dissidentes liberais e demais políticos e proprietários insatisfeitos com a política *exclusivista* do barão oferecia maior poder de negociação, concomitantemente o partido recém-criado entendia que essa relação possibilitaria o aumento do número de votantes para as eleições primárias. Para Mac Cord,

²⁶³ MAC CORD, 2012, pp. 29-48.

²⁶⁴ Ibid., p. 65.

²⁶⁵ Ibid., pp. 71-83.

contra a “nulificação” da classe necessitada que vivia dos ofícios mecânicos, *praieiros* e uma grande parcela dos artistas nacionais se uniram temporariamente²⁶⁶.

Na ótica do historiador, a Sociedade soube tirar vantagens da conjuntura política da época. Os confrades, que tentavam desde 1840 firmar um acordo de proteção com o governo provincial, finalmente conquistaram o tão sonhado auxílio anual em 1844. Porém, o artigo 25 da lei nº 130 de 1844, que concedeu à instituição o valor anual de 500\$000 réis²⁶⁷, não foi suficiente para frear o ímpeto antiestrangeirista dos artífices nacionais. Alguns meses após a publicação do auxílio, os confrades produziram o chamado *Manifesto dos artistas* de 1844, sob patrocínio *praieiro*. Nele, os artífices reivindicavam diversas pautas, inclusive a da proibição da utilização de mão de obra estrangeira em Pernambuco²⁶⁸.

De fato, os arranjos políticos, junto a chegada do ministério liberal de 2 de fevereiro, viabilizaram o domínio *praieiro* na província. Entretanto, o apoio à classe artística, especialmente após 1845, não se mostrou na prática, conforme discutiremos no tópico seguinte. E a oferta de empregos, que já no governo do barão era escassa, visto que a ROP engajava além de muitos imigrantes verdadeiros batalhões de escravos nas empreitadas por arrematação, assim como muitos calcetas sob pena de galés, foi muito prejudicada com o fim da política de “reorganização do futuro”.

Se a culpa pelo desemprego era colocada na conta do acúmulo de estrangeiros na província, os problemas comerciais também. Na observação de Manoel Cavalcanti Jr., dois temas eram vistos na época como os principais causadores do aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade: a posse da terra e o comércio²⁶⁹. Para Marcus Carvalho e Bruno Câmara, a crise do abastecimento alimentício também era fortalecida pela quase inexistência de estradas e a forte presença de atravessadores portugueses que, segundo a imprensa, andavam em quadrilhas monopolizando a farinha²⁷⁰.

No que diz respeito ao comércio, Cavalcanti Jr. afirma que a *Folhinha de Algibeira* de 1844 elenca que dos 77 comerciantes de grosso trato do Recife, apenas 23 eram brasileiros. O número era ainda mais desproporcional no comércio a retalho, monopolizado pelos portugueses, atingindo diretamente os comerciantes brasileiros²⁷¹. De acordo com Bruno

²⁶⁶ MAC CORD, 2012, p. 85; APEJE, O Guarda Nacional, 27 de abril de 1843.

²⁶⁷ Lei n.º 130 de 2 de maio de 1844 (APEJE. Leis Provinciais de Pernambuco, ano de 1844, p. 24).

²⁶⁸ MAC CORD, op. cit., pp. 86-87.

²⁶⁹ CAVALCANTI JR., 2001, pp. 43-44.

²⁷⁰ CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 374.

²⁷¹ CAVALCANTI JR., op. cit., p. 44.

Câmara, a cidade fervia nos anos que antecederam à *Praieira*. Entre 1844 e 1848 aconteceram pelo menos sete manifestações de rua contra a comunidade portuguesa residente no Recife²⁷².

O autor narra que o primeiro chamado “mata-marinheiro” ocorreu entre os dias 8 e 10 de setembro de 1844, em meio as comemorações do aniversário da Independência. Houve quebra-quebra pelas ruas da cidade, com espancamentos e saques a vários portugueses. Depois, em 25 de setembro de 1845, outro tumulto foi gerado a partir do boato de que Francisco Carneiro Machado Rios havia sido assassinado pelos seus adversários políticos. A multidão, que saiu dos Afogados, São José e Boa Vista marchou até a rua da Cadeia, onde Antônio Carneiro Machado Rios, irmão do falso finado, estava fazendo juras de vingança²⁷³. Os boatos, que logo foram desmentidos, possivelmente caíram com facilidade na boca do povo devido a algumas denúncias feitas pelo *Diário Novo* ainda em 1844. Conforme um artigo por lá publicado, Antônio já havia escapado de ser assassinado quando presidia uma das mesas paroquiais nas eleições para juízes de paz. Para o redator, o Sr. Carneiro era um dos mais fortes obstáculos encontrados na batalha eleitoral²⁷⁴.

Em 7 de setembro de 1847, outro conflito. Dessa vez, a confusão se deu durante a realização de um baile em comemoração à Independência, organizado por mestres artesãos portugueses. Conforme Câmara, a festividade acabou em violência, com apedrejamentos endereçados tanto ao edifício de realização do baile, quanto aos convidados. Dois meses depois, outro evento acabou em violência. Na noite de 4 de dezembro e madrugada do dia seguinte, uma multidão se reuniu para atirar pedras e outros objetos ao edifício sede da sociedade *Philo-Terpsichore*, local de realização da festividade. O ataque, em conformidade com periódicos *guabirus*, foi planejado com antecedência, tanto que alguns homens foram levados para fora do prédio pelas mulheres que os acompanhavam para serem espancados²⁷⁵.

Promover bailes realmente não estava fácil para os portugueses. Em 4 de janeiro de 1848, o autor fala sobre um novo quebra-quebra: a festa, realizada na rua da *Praia*, acabou com novos apedrejamentos, além de algumas bengaladas durante a fuga dos convidados. No tumulto, apenas o francês João Burle ficou ferido²⁷⁶. Alguns meses depois, a última grande manifestação: o chamado mata-marinheiro do Colégio.

De acordo com o historiador, o conflito ocorreu entre os dias 26 e 27 de junho de 1848. O estopim? Uma briga entre um estudante do Liceu e um caixeiro português responsável por

²⁷² CÂMARA, 2005, pp. 118-119.

²⁷³ Ibidem.

²⁷⁴ BND, O Diário Novo, 21 de agosto de 1844.

²⁷⁵ CÂMARA, op. cit., pp. 119-120.

²⁷⁶ Ibid., pp. 120-121.

um armazém de carne seca na rua da *Praia*. A confusão generalizada se estendeu pelo Recife, com saques a lojas, pancadaria, apedrejamentos, mortes e muitos ferimentos graves. A multidão, em levante, seguiu em marcha até a Assembleia Provincial e exigiu a nacionalização do comércio a retalho e a expulsão dos portugueses solteiros em um prazo máximo de 15 dias²⁷⁷. O nativismo não era mesmo de todo retórico. Marcus Carvalho e Bruno Câmara narram que entre 1844 e 1848 ao menos dois destes abaixo-assinados foram direcionados a Assembleia Provincial. Os textos eram assinados tanto por deputados *praieiros*, quanto por artistas de Pernambuco, responsáveis inclusive por redigir as petições na sede da Associação dos Artistas Pernambucanos²⁷⁸.

A tensão vivida pelos estrangeiros em Pernambuco na década de 1840 era muito grande. No seio administrativo da ROP, além de lidar com as rivalidades corporativistas no cotidiano dos trabalhos, Vauthier ainda teve de conviver com ameaças e o medo de ser assassinado. Em 19 de setembro de 1840, os engenheiros Vauthier e Boulitreau foram para um baile organizado pela *Sociedade Apolínea*, um dos clubes mais frequentados pela elite do Recife. Os engenheiros, que haviam chegado há duas semanas, estavam começando a se integrar no cotidiano da vida pernambucana. Na festa, conheceu um dos amigos do cônsul francês, *Monsieur Théberge*, jovem médico francês que vivia com a sua esposa no Recife. Em uma das primeiras conversas, Vauthier é amedrontado pelo médico. De acordo com ele, as ruas do Recife eram extremamente perigosas, com assassinatos diários: “segundo ele, aqui matam as pessoas como moscas”. Ironicamente, discorre em seu diário que teve vontade de perguntar-lo quantas vezes já tinha morrido²⁷⁹.

Em uma outra conversa, Théberge, junto ao cônsul Barrère, comentam com Vauthier sobre alguns hábitos dos assassinos do país. Ambos explicam ao engenheiro que os matadores de aluguel brasileiros, fora de seu ofício, são excelentes pessoas, bons amigos, pais e maridos. Todavia, quando pagos para executar algum serviço, não hesitam. Devido as constantes ameaças sofridas por Vauthier, os dois amigos sugerem que ele contrate algum desses capangas para defendê-lo, inclusive recomendam-lhe alguns nomes²⁸⁰.

No lugar de contatar algum dos capangas citados, Vauthier, temendo por sua vida, resolveu comprar alguns coldres para defesa pessoal. No entanto, o engenheiro francês narra que Théberge e Moraes Sarmiento o avistaram entrando na loja de Saint-Martin e tentaram evitar

²⁷⁷ CÂMARA, 2005, p. 121.

²⁷⁸ CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 378.

²⁷⁹ Diário de L.-L.V., anotação de 21 de setembro (em referência ao dia 19) de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

²⁸⁰ Ibid., anotação de 12 de novembro de 1840.

a concretização da compra. De acordo com eles, a compra do coldre era um “meio infalível de ser assassinado, pois, se o virem armado na rua, vão dar um tiro em vez de uma apunhalada”. Confuso, mas orgulhoso, Vauthier comprou os coldres: “decididamente comprarei os coldres, nem que seja para impedir que ele ache que dou crédito ao que ele diz”²⁸¹.

No mês seguinte, teve o seu primeiro encontro com o engenheiro alemão Augusto Kersting em Tejiptó. Um pouco desconfiado, Vauthier anota que pensou em levar as pistolas, porém, para não demonstrar o seu receio levou em seu bolso apenas uma faca de ponta. A preocupação de Vauthier era em razão do não comparecimento do “ordenança”, soldado responsável por sua condução e segurança, no dia 17 como estava combinado. Depois, Vauthier narra que solicitou outro, que também não apareceu. Atento a possíveis armadilhas, o engenheiro francês foi se encontrar com Kersting. Lá, no entanto, ficou aliviado. O alemão era um “bom filho, bom homem” e “conquistou seu coração”²⁸².

O clima de tensão cresceu gradativamente a partir de 1842, chegando ao seu clímax entre 1848 e 1849. Entender as eleições de 1844 e o fervilhão popular que ganhava forma em meio aos embates entre *praieiros* e *baronistas* é importante para a compreensão da chamada Insurreição *Praieira*. Para Izabel Marson, é justamente a radicalização das ruas, junto a pressão política da oposição na imprensa e na Corte, que leva Marcelino de Brito a deixar o cargo no início de outubro, dando lugar a Thomaz Xavier Garcia de Almeida²⁸³.

Manoel Cavalcanti Jr. nos conta que os trabalhos eleitorais de 1844 foram divididos em três etapas. Primeiro ocorreu a eleição em agosto para juizes de paz dos novos distritos. Depois, a eleição primária, realizada em setembro e responsável por selecionar os eleitores que constituiriam o Colégio Eleitoral, além de novos juizes de paz e vereadores. Por fim, as eleições secundárias de outubro, quando o Colégio Eleitoral selecionou os deputados que representariam a província na Assembleia Geral²⁸⁴.

As três etapas foram marcadas por uma série de tumultos, ilegalidades e manobras políticas estratégicas. Segundo Manoel Cavalcanti Jr., um dos planos *baronistas* para conseguir vencer as eleições de agosto era dividir a freguesia de Santo Antônio, fragmentando o eleitorado *praieiro* e desarticulando os párocos adeptos da oposição. A proposta de Nabuco de Araújo, aceita pela Assembleia, ainda restringia o poder de juizes de paz adversários. A nova freguesia de São José do Ribamar se tornou objeto de disputa para ambos os partidos, pois marcava um

²⁸¹ Diário de L.-L.V., anotação de 16 de novembro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

²⁸² Ibid., anotação de 20 de dezembro de 1840.

²⁸³ MARSON, 1987, pp. 242-246.

²⁸⁴ CAVALCANTI JR., 2001, pp. 76-77.

ponto estratégico para as eleições. Contando com o apoio popular, os *praieiros* conseguiram fazer frente à manobra *guabiru*, ainda que a maioria da multidão presente na mesa eleitoral não pertencesse nem a freguesia: “Evidencia-se a participação popular no processo eleitoral, mesmo que de forma extralegal”²⁸⁵. No balanço das urnas os *praieiros* saíram vitoriosos. Ao dominar cargos decisivos para o sucesso nas eleições primárias, o partido deu o recado aos *baronistas* de que as próximas etapas seriam difíceis.

De fato, as eleições primárias não foram nada tranquilas. A tensão se espalhou por toda a província, ora pela imprensa política, ora pelos tumultos e manifestações de rua. Cavalcanti Jr. narra que *praieiros* e *baronistas* se acusavam mutuamente do crime de compra de votos. A compra era feita justamente aos votantes primários, vistos pelos políticos como ignorantes²⁸⁶. No entanto, os conservadores temiam a força popular arregimentada tanto pelo partido *praieiro*, quanto por Borges da Fonseca, pois incitavam os “pobres proletários” contra os homens “abastados de todas as classes”. Todavia, a relação de Borges da Fonseca com as camadas mais baixas da sociedade pernambucana era muito diferente do jogo político promovido pelos *praieiros*. Borges alertava constantemente os pernambucanos para que não se deixassem levar pelas promessas sedutoras vindas dos líderes da *Praia*, nem se esquecessem dos desmandos *baronistas*²⁸⁷. Borges da Fonseca era mesmo uma terceira via.

Em meio ao clima tenso foram realizadas as eleições primárias de setembro. A Câmara Municipal do Recife era dominada pelos *baronistas*, que enxergavam a manutenção do domínio como questão de honra. Por outro lado, os *praieiros* sabiam que uma nova vitória representaria o enfraquecimento da hegemonia *guabiru* em Pernambuco e o possível sucesso nas eleições secundárias. Durante as eleições, um dos principais focos de confusão foi a freguesia dos Afogados.

De acordo com Cavalcanti Jr., parte da mesa eleitoral da freguesia foi coagida por uma multidão a não dar início às sessões. Entre os dias 8 e 9 de setembro grupos oriundos da Boa Vista, Santo Antônio, São José e outras partes da cidade se deslocaram até a povoação de Afogados; apesar de desarmados, a quebra da ordem era iminente. Outros tumultos também se espalharam pela cidade, causando problemas ao andamento das eleições. A imprensa *baronista* noticiava diariamente que as autoridades *praieiras* estavam recrutando grupos armados de

²⁸⁵ CAVALCANTI JR., 2001, pp. 83-85.

²⁸⁶ Ibid., p. 91.

²⁸⁷ Ibid., pp. 91-94.

cacete para andar dia e noite espancando quem lhes desse na telha. Para Borges da Fonseca era imoral a forma como o partido assediava a população em busca de assinaturas para as chapas²⁸⁸.

A articulação *praieira* surtiu efeito. Apesar de derrotados nas eleições para a Câmara Municipal, os *praieiros* saíram vitoriosos das eleições primárias, pois conseguiram eleger um bom número de eleitores para as eleições secundárias. No entanto, os *praieiros* já haviam perdido a paciência com Marcelino de Brito e para garantir a vitória nas eleições pressionaram o ministério que subiu ao poder no dia 2 de fevereiro para que efetuasse uma nova troca na presidência provincial. A radicalização das ruas, as diversas denúncias e as agressões mútuas serviram para acelerar o processo de substituição, pois Marcelino de Brito não estava dando conta. Assim, em 9 de outubro Thomaz Xavier Garcia de Almeida assumiu o posto, em um momento nada amistoso.

Porém, um dos primeiros personagens a se manifestar a respeito da nomeação não era *praieiro*, nem tampouco *baronista*. Borges da Fonseca criticou a escolha do ministério, já que Thomaz Xavier não lhe trazia recordações positivas. O novo presidente era um velho conhecido do republicano, pois já havia passado pela presidência de Pernambuco em 1829, justamente quando Borges foi preso e forçado a se deslocar para o Rio de Janeiro, devido as suas publicações no jornal *A Abelha Pernambucana*. Thomaz Xavier ainda havia sido o relator da comissão militar que julgou os rebeldes de 1824, era um inimigo dos democratas²⁸⁹.

Borges da Fonseca é um personagem de fato curioso, de difícil entendimento, conseguiu ser perseguido por *guabirus* e por *praieiros*, mas também protegido por ambos. Ele se oporia a qualquer um dos grupos que estivesse no poder. Todavia, a voz de Borges era solitária na época, já que os *praieiros* abraçaram o novo presidente de maneira semelhante a Marcelino de Brito.

De acordo com Cavalcanti Jr., os periódicos *praieiros* trataram logo de ostentar as qualificações do novo governante: “Ilustrado e probo”, o magistrado não toleraria os males do “trapixe”, interromperia e puniria as suas prevaricações, abusos e autoritarismo. Para o *Diário Novo*, Thomaz Xavier Garcia de Almeida era aliado da *Praia* e merecia a confiança do governo²⁹⁰.

A confiança, entretanto, acabou bem rapidamente: no início do mês seguinte, o partido já estava no Rio de Janeiro pedindo a demissão de Thomaz Xavier. Na ótica dos *praieiros* Thomaz Xavier era pouco maleável e havia cedido ao assédio *baronista*. Para Cavalcanti Jr., a

²⁸⁸ CAVALCANTI JR., 2001, pp. 97-105.

²⁸⁹ Ibid., pp. 72-73; APEJE, O Nazareno, 8 de outubro de 1844.

²⁹⁰ Ibid., pp. 73-74.

troca também era importante para o partido garantir a vitória nas eleições para o Senado marcadas para o dia 26 de janeiro de 1845 em razão do falecimento do Senador Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque. A lista tríplice *praieira* contou com as presenças de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, que saiu vencedor, Antônio Joaquim de Mello e Manoel de Souza Teixeira. Excluído das indicações do partido, restou a Thomaz Xavier participar da chapa *baronista*, composta também por Francisco do Rego Barros e Sebastião do Rego Barros²⁹¹.

O novo presidente era mesmo bem mais suscetível às exigências *baronistas* e facilitava a vida dos conservadores na província, ainda que os seus esforços não tenham sido suficientes para evitar a derrota dos conservadores nas eleições de outubro de 1844. Nunes, Sabino e companhia conseguiram se eleger com certa tranquilidade, acirrando as disputas para as eleições que viriam. Segundo Izabel Marson, como resposta os *baronistas* desarticularam os principais deputados da oposição ao marcar a data de início dos trabalhos da Assembleia Provincial no mesmo dia das primeiras reuniões da Assembleia Geral, levando os deputados *praieiros* a se ausentarem dos pleitos iniciais de 1845²⁹².

Na contramão da iniciativa conservadora, a mudança de gabinete na Corte gerou uma nova troca na presidência de Pernambuco: Thomaz Xavier deu lugar a Antonio Pinto Chichorro da Gama, magistrado baiano com carreira consolidada na política da Corte e adepto da política *praieira*. Porém, como não pôde assumir de imediato, Chichorro da Gama teve de selecionar um presidente interino. Sem nem cogitar a sugestão *guabiru*, o velho conhecido Pedro Francisco Cavalcanti de Albuquerque, Chichorro optou por Manoel de Souza Teixeira. A escolha de Chichorro, junto ao fortalecimento luzia na Corte, agradou ao partido *praieiro*, que viu a tão sonhada balança política inverter a seu favor.

De acordo com Marson, quando Chichorro assumiu o poder, os *praieiros* passaram a se utilizar da máquina administrativa montada pelos *baronistas* para retribuir as agressões sofridas no passado recente, reproduzindo o tão criticado *exclusivismo*²⁹³. As atitudes, ora marcadas pela defesa de interesses pessoais, ora pela simples retaliação aos “inimigos da pátria”, paulatinamente esvaziaram tanto o apoio do gabinete liberal, que estava mais interessado na promoção de reformas do que na simples inversão dos poderes, quanto a credibilidade do partido na província, dando espaço para o crescimento *guabiru* em Pernambuco.

²⁹¹ CAVALCANTI JR., 2001, p. 74.

²⁹² MARSON, 1987, pp. 247-248.

²⁹³ Ibid., p. 255.

3.3 O domínio da *Praia* e o desmonte da ROP (1844-1848)

Ao assumir a presidência, Chichorro da Gama protagonizou o que os *guabirus* chamaram de “invasão do poder”. Para Marson, Manoel de Souza Teixeira já havia dado início a uma inversão política durante os 36 dias em que esteve sob comando da província demitindo aproximadamente 303 autoridades. Ao assumir, Chichorro continuou a destituir opositores e contemplar os aliados da *Praia* com novos cargos²⁹⁴. As diversas mudanças foram publicadas entre 1845 e 1846 pelo *Diário Novo*, órgão que se tornou o veículo de comunicação oficial do governo.

Em busca da manutenção do controle provincial, os *praieiros* se utilizaram dos mesmos mecanismos empregados pelos *baronistas* nos governos precedentes. Marson nos conta que uma das primeiras atitudes de Chichorro na presidência foi criar dois comandos da Guarda Nacional nas comarcas de Boa Vista e Limoeiro com o intuito de fortalecer a influência governista por lá. Não contente, ainda reformou diversos oficiais da Guarda Nacional e polícia, com base na lei de 30 de abril de 1839, que em seus artigos 48 e 49 permitiam a reforma de qualquer um dos membros em caso de doença ou velhice²⁹⁵.

O tão prometido “governo do povo” também se mostrou inalcançável durante o domínio da *Praia*. Se a retórica construída pelo partido em torno das classes menos favorecidas, principalmente nos meses que antecederam as eleições de 1844, viabilizaram o domínio alcançado, as promessas feitas durante a campanha não se concretizaram, como Borges da Fonseca já havia previsto. A bem da verdade, os *praieiros* cumpriram parcialmente as promessas de desarticular a *paixão estrangeirista* do governo *baronista*, todavia, a classe artística não estava interessada em simplesmente minar a hegemonia estrangeira. Sobretudo os profissionais das chamadas “artes úteis”, que acreditavam poder conseguir com o novo governo algum tipo de protecionismo estatal. Na ótica de Marson, a política implantada pelos *praieiros* era voltada mais para o enfraquecimento das bases econômicas e administrativas do governo anterior do que para a proteção dos artistas, que não passava de uma decorrência²⁹⁶.

Para a autora, até mesmo quando os *praieiros* se dedicaram a publicar no *Diário Novo* uma série de artigos entre o dia primeiro e oito de dezembro de 1845, defendendo os artistas nacionais, o seu conteúdo só encobria o personagem principal: o proprietário *praieiro* que não

²⁹⁴ MARSON, 1987, p. 256.

²⁹⁵ Ibid., p. 257.

²⁹⁶ Ibid., pp. 270-271.

podia concorrer no sistema de livre-cambismo implantado pelos conservadores²⁹⁷. Nesse sentido, o ímpeto da imprensa política em demonstrar preocupação com a classe artística esbarrava nos discursos do núcleo político do partido, que não só colocavam outros problemas à frente, como o da posse da terra, como guiavam a administração provincial de maneira ignorante às suas pautas.

Para os artistas, o protecionismo era urgente, pois evitava a proletarização do trabalho aos moldes franceses e ingleses. Entretanto, tiveram de conviver com a má vontade política dos *praieiros*, ficando à mercê dos seus interesses. Segundo Marson, os artistas também passaram a ser vistos como meros trabalhadores assalariados, disciplinados a rigor da indústria nacional e urbana, não produtores independentes, autônomos. A imprensa panfletária chegou a sugerir que os desempregados fossem engajados na indústria algodoeira que vivia em crise²⁹⁸. Nestes termos, os artistas e a proteção à indústria nacional, para boa parte dos *praieiros*, só existiam enquanto instrumentos políticos, elementos retóricos essenciais para a conquista de apoio e respaldo popular na luta contra o “gótico castelo”.

A partir de 1845, os *praieiros* começaram a implantar as suas reformas, desestruturando logo de cara os três dos órgãos mais fortalecidos pelo governo anterior: a Tesouraria de Rendas Provinciais, o Liceu e a polêmica ROP. Na observação de Raimundo Arrais, a ROP sofreu um esvaziamento gradual após a saída de Rego Barros, que enfraqueceu a instituição a ponto de paralisar diversas obras e demitir inúmeros funcionários²⁹⁹. Sob a alegação de “cortes de despesas” o novo governo dissolveu o núcleo conservador da ROP, além do corpo de engenheiros franceses responsável por tocar o projeto de melhoramentos urbanos. Assim, Vauthier e companhia não tiveram os seus contratos renovados em 1846, dando adeus a repartição. Repartição que neste momento já operava sob outro regulamento.

3.3.1 As reformas da *Praia* e o fim da *paixão estrangeirista*

Como dito anteriormente, os interesses da classe artística só seriam explorados pelos *praieiros* após a resolução de questões políticas mais urgentes. Depois de apoderar-se de cargos de política e da Guarda Nacional, o partido deu início a sua reforma administrativa com o objetivo claro de assegurar o poder e inviabilizar o retorno *guabiru*. De acordo com Marson, o plano possuía três objetivos: fazer favores aos amigos por intermédio da distribuição de cargos, arrematações e negócios em geral; fortalecer as bases eleitoreiras do partido; e desmontar a

²⁹⁷ MARSON, 1987, p. 277.

²⁹⁸ Ibid., pp. 279-280.

²⁹⁹ ARRAIS, 2004, p. 294.

máquina administrativa construída pelo governo do barão entre 1837 e 1844. Em prol da realização de seu projeto o partido buscou burocratizar as relações entre algumas esferas administrativas e o poder presidencial, aumentando o poder de decisão da Assembleia Provincial. Contudo, as mudanças não eram simples impulsos democráticos e descentralizantes: o fortalecimento da Assembleia só ocorreu depois da nomeação de todos os cargos que fossem precisos³⁰⁰.

A Lei de nº 158 retirou a Tesouraria do controle exclusivo da presidência e transferiu ao Liceu a responsabilidade sobre o ensino de primeiras letras³⁰¹. No entanto, as maiores mudanças ocorreram no seio administrativo da ROP. No tópico anterior, acompanhamos algumas discussões em torno das reformas protagonizadas pelo barão na repartição. Entre 1842 e 1844, a oposição criticou duramente os desmandos provocados pela introdução de um novo regulamento na repartição. Os *praieiros* enxergaram na demissão de Francisco do Rego Barros a oportunidade perfeita para pressionar os substitutos a restaurarem o antigo regulamento de 10 de agosto de 1835, interrompendo assim o projeto *exclusivista* e *estrangeirista* promovido pelo barão. As pressões, porém, só surtiram efeito em Chichorro, pois já era bem mais flexível quanto às disposições *praieiras*. Nesse sentido, a nova legislação provincial anulou o regulamento de 25 de maio de 1842 e reintroduziu o regimento de 1835 no aparelho administrativo da ROP.

A reforma representou o enfraquecimento das estruturas administrativas da instituição, bem como de seu corpo de técnicos e engenheiros estrangeiros. O protagonismo conquistado pela repartição sob comando de Vauthier foi subtraído e os poderes administrativos redistribuídos entre a presidência e a Assembleia. A “técnica e o saber teórico e científico” foram trocados pelos conhecimentos artesanais e práticos dos trabalhadores nacionais. Para Marson, até o abastecimento material foi alterado: em vez de ferro importado, as pontes e outros edifícios voltaram a serem construídos com madeiras e outros materiais produzidos em território nacional³⁰². Para o *Diário Novo*, algum presidente finalmente se dedicaria à gloriosa missão de regenerar a província³⁰³.

Na observação de Nabuco de Araújo, a nova repartição havia trocado o ferro pela madeira por uma simples razão: os empregados nacionais não possuíam capacidade técnica suficiente para trabalhar com materiais tão modernos. A “falta de ciência” é outro problema

³⁰⁰ MARSON, 1987, pp. 285-286.

³⁰¹ Ibid., p. 288.

³⁰² Ibid., pp. 287-289.

³⁰³ BND, O Diário Novo, 6 de maio de 1847.

apontado pelo magistrado, que cita o exemplo do fracasso das obras do aterro dos Afogados para justificar o seu ponto. De acordo com ele, a administração provincial havia tentado impedir que o volume das águas arrancasse a superfície da obra com a construção de um muro. No entanto, seria muito mais inteligente e barato que no lugar de um muro avaliado em 8:000\$000 réis, simplesmente plantassem grama nos arredores do local para que auxiliasse o aterro na drenagem da água³⁰⁴.

Nesse sentido, na ótica do magistrado os hábeis engenheiros da ROP foram substituídos por “ineptos”, incapazes de sequer calcular um orçamento material de maneira técnica e ilustrada. Para Nabuco de Araújo, o novo chefe da repartição, o Sr. Joaquim Ignacio de Carvalho, por exemplo, havia aprendido a calcular o orçamento material de tijolos e cal da seguinte forma: primeiro se fazia uma braça de muro, depois o restante na proporção. Era uma afronta a ciência, uma desconsideração das “regras da arte” em razão do “simples empirismo”. Por esta razão havia inclusive trocado todo o material da já encaminhada ponte pênsil de Tacaruna de ferro por madeira, desperdiçando toda a armação planejada pela administração anterior³⁰⁵.

As diversas mudanças empreitadas pelo governo de Chichorro minaram as atribuições de Vauthier como chefe da repartição, que aos poucos percebeu que os seus dias em Pernambuco estavam contatos. Na verdade, Chichorro da Gama já havia decidido, sob alegação de corte de despesas, que não renovaria os contratos dos seis engenheiros franceses engajados na repartição pela administração do barão. Somente o engenheiro Portier ganharia uma nova oportunidade para cuidar de alguns trabalhos da repartição, mas em troca de uma diminuição salarial.

Nabuco de Araújo viu de maneira diferente. Segundo ele, Portier havia sido contratado para tirar a planta e fazer o orçamento da obra do rio Japomim, com vencimentos calculados em 1:000\$000 réis anuais. O que para o magistrado era absurdo, pois o mesmo engenheiro recebia a quantia de 1:200\$000 réis para executar muitas outras obras, mas agora estava recebendo quase o mesmo valor para apenas um trabalho³⁰⁶. No entanto, a recontração de Portier foi exceção, não regra: as anotações do diário de Vauthier referentes ao dia 18 de novembro já falam sobre a travessia do Atlântico rumo à França³⁰⁷. Na ótica de Marson:

³⁰⁴ ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia*. Recife: Typografia União, 1847, pp. 27-28.

³⁰⁵ Ibid., p. 30.

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ Diário de L.-L.V., anotação de 18 de novembro de 1846. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

Com a desmontagem da Repartição de Obras Públicas a invasão do poder enfim chegava à fonte originária das transformações que, em nome do progresso, haviam usurpado direitos adquiridos e concentrado poderes. Desse particular ponto de vista, a violência dos *praieiros* contra as pessoas dos engenheiros e a nova orientação imposta à Repartição ultrapassavam o mecanismo rotineiro de inversão de poder, por significar a contrapartida defensiva dos prejudicados pela marcha progressista. Nada esclarece melhor o impacto sofrido pelos engenheiros e seu grupo político que a campanha que eles mesmos desencadeariam, a partir de meados de 1846, contra a administração Chichorro da Gama e a investida *praieira*, assim que refeitos da derrota momentânea³⁰⁸.

A repercussão das reformas promovidas pelos *praieiros* foi imediata. Segundo Marson, a revista *O Progresso*, redigida por Antônio Pedro de Figueiredo, destacou a interrupção da modernização técnica e científica da repartição, rechaçando as mudanças empreendidas pela administração Chichorro da Gama³⁰⁹. A revista, que recebia colaborações do professor Soares de Azevedo, do médico e deputado Maciel Monteiro e dos engenheiros Vauthier e Milet buscou lançar uma outra alternativa política para os pernambucanos. “Sobrepondo” tanto os *guabirus*, quanto os *praieiros* em nome da racionalidade técnica, os redatores buscaram refletir sobre temáticas há muito discutidas na Europa. De acordo com Cláudia Poncioni, Vauthier havia quase que convertido Figueiredo ao fourierismo, pensamento ligado a trajetória ideológica de Charles Fourier, francês que após perder praticamente tudo o que podia possuir em uma típica família burguesa idealizou um sistema alternativo baseado na constituição de falanstérios, comunidades de interesses comuns preocupadas com o bem-estar mútuo³¹⁰. Pela “imparcialidade e moderação”, os redatores almejavam envolver toda a sociedade e guia-la para o caminho correto, avalizado pelo saber.

Entretanto, a proposta imparcial da revista esbarrava em contradições de nascimento: *O Progresso* havia surgido para lutar contra a *Praia*. Para Marson, alguns posicionamentos políticos da revista davam indícios da proximidade dos redatores com temas amplamente criticados pelos *praieiros*, como a vitaliciedade dos cargos públicos e o protecionismo alfandegário e industrial³¹¹. O grupo também possuía uma relação muito próxima com a administração Boa Vista, optando inclusive por publicar a revista na tipografia de Manoel Figueiroa de Faria, responsável pelo *Diário de Pernambuco*.

No entanto, nem a revista, nem a imprensa *guabiru* como um todo conseguiu frear as reformas empreitadas pelos *praieiros* no poder. Depois de interferir na organização

³⁰⁸ MARSON, 1987, p. 289.

³⁰⁹ Ibid., p. 295.

³¹⁰ PONCIONI, 2010, pp. 417-419.

³¹¹ MARSON, op. cit., pp. 296-297.

administrativa da ROP, a administração Chichorro passou a reorganizar os contratos de arrematação. Sendo o Estado um dos maiores agenciadores de investimentos acessíveis aos comerciantes e proprietários do Império, os *praieiros* trataram de inverter o mais rapidamente possível o protagonismo dos arrematantes de obras a seu favor. Para Marson, o desenho contratual organizado pelos *baronistas* no início da década de 1840 agilizava os negócios na medida em que as “letras avalizadas” pelo Estado impulsionavam os negócios, gerando confiabilidade aos capitalistas e garantias de retorno financeiro com a quebra da antiga tradição de que as dívidas constituídas pelas gerações atuais deveriam ser ressarcidas por elas mesmas, algo que limitava os investimentos financeiros. Essa forma de financiamento acabava por ser de grande serventia ao Estado, pois possibilitava a substituição de impostos “vexatórios” do comércio e agricultura³¹². A proposta visava, com suas limitações, se aproximar das interações entre Estado e investidores feitas na Europa.

Contudo, as mudanças na gestão pública urbana promovidas pelo governo *praieiro* levaram ao rompimento de diversos contratos assinados durante a administração *baronista*. A Assembleia Provincial, pela Lei de nº 186, retirou da comissão responsável pela construção do teatro a responsabilidade pelas obras, repassadas a um administrador ligado ao poder público. Para Nabuco de Araújo, a razão para o rompimento do contrato era o beneficiamento do *praieiro* escolhido para cuidar sozinho das obras do teatro, que passou a receber 1:800\$000 réis pela supervisão³¹³. Não tenho como comprovar a veracidade da acusação, mas o fato é que legislação atingiu diretamente o contrato estabelecido ainda em 30 de abril de 1839 pela comissão do teatro, composta por Francisco Oliveira, Augusto Oliveira, José Ramos de Oliveira e Manoel Carneiro Monteiro. Na observação de Marson, a mesma lei acabou por respingar nos contratos de arrematação das estradas de Vitória de Santo Antão e Pau d’Alho, firmadas em 8 de maio de 1843³¹⁴.

Para a historiadora, o regulamento de 1842 estabelecia uma dinâmica interessante nos trabalhos, pois o número reduzido de investidores ajudava a promover obras maiores e custosas e o *projeto de modernização* empreitado pelos conservadores almejava justamente essa grandiosidade. Esse padrão de gestão urbana também agradava os grandes financistas de Pernambuco que lucravam bastante com os juros, pedágios, bilheterias e outras benesses³¹⁵. Todavia, essa estrutura beneficiava apenas uma pequena parcela governista da elite

³¹² MARSON, 1987, pp. 309-310.

³¹³ ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia*. Recife: Typografia União, 1847, p. 29.

³¹⁴ MARSON, op. cit., pp. 307-311.

³¹⁵ Ibid., pp. 311-312.

pernambucana. Dentro da comissão responsável pelo Teatro de Santa Isabel e financistas atrelados a este negócio, por exemplo, podemos encontrar pelo menos três grandes traficantes de escravos: Francisco de Oliveira, Angello Francisco Carneiro e José Ramos de Oliveira.

Insatisfeitos, os pequenos e médios proprietários lutavam desde 1842 junto aos *praieiros* para serem inseridos dentro do lucroso ramo das edificações. A reintrodução do regulamento de 1835 promovida pelo governo Chichorro abalou toda a máquina *exclusivista* montada pelo barão desde finais da década de 1830, pois viabilizou a inclusão de outros arrematantes no mercado. Para “igualar” a competição, os *praieiros* ainda mudaram a divisão de lanços das estradas, que aumentaram em quantidade, diminuíram em quilometragem e contemplaram muitos outros investidores.

As alterações promovidas em Assembleia Provincial evidenciam, segundo Marson, para além dos interesses individuais, dois planos opostos de investimentos: enquanto os *baronistas* estavam preocupados com o apoio desses grandes investidores para a concretização dos seus planos modernizadores, os *praieiros* buscavam consolidar o Estado como agenciador de pequenos e médios proprietários, tanto no mercado das obras públicas, quanto nas arrematações de impostos³¹⁶.

As reformas empreitadas pelos *praieiros* também afetaram os artífices nacionais que aguardavam esperançosos o cumprimento das promessas feitas em 1844. De acordo com *O Lيدador*, a desestruturação da ROP esvaziou a oferta de trabalho no mercado das edificações, piorando a situação dos muitos brasileiros e estrangeiros desempregados. Diferentemente do “tempo do barão”, quando diversas empreitadas ocorriam simultaneamente e geravam oportunidades não só para os trabalhadores estrangeiros, como também para muitos artífices nacionais. Nesse sentido, os *praieiros* haviam traído o seu próprio discurso, pois afirmavam que com a tomada do poder muitas oportunidades de labuta se abririam para os artífices brasileiros³¹⁷.

O ramo das obras públicas era um dos mercados que mais empregava pessoas durante a administração do barão. Todavia, quando as obras foram paralisadas muitos pedreiros, carpinas, pintores, marceneiros, entre outros oficiais, foram colocados na rua. Na observação de Marcus Carvalho e Bruno Câmara, Antônio Pedro de Figueiredo chegou a afirmar na época que em menos de cinco anos o partido *praieiro* havia secado todas as fontes de trabalho popular na cidade³¹⁸.

³¹⁶ MARSON, 1987, p. 312.

³¹⁷ BND, *O Lيدador*, 13 de dezembro de 1845.

³¹⁸ CARVALHO; CÂMARA, 2011, pp. 373-374.

Marcelo Mac Cord nos lembra que até mesmo a “Associação das Artes Mecânicas”, formada a princípio pelos confrades da Irmandade de São José do Ribamar, foi abandonada pelos novos governantes. Se em 1844 o partido da *Praia* e os associados se articularam em prol de objetivos em comum, em 1845 os *praieiros* no poder passaram a fazer pouco caso de suas pautas. Insatisfeitos, os artífices redigiram inclusive uma nova petição em 1845, cobrando a concretização de algumas promessas feitas pelos *praieiros* e o cumprimento da perpetuação do artigo 25 da lei de nº 130 que concedia aos associados auxílio anual. Sem resposta, no ano seguinte retornaram a solicitar o auxílio pecuniário, só que em tom bem menos radical, não mencionando a expulsão dos trabalhadores estrangeiros, mas solicitando ajuda para manter suas aulas noturnas³¹⁹.

Para o autor, a mudança de tom não deve ser concebida como derrota. O crescimento exponencial de outros atores sociais durante o complicado governo da *Praia* ampliou o horizonte dos trabalhadores urbanos do Recife, pois podiam se relacionar tanto com *guabirus* quanto com *praieiros* em torno de suas causas: “o próprio ex-presidente da província poderia ser visto brindando em botequins e até oferecendo sua casa para que os mestres de ofícios fizessem suas festas”³²⁰. O resultado deste diálogo viria no pleito de 1847, quando os artífices garantiram muitos votos primários aos conservadores.

A prática política de promover festas, bailes e bebedeira nos botequins era conhecida já na época por *meetings*. Muitos destes foram protagonizados pelos conservadores, especialmente na proximidade das eleições de 1847³²¹. Em resposta, os *praieiros* reavivaram a crítica ao *estrangeirismo*, um dos temas mais contundentes da campanha de 1844-1845, buscando por meio da imprensa panfletária reavivar o *antiestrangeirismo* da “classe artística”.

Conseguir apoio popular em meio a tantas promessas não cumpridas, todavia, não seria fácil. Segundo Marson, nas eleições de 1847 os *guabirus* também procuraram corporificar a figura do “povo”, arregimentando muitos trabalhadores urbanos descontentes com o governo *praieiro*³²². Mac Cord também ressalta que em meio ao processo de radicalização de 1848, por exemplo, é possível perceber o afastamento dos artífices que outrora haviam apoiado a *Praia* nas eleições de 1844³²³. Para Nabuco de Araújo, a população, ainda que tarde, percebeu que as belas promessas de uma idade de ouro, de uma administração patriótica, na prática nunca chegaram a se concretizar. Dessa maneira, o governo da *Praia* havia se mostrado um reinado

³¹⁹ MAC CORD, 2012, pp. 88-91.

³²⁰ Ibid., p. 91.

³²¹ BND, O Lidador, 9 de setembro de 1847.

³²² MARSON, 1987, p. 347.

³²³ MAC CORD, op. cit., p. 92.

do “puro individualismo”, que subvertia todos os princípios da ordem social, signo da inépcia, da improbidade, da delapidação dos cofres públicos³²⁴.

Para o governo *praieiro* era difícil conciliar a desmontagem da máquina administrativa *baronista* com o desenvolvimento do mercado das edificações de modo que gerasse mais empregos. De acordo com Marson, os gastos com as forças policiais e com os novos empregos bloqueavam o andamento das obras, além de paralisar empreitadas e causar atraso nos pagamentos dos funcionários públicos³²⁵. Contudo, se os *praieiros* perderam força entre as camadas mais populares, ao menos conquistaram cargos relevantes para a manutenção de seu domínio. Assim, a sofisticação dos meios de luta, representada pela imprensa e movimentos de rua, foi apoiada por antigas táticas eleitoreiras.

3.3.2 A radicalização dos conflitos: a Insurreição *Praieira*

Como dito anteriormente, os *praieiros* elencaram o apoderamento de cargos e a reforma administrativa como as maiores prioridades de governo, acima dos anseios das classes menos favorecidas. Se com Souza Teixeira pouco mais de 303 pessoas já haviam sido demitidas ou reformadas, o número quase dobrou com a chegada de Chichorro da Gama, alcançando o total de 650 autoridades. Dentro do processo de desarticulação *guabiru* foram afastados delegados, subdelegados, comandantes e guardas nacionais, substituídos posteriormente por proprietários rurais e urbanos ligados ao novo governo em uma completa inversão política. De acordo com o *Diário Novo*, as alterações promovidas nos cargos de polícia só aconteceram porque o barão havia entregado aos parentes todos os empregos, todos os “elementos de poder e força pública”. Nessa proposição, o governo *baronista* teria proporcionado aos seus aliados, além dos cargos de polícia, toda a sorte de arrematações públicas, sob taxas e benesses muito mais vantajosas³²⁶.

Para Nabuco de Araújo, o periódico mentia descaradamente, pois os Cavalcanti não monopolizavam nenhum dos cargos, muito menos arrematações³²⁷. Nesse sentido, *praieiros*, *guabirus* ou quem quer que fosse poderia competir em pé de igualdade no mercado. O que se sabe é que estes conflitos serviram para justificar a gangorra política. Gangorra que, por sua

³²⁴ ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia*. Recife: Typografia União, 1847, p. 03.

³²⁵ MARSON, 1987, p. 351.

³²⁶ BND, O Diário Novo, 6 de maio de 1847.

³²⁷ ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia*. Recife: Typografia União, 1847, pp. 06-07.

vez, culminou no movimento batizado pela imprensa *praieira* de “revolta” ou “revolução *guabiru*”.

Junto às demissões e reformas, os *praieiros* também instauraram devassas para investigar, julgar e desmoralizar as antigas autoridades, além de dismantelar seus exércitos particulares. Com o aparato repressivo em mãos, os *praieiros* procuraram coibir os seus adversários e difamá-los através de muitas denúncias. O furto de escravos também era uma acusação frequente na imprensa panfletária e uma prática bastante presente na década de 1840. Todavia, mesmo com as devassas e reformas, os *praieiros* paulatinamente perderam força política na província, especialmente a partir de 1847. Malgrado a situação, Marson ainda nos lembra que os *praieiros* tiveram de lidar com uma crise no interior do partido: em fins de 1847 dissidentes da *Praia* formaram uma outra ala dentro do partido, batizada de *Praia Nova*. Os novos *praieiros* cerraram as disputas para a Assembleia Provincial em chapa própria, enfraquecendo o controle do governo sobre as eleições de 7 de dezembro³²⁸.

A violência se espalhou pela cidade durante os três dias que antecederam as eleições, com espancamento de estrangeiros, tumultos e outros distúrbios. Possivelmente, muitos dos envolvidos trabalhavam ou haviam trabalhado nos canteiros de obras da ROP. A “anarquia” serviu de munição para os conservadores, que publicavam na imprensa que a aliança com os “esfarrapados cinco mil” havia levado Pernambuco à confusão³²⁹.

Mas, para Marson, foi quando Chichorro da Gama foi substituído em 1848 que o caos de fato se instaurou na província, pois os substitutos cederam a pressão *guabiru* e redistribuíram muitos dos cargos pertencentes aos aliados da *Praia*³³⁰. No entanto, alguns dos delegados, orientados por Antonio Affonso Ferreira, se recusaram a entregar os postos de comando. Resistir à nova inversão política não seria fácil, especialmente após setembro de 1848, quando o gabinete liberal caiu na Corte. O enfraquecimento liberal no âmbito geral do poder legitimou ações *guabirus* mais radicais em torno da retomada dos cargos de polícia que, por sua via, serviu de pretexto para o movimento armado. Assim, quando os *guabirus* tentaram desarmar e prender o delegado Manoel Pereira de Moraes, senhor de engenho muito influente em Igarassu e expoente do partido na mata-norte, foram iniciados os primeiros confrontos armados. Para Carvalho e Câmara, “uma vez iniciada a rebelião pelos senhores de engenho, as lideranças

³²⁸ MARSON, 1987, pp. 352-354.

³²⁹ BND, O Lidador, 4 de dezembro de 1847.

³³⁰ MARSON, op. cit., pp. 365-366.

parlamentares *praieiras* aderiram, escrevendo cartas aos aliados na província, em Alagoas e na Paraíba”³³¹.

Segundo Marson, a fim de compensar a falta de munição e aumentar o número de engajados na batalha, os *praieiros* publicaram em 10 de novembro de 1848 uma convocação aos pernambucanos, para que pegassem em armas e lutassem contra a ameaça Cavalcanti e portuguesa. A publicação ainda tentava convencer os pequenos proprietários ligados ao artesanato entrarem no conflito. Todavia, a maioria dos engajados pertencia a profissões menos conceituadas³³². Dessa maneira, pescadores, pedreiros e muitos profissionais ligados aos canteiros de obras da ROP foram recrutados a soldo.

Após intensos debates no interior, o exército rebelde se deslocou até o Recife no intuito de surpreender as forças provinciais. A luta na capital, que durou entre 10 e 12 horas, causou cerca de 290 mortes, sendo apenas 90 destas de tropas governistas. O número de feridos foi bem maior, alcançando aproximadamente 597 pessoas, 400 destes lutando a favor da *Praia*. Entre as vítimas fatais estavam lideranças *praieiras*, como o deputado Nunes Machado³³³.

Infelizmente, para os *praieiros*, o ataque surpresa não foi suficiente para vencer as tropas do governo provincial, compostas por guardas nacionais, marinheiros, jagunços, estudantes de direito, artífices do Arsenal de Guerra e Marinha e toda a sorte de aliados da hora para defender a cidade. Este combate marca o fim da Insurreição *Praieira*, iniciada três meses antes, e com ela a derrota do partido *praieiro*, esmagado nos processos judiciais que se sucederam.

A Insurreição *Praieira* fecha o ciclo das rebeliões liberais do Nordeste com uma derrota avassaladora da oposição. É bem verdade que o evento é marcado pela intensa disputa entre duas facções oligárquicas em torno do poder local, porém, também há de se compreender que a conjuntura da época não se resumia aos conflitos da elite pernambucana. Sem dúvidas, o fortalecimento do núcleo político do partido, de figuras como Nunes Machado, Urbano Sabino, Lopes Neto, entre outros, foi fundamental para a constituição do conturbado cenário sociopolítico da década de 1840. No entanto, aspectos mais radicais, como a participação de Borges da Fonseca e da camada mais popular nos movimentos insurrecionais de 1848 e 1849 também precisam ser levados em consideração. Carvalho e Câmara narram, por exemplo, que quando a rebelião estourou na zona da mata diversos trabalhadores livres entraram no conflito,

³³¹ CARVALHO; CÂMARA, 2011, pp. 370-371.

³³² MARSON, 1987, pp. 59-61.

³³³ CARVALHO; CÂMARA, op. cit., p. 357.

juntando-se às tropas *praieiras* do interior. Pelo menos 22 artesãos aparecem nos autos do inquérito da *Praieira*, sendo 19 destes presos, oito no Recife³³⁴.

A *Praieira* catalisou inúmeras insatisfações da população livre e pobre que vivia esmagada pelo cruel sistema escravocrata e o constante desemprego. Contudo, a participação da “populaça” não deve ser entendida como simples obediência ao patronato político *praieiro*, nem tampouco como mera arregimentação por soldos. Quem estava do outro lado da moeda clientelista também almejava ocupar espaços e conquistar maiores benesses. Segundo Marcelo Mac Cord, os associados de São Jose do Ribamar, por exemplo, conseguiram maior poder de barganha com os conservadores a partir de 1850 devido ao seu rompimento com o partido *praieiro* em 1848³³⁵.

Por fim, é importante destacar que as nuances da Repartição de Obras Públicas, como o órgão administrativo mais importante do governo *baronista*, tal qual destacou Izabel Marson em *O Império do Progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*, foram muito pertinentes para os embates sociopolíticos ocorridos entre finais da década de 1830 e, principalmente, toda a década de 1840, constituindo um ponto nefrágico para a compreensão da tensão política que estourou na Insurreição *Praieira*. O engajamento de trabalhadores estrangeiros, as mudanças no sistema de arrematação de edificações em hasta pública, o *exclusivismo* político e econômico, a disputa por empregos públicos, a manutenção do sistema escravista, a ideologia do *progresso*, etc., são alguns dos elementos que inflaram os ânimos provinciais e que de alguma forma também estavam conectados a ROP.

³³⁴ CARVALHO; CÂMARA, 2011, p. 380.

³³⁵ MAC CORD, 2012, pp. 92-94.

4 AS SANGUEXUGAS ESTRANGEIRAS DA REPARTIÇÃO E A DINÂMICA DOS CANTEIROS DE OBRAS NO TEMPO DA MODERNIZAÇÃO

Em 8 de novembro de 1845, um artigo intitulado “Do trabalho do homem livre” foi publicado no *Diário Novo*. O texto refletia sobre a pertinência do trabalho livre em detrimento ao trabalho escravo e argumentava que esse segundo era menos produtivo e mais dispendioso do que o primeiro. De acordo com o articulista, como a vontade do escravo não era movida pelo amor do ganho ele não possuía nenhum interesse em desempenhar bem e com brevidade qualquer serviço que lhe fosse dado. Nesse sentido, pouco ou nada lhe importaria se ficasse bem feito ou gastasse muito tempo, pois o mais interessante para o cativo, pensando no dia seguinte, era fadigar-se o menos possível, ainda que às custas de uma má execução³³⁶. Na observação de Bruno Câmara, esta primeira reflexão nos possibilita a interpretação de que o problema da mão de obra cativa, no texto do artigo, morava na própria lógica do regime de exploração e não nas condições naturais dos indivíduos³³⁷.

No parágrafo seguinte, no entanto, o articulista afirmava que a inteligência e a robustez eram outros elementos de diferenciação da mão de obra cativa em razão dos homens livres, conforme Câmara também destacou. Dessa maneira, os escravos se abstinham de usar a razão e por isso eram menos valiosos até que os “brutos”. Os brutos, por sua vez, se não possuíam razão ao menos compensavam na força. Assim, o trabalho escravo era por consequência inferior ao do homem livre enquanto inteligência e ao dos brutos enquanto força³³⁸. Esta outra passagem denota que o discurso de inferiorização pautado em princípios raciais era corrente na época.

Outro problema destacado pelo artigo diz respeito a coerção por castigos físicos, que eram responsáveis, conforme o articulista, por estimular menos a disciplina no trabalho e a boa vontade e mais o rancor e o ressentimento. Nesse sentido, os escravos não possuíam motivo algum para colocarem a inteligência e o cuidado necessário para uma boa execução: “O homem degradado a ponto de não ser mais que um animal de serviço não se eleva jamais acima de uma cega rotina, e as gerações se sucedem sem *progresso* algum”. De acordo como artigo, a experiência já havia mostrado que os homens livres eram muito mais vantajosos à indústria. A indústria, nesta proposição, não poderia prosperar enquanto a classe laboriosa não pudesse usufruir dos frutos de sua labuta, algo impossível a qualquer cativo³³⁹.

³³⁶ BND, O Diário Novo, 8 de novembro de 1845.

³³⁷ CÂMARA, 2005, p. 35.

³³⁸ BND, O Diário Novo, 8 de novembro de 1845.

³³⁹ Ibidem.

Adepto da proletarização do trabalho, o articulista promovia a ideia de que o jornalista livre considerava o empresário de indústria seu benfeitor, “pai”, “amigo”; já o escravo enxergava no seu senhor nada menos que um opressor, ao qual dedicava em seus pensamentos e ações ódio e rancor, não se importando minimamente com as perdas econômicas e até comemorando-as. Em sua ótica, o jornalista livre e o empresário de indústria trocavam ideias e ao escravo e seu senhor restava apenas a oposição inconciliável. Com palavras distintas, o artigo promovia o argumento de que o amor do ganho subjugava a preguiça e a falta desse amor acarretava nada menos que a preguiça completa. Por fim, o autor cita que “provas irrecusáveis” da sua tese estavam nas obras dos Srs. “J. B. Say, Carlos Conte, Adans Smith, Storck, Bethan, Ganil, Sismonde, etc.”³⁴⁰.

Segundo Câmara, ideias como esta começavam a se fazer corrente, especialmente com o aumento da pressão em torno do fim do tráfico Atlântico de escravos. Todavia, o autor também elabora uma reflexão pertinente: porque pensar na vinda de imigrantes e não na utilização do enorme contingente de nacionais livres e libertos como uma alternativa à crise do escravismo? A resposta não é e possivelmente nunca será simples. Contudo, na ótica de Câmara, era consenso entre os plantadores, classe responsável por na época arregimentar o maior número de trabalhadores, que os nacionais livres não eram a melhor opção para substituir a mão de obra escravizada, pois em geral essas pessoas eram vistas como vadias, ociosas e não afeiçoadas ao trabalho disciplinado³⁴¹. Concomitantemente, os mestres de ofício e confrades da Irmandade de São José do Ribamar ligados às tradições das extintas corporações de ofício tentavam adquirir um novo *status* entre as elites políticas, tomando atitudes em prol da adequação às demandas da *moralidade* e do *progresso*, tão pertinentes na época do projeto de melhoramentos urbanos empreitado pelos conservadores. Foi nesse mesmo período, conforme Marcelo Mac Cord, que a instituição passou a investir nas aulas noturnas e adotou o “sistema do barão Charles Ch. Dupin”, um dos métodos de instrução mais utilizados nas escolas profissionalizantes europeias³⁴².

Para o governo provincial, entretanto, a *moralização* dos trabalhadores nacionais só poderia ser alcançada mediante o engajamento de artífices europeus. Assim, em finais de 1839 aportaram em Pernambuco cerca de 195 trabalhadores da chamada Companhia de Operários Alemães, engajados na conformidade da Lei de Locação de Serviço de 13 de setembro de 1830. Conforme o oitavo artigo daquele contrato, cada um dos mestres, contramestres e oficiais seria

³⁴⁰ BND, O Diário Novo, 8 de novembro de 1845.

³⁴¹ CÂMARA, 2005, p. 36.

³⁴² MAC CORD, 2012, p. 39.

obrigado a receber e ensinar os seus respectivos ofícios a pelo menos dois aprendizes brasileiros³⁴³. Para Mac Cord, os esforços em arregimentar esses imigrantes podem ser compreendidos como mais uma estratégia para *moralizar* e *civilizar* os artífices nacionais³⁴⁴.

Todavia, nem o esforço de promover o engajamento de trabalhadores estrangeiros para o mercado das edificações, com respaldo nas leis de locação de serviço de 1830 e 1837, nem a inserção da categoria “atraso” nos debates direcionados a substituição da mão de obra cativa pela livre assalariada e, em certos casos, proletarizada, e nem as exclusões diretas e indiretas por parte do governo provincial ou instituições, como a Irmandade de São José do Ribamar, evitaram a arregimentação de escravizados, nacionais livres, libertos e muitos outros trabalhadores mal vistos por uma parcela considerável das elites provinciais no projeto de melhoramentos urbanos. Segundo Marcus Carvalho, no final das contas escravidão e urbanização no Brasil não eram conflitantes, muito pelo contrário, o escravismo era parte integrante do processo³⁴⁵. Não à toa participavam do sistema de arrematação em hasta pública pequenos, médios e grandes proprietários de terra e escravos, gente que também se envolvida em muitos negócios suspeitos.

Nessa proposição, o presente capítulo tem por objetivo discorrer sobre os canteiros de obras do mercado das edificações da Província de Pernambuco com ênfase no projeto de melhoramentos urbanos protagonizado pela Repartição de Obras Públicas. Partindo da análise dos canteiros busquei refletir nas páginas que se seguem as condições de vida e labuta, relações de trabalho, conflitos, as estratégias de resistência e a constituição de laços de sociabilidade dos diversos artífices engajados nesses trabalhos entre 1837 e 1850. Também é pertinente para este capítulo a análise dos debates existentes na época sobre a proletarização do trabalho e “substituição” da mão de obra cativa pelo trabalho livre. Por fim, também procurei entender como a política de “reorganização do futuro” protagonizada pelo governo do barão impactou os canteiros de obras e o sistema de empreitada, que na época era responsável por executar a maior parte das obras planejadas pela ROP.

Este capítulo foi dividido em dois grandes tópicos. O primeiro **(4.1)** contempla uma análise sobre o engajamento dos 195 artífices estrangeiros da chamada Companhia de Operários Alemães, realizado pelo governo provincial de Pernambuco em 1839. Inspirado por

³⁴³ Contrato de Engajamento. Códice D-2, Documento 125, fl. 01-03, APEJE, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II. In AULER, 1959, pp. 16-22.

³⁴⁴ MAC CORD, 2012, p. 64.

³⁴⁵ CARVALHO, 2010, pp. 175-176.

necessidades práticas e ideológicas, Francisco do Rego Barros arregimentou diversos trabalhadores estrangeiros para protagonizar seu plano geral de melhoramentos, especialmente operários alemães e engenheiros franceses. O objetivo claramente era de qualificar a execução dos trabalhos nos canteiros de obras, *moralizar* os ditos “ociosos” e “vadios” nacionais livres e servir de alternativa para a utilização massiva de mão de obra cativa. Já no segundo (4.2), discorro sobre as iniciativas públicas e particulares em benefício da chamada modernização urbana, bem como reflito sobre as condições de vida e labuta dos diversos trabalhadores engajados nos canteiros de obras do mercado das edificações entre 1837 e 1850. Apesar de diferentes em termos jurídicos, artífices estrangeiros, nacionais livres, escravos, calcetas e etc. eram muito semelhantes em termos de precariedade no trabalho.

4.1 Entre a *moralidade*, a precariedade e o fracasso: o engajamento da Companhia de Operários Alemães

Segundo Gilberto Freyre, Pernambuco tentava arregimentar técnicos e engenheiros estrangeiros desde 1825, quando o então presidente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque tentou encontrar na Holanda algum engenheiro hidráulico para cuidar dos melhoramentos do Porto do Recife. Pouco tempo depois, o presidente Vicente Thomás Pires de Figueiredo autorizou o engajamento de uma Companhia de oficiais mecânicos de Portugal e suas ilhas, mas a tratativa fracassou, assim como outras³⁴⁶. Dessa maneira, quase uma década depois, mais especificamente em 1838, a Província de Pernambuco enviou o representante de Francisco do Rego Barros, o Dr. Luiz de Carvalho Paes de Andrade, até a Europa com a missão de contratar artífices estrangeiros para o projeto de melhoramentos urbanos empreitado pelos conservadores a partir de 1837.

Encontrar uma Companhia de Operários disposta a fazer a travessia Atlântica, todavia, não foi fácil. De acordo com Guilherme Auler, o emissário teve que viajar da Bélgica para Genebra, de Genebra até Paris e de Paris até Hamburgo, quando em 20 de maio de 1839 enviou uma carta relatando as dificuldades em realizar a missão. Para a sua sorte, o contato com a firma portuguesa *Santos e Monteiro*, localizada em Hamburgo, viabilizou a realização do contrato com uma Companhia de Operários. Segundo consta, entre os critérios de seleção adotados para os candidatos estavam a aparência de perfeita saúde, “robustez” e a *moralidade*³⁴⁷.

³⁴⁶ FREYRE, 1940, pp. 98-99.

³⁴⁷ AULER, 1959, pp. 11-13.

Mac Cord narra que na década de 1830 o mercado de trabalho alemão estava se fechando para a tradição corporativa em benefício da chamada proletarização da mão de obra. Insatisfeitos com a precarização das condições de labuta muitos artífices alemães criaram vínculos mais intensos com intelectuais (advogados, professores, médicos, jornalistas, entre outros), introduzindo um “proletariado intelectualizado” no mercado de trabalho³⁴⁸. Entretanto, esta mesma crise corporativa alemã facilitou o engajamento por parte de Paes de Andrade. Conforme o autor, o emissário especial afirmou em uma correspondência enviada ao presidente da Província de Pernambuco que muitos pedreiros e carpinteiros estavam atolados em dívidas devido à falta de serviços durante a estação fria. A fragilidade dos artífices propiciou uma melhor negociação para Paes de Andrade, visto que os adiantamentos acertados em um dos primeiros contatos seduziram muitos mestres e oficiais endividados. A facilidade foi tanta que dentro do processo seletivo houve tempo para dispensar trabalhadores judeus devido aos demasiados dias santificados³⁴⁹.

Mac Cord também discorre que, apesar das fontes não permitirem o conhecimento dos períodos e locais de passagem precedentes, alguns operários alemães aparentemente possuíam uma vida pregressa no Império, tendo conhecimento inclusive da língua portuguesa. Uma correspondência enviada por Paes de Andrade sinaliza que os artífices “lusófonos” foram muito importantes para o diálogo e encorajamento dos alemães mais receosos quanto a travessia³⁵⁰. Estes mesmos trabalhadores quando aportaram em Pernambuco foram incumbidos de facilitar o diálogo entre os agentes do governo provincial e os membros da Companhia, além de viabilizar o cumprimento do oitavo artigo do contrato de engajamento, que previa a troca de experiências entre alemães, artífices e aprendizes nacionais nas tendas, oficinas e canteiros.

Amarrado o contrato, no dia 1 de junho de 1839 o emissário Paes de Andrade enviou um ofício ao presidente Rego Barros informando que os 195 artífices e familiares estavam prontos para embarcar na galera dinamarquesa *Creole*. A saída de Hamburgo em direção a Pernambuco aconteceu no dia 4 de junho, de acordo com a data de relação dos passageiros³⁵¹. Para Gilberto Freyre, seriam estes artistas e mecânicos que executariam as novas posturas municipais, construiriam cornijas a moldes e vergas de alvenaria, introduziriam o estuque,

³⁴⁸ MAC CORD, Marcelo. *Dois mestres de ofício alemães no Recife oitocentista: mundo do trabalho artesanal e sociabilidades cotidianas*. In: Almanack Guarulhos, n. 25, set. 2020, pp. 01-39. <https://doi.org/10.1590/2236-463325ea05018>, p. 06.

³⁴⁹ Ibid., pp. 07-08.

³⁵⁰ Ibid., pp. 08-09.

³⁵¹ AULER, 1959, p. 53.

levantariam chalés e edifícios góticos, substituiriam as varadas dos sobrados de madeira por grades e placas de ferro³⁵².

4.1.1 O contrato, a viagem, a chegada

Segundo Auler, para tratar possíveis enfermos durante a viagem foi contratado o cirurgião Guilherme Winger, que se tornou também o “Inspetor Geral da Expedição”. O *creole* foi dividido em quatro partes: na primeira foram alojados 40 artífices com seus respectivos familiares, junto aos mestres, contramestres e mandadores dos piconeiros³⁵³; a segunda foi composta pelos piconeiros casados e suas famílias; os piconeiros solteiros ocuparam a terceira; já a quarta e última foi reservada para o isolamento em caso de doenças ou outra necessidade³⁵⁴. Claramente hierarquizada, esta divisão levou em conta noções de *moralidade* em voga na época, como o casamento e as funções exercidas no âmbito do trabalho de acordo com a tradição corporativa.

Em prol da manutenção da ordem e disciplina foi criada a bordo do navio uma espécie de serviço de polícia com base na hierarquia dos artífices. O mestre Carpina André Zacher, por exemplo, ficou responsável por todos os oficiais de carpintaria, o mestre pedreiro Wilmer se encarregou dos pedreiros e o mestre ferreiro Michaelky pelos oficiais de ferreiro. Já os piconeiros foram organizados junto a lista numeral de operários: o mestre Eckers ficou responsável pelos trabalhadores de número 41 até 65; o contramestre Sintz do 66 ao 90; o mandador Scholtz do 91 ao 115; o mandador Lucas do 116 ao 140; o mandador J. Meyer do 141 ao 165; por fim, o mandador Fischer do 166 ao 200³⁵⁵.

Os delitos e transgressões cometidos durante o trajeto deveriam, conforme Auler, ser resolvidos da seguinte maneira: o transgressor era julgado por uma comissão composta pelo Inspetor Geral e cirurgião, Guilherme Winger, pelo Comandante da galera *Creole* e pelos nove inspetores especiais (Wilmer, Zacher, Michaelky, Eckers, Sintz, Scholtz, Lucas, Meyer e Fischer). As penalidades consistiam em “sequestro”, redução de mantimentos e até prisão³⁵⁶. Ainda eram oferecidas premiações que giravam entre 30\$000 e 20\$000 réis para os inspetores que melhor desempenhassem o controle disciplinar. Dentro da documentação e bibliografia consultada não foi possível encontrar nenhuma evidência de transgressão durante a viagem.

³⁵² FREYRE, 1940, p. 98.

³⁵³ Como dito anteriormente, o termo piconeiro diz respeito (no século XIX) aos trabalhadores que abriam espaços (trilhas, estradas) no mato e/ou em terrenos tortuosos com facões, picaretas, etc.

³⁵⁴ AULER, 1959, p. 33.

³⁵⁵ Ibid., p. 34.

³⁵⁶ Ibidem.

Assim, a Companhia de Operários chegou ao Recife no dia 21 de julho de 1839, desembarcando dois dias depois.

No Brasil, porém, os artífices não tiveram vida fácil. Já nos primeiros anos muitos trabalhadores romperam os contratos unilateralmente, alguns foram transferidos para o exército e outros desertaram. De acordo com Marcelo Mac Cord, a reincidência de atitudes como esta não causa tanta surpresa, visto que desde Hamburgo o representante do governo provincial, Paes de Andrade, havia mentido para os artífices acerca da função que iriam exercer na labuta diária. Segundo consta em uma carta enviada para o barão da Boa Vista, os bons marceneiros ou outros oficiais dificilmente concordariam com o engajamento se soubessem que iriam pegar em picaretas para abrir estradas, por isso o emissário precisou omitir esse item do contrato³⁵⁷.

Como discutido nos capítulos precedentes, dentro do plano geral de melhoramentos urbanos, o problema da comunicação era um dos maiores desafios enfrentados pelo governo provincial. Pernambuco, que até então praticamente não possuía estradas, mas caminhos antigos e tortuosos e trilhas de pegadas, passou a lançar a partir de 1837 dezenas de editais de empreitadas. Augusto Kersting, engenheiro alemão responsável por acolher e dirigir a Companhia de Operários durante os primeiros meses de estadia, era também responsável pela direção dos trabalhos executados na Estrada de Santo Antônio, onde trabalhou até sua morte em 1842. Diversos piconeiros alemães, ou simplesmente artistas e artífices dos mais variados ofícios executando esta função, foram arregimentados nesta obra, abrindo caminhos entre matagais e poças d'água, sobretudo nos dois primeiros anos de contrato.

O contrato de engajamento assinado ainda em Hamburgo possuía doze artigos. De acordo com o documento, o contrato era válido por cinco anos, mas findo os três primeiros o governo provincial poderia eventualmente desfaze-lo sob a obrigação de oferecer passagem gratuita para Bremen ou Hamburgo (sem alimentação inclusa, conforme o art. 2), caso os trabalhadores decidissem voltar para a Europa, ou conceber aos interessados o livre exercício de sua profissão no Brasil. Entretanto, esta cláusula também dava direito ao governo provincial de expulsar antes do prazo qualquer empregado que se envolvesse em crimes, delitos e insubordinações, deixando-os à deriva³⁵⁸.

Os artigos 3, 4, 5, 6 e 7 tratam das condições de vida e labuta durante a estadia. Conforme o art. 3, o governo provincial pagaria em moeda nacional e se responsabilizaria pelos alojamentos e hospitais em caso de enfermidades. Esta cláusula acabou sendo bem útil, pois em

³⁵⁷ MAC CORD, 2020, pp. 09-10.

³⁵⁸ Contrato de Engajamento. Códice D-2, Documento 125, fl. 01-03, APEJE, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II. In AULER, 1959, pp. 16-22.

menos de três semanas no Recife, conforme discorre Auler, 13 operários da Companhia necessitaram de cuidados devido a desinterias, constipações e outras enfermidades. Contudo, para além das doenças, esses trabalhadores também tiveram de lidar – quando sobreviviam – com o desconto previsto em contrato de parte de seus vencimentos durante a internação³⁵⁹.

Já o art. 4 estava relacionado a idade mínima necessária para o engajamento. Independentemente da especialização, os jovens que possuíam entre 12 e 16 anos poderiam assinar o contrato, porém não usufruiriam dos mesmos valores. Isso porque os aprendizes ou oficiais daquela idade recebiam apenas a metade do salário de piconeiro, quando não especializados, ou metade do salário equivalente aos seus ofícios quando especializados. Dessa maneira, se um rapaz de 15 anos aprendesse o ofício de pedreiro em Hamburgo e decidisse efetuar a travessia oceânica deveria receber por pouco mais de um ano a diária de \$607 réis, pois os vencimentos comuns de um oficial de pedreiro da Companhia eram de 1\$014 réis³⁶⁰.

O art. 5 versava sobre a carga horária do trabalho e as folgas dos artífices. O contratado deveria trabalhar por pelo menos 10 horas por dia, durante todos os dias do ano, exceto domingos e dias festivos. O contrato também previa que os salários seriam pagos a cada 14 dias, contados a partir da chegada em Pernambuco, e que o governo provincial transportaria até a Europa a quantia destinada pelos trabalhadores aos seus familiares. O art. 6, por sua vez, prometia prover o sustento de cada pessoa da família, bem como oferecia vestuário a cada um dos engajados. Caso não conviesse a algum trabalhador ser sustentado pelo governo, o engajado receberia a soma de \$250 réis por dia e “tantas vezes \$125 réis quantas forem as restantes pessoas de que a sua família se compuser”. Para além dos vestuários, os trabalhadores também receberiam, conforme o art. 7, as ferramentas necessárias à execução do serviço. Entretanto, seria um empréstimo “por inventário”, ficando o operário obrigado a restituí-lo no mesmo estado de conservação, salve o estrago natural da labuta³⁶¹.

A oitava cláusula do contrato contemplava um dos maiores interesses do governo provincial na empreitada: o ensino de artes mecânicas. Está escrito no contrato que cada um dos mestres, contramestres e oficiais tinha por obrigação receber pelo menos dois aprendizes brasileiros e ensinar seu ofício. A contrapartida seria o pagamento de uma gratificação individual por cada aprendiz relativa à soma de três meses de jornais recebidos pelos novos

³⁵⁹ AULER, 1959, p. 57.

³⁶⁰ Contrato de Engajamento. Códice D-2, Documento 125, fl. 01-03, APEJE, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II. In AULER, op. cit., pp. 16-22.

³⁶¹ Ibidem.

artífices após o período de instrução³⁶². Segundo Auler, os aprendizes começam a aparecer nos mapas diários da Companhia a partir de fevereiro de 1840, chegando a nove alunos até maio: João Germano de Macedo, Agostinho da Cunha Sá, João Marcelino da Costa, Manuel Marques do Rosário, Manuel de Jesus Coitinho, Guilhermino Germeda Castro, Leocádio de S. Carlos, Augusto Castor de Macedo e Jerônimo da Costa Santos³⁶³.

Um ofício publicado em 6 de maio de 1840 sinaliza que Leocádio de S. Carlos e um outro órfão de nome João Gregorio do Espírito Santo, que aparentemente não se encontra no mapa diário registrado pela Companhia e citado por Auler, foram enviados para as tendas e oficinas da Companhia pelo Diretor do Colégio dos Órfãos³⁶⁴. Dentro do alojamento dos artífices alemães ainda foi organizado um quartel para os aprendizes nacionais, conforme aponta um ofício solicitando a compra de esteiras, cobertores e brim de travesseiros para o local³⁶⁵. Os aprendizes também ganhavam uma numeração prática, mas também simbólica, sequencialmente ligada à lista de artífices elaborada no ato do engajamento em Hamburgo. Leocádio, por exemplo, era o operário de número 212, Agostinho o 207, João Marcelino o 208, etc.³⁶⁶

Para um projeto tão audacioso e um contingente de pelo menos 40 artífices aptos ao ensino de artes e ofícios, entre mestres, contramestres e oficiais, o número de nove aprendizes matriculados até maio de 1840 me parece bastante decepcionante. É bem verdade que o governo provincial firmou cinco anos de contrato com a Companhia de Operários Alemães, não seis meses, bem como o número de aprendizes registrados no mapa diário de maio de 1840 poderia não contemplar todos os alunos matriculados nas tendas, oficinas e canteiros, como o caso do órfão João Gregorio do Espírito Santo citado anteriormente. Todavia, desde 25 de janeiro de 1840 o governo provincial publicava anúncios convidando os cidadãos a matricularem os seus filhos no quartel da Companhia de Operários. De acordo com uma publicação de 28 de janeiro de 1840, por exemplo, os interessados poderiam aprender diversos ofícios, como marceneiro, carpinteiro, segeiro, torneiro, pedreiro, ferreiro, serralheiro, etc., e ainda serem alimentados e vestidos às custas do governo provincial. Para tornar o convite mais atrativo, ainda era prometida a isenção do serviço militar. Atrativo ou não, o número de aprendizes dificilmente cresceria de maneira exponencial durante o segundo semestre de 1840 e anos seguintes, pois o

³⁶² Contrato de Engajamento. Códice D-2, Documento 125, fl. 01-03, APEJE, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II. In AULER, 1959, pp. 16-22.

³⁶³ AULER, op. cit., pp. 77-78.

³⁶⁴ BND, Diário de Pernambuco, 06 de maio de 1840.

³⁶⁵ Idem, 26 de maio de 1840.

³⁶⁶ AULER, op. cit., pp. 77-78.

contingente de artífices alemães, na observação de Auler, caiu pela metade entre outubro de 1839 e fins de 1840 e foi reduzido a doze em março de 1843³⁶⁷.

Explicar esse aparente “fracasso”, no entanto, não é tão simples. Acredito que o ambiente conturbado vivido pelos artífices alemães desde a chegada a Pernambuco, marcado por insatisfações, deserções, rompimentos contratuais, pedidos de transferência para o exército, enfermidades, mortes e etc., inviabilizou a melhor execução da empreitada. Entretanto, uma resposta menos genérica necessitaria de uma investigação mais aprofundada sobre o ensino de artes e ofícios em Pernambuco em meados da década de 1840.

O art. 9 do contrato de engajamento afirmava que os trabalhadores deveriam se sujeitar aos regulamentos determinados pelo governo durante a estadia, obedecendo as autoridades por ele constituídas. Já o art. 10 previa que os engajados não seriam obrigados a pegar em armas e viajar até outras provinciais ou exterior, mas poderiam eventualmente formar guardas policiais nos distritos das obras se assim conviesse ao poder provincial³⁶⁸.

A cláusula seguinte determinava que durante a perpetuação do contrato os engajados não poderiam trabalhar por conta de particulares sem a devida licença do governo ou autoridade responsável pelo ramo das obras públicas. O mapa diário de 14 de outubro de 1839 sinaliza que pelo menos 23 artífices (1 pedreiro, 3 carpinteiros e 19 piconeiros) foram alugados a particulares nos primeiros meses de serviço³⁶⁹. Posteriormente esta prerrogativa se tornou mais flexível, ao menos para alguns trabalhadores. Os mestres André Wilmer (pedreiro) e André Zacher (carpina), por exemplo, tocaram diversos outros trabalhos na província. Wilmer foi contratado para prestar alguns serviços para a Companhia do Beberibe em 1843³⁷⁰, três anos depois arrematou as obras da Ponte do Bujary, conforme um ofício publicado no *Diário Novo* de 9 de março de 1846³⁷¹ e em 1849 iniciou a direção do melhoramento porto, pela gratificação inicial de 150\$000 réis e depois 250\$000 réis mensais³⁷²; já Zacher possuía a fama de “abarcando o mundo com as pernas”, acumulando serviços não só na Repartição de Obras Públicas como também em obras de particulares, conforme uma correspondência publicada no *Diário Novo* de 24 de setembro de 1844³⁷³.

³⁶⁷ AULER, 1959, p. 45.

³⁶⁸ Contrato de Engajamento. Códice D-2, Documento 125, fl. 01-03, APEJE, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II. In AULER, op. cit., pp. 16-22.

³⁶⁹ Ibidem.

³⁷⁰ BND, Diário de Pernambuco, 13 de abril de 1843.

³⁷¹ BND, O Diário Novo, 9 de março de 1846.

³⁷² BND, *A União: Virtus unita crescit*, 26 de junho e 14 de julho de 1849.

³⁷³ BND, O Diário Novo, 24 de setembro de 1844.

Por fim, o art. 12 descreve que as contraversões às condições desse contrato seriam punidas na conformidade da Lei de Locação de Serviço de 13 de setembro de 1830, mais especificamente dos artigos 3, 4, 5 e 6³⁷⁴. Dessa maneira, caso o locatário cumprisse a sua obrigação, o engajado de contrato assinado só poderia negar-se a respeitá-lo caso restituísse os recebimentos adiantados, descontados os serviços prestados, e pagasse a metade do que receberia se cumprisse o contrato por inteiro. Assim, se um oficial de carpina ficasse insatisfeito com as condições de trabalho oferecidas pelo governo provincial após o primeiro mês de serviço e quisesse voltar legalmente para Hamburgo, deveria pagar a soma de 910\$065 réis referente a metade das diárias dos 59 meses restantes do contrato, mais a restituição dos recebimentos adiantados.

É bem verdade que o oficial de carpina exemplificado poderia se sentir lesado pelo locatário e recorrer a algum Juiz de Paz, ainda que de maneira terceirizada. No entanto, o Juiz de Paz poderia compreender, conforme o art. 4 da lei de 1830, que a alegação do engajado não correspondia a realidade, corrigindo-o com prisão em caso de desobediência. Não encontrei nenhum relato de engajados se dirigindo até algum Juiz de Paz, acredito inclusive que era mais provável que fosse conduzido preso até lá pelas autoridades provinciais, conforme versam os artigos 4, 5 e 6 da lei de 1830. Nesse caso, após três “correções ineficazes” o engajado ficaria sujeito a trabalhar em prisão até indenizar o locatário. Mesmo que houvesse alguma razão nas alegações dos membros da Companhia, seria difícil acreditar que o governo provincial, cuja rede de sociabilidade era muito mais relevante do que a dos imigrantes, não conseguisse apoio dos Juizes de Paz em desentendimentos como esse. Não à toa muitos engajados desgostosos preferiram solicitar transferência para o exército ou “simplesmente” desertar.

4.1.2 As direções de Augusto Kersting e Capitão João Pedro: precariedade, frustração e debandada geral

Ao aportar no Recife a Companhia de Operários foi entregue ao comando do engenheiro alemão Augusto Kersting. De acordo com Auler, Kersting não chegou ao Brasil junto a Companhia, ele já estava em Pernambuco há alguns anos e já falava e escrevia em bom português. O autor também nos conta que o engenheiro possuía as seguintes características físicas: estatura alta, rosto comprido, bexigoso, claro, olhos grandes azuis, cabelos louros e muita barba. Seus pais eram Luís e Augusta Kersting e a profissão registrada em alguns

³⁷⁴ Contrato de Engajamento. Códice D-2, Documento 125, fl. 01-03, APEJE, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Diversos II. In AULER, 1959, pp. 16-22.

documentos era a de engenheiro ou “engenheiro de minas”³⁷⁵. Louis-Léger Vauthier, que não era muito de elogios, narra no dia 20 de dezembro de 1840 que em seu primeiro encontro com Kersting percebeu que ele vivia com seus pais em uma pequena casa edificada por ele em Tejipió e parecia ser bom filho e bom homem, conquistando logo o seu coração e “cativando o seu espírito”³⁷⁶.

Conforme Auler, Augusto Kersting era natural de Hannover e havia chegado ao Brasil na galera *Kranisch* em janeiro de 1826, ainda solteiro. Na observação do autor, é difícil determinar a idade do alemão, pois enquanto um registro de desembarque descreve-o com 38 anos em 1826, um outro registro datado de 1829 sinaliza que ele possuía 30 anos quando desembarcou em Porto Alegre. A confusão só aumenta, pois, dois anos depois, mais especificamente em 3 de dezembro de 1831, Kersting afirmou em um registro de desembarque em Minas Gerais que possuía 34 anos. Em 2 de agosto de 1837 Augusto Kersting, que agora dizia ter 39 anos, viajou até Santa Catarina com seus pais e três escravos, Germano Moange (15 anos), Maria (13 anos) e Custódio (8 anos). Contudo, menos de dois meses depois saiu de Santa Catarina e se dirigiu até Pernambuco acompanhado pelo seu escravo Germano Moange, quando afirmou ter 39 anos, porém naturalidade austríaca³⁷⁷. Augusto Kersting, homem maduro para os padrões do século XIX, permaneceu em Pernambuco até a sua morte em 1842.

Muito importante para a execução dos trabalhos da ROP na estrada de Santo Antônio entre 1840 e 1842, o engenheiro Kersting teve de lidar também com a adaptação dos mestres, contramestres e oficiais da Companhia desde o momento de sua chegada, comandando-os entre 21 de julho e 8 de outubro de 1839. Os primeiros problemas começaram a surgir ainda no âmbito do alojamento. Auler descreve que os artífices foram alojados em um edifício fora do Arsenal de Marinha, enquanto os piconeiros foram alocados em duas construções no pátio do estabelecimento militar. A separação, no entanto, causou desordens, pois não haviam locais destinados ao armazenamento de ferramentas, mantimentos e vestimentas. Para completar, o quartel não reservava lugares propícios para o estabelecimento de uma enfermaria, prisão, escritório do adjunto, quartel-mestre e oficinas³⁷⁸.

A falta de hierarquização entre mestres, contramestres, piconeiros e afins também causou burburinhos. Ciente disto, Augusto Kersting propôs em 27 de julho de 1839: a) separação do Arsenal de Marinha, edificando um muro desde a casa dos botes; b) a construção

³⁷⁵ AULER, 1959, p. 105.

³⁷⁶ Diário de L.-L.V., anotação de 20 de dezembro de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

³⁷⁷ AULER, op. cit., pp. 105-106.

³⁷⁸ Ibid., p. 37.

de um sobrado em cima do muro, em frente ao arsenal, com os seguintes aposentos: sala para o adjunto e quartel-mestre, sala e quarto para residência do comandante, três quartos destinados aos mestres artífices, quatro quartos para os mandadores de piconeiros e duas salas para as oficinas de alfaiate e sapateiro; c) por fim, o engenheiro aconselhou que fosse reservado no térreo, abaixo do sobrado, a prisão, a enfermaria e o armazém de mantimentos de um lado e os armazéns de ferramentas e fardamentos do outro. Dessa maneira as latrinas, conforme Kersting, ficariam na parte posterior em frente ao rio Capibaribe³⁷⁹.

Não demorou muito para a enfermaria se fazer bastante necessária. Em menos de três semanas no Recife, a Companhia já possuía 13 engajados sofrendo com desinterias e constipações. Preocupado, Augusto Kersting enviou um ofício sugerindo ao presidente que transferisse os enfermos para o Grande Hospital e contratasse o médico alemão residente em Pernambuco, Dr. Carlos Classen, para cuidar dos doentes. Segundo Auler, a decisão foi acatada e o Dr. Classen permaneceu dando apoio aos enfermos da Companhia até o seu falecimento em 2 de maio de 1842³⁸⁰. De acordo com o “Relatório de conta da administração dos estabelecimentos de caridade do 1º de outubro a 31 de dezembro de 1839”, publicado pelo *Diário de Pernambuco* de 4 de março de 1840, o governo provincial gastou cerca de 814\$631 réis com a enfermaria destinada aos operários engajados, entre medicamentos, alimentação, vestimentas e manutenção do Grande Hospital³⁸¹.

Na observação de Auler, a partir de 14 de outubro de 1839 foram destacados diversos piconeiros para os serviços da enfermaria, entretanto, nem mesmo esse apoio evitou que houvessem muitas baixas na Companhia. O primeiro falecimento ocorreu com menos de um mês de estadia. Se tratava do segeiro Teófilo Kuhn que não resistiu a enfermidade e morreu em 20 de agosto de 1839. No mês seguinte foi a vez do piconeiro Frederico Grabow, que veio a óbito no Hospital de Caridade. Conforme Auler, ambos foram enterrados no Cemitério Inglês, cujo sepultamento custou 150\$000 réis aos cofres do governo, algo que gerou polêmica na época, visto que os enterros comuns nesse Cemitério não alcançavam nem a quantia de 10\$000 por cova³⁸². É bem verdade que durante o comando de Augusto Kersting apenas esses dois homens vieram a óbito, contudo, as enfermidades e mortes também se fizeram presentes durante o comando do Capitão João Pedro de Araújo Aguiar.

³⁷⁹ AULER, 1959, pp. 37-38.

³⁸⁰ Ibid., p. 57.

³⁸¹ BND, *Diário de Pernambuco*, 04 de março de 1840.

³⁸² AULER, op. cit., p. 58.

A partir de 8 de outubro de 1839 o engenheiro Augusto Kersting entregou o comando da Companhia ao Capitão João Pedro, que permaneceu dirigindo os artífices até 18 de março de 1843. Nesta época Kersting, que não havia se desligado totalmente da Companhia, já havia falecido. A morte do engenheiro alemão reconfigurou o planejamento do corpo de engenheiros da ROP, pois o seu papel na Estrada de Santo Antônio era bastante importante para o “sistema moderno de comunicações”. Um ofício datado de 28 de junho de 1845 denota que Vauthier era grato às contribuições de Kersting para Pernambuco. No documento em questão, Vauthier tece alguns elogios póstumos ao alemão e solicita o pagamento dos últimos salários do engenheiro aos seus herdeiros³⁸³.

As relações entre Vauthier e o novo comandante da Companhia também eram bem próximas. Em 27 de setembro de 1840, foi o Capitão João Pedro que alertou Vauthier acerca dos burburinhos que circulavam na ROP desde a sua chegada, protagonizados principalmente pelo Inspetor Firmino Ancora. Claudia Poncioni destaca que o Capitão João Pedro era comandante do Corpo dos Voluntários e antigo oficial das tropas do duque de Bragança (d. Pedro I) durante a guerra civil portuguesa (1828-1834)³⁸⁴. A sua experiência como militar, no entanto, não foi suficiente para evitar que muitos artífices se transferissem para o exército, desertassem ou falecessem em meio aos canteiros de obras.

Quando assumiu a direção o Capitão contava com 187 artífices, pois além das duas mortes houveram algumas deserções durante o comando de Augusto Kersting. O primeiro desertor da Companhia foi o piconeiro Carlos Etting (ou Edding). De acordo com Auler, Etting era natural de Husum, tinha 27 anos, 7 palmos de altura, cabelos louros, olhos azuis, era solteiro, “carniceiro” e desapareceu em 9 de agosto de 1839, sob a suspeita de ter fugido em um navio saído na mesma data em direção ao Norte. Pouco mais de um mês depois, mais especificamente no dia 25 de setembro de 1839, foi a vez de Carlos Blenck (pintor e natural de Meelenboog) e André Huth (seleiro e natural de Magdeburgo) escaparem por terra para a Bahia³⁸⁵. Há pelo menos mais três artífices que “desaparecem” dos registros da Companhia durante a estadia de Kersting, completando oito baixas.

Durante o comando do Capitão João Pedro o contingente de operários diminuiu consideravelmente de 187 para 141 em fins de novembro de 1839 e de 141 para 100 em fevereiro de 1840. Pelo menos 16 faleceram, 23 desertam e 58 solicitaram a troca do serviço

³⁸³ Ofício do Engenheiro em Chefe Louis-Léger Vauthier para o Comendador e Vice-Presidente de Província Manoel de Souza Teixeira. Recife, 28 de junho de 1845. APEJE, Série OP, vol. 18, Códice 18, fl. 191.

³⁸⁴ PONCIONI, 2010, p. 86.

³⁸⁵ AULER, 1959, pp. 69-74.

das obras públicas pelo exército. Entre os falecidos estava um oficial de pedreiro, dois oficiais de carpintaria e treze piconeiros. Em meio aos piconeiros estava Carlos Kauers, que era natural de Hildshein e havia chegado com seu pai, Henrique Kauers, com quem convivia até falecer em 9 de março de 1841, quando deixou a simbólica herança de 241\$700 réis³⁸⁶.

Auler afirma que pouco antes dessa debandada geral, o contingente de 187 homens sob o comando do Capitão estava distribuído da seguinte forma: Ponte da Boa Vista (12 piconeiros); Cais do Palácio (14 piconeiros); Quartel da Companhia (9 pedreiros, 3 carpinteiros e 23 piconeiros); Ferraria (8 ferreiros e 5 piconeiros); Oficina de Sapateiros (5 piconeiros); Serrar tábuas (4 piconeiros); Estrada de Santo Antônio (3 carpinteiros e 20 piconeiros); Alugados a diversos (1 pedreiro, 3 carpinteiros e 19 piconeiros)³⁸⁷.

Todavia, o número de deserções aumentou nos meses seguintes para 29 e o de recrutados pelo exército para 77, impactando nas obras executadas. Na observação de Bruno Câmara, uma série de ofícios trocados entre o presidente da província, Francisco do Rego Barros e o prefeito da comarca do Recife, Francisco Antônio de Sá Barreto, evidencia que haviam diversos aliciadores “seduzindo” os trabalhadores engajados da Companhia e aconselhando-os a evadir. Em resposta, o presidente pediu em ofício datado de agosto de 1839 para que fosse reforçada a vigilância em cima de um dos principais suspeitos do aliciamento, o estrangeiro Frederico Grappa. Dois meses depois, foi a vez do alemão Ranecke ser levado à prisão sob a justificativa de sedução de operários da Companhia. Os casos não param por aí, o autor cita pelo menos mais dois: em janeiro de 1840, o governo provincial passou a suspeitar que nas proximidades do Trapiche Novo o alemão Fritz, que havia chegado há pouco tempo na cidade, aliciava diversos trabalhadores alemães, aconselhando-os a desertar. Já no mês de julho, Rego Barros pediu ao Juiz de Direito que tomassem providências a respeito do alemão Antonio Enner, que já havia naquele momento sido preso no Quartel da Polícia por seduzir operários pertencentes a Companhia³⁸⁸.

No que diz respeito ao recrutamento, Auler discorre que logo após a publicação da portaria de 5 de outubro de 1839, que abria vagas para voluntários estrangeiros no exército, cerca de 30 operários solicitaram a rescisão do contrato e o engajamento no exército. Dessa maneira, entre 13 e 21 de novembro o primeiro grupo, encabeçado pelo cirurgião Guilherme Winger, deixou Companhia de Operários. Poucos meses depois mais 27 homens abandonaram o ramo das obras públicas, entre eles o oficial de pedreiro Frederico Schultz que aparentemente

³⁸⁶ AULER, 1959, p. 58.

³⁸⁷ Ibid., p. 43

³⁸⁸ CÂMARA, 2005, pp. 44-45.

não havia encontrado vida mansa no exército, tanto que fugiu do Sul para o Ceará e do Ceará para o Recife, quando foi preso por deserção³⁸⁹. Posteriormente outros operários se juntaram aos companheiros nas fileiras do exército imperial, alcançando o número de 77 de acordo com um relatório do Capitão João Pedro.

No mesmo documento sobre o “destino dos subordinados de 8 de outubro de 1839 a 23 de fevereiro de 1843”, traduzido por Auler, o Capitão João Pedro descreve que 77 artífices se alistaram no exército, 33 fixaram residência em Pernambuco, 32 desertaram, 17 regressaram para Hamburgo ou outras cidades e 16 faleceram³⁹⁰. Possivelmente, as dificuldades de comunicação entre o novo comandante e os membros da Companhia foram pertinentes para a evasão. Segundo Auler, o impasse era tanto que foi necessário alterar o ofício do piconeiro João Fischer para intérprete em 7 de novembro de 1839³⁹¹. No entanto, não há como explicar uma conjuntura tão complicada somente pelos problemas de comunicação.

Como narrado anteriormente, da primeira reunião em Hamburgo até a elaboração do contrato e chegada ao Recife os 195 artífices tiveram de lidar com diversas frustrações. Os alojamentos prometidos não eram tão confortáveis como pareciam, as enfermarias não eram tão organizadas como pareciam, a labuta diária era muito mais árdua do que parecia, o *modus operandi* do sistema escravista imperava na organização do trabalho, exemplificado pela décima segunda cláusula do contrato, e os salários eram inferiores até na comparação com os vencimentos locais. Se um piconeiro recebia \$220 réis diariamente, mais \$330 da alimentação e vestimenta³⁹², o que dava um total de \$550 réis, o aluguel de um escravo para o serviço das obras públicas custava até \$640 réis diários a um arrematante³⁹³, um pouco menos do que recebia um piconeiro nacional livre que oferecia sua força de trabalho no mercado das edificações. Para completar, o exército oferecia na época soldos calculados em \$600 réis atraindo, assim, muitos piconeiros insatisfeitos.

Exceto os mestres de ofício, que recebiam de acordo com o que o emissário Paes de Andrade chamou de “valor comum do Império”, o valor de 2\$000 réis diários, todos os contramestres, mandadores e oficiais recebiam valores pouco ou muito inferiores aos oferecidos

³⁸⁹ AULER, 1959, p. 63.

³⁹⁰ Ibid., p. 45.

³⁹¹ Ibid., p. 44.

³⁹² Segundo Guilherme Auler (op. cit., p. 19), todos os artífices recebiam a parcela diária de \$250 réis para alimentação e \$80 para o vestuário. Assim, de acordo com o cálculo do emissário Paes de Andrade o governo provincial arcava com a quantia diária de 148\$914 réis, o que equivaleria a 54:353\$610 por ano e 271:768\$050 pelos cinco anos de contrato caso não houvesse uma redução drástica no contingente de trabalhadores da Companhia.

³⁹³ “Quem precisar de um preto alugado a 640 por dia para servente de pedreiro ou outro qualquer serviço, dirija-se ao largo de N. S do Terço venda D. 4”. Cf. BND, Diário de Pernambuco, 3 de julho de 1840.

localmente no ramo das obras públicas. Os oficiais de pedreiro da Companhia, por exemplo, recebiam 1\$014 réis, \$266 a menos do que era oferecido a um pedreiro livre em Pernambuco. Todavia, Auler relata que todos os artífices recebiam a parcela diária de \$250 réis para alimentação e \$80 para o vestuário, aumentando teoricamente a diária de um oficial de pedreiro para 1\$344 réis³⁹⁴. “Teoricamente” porque dificilmente esse “bônus” chegava aos bolsos dos artífices, visto que tanto as vestimentas quanto a alimentação eram fornecidas diretamente pelo governo provincial.

Provavelmente o impasse em relação aos salários foi intensificado pelo reajuste publicado pelo Dr. Luiz de Carvalho Paes de Andrade sob a justificativa de adequação aos ordenados locais. O objetivo do emissário ao viajar até a Europa era engajar pelo menos 16 artífices pedreiros, 16 carpinteiros, 8 ferreiros e 160 piconeiros. A negociação em Hamburgo terminou com a seguinte divisão salarial: mestres pedreiros, carpinteiros e ferreiros (1\$600 réis); mestres piconeiros (1\$000); contramestres pedreiros, carpinteiros e ferreiros (1\$300 réis); contramestres piconeiros (\$740 réis); mandadores de pedreiros, carpinteiros e ferreiros (1\$200 réis); mandadores de piconeiros (\$640 réis); oficiais de pedreiro, carpinteiro e ferreiro (1\$120 réis); e piconeiros (\$540 réis). Todavia, o reajuste promovido pelo governo provincial aumentou consideravelmente os vencimentos dos mestres pedreiros, carpinteiros e ferreiros, que eram de 1\$600 e passaram a ser 2\$000 réis, e diminuiu todos os demais.

Nesse sentido, os contramestres pedreiros, carpinteiros e ferreiros passaram a receber 1\$270 réis em vez de 1\$300 réis, os mandadores pedreiros, carpinteiros e ferreiros 1\$110 em vez de 1\$200 réis e os oficiais de pedreiro, carpinteiro e ferreiro 1\$014 em vez de 1\$120. A maior desvalorização ocorreu nos salários de mandador de piconeiro e piconeiro. Os mandadores, que recebiam \$640 réis diários, passaram a ganhar \$310 réis, já aos piconeiros, cuja categoria contemplava o maior contingente de trabalhadores, o governo provincial passou a oferecer a quantia de \$220 réis, \$320 a menos do que havia acordado em Hamburgo.

Maria Lúcia Lamounier nos lembra que relacionar a imigração estrangeira ao trabalho livre pela simples oposição direta aos cativos é algo equivocado. A importação de trabalhadores estrangeiros demandava o apoio de companhias transportadoras que negociavam, por meio de contratos acertados com governos ou particulares, centenas de pessoas. Tanto a viagem, quanto a negociação dos contratos e as condições de trabalho dessas pessoas eram, já na época, denunciadas como outro tipo de escravidão³⁹⁵. Os imigrantes engajados pelas leis de locação de

³⁹⁴ AULER, 1959, p. 19.

³⁹⁵ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 167.

serviços de 1830 e 1837 viviam geralmente sob contratos draconianos, sendo obrigados a trabalhar sob condições degradantes: baixos salários e difíceis condições de labuta, moradia e saúde. Para completar, ainda havia restrições quanto à mobilidade desses trabalhadores, além de penas de prisão por deserção.

É bem verdade que, diferentemente dos nacionais livres, que costumavam viver em situações ainda mais degradantes e não assinavam nenhum contrato formal, os imigrantes acertavam cláusulas de proteção no ato do engajamento. Porém, não havia nenhuma garantia do cumprimento desses contratos por parte dos empreiteiros. Robério Souza destaca que os contratos de engajamento eram constantemente desrespeitados pelos empregadores, aumentando consideravelmente a precariedade a qual já estavam inseridos. Para além disso, os contratos não estabeleciam somente direitos, mas também deveres, medidas preventivas para garantir o controle e a coerção do trabalho. O empreiteiro poderia simplesmente despedir os trabalhadores dos serviços em caso de transgressão ou infração grave, deixando-os à deriva³⁹⁶.

Contudo, acerca da pertinência do engajamento da Companhia de Artífices para o projeto de melhoramentos urbanos paira uma questão: se a contratação desses imigrantes era tão importante para o governo *baronista*, por que tantos requerimentos de transferência para o exército foram aceitos? Fazer esta pergunta é muito mais fácil do que a responder. Possivelmente, o governo provincial detectou já nas primeiras semanas de trabalho que toda aquela conjuntura de precariedade das condições de vida e trabalho não seria facilmente tolerada pelos artífices da Companhia. Não significa dizer que os operários engajados pelo governo provincial eram profissionais de referência na Europa, visto que já vimos anteriormente que muitos trabalhadores estavam atolados em dívidas e vivendo a escassez de empregos durante a estação fria, porém viviam em um ambiente sociopolítico conturbado de transição entre os ditos “privilégios” das corporações de ofício e a precarização oferecida pela proletarização do trabalho na Europa. Ainda que de maneira desorganizada e em um contexto aparentemente muito contraditório o governo de Francisco do Rego Barros buscava *moralizar* os trabalhadores nacionais por intermédio da troca de experiências entre alemães e brasileiros nas tendas, oficinas e canteiros, contribuindo justamente para a proletarização do trabalho aos moldes europeus em Pernambuco. Ironicamente, o art. 8 do contrato de engajamento almejava justamente, e de maneira atropelada, tornar os membros da Companhia de Operários Alemães

³⁹⁶ SOUZA, Robério Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: *escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco. Bahia, 1858-1863*. 2013, 257f. Tese (Doutorado em História Social) – Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, pp. 122-123.

protagonistas, ou ao menos pioneiros, da implementação do sistema de organização do trabalho que havia suprimido boa parte das benesses oferecidas pelas antigas corporações de ofício na Alemanha. Seria essa a receita do insucesso? Infelizmente não posso cravar.

Assim como não posso também afirmar que todos os 195 artífices que se deslocaram de Hamburgo até a Província de Pernambuco em 1839 se deram mal. De fato, a maioria desses trabalhadores tiveram vida dura e curta no Brasil, porém alguns integrantes da Companhia conseguiram estabelecer redes complexas de sociabilidade, como é o caso do Mestre Carpina André Zacher. Em uma conjuntura ora favorável e ora desfavorável à inserção de artífices estrangeiros no ramo das edificações, era de se estranhar que tal mestre alemão acumulasse tantos empregos. No entanto, Zacher não acumulava somente serviços, mas também desafetos. De acordo com uma correspondência do *Diário Novo* de 24 de setembro de 1844, assinada pelo “O inimigo da ambição”, o mestre alemão Sr. Zacher estava acumulando estranhamente muitos trabalhos em época de escassez. Para o autor, a proximidade do artífice com o engenheiro Vauthier explicava essas benesses³⁹⁷.

Um outro comunicado, publicado em 16 de agosto de 1844, afirmava que Vauthier havia contratado Zacher para o compor o número das “sanguexugas estrangeiras” da ROP, com salário equivalente a 1:200\$000 réis anuais³⁹⁸. Não contente e “ganancioso” que era, Zacher ainda assim não recusava absolutamente nenhuma empreitada, atravessando inclusive negociações em andamento com outros artífices. Para completar, o alemão ainda oferecia sua força de trabalho independentemente do tipo de ofício e sempre por um valor mais baixo. Ao que parece ele gostava de “abarcara o mundo com as pernas”³⁹⁹.

Para o correspondente, Zacher precisava entender que não era o primeiro e nem o único artista a retirar do mercado das edificações a sua sobrevivência e muito menos o único hábil existente na província. No que se refere às empreitadas, afirmava que o mestre de obras deveria se contentar com as que lhes aparecia espontaneamente e não com as que são ocupadas por outros artífices. Nesse sentido, se o Zacher era bom, como todos sabiam, deveria esperar e não ficar se oferecendo. Encerrava sua correspondência então com um conselho de colega de profissão: “se tomar este conselho, asseguro-lhe que se há de dar muito bem, ganhar muito dinheiro, como tem ganho, e ser estimado de todos os seus collegas”⁴⁰⁰.

³⁹⁷ BND, O Diário Novo, 24 de setembro de 1844.

³⁹⁸ Idem, 16 de agosto de 1844.

³⁹⁹ Idem, 24 de setembro de 1844.

⁴⁰⁰ Ibidem.

Entretanto, se entre os artífices nacionais Zacher não era muito bem visto, um relatório publicado no *Diário Novo* de 25 de maio de 1848 pelo administrador do Teatro de Santa Isabel, Joaquim Claudio Monteiro, tece diversos elogios à conduta do alemão ao anunciar entristecido o retorno próximo do “archetecto André Zacher” para a Europa devido a problemas de saúde⁴⁰¹. Zacher foi um dos principais responsáveis pela execução das obras do Teatro, uma das mais importantes para o governo provincial e para o então engenheiro em chefe Vauthier. A edificação era organizada e financiada por uma comissão formada pelos negociantes de grosso trato e traficantes de escravos Angello Francisco Carneiro⁴⁰² e Francisco Antonio de Oliveira, pelo filho de Francisco Oliveira, Augusto F. Antonio de Oliveira, pelo político e empreiteiro Manoel Caetano Soares Carneiro Monteiro e pelo vereador e também traficante de escravos José Ramos de Oliveira, cujo Armazém de Sal de seu pertencimento já havia sido utilizado pelo governo provincial como alojamento para os artífices da Companhia durante algumas obras realizadas no Arsenal de Marinha em fevereiro de 1840⁴⁰³. Acredito, nessa proposição, que a incorporação de Zacher na ROP, a amizade construída com Vauthier desde 1840 e a boa relação de trabalho tecida com a malha política que cercava os canteiros de obras do Teatro de Santa Isabel possibilitou ao mestre alemão constituir uma rede de negócios e sociabilidade bastante significativa⁴⁰⁴.

⁴⁰¹ BND, O Diário Novo, 25 de maio de 1848.

⁴⁰² Na observação de Aline E. de Biase Albuquerque (2016, p. 13), Angello empregou dinheiro do tráfico de escravos em diversas obras no Recife, como nos projetos da Companhia do Beberibe, no Hospital Pedro II, além do Teatro de Santa Isabel. Em conformidade com o diário de Vauthier, Angello Carneiro, assim como Francisco do Rego Barros, também era paciente do Dr. Morais Sarmiento e sua “pseudo esposa” costumava bater em seus negros como se fosse um capitão do mato (Diário de L.-L.V., anotações de 09 de novembro de 1840 e 03 de janeiro de 1841. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010). Cf. ALBUQUERQUE, Aline E. de Biase. *De “Angelo dos retalhos” a Visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858)*. 2016, 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

⁴⁰³ BND, Diário de Pernambuco, 01 de fevereiro de 1840.

⁴⁰⁴ Segundo Marcelo Mac Cord, possivelmente o engajamento da Companhia também abriu espaços e despertou o interesse de outros imigrantes pelo Brasil, como é o caso dos artífices alemães Theodoro Rampk e Remigio Kneip. Ambos não constam nas fileiras da Companhia, mas possuíam na época idade suficiente para o engajamento. Eles chegaram ao Brasil por conta própria e poderiam, na observação de Mac Cord, ser parentes ou amigos de algum artífice arregimentado por Paes de Andrade. Novamente não é possível determinar algo a esse respeito, mas é instigante perceber como Rampk e Kneip conquistaram uma “profunda penetração” no mercado de trabalho no Recife, tecendo diversas conexões sociais em um espaço averso aos estrangeiros entre finais da década de 1840 e meados da década de 1870, quando faleceram em Pernambuco (2020, pp. 10-12). Vale destacar, que a ROP também empregou o desenhista alemão Pedro José de Azevedo Schrambach (ou Schwambach) entre 1840 e 1842. Todavia, algumas fontes indicam que Schrambach não havia chegado a Pernambuco com a Companhia de Operários Alemães. A lista de artífices, por exemplo, não registra seu nome. De acordo com Antonio Alexandre Bispo (2013), D. Pedro II, quando visitou a ferrovia Piranhas-Jatobá no Baixo São Francisco, se encontrou com um alemão de nome Pedro José de Azevedo “Scharamback”, que havia pertencido ao batalhão de estrangeiros 28 e trabalhado como engenheiro civil em Alagoas. Na época o engenheiro já estava com 72 anos e sofria com algumas moléstias. O autor narra que o relato de viagem de Julius Mansfeldt (1826) sinaliza que Schrambach era proveniente de Frankfurt e era tenente do Batalhão de Caçadores 28, estacionado em Pernambuco. O documento também descreve que o alemão não era engenheiro de origem,

4.2 O moderno mercado das edificações: dinâmica, trabalho, resistência e sociabilidade.

Apesar do impacto significativo da Companhia de Operários Alemães no projeto de melhoramentos urbanos empreitado pelos conservadores e protagonizado pela ROP, a debandada geral ocorrida entre 1839 e 1843 possibilita a interpretação de que o discurso antiestrangeirista intensificado após a cisão liberal de 1842/1843 estava relacionado, no que se refere a ROP, mais ao corpo de engenheiros franceses, que ocupava cargos de destaque na administração do mercado das obras pública e tomava, conseqüentemente, decisões pertinentes às disputas políticas da época, do que aos artífices alemães engajados para os canteiros de obras espalhados pelos arredores do Recife. No entanto, o corpo de engenheiros estrangeiros não estava formado quando Francisco do Rego Barros apresentou Vauthier ao setor administrativo da repartição em setembro de 1840.

Na verdade, no ato do engajamento de Vauthier o governo provincial também havia prometido a contratação de um engenheiro auxiliar de sua escolha. Dessa maneira, Vauthier convidou seu colega francês Pierre-Victor Boulitreau, que havia trabalhado com ele no Serviço de Obras Públicas da Bretanha, para juntos viajarem para o Brasil. A viagem foi marcada para o dia 17 de julho de 1840, porém, uma tempestade adiou o zarpar do navio *Armorique* para o dia seguinte. Ainda no Havre, porto que ficava 176 km a Oeste de Paris, o engenheiro francês conheceu o casal José Joaquim de Moraes Sarmento e Clémentine de Varielles. Moraes Sarmento era médico pessoal do barão e um homem bastante influente na elite política do Recife, já Clémentine ou “Madame Sarmento”, segundo Claudia Poncioni, fundou um colégio interno para meninas no Recife em 1843⁴⁰⁵. Vauthier narra diversas conversas com o casal, alguns flertes e diálogos curiosos com Madame Sarmento, além de inúmeras visitas e fofocas em seu diário pessoal. Contudo, é a bordo do navio que conhece Henri-Auguste Milet, apelidado de “Jean Bart” em alusão ao famoso corsário francês a serviço de Luís XV⁴⁰⁶.

De acordo com Vauthier, Milet era alguém de personalidade cheia de nuances e de versatilidade, porém um péssimo indivíduo, um “canalha consumado”. Especula inclusive que ele tenha sido enviado ao Brasil por sua mãezinha para acalmar o sangue, pois Milet aparentava ser um daqueles moços mimados e irritantes que vinham para o outro lado do Atlântico para ter

mas militar e escrivão de polícia. Ele tinha esposa e filhos em Frankfurt, porém casara-se novamente em Pernambuco. É instigante pensar sobre a experiência de construção dessas redes de sociabilidade constituídas por este e outros imigrantes ao longo do século XIX.

⁴⁰⁵ PONCIONI, 2010, p. 63.

⁴⁰⁶ Diário de L.-L.V., anotação de 30 de julho de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

um choque de realidade⁴⁰⁷. Entretanto, Vauthier anota no dia 30 de julho de 1840 que havia se interessado por ele, que tinha vontade de “molda-lo em seus dotes”, pois era diferente dos demais caixeiros-viajantes que estavam a trabalho no *Armorique*. Segundo Vauthier, os dois tiveram uma conversa esclarecedora no dia 2 de setembro de 1840, quando Milet confessou que todos, exceto Boulitreau e o casal Sarmento, achavam Vauthier “afeminado, arrogante e insuportável”, mas que havia mudado de ideia ao conhece-lo melhor⁴⁰⁸.

Quando a embarcação aportou no Recife em 8 de setembro de 1840 foi recepcionada por um piloto e quatro negros conduzindo uma piroga: “o aspecto dos negros pareceu-me bom, seus rostos inteligentes” – descreveu Vauthier⁴⁰⁹. Bem acomodados, o engenheiro levou seu “pupilo” Boulitreau até o Palácio para assentar as bases do contrato⁴¹⁰. Vauthier só retornou a se encontrar com Milet dois meses depois, quando narrou uma conversa sobre as mulheres brasileiras. Esta reaproximação, porém, veio acompanhada de um pedido: Milet precisava de um emprego com urgência, pois estava atolado em problemas financeiros. Depois de tentar conseguir um emprego de médico da carga de escravos no navio do grande traficante Angello Carneiro⁴¹¹, Vauthier o convidou para se tornar engenheiro auxiliar da ROP junto a Boulitreau, com o vencimento anual de 1:200\$000 réis.

No entanto, dentre os três personagens que passaram a compor o corpo de engenheiros estrangeiros da ROP, Milet era o menos bem visto. Era de conhecimento público, apesar das enfáticas negações de Vauthier, que Milet não era formado em engenharia e nem tampouco possuía capacidade técnica equivalente. Por mais que tentasse andar perto de Boulitreau e Vauthier, Milet era alvo de piadas durante os passeios pelos canteiros de obras da repartição.

Em 15 de novembro de 1840, por exemplo, os “populares” disseram com ironia que Milet havia aprendido a levantar plantas com o desenhista Antônio da Silva Grilo e agora já as executava com a mesma perfeição. Aparentemente, não era só Vauthier que considerava o Sr. Grilo motivo de piada, visto que em 17 e 18 de novembro, o engenheiro teceu diversas críticas ao “ignorante” desenhista da ROP. No registro de Vauthier, se o Sr. Grilo, que também era Juiz de Paz da freguesia do Recife, julgava com a mesma retidão geométrica com que executava as operações gráficas “os meliantes deveriam ficar muito felizes”⁴¹².

⁴⁰⁷ Diário de L.-L.V., anotação de 30 de julho de 1840. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

⁴⁰⁸ Ibid., anotação de 02 de setembro de 1840.

⁴⁰⁹ Ibid., anotação de 21 de setembro de 1840

⁴¹⁰ Ibid., anotações de 15 e 17 de setembro de 1840.

⁴¹¹ Ibid., anotações de 03 e 04 de novembro de 1840.

⁴¹² Ibid., anotações de 17 e 18 de novembro de 1840.

Uma outra passagem, datada de 15 de janeiro de 1841, descreve que Milet se dirigiu até Vauthier muito chateado e pensando em desistir de levantar a planta de Santo Antônio, pois os “populares” atormentavam-no, chamando-o de “casaca de ferro”, devido a sua vestimenta cinza, e questionavam-no o título de engenheiro. A problemática dessa vez foi levada até o barão, que solicitou o reforço de guardas para o local⁴¹³. Milet, contudo, foi chamado de ingrato por Vauthier alguns meses depois, em meio a conflitos de trabalho⁴¹⁴.

Os embates internos no corpo de engenheiros se tornaram mais frequentes a partir do engajamento de outros três franceses: Joseph Jean-Jacques Morel, Florian Désiré Portier e Louis Férrol Buessard. Desde que aportou no Recife, Boulitreau foi o melhor companheiro e confidente de Vauthier. No entanto, a chegada de Buessard, de acordo com suas anotações, influenciava negativamente Boulitreau, pois aconselhava-o a estabelecer uma relação autoritária com os demais funcionários da repartição⁴¹⁵. Para completar, “inocentes” dos problemas existentes no departamento, os recém-chegados chegaram a visitar o Sr. Firmino sem informar a Vauthier e companhia. Após receberem uma “bronca” foram colocados contra a parede, pois haviam dois partidos dentro da instituição: de um lado Firmino, de outro Vauthier, eles deveriam escolher⁴¹⁶.

Conflitos a parte, tanto a contratação dos seis franceses para o corpo de engenheiros da ROP, quanto o engajamento dos artífices da Companhia de Operários Alemães, faziam parte de um projeto e de um discurso. Para Raimundo Arrais, um dos destacáveis benefícios das obras públicas realizadas na capital era abrir caminhos para a utilização da mão de obra livre e assalariada em oposição a escrava. Segundo o autor, era esse inclusive um dos argumentos utilizados pelo pensador e simpatizante do socialismo “utópico”, Antonio Pedro de Figueiredo, para justificar as realizações do governo do barão⁴¹⁷. Todavia, é necessário tomar cuidado com a chamada “transição” para o trabalho livre.

É inegável que os debates sobre o fim da escravidão estavam em voga na época, bem como as iniciativas em prol da proletarização do trabalho se faziam presentes em vários lugares do mundo. Mac Cord, por exemplo, cita que a partir de 1842 as aulas da Sociedade, composta inicialmente pelos membros da Irmandade de São José do Ribamar em Pernambuco, contaram com a participação do lente Joaquim José de Carvalho Siqueira Varejão. Formado pela Escola

⁴¹³ Diário de L.-L.V., anotação de 15 de janeiro de 1841. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

⁴¹⁴ Ibid., anotação de 03 de outubro de 1841.

⁴¹⁵ Ibid., lembranças de 21 de julho 1841.

⁴¹⁶ Ibid., lembranças de 02 de julho de 1841.

⁴¹⁷ ARRAIS, 2004, p. 203.

de Belas Artes de Paris e grande pintor retratista, Varejão buscou adequar as suas experiências acadêmicas a realidade recifense daquele período, fortalecendo as iniciativas de cunho *civilizador* já existentes na Sociedade. Nesse sentido, o professor adotou o “sistema do Barão Ch. Dupin”⁴¹⁸.

Charles Dupin nasceu na França em meados do século XVIII e se formou na *École Polytechnique*. Ele é considerado um dos precursores da educação industrial, elaborando diversas técnicas e teorias de aprendizagem em busca do *progresso*. De acordo com Mac Cord, o sistema criado por ele possibilitava o ganho de alguma autonomia para os operários e artífices no oferecimento de seus serviços e, em contrapartida, afastava a dependência para com os mestres de ofício das antigas corporações⁴¹⁹. Dessa maneira, a junção das artes práticas com o desenvolvimento intelectual, para Varejão, viabilizaria o aperfeiçoamento técnico e a *moralização* da conduta pública. Por conseguinte, o sistema do Barão Ch. Dupin corroboraria com a proletarianização dos artífices, pauta emergente para as relações capitalistas⁴²⁰. Nesse sentido, a Sociedade utilizou o sistema para angariar apoiadores, competir com a mão de obra estrangeira no mercado das edificações e alcançar os signos do *progresso*.

No que diz respeito a ROP, algumas publicações oficiais lançadas nos periódicos sinalizam que havia a preferência pela mão de obra livre na execução de determinadas obras realizadas por administração direta do governo provincial. Apesar de Firmino Âncora possuir uma visão bastante singular – para não dizer cruel – acerca da noção de trabalho livre, visto que Raimundo Arrais descreve que o engenheiro militar chegou a sugerir em 16 de novembro de 1840, quando era vereador na Câmara Municipal do Recife, que velhos, menores de idade e mesmo aleijados que estivessem habilitados a mover os braços e mãos fossem empregados nas obras de calçamento da cidade, devido a pouca exigência física e a possibilidade de trabalhar sentado⁴²¹, os engenheiros franceses e demais autoridades provinciais ligadas a repartição pareciam favoráveis a utilização da mão de obra livre, especialmente estrangeira, no lugar da cativa.

Para as obras da Ponte da Boa Vista, em novembro de 1840, por exemplo, a repartição necessitava de pedreiros e canteiros, porém só contrataria trabalhadores livres⁴²². Um outro anúncio de emprego destaca que a repartição precisava de dois canoeiros em 14 de janeiro de

⁴¹⁸ MAC CORD, 2012, pp. 109-110.

⁴¹⁹ Ibid., pp. 112-113.

⁴²⁰ Ibid., pp. 114-115.

⁴²¹ ARRAIS, 2004, p. 205.

⁴²² BND, Diário de Pernambuco, 6 de novembro de 1840

1842 para trabalhar pelo jornal de \$800 réis, mas só empregaria trabalhadores livres⁴²³. Em 2 de março de 1841, a Inspeção das Obras Públicas ofereceu empregos para oficiais de carpina e serventes nas obras da Casa do Júri, a condição para o engajamento era simples: os oficiais deveriam ser livres⁴²⁴. Pouco menos de um ano depois uma outra publicação sobre as obras do Forte do Buraco convidava carpinas, pedreiros e serventes interessados, sendo livres, a dirigirem-se até Firmino Âncora para tratar dos ajustes⁴²⁵. Quatro dias depois, um outro anúncio reforça a oferta anterior e ainda destaca que os artífices livres interessados receberiam a diária de \$700 réis⁴²⁶. Em 14 de novembro de 1840, o diretor da obra da casa de Relação anunciou no *Diário de Pernambuco* que precisava de quatro oficiais de pedreiro e alguns outros de carpina, sendo livres, para a continuidade do serviço⁴²⁷. Já para as obras da Ponte da Boa Vista, em 4 de novembro de 1840, eram necessários alguns pedreiros e canteiros, desde que fossem livres⁴²⁸.

Para atrair cada vez mais trabalhadores livres para os canteiros, em 17 de junho de 1842 o engenheiro em chefe Vauthier ainda enviou um ofício ao então presidente Francisco do Rego Barros solicitando a isenção do recrutamento para os operários livres empregados nos canteiros de obras da repartição⁴²⁹. É bem conhecido pela historiografia que o recrutamento, ou “tributo de sangue”, era tido na época como uma das piores punições para os homens ditos ociosos. Assim, a isenção do recrutamento costumava ser uma das melhores estratégias para atrair nacionais livres para as obras públicas.

No entanto, a pressão pela utilização da mão de obra livre no mercado das edificações e as iniciativas do governo provincial não foram suficientes para tolher por completo a participação de escravizados no ramo. Isto porque a maioria das obras realizadas nessa época em Pernambuco foram executadas via arrematação de pequenos, médios e grandes proprietários de escravos.

4.2.1 Os caminhos das empreitadas

Milhares de anúncios de compra, venda, aluguel e fuga de escravos estão espalhados pelos principais periódicos de Pernambuco entre as décadas de 1830 e 1840. Através da análise dessas publicações podemos perceber que haviam muitos escravos de ganho aptos a realizar

⁴²³ BND, *Diário de Pernambuco*, 14 de janeiro de 1842.

⁴²⁴ Idem, 2 de março de 1841.

⁴²⁵ Idem, 17 de fevereiro de 1842.

⁴²⁶ Idem, 21 de fevereiro de 1842.

⁴²⁷ Idem, 14 de novembro de 1840.

⁴²⁸ Idem, 6 de novembro de 1840.

⁴²⁹ Ofício do Engenheiro em Chefe Louis-Léger Vauthier para o Presidente de Província Francisco do Rego Barros. Recife, 17 de junho de 1842, APEJE, Série OP vol. 13, Códice 13, fl. 354.

serviços manuais e “mecânicos” no Recife e regiões circunvizinhas. Cientes desse fato, pequenos, médios e grandes proprietários se aproveitavam desses trabalhadores para lucrar com o ramo das obras públicas. Com algumas variantes, a hasta pública no mercado de empreitadas funcionava da seguinte forma: a ROP realizava um planejamento orçamentário e enviava até o presidente. Este avaliava o planejamento e o inseria no orçamento provincial que viria a ser discutido pelos deputados nas sessões da Assembleia Provincial. Depois de aprovado, o orçamento era analisado e publicado pela Tesouraria das Rendas Provinciais na forma de editais públicos. Esses editais continham o orçamento da obra e as condições de arrematação, que variavam conforme o tipo de obra, mas conservavam uma estrutura bastante similar. A arrematante ou o arrematante interessado poderia se candidatar ao edital e ser contemplado ou não com a empreitada, pois dependia de alguns fatores: um deles era o “que por menos fizer”⁴³⁰ e o outro, na ótica dos opositores do governo do barão, era o apadrinhamento.

Polêmicas à parte, é importante compreender as condições de arrematação presentes em um contrato. Segundo um edital publicado pela Tesouraria das Rendas Provinciais no *Diário de Pernambuco* de 19 de janeiro de 1843, referente a arrematação das obras da estrada do Recife à Olinda pelo Vale do Tacaruna, os interessados deveriam se comprometer a seguir as indicações técnicas e orçamentárias elaboradas pelo corpo de engenheiros da ROP e aprovadas pelo presidente em 11 de outubro de 1842, bem como executar os trabalhos sob a fiscalização do engenheiro em chefe ou algum empregado responsável. No entanto, o arrematante ficaria salvaguardado caso houvessem mudanças orçamentárias, visto que qualquer valor extra solicitado pelos membros da repartição seria ressarcido pelo governo provincial.

A estrada, nesse caso, estava orçada em 39:996\$880 réis e não era dividida por lanços, algo comum nesse tipo de empreitada depois da implementação do regulamento de 25 de maio de 1842. De acordo com o art. 3, o arrematante não poderia lucrar em cima da utilização de materiais mais baratos e deveria empregar apenas materiais aprovados pelo engenheiro ou assistente responsável, ficando sob pena de demolição em caso de desobediência. Acerca dos trabalhadores, o art. 4 determinava apenas que o empreiteiro deveria arregimentar obrigatoriamente um mestre pedreiro e um mestre carpinteiro, não especificando nada sobre os demais empregados⁴³¹. É bem provável que o serviço pesado ficasse a cargo de um batalhão de escravos, pertencente ao próprio arrematante, ou diversos cativos de ganho alugados de pequenos e médios proprietários de escravos, além de trabalhadores livres que ofertavam sua

⁴³⁰ BND, *Diário de Pernambuco*, 19 de janeiro de 1843.

⁴³¹ Idem, 19 de janeiro de 1843.

força de trabalho no Recife e região. Na observação de Maria Lúcia Lamounier, a “natureza sazonal” dos homens livres e libertos favorecia a escolha por batalhões de escravos ou até, em alguns casos, artífices estrangeiros, pois se algum arrematante necessitasse de uma mão de obra mais estável, numerosa e por longos prazos, por exemplo, provavelmente teria de lidar com a escassez de trabalhadores, especialmente no tempo de plantio e colheita⁴³². Isso provavelmente também acontecia no espaço urbano, visto que a concentração de escravos era grande.

Os artigos 5, 6 e 7 versavam sobre os prazos e multas por atraso. Segundo consta, o arrematante deveria começar os trabalhos em até dois meses após a aprovação do contrato, sob pena de multa em dois contos de réis e perda da empreitada. O prazo de conclusão era de 18 meses e se até a data acordada o empreiteiro não entregasse a obra, caberia ao presidente decidir pela extensão do prazo ou aplicação da multa de dois contos de réis mais execução por administração às custas do responsável⁴³³.

Já os artigos 8, 9, 10 e 11 estavam relacionados ao pagamento da importância da arrematação. De acordo com o edital, após o encerramento dos trabalhos o empreiteiro receberia um termo provisório, porém ficaria incumbido de reparar as suas custas qualquer problema na conservação das obras pelo período de dois anos⁴³⁴. Esta era uma questão importante, pois evitava alguns prejuízos para o governo provincial, visto que mesmo com toda a fiscalização poderia receber uma obra sabotada, maquiada ou realizada com materiais de qualidade duvidosa. Um ofício publicado no *Diário de Pernambuco* de 2 de julho de 1842, por exemplo, descreve que o arrematante Jose Claudino Leite, responsável pelo quarto lanço da estrada de Santo Antônio, deveria cumprir as condições de contrato e conservar as obras da calçada de pedra da ladeira de S. João em Tejipió e as cabeças de vários arcos que se encontravam inteiramente arruinadas antes de ser “desonerado da responsabilidade”. Para Vauthier, a explicação para os arcos estragados morava na péssima condição dos tijolos⁴³⁵.

Como os empreiteiros poderiam facilmente “desaparecer” após a entrega das obras e recebimento do dinheiro, o contrato ainda previa a divisão do pagamento em três prestações iguais: a primeira quando o arrematante entregasse a obra, ou em alguns casos, dependendo do tamanho, quando demonstrasse que pelo menos metade da obra estava completa; a segunda após seis meses; e a última após o período de conservação estipulado em dois anos⁴³⁶. Todavia, nem sempre os arrematantes aceitavam receber de maneira parcelada. Um ofício, publicado em

⁴³² LAMOUNIER, 2012, p. 228.

⁴³³ BND, *Diário de Pernambuco*, 19 de janeiro de 1843.

⁴³⁴ *Ibidem*.

⁴³⁵ *Idem*, 2 de julho de 1842.

⁴³⁶ *Idem*, 19 de janeiro de 1843.

19 de junho de 1840, descreve que o Sr. Joze Dias Moreira havia perdido o direito de reedificar a Ponte do Anjo depois de entrar em discordância com o presidente sobre dos moldes de pagamento à prestação contidos no edital. Dessa maneira, Firmino Ancora anunciava que a obra havia ido novamente à praça, pelo valor de 6:580\$020 réis⁴³⁷.

Os empreiteiros também poderiam sofrer com atrasos no pagamento por parte do governo provincial, mas, nesse caso, o art. 10 oferecia ao menos a contrapartida da cobrança dos juros de 1% ao mês. A penúltima cláusula previa que o arrematante deveria prestar fiança idônea no valor da quarta parte do orçamento das obras, para ser utilizado em caso de multas ou excesso de despesas. Por fim, o último artigo dizia que o empreiteiro precisava se sujeitar inteiramente às decisões provisórias do engenheiro em chefe e definitivas do presidente, sem recorrer em caso nenhum aos tribunais ordinários⁴³⁸.

Apesar da implementação de mudanças significativas na administração da ROP com a publicação de um novo regulamento em 25 de maio de 1842, pouco se mexeu na estrutura básica dos contratos do sistema de arrematação; salve a redução da divisão por lanços e a opção por grandes financistas em detrimento aos pequenos e médios proprietários que lucravam na hasta pública. De acordo com Marson, o sistema introduzido pelo barão privilegiava alguns investidores, que possuíam renda suficiente para bancar grandes e custosas edificações e aceitavam receber logo de cara apenas os juros: “eram empresários que viviam de empréstimos, entre os quais se incluíam os serviços públicos”. Já o “segundo método”, que não foi extinto, mas perdeu protagonismo após o novo regulamento, possibilitava somente a execução de projetos menores e de maneira mais lenta, porém, viabilizava a participação de pequenos e médios proprietários que lucravam com a utilização de seus próprios recursos de mão de obra: escravos⁴³⁹.

O antigo regulamento, datado de 10 de agosto de 1835, dividia o aparelho administrativo em duas secções distintas e confusas: a Administração Fiscal e a Direção e Inspeção das Obras Públicas. Ainda em 1838, a Administração Fiscal já cuidava de um total de 20 obras provinciais, entre arrematadas e administradas diretamente pela ROP, dispendendo cerca de 93:799\$278 réis só no primeiro semestre do ano financeiro. A importância subiu no segundo semestre, visto que a Lei do Orçamento do primeiro de julho marcou a quantia de

⁴³⁷ BND, Diário de Pernambuco, 19 de junho de 1840.

⁴³⁸ Idem, 19 de janeiro de 1843.

⁴³⁹ MARSON, Izabel Andrade. *Monarquia, empreendimentos e revolução: entre o laissez-faire e a proteção à “indústria nacional” – origens da Revolução Praieira*. In MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. (org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, p. 252.

132:600\$000 réis para as obras públicas. Nessa proposição, até fevereiro a ROP havia recebido, em conformidade com o relatório provincial de 1 março de 1838, 96:221\$744 réis, restando mais 26:378\$256 réis para serem distribuídos nos meses seguintes⁴⁴⁰.

A construção de estradas e pontes ocupava boa parte dos orçamentos destinados às obras públicas. A Ponte do Recife, por exemplo, chegou a dispendar entre 1830 e 1837 cerca de 75:119\$195 réis com materiais e empregados, além de outros 8:000\$000 réis com o pagamento de fretes de madeiras e outros gastos menores e cotidianos⁴⁴¹. No entanto, era a estrada nova de Paudalho que exigia o maior empenho financeiro do governo provincial na época. Iniciada em 1833, a obra custou 54:599\$827 réis até dezembro de 1837, gastos em honorários e jornadas de trabalho dos empregados, além de materiais de construção. Os valores excessivos, todavia, levaram o presidente a suspender os trabalhos ainda em dezembro e lançar um edital de arrematação para concluir a obra via terceiros⁴⁴². O governo provincial apresentava sérias dificuldades em bancar uma obra desse porte sem o auxílio de empreiteiros. Dessa maneira, pouco menos de um ano depois, três dos lanços da estrada foram arrematados pela quantia de 39:246\$435 réis, com prazo de conclusão calculado em doze meses⁴⁴³.

A execução das obras via sistema de arrematação, contudo, não isentava os trabalhos de eventuais problemas e paralizações. Há diversos casos de aplicação de multa por atraso e até rompimento contratual. Nesse caso último caso, as obras poderiam retornar para a administração pública e serem executadas às custas do empreiteiro responsável, como é o caso da arrematação da Ponte de Motocolombó sobre o Rio Tejipió. Arrematada em 7 de dezembro de 1832, a obra deveria ser entregue ao final de maio de 1833, sob pena de multa por atraso fixada em 300\$000 réis. No entanto, em meados de 1838 a ponte ainda estava pela metade, mesmo após ter usufruído de todas as prorrogações concedidas pelo extinto Conselho do Governo. Dessa forma, coube ao presidente determinar a cobrança da multa por atraso e redirecionamento da direção dos trabalhos para a administração da ROP. Segundo o relatório

⁴⁴⁰ Falla recitada pelo Exm. Presidente Francisco do Rego Barros em razão da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 1 de março de 1838, “Obras Públicas”, p. 34 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

⁴⁴¹ Idem, p. 41.

⁴⁴² Idem, p. 45.

⁴⁴³ Relatório que á Assembléa Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1839 o exm.o presidente da mesma provincia, Francisco de Rego Barros, “Obras públicas”, p. 30 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

provincial de 1 de março de 1838, os trabalhos foram retomados no dia 15 de janeiro, ocasionando um dispêndio de 6 a 7 contos a mais para os cofres públicos⁴⁴⁴.

As arrematações da Ponte da Magdalena (sob o Rio Capibaribe) e Ponte Grande dos Carvalhos (sob o Rio Jaboatão) sofreram com problemas semelhantes. A primeira foi arrematada pelo valor de 14:510\$000 réis em 9 de julho de 1836, com prazo de entrega calculado em 14 meses. Porém, o empreiteiro responsável solicitou a prorrogação de mais quatro meses, contados de 9 de novembro e encerrados em 9 de março de 1837. Apesar do novo acordo, o arrematante não conseguiu concluir os trabalhos a tempo e pediu mais um adiamento, que foi indeferido pelo presidente sob a justificativa de que a concessão de mais um favor iria de encontro ao desejo do público de colher as vantagens oferecidas pela edificação⁴⁴⁵. Já a construção da Ponte Grande dos Carvalhos, orçada em 16:531\$000 réis, deveria ser finalizada em até 12 meses, contados a partir do pagamento da primeira prestação em julho de 1836. De maneira semelhante, a obra também possuía condição de multa por atraso, calculada em 1:000\$000 réis, mais conclusão por administração pública às custas do arrematante em caso de descumprimento dos prazos previstos em contrato. Entretanto, a obra, que deveria ter sido concluída no dia 14 de outubro de 1837, teve de ser acabada pela ROP e ao empreiteiro foi determinado o pagamento de multa e custeio do encerramento dos trabalhos⁴⁴⁶.

Para além do sistema de comunicação via pontes e estradas, o governo provincial também contou a partir de 1838 com a ajuda de grandes financistas para construir chafarizes públicos e canalizar a água dos principais rios, no intuito de melhorar o abastecimento hídrico do Recife e cidades circunvizinhas. Marcus Carvalho nos conta que a população dependia, até a construção de chafarizes, do transporte por canoas, baldes e barris⁴⁴⁷. No entanto, o governo provincial tentava mudar essa realidade desde meados de 1836, quando o engenheiro inglês Thomas Wood foi contratado para dirigir as obras hidráulicas das fontes artesianas em Goiana. O engajamento, conforme um ofício publicado em 25 de junho de 1836, foi ordenado pelo governo Imperial e contou com o investimento de 12:000\$000 réis⁴⁴⁸.

Ao engenheiro foi oferecido casa, socorros médicos, botica, transporte, instrumentos de trabalho, quatro aprendizes aptos a serem educados nos ofícios hidráulicos e um intérprete⁴⁴⁹.

⁴⁴⁴ Falla recitada pelo Exm. Presidente Francisco do Rego Barros em razão da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 1 de março de 1838, “Obras Arrematadas”, p. 36 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

⁴⁴⁵ Ibidem.

⁴⁴⁶ Idem, p. 37.

⁴⁴⁷ CARVALHO, 2010, pp. 27-30.

⁴⁴⁸ BND, *Gazeta Universal*, 25 de junho de 1836.

⁴⁴⁹ Ibidem; *Diário de Pernambuco*, 7 de julho de 1836.

Os quatro aprendizes, que eram educandos do Arsenal de Guerra, foram arregimentados pelo jornal de \$800 réis cada. O intérprete também foi contratado pela diária de \$800 réis, visto que os demais candidatos só aceitavam receber 1\$000 réis⁴⁵⁰. No entanto, cerca de dois anos após o início dos trabalhos, Firmino Âncora relatou ao presidente que no dia 20 de maio de 1838 o engenheiro inglês Thomas Wood faleceu durante os serviços em Goiana e Nazaré. A morte do engenheiro, cuja causa não é explicada, interrompeu de vez os trabalhos, isso porque os aprendizes, segundo o intérprete Inocência Viana, não estavam prontos para substituir o engenheiro⁴⁵¹.

Dessa maneira, Francisco do Rego Barros decidiu convencer investidores pernambucanos a constituir uma Companhia em benefício do abastecimento de água da cidade. A chamada Companhia do Beberibe, conforme Carlos Miranda, firmou contrato com o governo provincial em 1838, mas se tornou mais ativa apenas em meados de 1840, junto a outras iniciativas de cunho higienista⁴⁵². De acordo com Bruno Câmara, entre os acionistas da Companhia estavam diversos comerciantes portugueses ligados ao governo conservador e seu *projeto de modernização*. O dinheiro do tráfico de escravos também foi empregado ali, um dos irmãos Magalhães Bastos, Antônio José, detinha 200 ações só naquela Companhia⁴⁵³.

Amanda Barlavento Gomes nos conta que entre os membros da empresa também estavam os traficantes de escravos José Ramos de Oliveira e Francisco Antonio de Oliveira, que pelo visto possuíam uma relação íntima com o mercado das edificações muito antes de comporem o grupo de financistas responsável pelas obras do Teatro de Santa Isabel. Ambos dirigiram e detiveram os maiores números de ações da empresa. Para a autora, o grupo tinha por objetivo promover a distribuição gratuita de água em chafarizes públicos, mas costumava cobrar uma taxa para os interessados no fornecimento domiciliar. Francisco de Oliveira ainda aproveitava as vantagens de acionista para desviar água para o seu sítio na Ponte do Uchoa⁴⁵⁴.

⁴⁵⁰ BND, Diário de Pernambuco, 29 de julho de 1836.

⁴⁵¹ Ofício do Tenente Coronel Firmino Herculanio de Moraes Ancora, para o Presidente de Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Inspeção das Obras Públicas, 26 de maio e 6 de junho de 1838. APEJE, Série OP, Códice 06, fls. 259, 262, 285 e 286.

⁴⁵² MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *O urbanismo higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife*. In: Revista de Gestão Pública: Práticas e Desafios. Recife, v. III, n. 05, out. 2012, p. 145.

⁴⁵³ CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830/1870*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013, pp. 284-285.

⁴⁵⁴ GOMES, Amanda Barlavento. *A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820-1855)*. 2016, 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, pp. 102-103.

Francisco Oliveira possuía uma relação muito próxima com o engenheiro Vauthier, que narra em seu diário muitas passagens por sua casa, além de críticas ácidas a seu filho Augusto, ao qual chama de impertinente e prepotente⁴⁵⁵. Amanda Gomes ainda destaca que o inventário da sua primeira esposa, falecida em Paris em 1839, indica que o traficante possuía uma fortuna equivalente a 316:281\$240 réis, sendo 13:432\$000 referentes a 34 escravos registrados no nome da falecida. Francisco ainda possuía, em 1845, cerca de 40 imóveis no Recife, além de dois terrenos e três sítios, avaliados em 242:600\$000 réis⁴⁵⁶.

Já José Ramos de Oliveira, de acordo com Aline Albuquerque, era filho de José de Oliveira Ramos e havia começado a traficar devido a influência de seu pai, que era senhor de engenho e comerciante de escravos. José Ramos de Oliveira ainda foi casado com Izabel Maria da Costa, filha do traficante Bento José da Costa, e ao morrer deixou a herança de 633:695\$972 réis aos seus filhos. A historiadora ainda nos conta que Angello Francisco Carneiro, comerciante de escravos e um dos futuros patrocinadores do Teatro de Santa Isabel, também era acionista e diretor fiscal das obras de encanamento da Companhia do Beberibe. Segundo Aline Albuquerque, ele ainda recebia e engajava trabalhadores livres e escravos interessados nos canteiros de obras do projeto de canalização em sua casa⁴⁵⁷.

No que se refere às relações entre a Companhia do Beberibe e os melhoramentos urbanos, um artigo publicado no *Diário de Pernambuco* de 12 de setembro de 1842 elucida alguns pontos interessantes. O texto intitulado *Mais vai tarde que nunca*, traz um balanço acerca do impacto dos melhoramentos materiais na província após o ato adicional de 1834 e os primeiros anos do governo do barão. Finalmente, para o articulista, alguém estava cuidando da estética e salubridade da cidade flutuante, “Veneza Brasileira”. De acordo com ele, a cidade do Recife não possuía sequer uma fonte de água cristalina, dando aos seus filhos uma “lynfa degenerada” em imundos charcos ou alterada nas sórdidas canoas. Todavia, o advento da *modernização* havia “emancipado” a província em uma nova aurora refulgente. Na ótica do articulista, a Companhia do Beberibe cuidaria do tão prejudicado fornecimento de água⁴⁵⁸.

Todavia, para um dos maiores críticos ao governo do barão no *Diário Novo*, o pseudônimo “W”, era bastante esquisito que um presidente se humilhasse a particulares para

⁴⁵⁵ Diário de L.-L.V., anotação de 08 de janeiro de 1841. In PONCIONI, Cláudia. *Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. CEPE editora: Recife, 2010.

⁴⁵⁶ GOMES, op. cit., p. 99.

⁴⁵⁷ ALBUQUERQUE, Aline E. de Biase. *De “Angelo dos retalhos” a Visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858)*. 2016, 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, p. 91.

⁴⁵⁸ BND, *Diário de Pernambuco*, 12 de setembro de 1842.

suprir as deficiências da administração provincial. Era igualmente estranho, para ele, que o barão oferecesse níveis diferentes de reconhecimento para com os empreiteiros. Se por um lado Francisco Oliveira ostentava menções honrosas, outros investidores que se dedicavam a prisão e casa de correção, por exemplo, eram ignorados⁴⁵⁹. Para Izabel Marson, a implementação do plano geral de melhoramentos urbanos havia de fato potencializado e dinamizado os espaços de investimento na província, mas a troco de exclusão. O caráter profundamente elitista desse projeto inviabilizou a participação especialmente de pequenos e médios proprietários no ramo das edificações⁴⁶⁰.

Na ótica e discurso dos opositores, Francisco do Rego Barros havia distribuído diversos cargos em benefício de seus adeptos e favorecido diversos empreiteiros atrelados aos conservadores não só na Companhia do Beberibe, como no mercado das edificações como um todo. A família que levava mais vantagem nesse governo *exclusivista*, segundo o *Diário Novo* de 6 de maio de 1847, era a Cavalcanti de Albuquerque⁴⁶¹. José Thomaz Nabuco de Araújo discordava dessas acusações e afirmava que *praieiros* e *guabirus* competiam em pé de igualdade no mercado, pois os contratos eram acertados com quem oferecesse as melhores condições técnicas e econômicas. O magistrado ainda desafiava os opositores a apresentarem ao menos um caso de favorecimento de um membro da família Cavalcanti na hasta pública⁴⁶².

Como vimos no capítulo precedente, os *praieiros* já estavam nessa época presidindo a Província de Pernambuco e executando seu plano de governo. Para Marson, o novo projeto possuía pelo menos três objetivos muito claros: favorecer adeptos, via distribuição de cargos e arrematações; fortalecer as bases eleitoreiras; e desmontar (ou tomar posse) a máquina administrativa construída pelos conservadores⁴⁶³. Dessa maneira, o governo de Antonio Pinto Chichorro da Gama desmanchou o corpo de engenheiros estrangeiros da ROP, demitiu Vauthier ao final de 1846 e emplacou um novo regulamento para a instituição, inspirado pelas antigas disposições do regulamento de 10 de agosto de 1835.

Na observação da autora, a mudança acarretou no rompimento de diversos contratos de arrematação, entre os quais cito o Teatro de Santa Isabel e as estradas de Santo Antônio e Paudalho⁴⁶⁴. Para completar, Nabuco de Araújo ainda acusava Chichorro de prevaricação,

⁴⁵⁹ BND, O Diário Novo, 18 de março de 1843.

⁴⁶⁰ MARSON, 1987, pp. 221-222.

⁴⁶¹ BND, O Diário Novo, 6 de maio de 1847.

⁴⁶² ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praiheiro ou história da dominação da praia*. Recife: Typografia União, 1847, pp. 06-07.

⁴⁶³ MARSON, op. cit., pp. 285-286.

⁴⁶⁴ Ibid., pp. 307-311.

devido a “omissão” de quantias significativas de dinheiro que circulavam na Tesouraria das Rendas Provinciais no intuito de não pagar dívidas provinciais a antigos arrematantes⁴⁶⁵. A “obra social da *Praia*”, como batizou Marson, também desviou verbas antes destinadas ao ramo das edificações para outros setores, beneficiando especialmente funcionários públicos, mas também o corpo policial e homens e mulheres flagelados pela seca, após a publicação da Lei n. 147, que autorizava o emprego de 25:000\$000 réis em mantimentos a serem distribuídos no centro da província⁴⁶⁶. Com ou sem “obra social”, a inversão do poder atrapalhou, nesse sentido, grandes financistas que estavam mais interessados em lucrar com juros, pedágios, bilheterias e outras benesses oferecidas pelo governo provincial em troca do patrocínio das obras do *projeto de modernização*.

Ciente disso, alguns arrematantes atrelados a política *praieira* se aproveitavam dessa conjuntura favorável para pressionar empreiteiros rivais que competiam na hasta pública. Foi assim que José Higino de Miranda veio anonimamente a público, pelo *Diário Novo* de 29 de novembro de 1847, questionar o arrematante responsável pelas obras de continuação do Cais do Ramos, cujo nome não é especificado. Segundo o comunicado, a edificação do Cais era muito importante para o desenvolvimento do comércio e melhoramentos do porto, mas o empreiteiro responsável pela obra deixava a desejar. Para o articulista, um bom Cais deveria preservar os edifícios que ficavam às margens do rio ou beira-mar, protegendo-os da força das águas, além de possuir rampas e escadas para facilitar o comércio, material de qualidade e segurança para resistir ao choque das ondas e um sistema de amarração com ferro ou bronze para a proteção das embarcações. Em sua ótica, o arrematante em questão não utilizava materiais de qualidade, costumava maquiagem o preenchimento da camada de argamassa hidráulica das pedras de cantaria com reboco, não havia construído qualquer rampa ou escada para facilitar o comércio e ainda edificava a obra com alicerces inseguros, aparentemente espelhados no “famoso cáes Boyer”, e sem arganés para amarrar as embarcações e facilitar o embarque e desembarque das mercadorias⁴⁶⁷.

Revoltado, o arrematante do Cais de Ramos tentou responder o crítico pelo *Diário Novo*. Todavia, Luiz Ignacio Ribeiro Roma, que era dono da tipografia responsável pelo jornal e que já havia trabalhado com o articulista na administração do patrimônio dos órfãos em 1845

⁴⁶⁵ ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia*. Recife: Typografia União, 1847, pp. 30.

⁴⁶⁶ MARSON, 2013, pp. 248-249.

⁴⁶⁷ BND, O *Diário Novo*, 29 de novembro de 1847. Agradeço a meu professor, amigo e colega de profissão, Dr. Bruno Augusto Dornelas Câmara, pela indicação deste e de muitos outros documentos discutidos ao longo desta dissertação.

quando ocupou o cargo de tesoureiro⁴⁶⁸, recusou-se a inserir o texto em seu periódico, sob a justificativa de que o único intuito do comunicado era caluniar e injuriar o Sr. José Higino de Miranda, que não havia tomado parte alguma. Na observação de Roma, comunicados agressivos como aquele não cabiam no *Diário Novo*, mas no *Diário de Pernambuco* ou *O Lidador*⁴⁶⁹.

Dessa forma, o arrematante teve de se defender pelo *Diário de Pernambuco* de 4 de dezembro de 1847. Em sua ótica, Higino de Miranda atacava-o covardemente no intuito de não atingir diretamente a administração provincial e o planejamento técnico e orçamentário dos engenheiros da ROP, pois era mais fácil atacar o arrematante, que estava ali apenas para executar, do que dirigir queixas a quem na verdade redigiu o projeto. Para o arrematante do Cais, as críticas elaboradas pelo Sr. Higino de Miranda eram movidas pelo sentimento de inveja e ambição, pois ele havia perdido a disputa em hasta pública pela continuação das obras do Cais do Ramos e agora tentava, sem a capacidade de sequer conseguir um abaixo assinado de populares, levar a obra novamente à praça. Por fim, o arrematante ainda rebate algumas das críticas elaboradas pelo seu algoz no *Diário Novo*, desqualificando as observações dos “invejosos e jesuítas” e reafirmando que seguia todas as condições de execução previstas no edital e plano orçamentário⁴⁷⁰.

A tréplica foi publicada pelo *Diário Novo* de 13 de dezembro de 1847. De acordo com Higino de Miranda, o arrematante do Cais do Ramos não conseguiu defender-se das arguições verídicas, lançando-se no lamaçal das mentiras e na busca por distrações públicas, em virtude das suas deficiências técnicas: “o Sr. arrematante com sua correspondencia fez-me lembrar os ultimos momentos de quem se afoga, que pretendendo salvar-se a todo custo, vai se agarrando em tudo quanto encosta para sua salvação”. Posteriormente, o articulista descreve diversas cláusulas do orçamento que, em seu posicionamento, corroboravam com a sua denúncia. Encerra, por fim, reiterando a pertinência da correção desses problemas para a perfeição da obra⁴⁷¹.

Alessandro F. M. Gomes salienta que o Cais do Ramos e a região do trapiche do Ramos como um todo era repleta de estabelecimentos, como armazéns e prédios, pertencentes a comerciantes de seres humanos. Entre eles Bento José da Costa, que havia recebido do pai um armazém alfandegado no Cais do Ramos e uma parte do trapiche do Ramos. De acordo com o

⁴⁶⁸ BND, *Diário de Pernambuco*, 22 de dezembro de 1845.

⁴⁶⁹ Idem, 04 de dezembro de 1847.

⁴⁷⁰ BND, *O Diário Novo*, 06 de dezembro de 1847.

⁴⁷¹ Idem, 13 de dezembro de 1847.

autor, “um trapiche não se tratava apenas de um depósito de mercadorias e sim de um complexo de vários armazéns”⁴⁷². Nesse sentido, a disputa em torno do Cais não estava relacionada somente a complexidade técnica da obra, mas também à pertinência econômica e política do local. Marcus Carvalho nos conta que José Higino de Miranda era negociante de madeira e líder *praieiro* no Recife⁴⁷³. Sendo comerciante de madeira, provavelmente não era a primeira vez que se envolvia com o ramo das edificações.

Algumas publicações de periódicos da época indicam que Higino de Miranda possuía uma loja na rua da Praia n. 55, segundo andar⁴⁷⁴, onde promoveu algumas reuniões com outros rebeldes *praieiros* entre 1848 e 1849, de acordo com Carvalho. O historiador também narra que durante um dos mata-marinheiros um inglês foi espancado por um grupo de pardos e negros, que fugiu do local quando a polícia, comandada pelo delegado José Higino de Miranda, chegou. Mesmo espancado, o inglês ainda conseguiu agarrar um dos agressores, entretanto, teve de ouvir de Higino de Miranda que ninguém poderia fazer nada a respeito. Ademais, Marcus Carvalho destaca que o *praieiro* havia aprovisionado tropas rebeldes durante a Insurreição e também fornecido munições⁴⁷⁵.

No entanto, se por um lado a implementação desse novo regulamento contribuiu para a inversão da balança política, viabilizando a inserção de muitos pequenos e médios proprietários atrelados ao novo governo na hasta pública, o encerramento do plano geral de melhoramentos acarretou no enfraquecimento do mercado das edificações.

Sob o comando de Vauthier (1842-1846), o governo provincial realizou a construção ou manutenção de pelo menos 11 estradas⁴⁷⁶, 14 pontes⁴⁷⁷ e diversos prédios, aterramentos,

⁴⁷² GOMES, Alessandro Filipe de Meneses. *Das docas de comércio ao cais contínuo: as tentativas frustradas de melhoramentos do porto do Recife no oitocentos*. 2016, 395f. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, p. 288.

⁴⁷³ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849*. In: Revista Brasileira de História, v. 23, n. 45, 2003, p. 225.

⁴⁷⁴ BND, O Diário Novo, 31 de maio de 1843.

⁴⁷⁵ CARVALHO, op. cit., p. 230.

⁴⁷⁶ Estrada Sul, Estrada do Recife à Olinda, Estrada de Apipucos, Estrada de Santo Antônio, Estrada de Paudalho, Estrada do Bujary, Estrada de Parnamirim, Estrada de Santo Amaro, Estrada de Vitória, Estrada da Ponte de Vitória, Estrada do Norte e Estrada de Escada. (Fundação Joaquim Nabuco. Catálogo Vauthier: fontes para o progresso. Org: FARIAS, Rosilene Gomes; GASPAR, Lúcia e BARBOSA, Virgínia. Recife: 2009, pp. 136-140).

⁴⁷⁷ Ponte da Boa Vista, Ponte Suspensa do Caxangá, Ponte do Recife (reparos), Ponte sobre o Rio Capibaribe de Goiana, Ponte de Goiana (reparos), Ponte de Pirauira (reparos), Ponte do Anjo, Ponte dos Afogados (reparos), Ponte de Santo Amaro, Ponte do Vale do Tacaruna, Ponte dos Arrombados, Ponte da Madalena (reparos), Ponte de Motocolombó (reparos) e Ponte dos Carvalhos (reparos). (Fundação Joaquim Nabuco. Catálogo Vauthier: fontes para o progresso. Org: FARIAS, Rosilene Gomes; GASPAR, Lúcia e BARBOSA, Virgínia. Recife: 2009, pp. 136-140).

mapas topográficos e obras de conservação⁴⁷⁸. Na observação de Zancheti, a ROP era o principal órgão da administração provincial de Francisco do Rego Barros (1837-1844) e seu orçamento representava mais de 40% do gasto total da província⁴⁷⁹. Entretanto, um relatório apresentado por Chichorro da Gama, em razão da abertura dos trabalhos da Assembleia Provincial em 1 de março de 1847, sinaliza que o número de obras públicas realizadas pelo governo provincial diminuiu consideravelmente após a ascensão *praieira*. Conforme consta, o sistema de arrematação tinha se mostrado na prática contrário aos interesses da Fazenda, pois muitos dos lanços de estradas arrematados se encontravam em péssimo estado de conservação, causando prejuízos aos cofres provinciais. Mas esses problemas, na ótica de Chichorro, não desqualificavam a substituição do regulamento de 1842⁴⁸⁰. Ademais, o ramo das edificações também foi prejudicado entre fins de 1848 e meados de 1850, em virtude das disputas políticas e militares da “revolução” *guabiru* e, principalmente, Insurreição *Praieira*.

Mesmo com oscilações, o mercado das edificações não deixou de empregar muitos trabalhadores, especialmente cativos de ganho pertencentes ou alugados a pessoas envolvidas com o sistema de arrematação em hasta pública. Dessa maneira, os maiores prejudicados pelo que Marson chamou de “invasão do poder” foram os trabalhadores livres, tanto nacionais quanto estrangeiros. Se algumas promessas feitas aos profissionais das artes úteis foram cumpridas pelo partido, como o combate ao *estrangeirismo*, outros acordos, como o protecionismo estatal e criação de novos empregos, foram desrespeitados⁴⁸¹. Entretanto, os desacordos não impediram que nacionais livres, libertos, imigrantes, escravos e calcetas ganhassem a vida, sobrevivessem ou simplesmente fossem forçados a doar sua força, tempo e saúde em meio aos precarizados canteiros de obras de Pernambuco.

4.2.2 *Diligentes, robustos e espertos*: os negros de ganho e os canteiros de obras da Província de Pernambuco

Segundo Marcus Carvalho, não faltavam negros de ganho e aluguel circulando pelos principais bairros do Recife e oferecendo seu trabalho braçal em diversos ofícios. O trabalho escravo nesse local era tão intenso ou ainda mais intenso que várias áreas rurais. No bairro do

⁴⁷⁸ Fundação Joaquim Nabuco. Catálogo *Vauthier: fontes para o progresso*. Org: FARIAS, Rosilene Gomes; GASPAR, Lúcia e BARBOSA, Virgínia. Recife: 2009, pp. 136-140.

⁴⁷⁹ ZANCHETI, 1989, p. 106.

⁴⁸⁰ Relatório que á Assembléa Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1847, o excellentissimo presidente da mesma provincia, Antonio Pinto Chichôrro da Gama, 1 de março de 1847, “Obras Públicas”, pp. 12-13 – CRL: Provincial Presidential Reports: Pernambuco.

⁴⁸¹ MARSON, 1987, pp. 270-271.

Recife, área mais urbanizada, os cativos representavam pelo menos 44,6% do total de moradores. Era também nesse bairro portuário que a maior parte das “casas de má fama” estavam localizadas, bem como muitos estabelecimentos de compra e venda de escravos. Santo Antônio, todavia, era um bairro mais espaçado e permitia uma maior convivência entre miseráveis e ricos⁴⁸². Já na ilha da Boa Vista, parte mais bonita da cidade, havia um total de 2.407 escravizados. De acordo com o autor, era um bairro residencial repleto de casas-grandes, sítios, áreas verdes, tabernas, festas e poucas lojas. São José, por sua vez, abrigava muitos ganhadores de rua que moravam em barracos próprios e viviam com certa autonomia conquistada também pelas funções que exerciam. Essas pessoas costumavam pagar jornais semanais ou diários aos seus senhores, vivendo com certa “liberdade”⁴⁸³.

Se a escravidão e a urbanização no Brasil não eram conflitantes, mas o sistema era parte integrante do processo, como afirmou Carvalho, os proprietários de escravos que enxergaram no projeto de melhoramentos urbanos uma oportunidade de geração de lucros passou a movimentar de maneira significativa o mercado de compra, venda e aluguel de cativos especializados ou semiespecializados⁴⁸⁴. É possível encontrar nos periódicos locais diversos anúncios de vendedores e compradores, locadores e locatários buscando escravos tanoeiros, carpinteiros e pedreiros de “bonita figura”⁴⁸⁵, “sadios”, “sem defeitos físicos”⁴⁸⁶ e “nem vícios”⁴⁸⁷.

Um anúncio publicado no *Diário de Pernambuco* de 7 de março de 1840, por exemplo, descreve que na praça da Boa Vista, nas proximidades da venda que foi de Pedro Ignacio de Baptista, vendia-se um negro de nação Angola, idade de 18 anos e bom servente de pedreiro ou qualquer outro serviço⁴⁸⁸. Uma outra publicação, destaca que na rua de “Agoas verdes” d. 38 havia um moleque pedreiro da Costa da Mina de bonita figura, 18 anos de idade, e um outro “bonito mulato” de 19 anos que poderiam trabalhar de pajem ou tanoeiro prontos para serem vendidos⁴⁸⁹. Já na “nova loja de ferragens”, estava à venda um negro moço de nação Angico e bom servente de pedreiro. Segundo o anúncio, ele era boçal ainda, ou seja, havia chegado há poucos anos no Brasil, provavelmente de maneira pouco legal⁴⁹⁰.

⁴⁸² CARVALHO, 2010, pp. 54-57.

⁴⁸³ Ibid., pp. 64-87.

⁴⁸⁴ Ibid., p. 175.

⁴⁸⁵ BND, *Diário Novo*, 30 de setembro de 1842.

⁴⁸⁶ BND, *Diário de Pernambuco*, 9 de março de 1846.

⁴⁸⁷ BND, *Diário Novo*, 18 de fevereiro de 1843.

⁴⁸⁸ BND, *Diário de Pernambuco*, 7 de março de 1840.

⁴⁸⁹ Idem, 8 de julho de 1842.

⁴⁹⁰ Idem, 17 de julho de 1843.

Algumas publicações ofereciam mais detalhes sobre essas pessoas, como um anúncio publicado em 15 de novembro de 1845, que detalha que o preto de nação que estava à venda tinha princípios de cozinheiro e era muito bom servente de pedreiro, pois trabalhava nesse ramo há mais de seis anos⁴⁹¹. Um outro, datado de 17 de abril de 1848, justifica a venda em uma deficiência: o moleque de 13 anos, que estava avaliado em 200\$000, era mudo. No entanto, faria tudo que lhe mandasse fazer, sendo ótimo para servente de pedreiro, olaria ou pastoreio⁴⁹².

Contudo, é por intermédio dos anúncios de aluguel de escravos especializados ou semiespecializados que podemos compreender um pouco mais sobre a dinâmica desse mercado no que diz respeito ao ramo das edificações. De acordo com algumas publicações, o preço comum do aluguel diário de um escravo servente era de \$640 réis⁴⁹³. Todavia, algumas pessoas que viviam desses negócios as vezes acirravam a disputa no mercado alugando serventes e oficiais pelo jornal de \$480 réis⁴⁹⁴. É possível também observar que o desenho de algumas características físicas, morais e intelectuais faziam parte da tratativa, tanto para quem oferecia o cativo, quanto para quem o empregava. Adjetivos como fiel⁴⁹⁵, esperto⁴⁹⁶, diligente⁴⁹⁷, possante⁴⁹⁸, robusto⁴⁹⁹, etc., são muito presentes.

A robustez era algo importante para o pesado ramo das edificações, tanto que alguns anúncios destacam a não aptidão de alguns escravos pelo serviço. Em 5 de julho de 1843, por exemplo, uma publicação destaca que dois molecotes de 17 anos estavam disponíveis para aluguel e eram próprios para qualquer serviço, menos para servente de pedreiro⁵⁰⁰. Todavia, um outro, datado de 21 de janeiro de 1843, descreve que seu mulato estava apto para qualquer serviço braçal, pois era bastante possante em forças, menos o de servente de pedreiro. Dessa maneira, percebemos que, apesar de importante, a robustez ou força não eram características suficientes para definir qualquer ofício⁵⁰¹. Alguns locatários preferiam, por exemplo, serventes mais experientes, com muita prática, qualificação técnica e trato⁵⁰². Outros ofereciam inclusive

⁴⁹¹ BND, Diário de Pernambuco, 15 de novembro de 1845.

⁴⁹² Idem, 17 de abril de 1848.

⁴⁹³ Idem, 3 de julho de 1840.

⁴⁹⁴ Idem, 14 de julho de 1840.

⁴⁹⁵ Idem, 21 de agosto de 1841.

⁴⁹⁶ Idem, 13 de maio de 1842.

⁴⁹⁷ Idem, 9 de agosto de 1847.

⁴⁹⁸ BND, O Diário Novo, 20 de janeiro de 1843.

⁴⁹⁹ Idem, 9 de janeiro de 1843.

⁵⁰⁰ BND, Diário de Pernambuco, 5 de julho de 1843.

⁵⁰¹ Idem, 21 de janeiro de 1843.

⁵⁰² Idem, 20 de junho de 1842 e 6 de agosto de 1847.

sustendo e dormitório quando o serviço ficava um pouco mais longe, como no sítio ao pé da ponte do Manguinho⁵⁰³.

Através desses intensos deslocamentos os escravos de ganho adquiriam relativa autonomia, uma rede complexa de sociabilidade e alguns fragmentos de liberdade. Marcus Carvalho versa que dentro do espaço urbano esses laços de solidariedade constituídos pelos cativos operavam de várias maneiras. Estas pessoas conseguiam apoio devido as ligações de parentesco, etnia, confraria, amizade ou simplesmente pela semelhante condição jurídica. Assim, esses elos levavam os escravos a se ajudarem mutuamente, bem como realizar as primeiras fugas no intuito de visitar amigos e familiares. Ainda que pouco pretensiosas, estas primeiras escapadas já geravam importantes experiências de liberdade⁵⁰⁴. Vale destacar que o serviço propriamente coletivo do ramo das edificações favorecia a constituição desses laços, pois os trabalhadores necessitavam dialogar e trabalhar em conjunto diariamente. Um anúncio de fuga publicado em 18 de setembro de 1837, por exemplo, discorre que o oficial de pedreiro de nome Feliciano, que costumava trabalhar nas obras públicas, só fugiu devido à influência de um amigo e colega de profissão. Segundo consta, quando foi seduzido levou consigo apenas vestimentas e ferramentas de pedreiro e seguiu em direção ao aterro dos Afogados⁵⁰⁵.

A forte presença negra nas cidades possibilitava aos fugidos despistar as autoridades e conseguir algum dinheiro trabalhando nas ruas. Na observação de Carvalho, os maiores beneficiários desse tipo de estratégia provavelmente eram os trabalhadores especializados ou semiespecializados⁵⁰⁶. O preto Domingos, por exemplo, com seus 16 anos já experimentava os caminhos da cidade-esconderijo⁵⁰⁷. Ladino que era, o ganhador de rua já havia trabalhado de carpina e de servente em obras públicas enquanto o seu senhor o procurava⁵⁰⁸. Um outro “moleque”, de nome Vicente, que também possuía 16 anos, costumava trabalhar de servente de pedreiro antes de fugir. Uma das suspeitas de seu proprietário era de que ultimamente ele estava se aproveitando de seu ofício para trabalhar anonimamente no calçamento do aterro da Boa Vista⁵⁰⁹.

⁵⁰³ BND, Diário de Pernambuco, 17 de novembro de 1843.

⁵⁰⁴ CARVALHO, 2010, pp. 238-239.

⁵⁰⁵ BND, Diário de Pernambuco, 19 de setembro de 1837. Agradeço a minha amiga e colega de profissão, Deylla Barros, pela indicação do documento.

⁵⁰⁶ CARVALHO, op. cit., p. 263.

⁵⁰⁷ Sobre o termo “cidade-esconderijo”. Ver. Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 212-248.

⁵⁰⁸ BND, Diário de Pernambuco, 25 de maio de 1842.

⁵⁰⁹ Idem, 26 de abril de 1843.

Se por um lado os mecanismos de poder do sistema escravista buscavam tolher a autonomia por intermédio de restrições de mobilidade dos escravos de ganho, os cativos dependiam justamente da conquista do “direito do ir e vir” para colher alguns frutos de seu trabalho⁵¹⁰. É bem verdade que algumas pessoas conseguiam estabelecer acordos com seus proprietários para se instalar nos arredores do Recife, trabalhar durante a semana e prestar contas, porém, a grande maioria precisava intitular-se forro, adotar um novo nome e conquistar algum pecúlio sem consentimento de seu senhor. De acordo com Carvalho, fora da vista do senhor os escravos de ganho costumavam construir uma outra identidade, diferente da que lhe era imposta⁵¹¹. O preto Joaquim, por exemplo, costumava fugir e ganhar na rua como servente de pedreiro e serrador. Seu anúncio de fuga descreve, contudo, que quando trabalhava preferia ser chamado de Miguel⁵¹².

É possível encontrar em meio aos periódicos diversos anúncios de fuga relacionados a escravos que costumavam trabalhar no mercado das edificações. Em 2 de fevereiro de 1840 fugiu da casa de seu senhor, o Tenente Coronel João Baptista de Araújo, o escravo de nome Lourenço. Conforme a descrição, ele era pardo, possuía cerca de 23 anos, estatura regular, era cheio do corpo, tinha uma pequena cicatriz no rosto e algumas marcas de chicotadas nas costas. Quando fugiu levou consigo chapéu de pelo branco de palhinha, além de camisa de riscado branca e jaqueta branca. Lourenço costumava andar por aquela praça e oferecer-se para trabalhos de servente em obras⁵¹³.

No dia 27 de fevereiro de 1840, foi publicado um outro anúncio rogando aos donos de armazéns, sítios, olarias e “edificadores de prédios” para prestarem atenção se na admissão de escravos em seus respectivos estabelecimentos havia algum ganhador de rua com os seguintes sinais: 24 anos, boa figura, sem barba, pescoço alto e grosso, fala grossa, pequenas cicatrizes pelas costas, muito ladino e um dente aberto na frente. O anunciante estava à procura de João Peixoto, que estava fugido desde 22 de janeiro de 1840 e costumava oferecer-se para trabalhar em sítios, olarias, prensas de algodão, armazéns de açúcar e obras de edificação⁵¹⁴. Entre os fugitivos que ganhavam a vida no ramo das edificações, estava também o crioulo José, que possuía 20 anos e dizia ser escravo do poderoso Sr. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. O cativo, que havia sido preso pelo subprefeito das duas freguesias da cidade de

⁵¹⁰ CARVALHO, 2010, p. 241.

⁵¹¹ Ibid., p. 263.

⁵¹² BND, Diário de Pernambuco, 23 de setembro de 1844.

⁵¹³ Idem, 12 de fevereiro de 1840.

⁵¹⁴ BND, Diário de Pernambuco, 27 de fevereiro de 1840.

Olinda, estava escondido há dois anos na cidade, vivia se passando por forro e ganhava a vida como servente em obras públicas⁵¹⁵.

Alguns escravos estabeleciam redes de sociabilidade em determinados locais, mas eram retirados dali por razões superiores de falecimento, herança ou simples doações e vendas. Era comum que estas pessoas buscassem fugir e se refugiar nas proximidades de sua antiga moradia, como é o caso do escravo Antonio, cujo senhor suspeitava que estivesse se escondendo nos arredores de Porto de Pedras, pois ele havia sido adquirido recentemente de Antonio Souza Cunha, morador do local⁵¹⁶. Em 23 de março de 1844, o escravo João fugiu e se escondeu em uma casa próxima ao Monteiro, perto de onde morava o seu antigo senhor. O anunciante inclusive ameaçou o possível acoitador, afirmando que iria leva-lo aos meios judiciais caso não levasse João até a casa de sua senhora na rua da Matriz da Boa Vista n. 26, segundo andar⁵¹⁷.

O trabalho no mercado das edificações era bastante perigoso. Em 8 de fevereiro de 1841, por exemplo, o Subprefeito do Recife informou ao público pelo *Diário de Pernambuco*, que às 12h do dia anterior o servente de obras de nome Joaquim, escravo de Domingos Alexandrino da Silva, caiu de um dos andaimes do edifício da Alfandega das Fazendas e não resistiu aos ferimentos⁵¹⁸. Havia também muita tensão nos canteiros, conforme Firmino Âncora narrou no dia 2 de março de 1841. Segundo consta, o oficial de pedreiro Romão José foi preso no calabouço depois de maltratar um servente liberto e desrespeitar o feitor responsável pela fiscalização dos trabalhos na obra de Soledade⁵¹⁹.

Conflitos a parte, é instigante pensar a respeito da experiência desses trabalhadores especializados e semiespecializados que ganhavam a vida nos canteiros de obras, ainda que de maneira forçada. Possivelmente, muitos desses homens aprenderam os ofícios de pedreiro, carpinteiro, pintor, entre outros, uns com os outros, bem como constituíram amizades e mecanismos de sabotagem do sistema de maneira coletiva. O processo de construção da personagem dessa gente escravizada, que começava com a adoção de um nome de trabalho, mas alcançava questões identitárias ainda mais profundas e pertinentes, também acontecia nesses canteiros. Quantos cativos também não conseguiram a liberdade, especialmente pelo do ganho de pecúlio e compra da alforria, devido ao mercado das edificações? Ademais, mesmo quem não alcançava a precarizada liberdade por alforria, ainda podia constituir redes importantes de sociabilidade, autonomia e muitos outros fragmentos de liberdade.

⁵¹⁵ BND, *Diário de Pernambuco*, 25 de agosto de 1840.

⁵¹⁶ Idem, 30 de setembro de 1843.

⁵¹⁷ Idem, 12 de setembro de 1844.

⁵¹⁸ Idem, 8 de fevereiro de 1841.

⁵¹⁹ Idem, 2 de março de 1841.

4.2.3 Era a cadeia que agenciava o trabalho: o engajamento de calcetas nos canteiros de obras da Província de Pernambuco

Em situação jurídica distinta, mas semelhante em termos de precariedade, muitos presos condenados à pena de galés também foram coagidos ao trabalho nesses canteiros de obras. De acordo com o Código Criminal do Império do Brasil, a chamada “pena de galés” sujeitava os réus a andarem com calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, e serem empregados nos trabalhos públicos da província onde tenha cometido o delito. A pena não poderia ser imposta da mesma maneira apenas para mulheres, que deveriam realizar somente serviços “análogos ao seu sexo”, menores de 21 e maiores de 60 anos, cujos pés não carregavam calcetas, que eram arcos de ferro amarrados em um dos pés do condenado⁵²⁰.

Trazendo Michel Foucault para a discussão, Wellington Barbosa da Silva nos conta que entre fins do século XVIII e meados do século XIX a “melancólica festa da punição” foi paulatinamente se extinguindo na Europa. A contrapartida, para o autor, foi a substituição daqueles espetáculos de horror e tortura pública pelo encarceramento disciplinar, um meio “humanizado e moderno de punição”. No Recife, entretanto, a realidade era muito distinta. A situação das prisões na Província de Pernambuco como um todo era caótica, pois existiam apenas masmorras inseguras e prédios deteriorados. A partir de 1842, uma lei provincial autorizou o então presidente Francisco do Rego Barros a construir na cidade do Recife uma prisão penitenciária e uma casa de correção. A edificação, no entanto, caminhava a passos curtos, bem como a iniciativa de Antônio da Costa Pinto Chichorro da Gama em 1848 também não saiu do papel⁵²¹.

As dificuldades em custear a manutenção dos presos naquela estrutura precária, conforme Barbosa da Silva, levaram o governo provincial a emprega-los nas obras públicas e tornar os arrematantes os responsáveis pela alimentação durante os trabalhos nos canteiros de obras. Os empreiteiros, no entanto, costumavam não honrar esses compromissos, tanto que o chefe de polícia teve de intervir a favor dos presos junto a ROP, para que a instituição cuidasse dos mantimentos dos calcetas⁵²². Conforme Gilberto Freyre, em 2 de janeiro de 1843 Vauthier também teve de intervir junto ao chefe de polícia interino, o desembargador Domingos Nunes

⁵²⁰ CÓDIGO CRIMINAL, 16 de dezembro de 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

⁵²¹ SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a masmorra e o panóptico: considerações sobre o sistema prisional do Recife no século XIX (1830-1850)*. In: XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2007, Rio Grande do Sul, pp. 01-04.

⁵²² SILVA, 2007, p. 05.

Ramos, pois os calcetas estavam recebendo cada vez uma ração menor, inviabilizando até a prestação dos serviços pela falta de força⁵²³. Para piorar, os demais prisioneiros da cadeia do Recife viviam reclamando que a alimentação era escassa, pois o governo provincial havia passado a se preocupar apenas com os calcetas que trabalhavam para a ROP, abandonando-os. Se a situação já era precária para os ferreiros, aparentemente era pior ainda para os que não foram empregados nas obras públicas. Talvez por essa razão, em 25 de novembro de 1845 um preso sentenciado a 23 anos e 4 meses de prisão pediu para se tornar ferreiro e trabalhar nas obras públicas⁵²⁴.

Em meados de 1842, de acordo com Barbosa da Silva, haviam pelo menos 30 calcetas empregados no ramo das edificações, sendo 25 livres e 5 escravos⁵²⁵. O autor também nos conta que os presos se articulavam e faziam exigências coletivas por meio inclusive de abaixo assinados. Em 1846, por exemplo, os presos enviaram uma petição ao governo solicitando que a diária de \$80 que recebiam fosse aumentada para \$140. Todavia, a petição foi indeferida pelas autoridades provinciais⁵²⁶. Em 12 de dezembro de 1845, os presos ferreiros que estavam à disposição da ROP requereram o fornecimento de vestuário e vencimentos, redigindo inclusive um abaixo assinado⁵²⁷. Pouco menos de um ano depois, os presos reclamaram que não estavam recebendo nem as diárias de \$80 réis⁵²⁸.

Semelhantemente aos demais empregados dos precários canteiros de obras das ROP, os condenados à pena de galés tinham de lidar não só com as correntes e a argola de metal em um dos pés, como também com inúmeras enfermidades. No dia 21 de fevereiro de 1840, um ofício publicado no *Diário de Pernambuco* destaca que o calceta Luiz Alves, que estava acorrentado a João Marinho Falcão quando trabalhavam em dupla na Fortaleza do Brum, sofria com enfermidades e teve de ser substituído⁵²⁹. Um mês depois, o calceta João Marinho Falcão ganhou um novo parceiro, continuando os trabalhos na obra em questão⁵³⁰. Aparentemente estas trocas eram rotineiras, pois entre fevereiro e março do ano seguinte o calceta José Faustino de

⁵²³ FREYRE, 1940, pp. 204-205.

⁵²⁴ Ofício do Engenheiro em Chefe Louis-Léger Vauthier para o Conselheiro de Estado e Presidente de Província Antônio Pinho Chichorro da Gama. Recife, 25 de novembro de 1845. APEJE, Série OP, vol. 18, Códice 18, fl. 300.

⁵²⁵ SILVA, op. cit., p. 04.

⁵²⁶ Ibid., p. 06.

⁵²⁷ Ofício do Engenheiro em Chefe Louis-Léger Vauthier para o Conselheiro de Estado e Presidente de Província Antônio Pinho Chichorro da Gama. Recife, 12 de dezembro de 1845. APEJE, Série OP, vol. 18, Códice 18, fls. 308-309.

⁵²⁸ Idem, 7 de agosto de 1846. APEJE, Série OP, vol. 19, Códice 19, fl. 156.

⁵²⁹ BND, Diário de Pernambuco, 21 de março de 1840.

⁵³⁰ Idem, 11 de abril de 1840.

Souza adoeceu e o administrador fiscal das obras públicas teve que conseguir outro prisioneiro para acompanhar o sentenciado João Jose Velloso no serviço do Forte do Buraco⁵³¹.

Diante da precariedade das condições de labuta, muitos prisioneiros tentavam fugir. Wellington Barbosa da Silva narra uma tentativa coletiva de fuga em 1845, quando os prisioneiros da Fortaleza do Brum entraram em combate com os guardas responsáveis pelo local. O litígio não resultou em liberdade, mas em morte para quatro presos e ferimentos graves para outros oito⁵³². Com ou sem tragédias, as fugas ou tentativas de fugas eram constantes. Um ofício destinado ao prefeito da comarca do Recife descreve a fuga do calceta Joaquim Monteiro de Carvalho Maciel, que servia no Forte do Buraco. Segundo consta, a esposa de Joaquim havia o ajudado na fuga, tanto que foi encontrada no meio do caminho pela patrulha que perseguia o fugitivo em direção a Olinda. De acordo com os guardas, ela estava andando a cavalo em trajes de sertanejo e trazia consigo em um saco três gases, um tornilho, uma pistola de alcance nova e carregada, um cabacinho com pólvora, bala e chumbo, além de uma caixa de fósforos, um pedaço de vela, uma porção de roupa de homem, esporas, botas e etc. O roteiro quase novelístico acabou com a prisão da dita mulher⁵³³.

Em 1844, o então engenheiro em chefe Louis-Léger Vauthier se mostrou muito preocupado com as diversas fugas. Tanto que solicitou uma autorização para emparelhar os sentenciados, organizando-os de maneira mais rígida, algo que não alteraria o desenvolvimento dos trabalhos, mas diminuiria as chances de fuga⁵³⁴. Na observação de Barbosa da Silva, quando um prisioneiro fugia os guardas responsáveis não ficavam isentos de investigação, muito pelo contrário, alguns eram até presos. O soldado do Corpo de Política, Joaquim Severiano da Trindade, por exemplo, foi preso no dia 7 de janeiro de 1837 devido a fuga “bem debaixo de suas barbas” de José Francisco Barbalho e Francisco de Souza Sales, que estavam servindo nas obras da estrada de Manguinho⁵³⁵.

Em 29 de dezembro de 1841, o calceta J. A. G. Alcanforado fugiu da Fortaleza do Brum. Para as autoridades provinciais a conduta do cabo Manoel Antonio do Espírito Santo, que estava de guarda no dia e não havia tomado o cuidado necessário para evitar a fuga, deveria

⁵³¹ BND, Diário de Pernambuco, 25 de fevereiro, 1 de março e 3 de março de 1841.

⁵³² SILVA, 2007, p. 06.

⁵³³ BND, Diário de Pernambuco, 24 e 27 de setembro de 1841.

⁵³⁴ Ofício do Engenheiro em Chefe Louis-Léger Vauthier para o Presidente de Província Francisco do Rego Barros. Recife, 5 de janeiro de 1844. APEJE, Série OP, vol. 16, Códice 16, fl. 05.

⁵³⁵ SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. 2003, 278f. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, p. 176.

ser investigada⁵³⁶. Já no dia 19 de março de 1841, o soldado de polícia João Jacinto foi preso por ter deixado fugir um calceta⁵³⁷. Não posso afirmar que João Jacinto havia de fato “deixado fugir um calceta”, mas também não há motivos para duvidar dessa possibilidade. Segundo Barbosa da Silva⁵³⁸, muitas vezes os presos conseguiam de fato constituir laços de solidariedade com os guardas das prisões, que facilitavam eventuais escapadas.

Se é muito difícil rastrear, analisar e descrever as relações de conflito ou sociabilidade entre as distintas “categorias” de trabalhadores, ao menos é possível, necessário e interessante perceber a existência de diversas conexões indiretas em termos de condições de vida e labuta. É bem verdade que o recrutamento, a fome, as enfermidades, os castigos físicos, psicológicos e a morte era comum e apavorava a todos. No entanto, a possibilidade de fuga, a capacidade de resistir e o desejo por condições de vida e trabalho melhores também era comum e seduzia a todos, ainda que de maneira diferente.

⁵³⁶ BND, Diário de Pernambuco, 29 de dezembro de 1841.

⁵³⁷ Idem, 22 de março de 1841.

⁵³⁸ SILVA, 2007, pp. 06-07.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 19 de novembro de 1846, o escritor público e amigo de Louis-Léger Vauthier, Antônio Pedro de Figueiredo, publicou um artigo em sua revista *O Progresso*, intitulado “Adeos ao Sr. Vauthier”. Segundo consta, o engenheiro, que havia acabado de se retirar para a França, deixou como legado uma administração hierarquicamente ordenada e pautada nos princípios científicos. As obras executadas por ele eram marcadas pela solidez, elegância e economia, dessa forma, somente a cegueira do espírito de partido, além de interesses particulares, escureceria seus feitos. Em tom de lamento, Figueiredo destaca que de Vauthier em Pernambuco restaria apenas os edifícios e estradas, além de muitos outros papéis rabiscados com tinta preta e vermelha que infelizmente não sairiam do papel devido àqueles que desgraçadamente o substituíram⁵³⁹.

De acordo com o articulista, se alguém questionasse o governo de Antonio Pinto Chichorro da Gama acerca das justificativas para a demissão, ouviria que os seus ordenados eram excessivos. Essa resposta, para Figueiredo, era absurda e mentirosa. Em sua ótica, Vauthier recebeu “menos de 30 contos de réis” pelos seis anos de serviço prestado e economizou pelo menos 300 contos de réis em despesas desnecessárias. Para ele, uma simples mudança realizada por Vauthier na direção de dois lanços da estrada de Santo Antônio foi suficiente para economizar mais de 50 contos de réis. Nesse sentido, o engenheiro francês havia sido demitido porque os *praieiros* precisavam de lugares para alocar os “campeões da política do dia”, no caso seus apadrinhados políticos, porque os “charlatões” não aguentavam a presença de um homem instruído⁵⁴⁰.

Parte!... Podeis agora, abutres, que pairais, ha cinco anos, em derredor da preza, podeis agora alegrar-vos com a desgraça commum e alçar gritos de victoria. Mas nós, que não temos tomado parte dessa miseria, nós lamentamos, com todos os corações honestos e amigos do paiz, uma partida que é para a provincia inteira uma perda de tempo irreparavel, um atraso immenso na nossa marca ascendente para a civilisação⁵⁴¹.

É possível perceber que o chamado *progresso*, de caráter *civilizador*, era pertinente para o seu discurso. Antônio Pedro de Figueiredo então encerra seu texto, com um doloroso adeus a Vauthier e um desejo de bons ventos e sorte na nova velha vida em França.

O *projeto de modernização* empreitado pelos conservadores a partir de 1837, mudou completamente o *status* da Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco. Para além dos incentivos fiscais e orçamentários, o governo de Francisco do Rego Barros

⁵³⁹ BND, *O Progresso*: Revista social, litteraria e scientifica (1846-1848), 19 de novembro de 1846, p. 177.

⁵⁴⁰ Idem, p. 178.

⁵⁴¹ Ibidem.

arregimentou diversos trabalhadores estrangeiros, especialmente artífices alemães e engenheiros franceses, e incorporou um novo regulamento a partir 25 de maio de 1842, modificando significativamente o *modus operandi* da instituição. As mudanças preconizadas pelos conservadores, no entanto, não agradaram uma parcela expressiva da população de Pernambuco, principalmente pequenos e médios proprietários de terra e gente e políticos do núcleo fundador do Partido da *Praia*, que não se sentiram contemplados pela iniciativa de melhoramentos materiais. Acrescento ainda artífices nacionais, engenheiros militares e muitas outras pessoas que enxergavam no chamado *estrangeirismo do barão* uma ameaça.

De contrato lavrado e com salários exorbitantes, na ótica da oposição, o corpo de engenheiros da ROP, ainda mais protagonista depois da publicação do novo regulamento em 1842, planejou e executou diversas obras na província, especialmente em Recife, Olinda e Goiana. O objetivo de transformar a cidade do Recife em uma cosmopolita a luz dos grandes centros modernos da Europa, todavia, passava pela construção de um sistema moderno de comunicações. Dessa maneira, as estradas e pontes ocuparam a maior parte do orçamento provincial destinado às obras públicas, para a felicidade de grandes empreiteiros aparelhados ao governo conservador e infelicidade de muitos pequenos e médios proprietários que costumavam lucrar com o ramo das edificações.

O regulamento anterior, datado de 10 de agosto 1835, organizava boa parte das arrematações de estradas e pontes em subdivisões. Os chamados “lanços” viabilizavam a participação de pessoas de menor poder aquisitivo nas empreitadas, contemplando, assim, mais pessoas no mercado. Entretanto, a divisão por muitos lanços também dificultava a fiscalização, a logística e a execução dos trabalhos; ou pelo menos essa foi a justificativa oferecida pelos *baronistas* em meados de 1842. Segundo Izabel Marson, historiadora que produziu uma das pesquisas mais importantes para a compreensão do papel da ROP nos embates sociopolíticos de Pernambuco na década de 1840, se os *praieiros* buscavam consolidar o Estado como agenciador de pequenos e médios proprietários, os *baronistas* pareciam estar mais preocupados com o apoio de grandes investidores no plano geral de melhoramentos urbanos⁵⁴². Nessa proposição, a positividade que circundava o *projeto de modernização*, buscava mascarar o seu caráter *exclusivista*, favorecendo certos grupos políticos e econômicos em detrimento a outros. No entanto, conforme Marson, quando a balança do poder pendeu para o lado *praieiro*, a máquina *exclusivista* montada pelos conservadores não foi destruída pelos novos governantes,

⁵⁴² MARSON, 1987, p. 312.

mas reconfigurada, remodelada em benefício de seus adeptos⁵⁴³. Não à toa os defensores do *projeto de modernização*, como Antônio Pedro de Figueiredo, lamentaram a não renovação do contrato de Vauthier e sua volta a Europa. A sua demissão representava não só a derrota de um plano de melhoramentos urbanos, mas também de um projeto político e ideológico.

O contra-ataque dos conservadores, todavia, inflamou os ânimos e o clima de guerra se instalou por toda a província. Como era de se esperar, a tensão estourou em um conflito armado, conhecido pela historiografia como *Revolta*, *Revolução* ou *Insurreição Praieira*. Após a derrota nas armas, os *praieiros* ainda tiveram de lidar com o processo-crime que, para Marson, teve como principal mentor Nabuco de Araújo⁵⁴⁴. Depois de diversas condenações à prisão perpétua pelo crime de rebelião, um membro do Partido Conservador mais otimista poderia acreditar que o plano geral de melhoramentos urbanos aos moldes *baronistas* voltaria a ganhar destaque no seio da administração provincial. Entretanto, Suzana Cavani Rosas nos conta que após a derrota da *Praia* não se instalou em Pernambuco uma situação política equivalente às expectativas *guabirus*, nem tampouco os presidentes indicados pelos ministérios depois de 1850 foram apoiados por eles. Até mesmo o respeitado sucessor de Vieira Tosta, Honório Hermeto Carneiro Leão, acumulou muitos desafetos entre os conservadores de Pernambuco, especialmente após a concessão de anistias aos políticos condenados pelo processo-crime da *Insurreição Praieira*⁵⁴⁵.

Carneiro Leão teve uma atuação significativa no quesito obras públicas, porém, a sua administração esbarrou em uma conjuntura interna conflituosa e ainda coincidiu com a publicação em 1850 da Lei Eusébio de Queiroz, responsável por extinguir o tráfico Atlântico de escravos, e a Lei de Terras, que alterou o panorama da produção e transporte de mercadorias. Segundo Zancheti, a pressão pela modernização das infraestruturas produtivas e adequação às novas demandas se intensificou rapidamente, dando uma nova feição para o *projeto de modernização*, que se tornou “fruto de um projeto mais amplo”⁵⁴⁶. Que “projeto mais amplo” seria este? Havia uma nova feição para o *projeto de modernização* ou uma desconstrução? Ainda não sabemos ao certo, mas acredito que a mesma prerrogativa que havia submetido a instituição ao poder executivo dos presidentes, potencializando o programa da ROP entre 1837 e 1844, operou inversamente para fragilizar a repartição no centro da estrutura administrativa provincial após a saída de seu maior entusiasta. Nesse sentido, é instigante pensar no processo

⁵⁴³ MARSON, 1987, pp. 288-289.

⁵⁴⁴ Ibid., p. 173.

⁵⁴⁵ ROSAS, Suzana Cavani. “*A ponte de ouro*”: *praieiros, guabirus e a conciliação imperial (1849-1857)*. Recife: Ed. UFPE, 2016, pp. 35-42.

⁵⁴⁶ ZANCHETI, 1989, pp. 88-89.

de reconfiguração e readaptação da repartição junto aos novos moldes de gestão pública urbana das administrações provinciais a partir de 1850.

Ademais, o governo provincial também teve de lidar com os efeitos trágicos das epidemias de cólera e febre amarela em meados de 1850. Se as pautas higienistas da década de 1840 já haviam impactado nos projetos da ROP, conforme discuti anteriormente, as emergências sanitárias da década de 1850 ocuparam uma posição privilegiada no planejamento urbano da administração das obras públicas. Dessa maneira, após uma rápida passagem do Coronel reformado pelo exército, José Barros Falcão de Lacerda, pelo cargo de chefe da repartição, o engenheiro brasileiro de formação francesa, José Mamede Alves Ferreira, herdou a direção dos trabalhos, em um momento marcado pela construção de cadeias, edifícios públicos e obras de higienização urbana.

De acordo com Zancheti, a ROP empregava na época de Mamede, direta ou indiretamente, mais de 900 trabalhadores, entre artífices e engenheiros estrangeiros, nacionais livres, libertos, calcetas e escravos⁵⁴⁷. Possivelmente, a dinâmica do mercado das edificações ainda foi potencializada pelo fortalecimento do sistema de arrematação em hasta pública, que viabilizou a montagem de empresas de empreitada entre as décadas de 1860 e 1880, responsáveis por aplicar capitais nacionais e estrangeiros na construção edifícios, iluminação pública, canalização, abastecimento e transporte urbano no Recife, e pelas iniciativas públicas e privadas em torno da construção de estradas de ferro a partir da concessão da ferrovia *Recife and San Francisco Railway* (RSF) aos irmãos ingleses, que já haviam trabalhado na ROP, Alfredo e Eduardo de Mornay, publicada na íntegra pelo *Diário de Pernambuco* de 24 de agosto de 1852⁵⁴⁸. Dessa maneira, acredito que esse intenso processo de descentralização do mercado alterou significativamente o panorama da repartição no âmbito da administração pública, bem como impactou sobremaneira na vida de milhares de trabalhadores arrematados nos canteiros de obras desse novo, ou desses novos, mercado(s) das edificações durante a segunda metade do século XIX.

Acerca da estrada de ferro RSF, chama a atenção a restrição imposta sumariamente pelo art. 9 do contrato. Segundo consta, os empreiteiros deveriam empregar nos serviços da estrada apenas pessoas livres, sendo nacionais ou estrangeiras, não admitindo, assim, a participação de escravos na labuta. A proibição do engajamento de cativos se enquadrava em

⁵⁴⁷ ZANCHETI, 1989, p. 92.

⁵⁴⁸ BND, *Diário de Pernambuco*, 24 de agosto de 1852. O decreto de número 1830 foi publicado originalmente pelo governo imperial em 7 de agosto de 1852, concedendo o privilégio exclusivo pelo tempo de 90 anos para que os irmãos ingleses constituíssem praça em Londres e construíssem uma estrada de ferro entre o Recife e a povoação de Água Preta.

um contexto amplo e complexo em torno dos pensamentos liberais e antiescravagistas disseminados pelo globo, assim como almejava se adaptar às demandas das leis de terra e antitráfico de 1850. Todavia, em 6 de julho de 1857, dois anos após o início dos trabalhos, um anúncio publicado no *Diário de Pernambuco* destacava que não só haviam escravos nos canteiros, como também o engajamento era de conhecimento público. De acordo com o periódico, a pessoa que tivesse escravos e quisesse alugar para trabalhar na estrada de ferro recebendo 1\$000 réis por dia poderia dirigir-se até a rua estreita do Rosário n. 25 para negociar⁵⁴⁹.

É bem verdade que a arregimentação desses trabalhadores não era realizada de maneira direta pelos empreiteiros responsáveis pela Companhia, contudo, as autoridades, além dos agentes da RSF, agiam com indiferença em relação a aplicabilidade da lei, engajando escravos em seus canteiros. Alguns anúncios de fuga da época também sinalizavam que muitos escravos estavam engajados nos canteiros de obras das estradas de ferro, com ou sem o conhecimento dos empreiteiros, agentes e engenheiros responsáveis pela condução das obras. Se por um lado uma parcela significativa da historiografia mais tradicional sobre as ferrovias relacionou essas empreitadas a um movimento mais amplo de transição para o trabalho livre, se pautando principalmente nas restrições contratuais sobre o emprego de mão de obra cativa na labuta, outras pesquisas e fontes sinalizam que a construção de estradas de ferro, tanto no Rio de Janeiro, quanto na Bahia e em Pernambuco, estava atrelada e organizada em conformidade com o sistema escravista. Assim, fugindo da máxima discursiva do “atraso”, esses trabalhadores preencheram o conjunto de operários que derramaram seu suor nos canteiros de obras da RSF, junto a nacionais livres, libertos e imigrantes, em condições jurídicas distintas, mas muito semelhantes em termos de precariedade no trabalho.

Acerca dos imigrantes, vale ressaltar também que os desencantos decorridos do engajamento da Companhia de Operários Alemães para o plano geral de melhoramentos urbanos em 1839, não impediram novas contratações de estrangeiros por parte das autoridades provinciais a partir de 1850. Quando em meados de 1858 o empreiteiro inglês da RSF, George Furness, engajou cerca de 238 trabalhadores estrangeiros para os canteiros da ferrovia, o governo provincial aproveitou para facilitar a imigração de muitos belgas e alemães para trabalhar nas obras públicas e oficinas dos Arsenais de Guerra e Marinha. Entretanto, alguns documentos indicam que a estadia dessas pessoas em Pernambuco também não foi fácil. De acordo com uma denúncia publicada no *Diário de Pernambuco* de 9 de outubro de 1860, muitos

⁵⁴⁹ BND, *Diário de Pernambuco*, 6 de julho de 1857.

estrangeiros que haviam sido arregimentados para executar obras na província corriam pelas ruas da cidade a mendigar e subsistir, aumentando o número de pedintes. O articulista afirmava não saber se essa situação havia ocorrido pela incúria e preguiça desses “miseráveis” ou pela falta de cumprimento das condições de engajamento por parte do contratante, todavia, rogava para que as autoridades provinciais, junto ao consulado, tomassem rápidas providências⁵⁵⁰.

Na ótica de Marcelo Mac Cord, o engajamento da Companhia de Operários Alemães pode não ter atingido todos os objetivos esperados pelo governo provincial, mas abriu espaços e despertou o interesse de outros imigrantes pelo Brasil, como é o caso dos dois artífices alemães, Theodoro Rampk e Remigio Kneip. Ambos chegaram ao Brasil por conta própria, mas provavelmente possuíam algum laço de parentesco ou amizade com alguns dos artífices arregimentados por Paes de Andrade em 1839. Não é possível determinar algo a este respeito, mas é instigante perceber como Rampk e Kneip constituíram uma profunda rede de sociabilidade e penetração no mercado de trabalho do Recife, ainda mais pelo espaço ser tradicionalmente averso a presença de estrangeiros⁵⁵¹.

Nesse sentido, apesar da existência de uma bibliografia significativa sobre a história de Pernambuco na segunda metade do século XIX, ainda há muito o que se discutir em relação a ROP e o mercado das edificações. Mesmo em relação aos temas abordados neste trabalho as possibilidades são inúmeras. O sistema de arrematação em hasta pública, por exemplo, carece de uma maior investigação sobre a atuação de pequenos, médios e grandes proprietários no *projeto de modernização*. É igualmente instigante pensar em como os imigrantes, nacionais livres e libertos se relacionavam e se reconheciam dentro daquela sociedade escravista. Acredito, por fim, que entender a nuances da Repartição de Obras Públicas é algo muito pertinente aos estudos que se dedicam a discutir a história política e do trabalho da Província de Pernambuco entre 1837 e 1850.

⁵⁵⁰ BND, Diário de Pernambuco, 9 de outubro de 1860.

⁵⁵¹ MAC CORD, 2020, pp. 10-12.

REFERÊNCIAS E FONTES

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

Impressos:

A União: Virtus Unita Crescit (1849)

Annaes da Medicina Pernambucana (1843)

Diário de Pernambuco (fevereiro de 1831 até outubro de 1860)

Gazeta Universal (1836)

O Artilheiro (1843)

O Diário Novo (dezembro de 1842 até maio de 1848)

O Lidador (dezembro de 1845 até fevereiro de 1848)

O Progresso: Revista social, litteraria e scientifica – 1846-1848 (1846)

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO

Impressos:

O Guarda Nacional (1843)

O Nazareno (1844)

Col. Leis Provinciais de Pernambuco:

Lei de nº. 2 de 30 de maio de 1835. Leis Provinciais de Pernambuco (1835-1836). Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/leis-de-pernambuco>. Acesso em jan. 2019.

Lei de nº. 9, de 12 de julho de 1835. Leis Provinciais de Pernambuco (1835-1836). Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/leis-de-pernambuco>. Acesso em fev. 2019.

Lei de nº. 129 de 04 de maio de 1844. Leis Provinciais de Pernambuco (1844). Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/leis-de-pernambuco>. Acesso em fev. 2019.

Lei de nº. 130 de 02 de maio de 1844. Leis Provinciais de Pernambuco (1844). Disponível em: <https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/leis-de-pernambuco>. Acesso em jun. 2019.

Assembleia Legislativa de Pernambuco:

ALP. Regulamento 120, de 31 de janeiro de 1842.

Ofícios:

Ofício da Junta Provisória do Governo da Província de Pernambuco ao Sargento Real do Corpo de Engenheiros, Firmino Herculano de Moraes, 09 de maio de 1822, Recife.

Coleção de Obras Públicas de Pernambuco (junho de 1838 a agosto de 1846):

Códices: OP-6, OP-13, OP-16, OP-18, OP-19.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES**Provincial Presidential Reports Pernambuco:**

Falla recitada pelo Exm. Presidente Francisco do Rego Barros em razão da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, 1 de março de 1838. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-144%2C4044%2C2853>. Acesso em jan.2019.

Relatório que á Assembléa Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1839 o exm.o presidente da mesma provincia, Francisco de Rego Barros. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-144%2C4044%2C2853>. Acesso em fev. 2019.

Relatorio que á Assembleia Legislativa de Pernambuco, apresentou na sessão ordinaria de 1840 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Francisco de Rego Barros, 1 de março de 1840. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-144%2C4044%2C2853>. Acesso em mar.2019.

Relatorio que á Assembléa Legislativa de Pernambuco, apresentou na sessão ordinaria de 1841 o excellentissimo presidente da mesma provincia, Francisco de Rego Barros, 1 de março de 1841. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-144%2C4044%2C2853>. Acesso em mar.2019.

Relatorio que á Assembléa Legislativa de Pernambuco, apresentou na sessão ordinaria de 1842 o exmo barão de Boa Vista, presidente da mesma provincia, 1 de março de 1842.

Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-855%2C-144%2C4044%2C2853>. Acesso em mar.2019.

Relatorio que á Assembléa Legislativa de Pernambuco apresentou na sessão ordinaria de 1847, o excellentissimo presidente da mesma provincia, Antonio Pinto Chichorro da Gama, 1 de março de 1847. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/180#?c=0&m=10&s=0&cv=11&r=0&xywh=-1204%2C0%2C4054%2C2859>. Acesso em dez. 2020.

CÂMARA LEGISLATIVA E SENADO

Collecção das Leis do Imperio do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1828, 1834 e 1840. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18299/browse?type=dateissued>. Acesso em dez. 2019.

CÓDIGO CRIMINAL, 16 de dezembro de 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

OUTROS

ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. **Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia**. Recife: Typografia União, 1847.

Diário de Louis-Léger Vauthier (1840-1846). In: PONCIONI, Cláudia. **Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil**. CEPE editora: Recife, 2010.

Fundação Joaquim Nabuco. **Catálogo Vauthier: fontes para o progresso**. Org: FARIAS, Rosilene Gomes; GASPAR, Lúcia e BARBOSA, Virgínia. Recife: 2009.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Aline E. de Biase. **De “Angelo dos retalhos” a Visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858)**. 2016, 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004.

AULER, Guilherme. **A companhia de operários 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil**. Recife: Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial, 1959.
 BASILE, Marcello. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil imperial. Vol. II (1831-1870)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, pp. 53-119.

BISPO, Antonio Alexandre. **Da participação alemã na superação da barreira comercial no São Francisco: a ferrovia de Piranhas a Jatobá e implicações culturais - o papel de imagens e a valorização de inscrições rupestres do Nordeste -Do Rio Grande do Sul a Alagoas: o diário de engenheiro alemão no São Francisco em narração de Hermann Ferschke (1835-1903)**. In II Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira 141/13 (2013:1). <http://revista.brasil-europa.eu/141/Alemaes-em-Alagoas.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844)**. 2011, 188f.

Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1830/1870**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

_____. **Trabalho livre no Brasil imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira**. 2005, 203f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *A vida política*. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord). **A construção nacional 1830-1889, v.2**. Col. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012a.

_____. *As marcas do Período*. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord). **A construção nacional 1830-1889, v.2**. Col. História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012b.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

_____. *Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial. Vol. II (1831-1870)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, pp. 121-183.

_____. *O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco*. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 407-432.

_____. **Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849**. In: Revista Brasileira de História, v. 23, n. 45, 2003, pp. 209-238.

_____; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *A Rebelião Praieira*. In: DANTAS, Monica (org). **Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 357-389.

CASTRO, Vanessa de. **Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **Nova história política e considerações sobre os conceitos de cultura política e representações**. In Revista do Departamento de História da UFPE, Recife, v. 4, n. 4, 2005, pp. 92-108.

CAVALCANTI JR., Manoel Nunes. **Praieiros, guabirus e “população”: as eleições gerais de 1844 no Recife**. 2001, 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FRENCH, John D. **A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão crítica**. In: *História-Unisinos*, v. 6, n. 6, 2002, pp. 11-28.

FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.

GOMES, Alessandro Filipe de Meneses. **Das docas de comércio ao cais contínuo: as tentativas frustradas de melhoramentos do porto do Recife no oitocentos**. 2016, 395f. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

GOMES, Amanda Barlavento. **A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820-1855)**. 2016, 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

HORA, Laura Patrícia da. **“A praça é do povo como o céu é do condor”: arborização no Recife no século XIX (1840-1880)**. 2015, 191f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

LARA, Silvia Hunold. **Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**. *Projeto História*, São Paulo, v. 16, pp. 25-38, out. 1998.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

_____. **Dois mestres de ofício alemães no Recife oitocentista: mundo do trabalho artesanal e sociabilidades cotidianas**. In: *Almanack Guarulhos*, n. 25, set. 2020, pp. 01-39. <https://doi.org/10.1590/2236-463325ea05018>.

MARSON, Izabel Andrade. *Monarquia, empreendimentos e revolução: entre o laissez-faire e a proteção à “indústria nacional” – origens da Revolução Praieira*. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. (org.). **Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político**. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

_____. **O Império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855).** São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema.** São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **O urbanismo higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife.** In: Revista de Gestão Pública: Práticas e Desafios. Recife, v. III, n. 05, out. 2012, pp. 144-169.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954). Vol. II (1829-1900).** Recife: Imprensa Universitária (UFPE), 1966.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas.** In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. Anais. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548858767_09abf763510398619e992fbb6e99ffe4.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

PONCIONI, Claudia. **Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil.** Recife: CEPE, 2010.

QUINTAS, Amaro. **O sentido social da revolução praieira.** 5ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1977.

REIS, José Carlos. **A escola dos annales: a inovação em história.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSAS, Suzana Cavani. **“A ponte de ouro”: praieiros, guabirus e a conciliação imperial (1849-1857).** Recife: Ed. UFPE, 2016.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850).** 2003, 278f. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a masmorra e o panóptico: considerações sobre o sistema prisional do Recife no século XIX (1830-1850).** In: XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2007, Rio Grande do Sul. Anais. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548210414_6ff3ecd561e9b4404134191b026afa3f.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

SLEMIAN, Andréa. **“Delegados do chefe da nação”: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834).** São Paulo, v. __, n. 6, 2007, pp. 20-38.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. **Posturas do Recife imperial.** 2002, 312f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2002.

SOUZA, Robério Santos. **“Se eles são livres ou escravos”: escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco. Bahia, 1858-1863.** 2013, 257f. Tese (Doutorado em História Social) – Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

SOUZA, Williams Andrade de. **Administração, normatização e civilidade: a Câmara Municipal do Recife e o governo da cidade (1829-1849).** 2012, 178f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife.

ZANCHETI, Sílvia Mendes. **O Estado e a cidade do Recife, 1822-1889.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1989.